U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

2º CICLO DE ESTUDOS
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

Património de Proximidade. O envolvimento da comunidade na valorização do Património Cultural de Perafita (Vila Verde – Vila Real)

VOLUME I

Ana Carolina Cardoso Cunha

M

2023

Ana Carolina Cardoso Cunha

Património de Proximidade. O envolvimento da comunidade na valorização do Património Cultural de Perafita (Vila Verde – Vila Real)

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientado pela Professora Doutora Lúcia Rosas e com supervisão do Doutor David Ferreira (DRCN)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Não temos apenas âncoras, também temos asas

- José Tolentino de Mendonça

Sumário

Declaração de honra 7

Agradecimentos 8

Resumo 11

Abstract 12

Índice de Figuras 13

Índice de Tabelas 16

Índice de Gráficos 17

Lista de abreviaturas e siglas 18

Introdução 19

Apresentação e justificação da abordagem 19

Apresentação da instituição que acolheu o estágio 22

Metodologia de investigação 23

Objetivos e problemática 24

Contributos 25

Organização dos capítulo 27

Estado da Arte 30

Parte I – Estudo do território e enquadramento teórico e conceptual 40

1. Perafita: uma paisagem rural, um território sacralizado 40

1.1. Paisagem Rural 41

1.1.1. Enquadramento histórico 43

1.1.2. Aspeto económico e demográfico 49

1.1.3. Aspeto da paisagem construída 54

1.2. A sacralização do território 59

1.2.1. Primeiros vestígios de sacralização do território 61

1.2.2. Milagre da água 63

1.2.3. O Santuário 67

1.2.4. Outras formas de sacralização do território 72

1.2.5. Festa de Perafita em honra de Nosso Senhor dos Milagres e Santo António 73

2. Património Cultural: âncora de identidades 78
2.1. Comunidade 79
2.2. O Património ao serviço das identidades 81
2.3. Afirmação da identidade local 84
2.4. Os desafios da globalização e do turismo 86
3. Discurso Autorizado do Património 88
3.1. Quem dita o que é património? – A evolução do conceito e do pensamento em torno da sua preservação 93
3.2. O debate sobre a participação das comunidades 101
4. A importância do envolvimento da comunidade no processo de valorização e salvaguarda do património cultural 107
4.1. Escada de participação 109
4.2. People-Centred Approach: agentes, benefícios e ações 112
5. Património Cultural Imaterial 118
5.1. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) 121
5.2. Os desafios à salvaguarda 123
5.3. O contexto nacional: Regime jurídico, intervenção e salvaguarda 127

Parte II – Laboratório patrimonial. Ações de valorização do património de proximidade 130

6. Inquérito «Conhecer Perafita através da sua comunidade» 130
7. Guia de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel 158
8. Inventário do Património Cultural Móvel da Paróquia de Perafita 166
9. Formação de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel 176
10. Inventário do Património Cultural Imaterial de Perafita 187
11. O Território (DGPC) – Divulgação da Festa de Perafita 195
12. Exposição – Proposta de ação 197

Conclusão 202

Referências Bibliográficas..... 211

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 15 de setembro de 2023

Ana Carolina Cardoso Cunha

Agradecimentos

O relatório de estágio que aqui apresento é muito mais que um produto indivídual, é um *melting pot* de contributos – diretos e indiretos –, saberes, conhecimentos e experiências, tidas não apenas no último ano, mas ao longo da vida. No entanto, o caminho só faz sentido quando partilhado, pelo que me resta agradecer a todos que o tornaram mais rico e estimulante.

Começo por agradecer à Comunidade de Perafita, sem a qual este relatório não teria passado de uma proposta de investigação. A todos os que tive o prazer de conhecer ao longo do último ano, um enorme obrigada pela forma como me acolheram, por partilharem a vossa essência, por abrirem a porta de casa e a janela da memória, por me mostrarem o encanto de Perafita. Certa de que o que recebi é imensuravelmente maior do que o que deixo, espero neste relatório honrar essa entrega. À Maria da Assunção, à Diana e à Selma, por acreditarem neste projeto desde o início, pela disponibilidade constante e pela forma como se envolveram. À D. Maria, à D. Lucinda, à D. Angelina, ao Senhor Manuel e ao Senhor Jorge, pela forma tão generosa como me contaram as suas histórias e memórias, pelo sorriso à chegada e o cuidado na partida, acompanhado de «a menina ainda há-de ficar por Perafita».

À Comissão da Fábrica da Igreja, na pessoa da Maria da Assunção Bessa, agradeço a forma comprometida e interessada com que acompanharam o Inventário do Património Móvel da Igreja, creio que em conjunto descobrimos a riqueza que essas paredes guardam. À Associação dos Amigos de Perafita na pessoa do seu presidente, o Arquiteto Antero Sousa, a geneuina curiosidade pelo meu trabalho, o porta-voz e defensor acérrimo de Perafita e do seu património. Não deixe de partilhar o seu tão interssante arquivo de memórias. Ao Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Toni Afonso, agradeço a simpatia e generosidade constantes.

À Professora e Orientadora Lúcia Rosas, o meu mais sincero agradecimento pela forma generosa e empanhada com que acompanhou esta investigação. Por todo o apoio e disponibilidade, sempre com uma palavra de incentivo e confiança. Guardo a exigência a que me submeteu e o conhecimento e rigor que me transmitiu, não enriquecendo apenas este trabalho, mas também a mim, enquanto pessoa e investigadora.

Ao restante corpo docente, agradeço pelo rigor e sede de conhecimento que sempre cultivaram nos seus alunos, desde a licenciatura ao mestrado. À Professora Ana Cristina, pelas fascinantes aulas de Iconografia, por mostrar modos de ver e ler as imagens. À Professora Leonor por nos incitar a pensar "fora da caixa" e pelo entusiasmo com que leciona e acompanha cada trabalho. Ao Professor Hugo, pela generosidade excecional e por também partilhar o carinho por Perafita.

De igual modo, expresso o meu agradecimento ao Doutor David Ferreira, supervisor de estágio na Direção Regional de Cultura do Norte, em primeiro lugar por ter acreditado no potencial da proposta, pela disponibilidade, interesse e cuidado, pela partilha de ideias e sugestões. À Doutora Lurdes Rufino, responsável pelo projeto museológico da Casa dos Milagres, pela simpatia e prontidão com que compatilhou a experiencia de intervenção em Perafita e pelo incentivo a continuar.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Alijó, Eng. José Paredes, ao Vice-Presidente Dr. Vítor Ferreira, à Vereadora da Educação, Drª Sónia Pires, pelo interesse, disponibilidade e atenção. À Vereadora da Cultura, Eng. Mafalda Mendes, pela curiosidade com que recebeu o projeto.

Aos meus amigos e colegas de aventura académica, pela presença constante e porque sem vocês este percurso não teria o mesmo brilho e cor. Ao João Diogo (JD) e à Maria Ana (Mi), por serem Porto de abrigo e desbravarem mundo comigo. À Ana Machado, pelas conversas boas, à Ana Magalhães, à Elisa e ao Pedro, ao João e à Tixa por todas as experiências e aventuras.

Agradeço à minha família, tios e primos, pelo apoio, incentivo e preocupação, não apenas durante este percurso, mas ao longo da vida. Em especial aos meus avós, por nunca terem poupado no carinho e demonstração de orgulho.

Por último, aos meus pais, pedras basilares da minha construção enquanto pessoa, agradeço o apoio constante e incondicional, por possibilitarem este percurso académico e compreenderem o tanto de mim que dedidiquei a esta investigação. Principalmente, obrigada por me deixarem voar, mesmo que por vezes para longe do ninho.

A todos, muito obrigada.

Porto, 13 de setembro de 2023

Ana Carolina Cardoso Cunha

Resumo

O presente relatório resulta de um laboratório patrimonial desenvolvido em colaboração com comunidade local da aldeia de Perafita (Vila Verde, Vila Real), ao longo de 12 meses, em contexto do estágio curricular realizado na Direção Regional de Cultural do Norte (DRCN), no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultural Visual.

Partindo de um estudo integrado de território-comunidade-património e da reflexão teórica e conceptual em torno da temática do envolvimento das comunidade nos processos patrimoniais, aplicámos um modelo de valorização do Património Cultural de Perafita. As sete ações desenvolvidas partem de uma colaboração entre todos os agentes patrimoniais – academia, tutela, comunidade, organizações locais, poder local – tendo em vista a identificação, valorização, salvaguarda e comunicação do património de proximidade (material e imaterial). A investigação superou o seu caráter curricular e académico através da colaboração e cocriação da comunidade em todas as ações e nas várias fases das mesmas. Encarámos os elementos da comunidade como agentes ativos, conscientes dos seus diretos e responsabilidades, incrementando a autoestima e autonomia.

Palavras-chave: Perafita (Vila Verde – Vila Real); Comunidade; Património de Proximidade; Laboratório Patrimonial; DRCN.

Abstract

This report is the result of a heritage laboratory developed in collaboration with the local community in the village of Perafita (Vila Verde, Vila Real) over 12 months, as part of a curricular internship at the *Direção Regional de Cultura do Norte* (DRCN), as part of the Master's Degree in Art History, Heritage and Visual Culture.

Based on an integrated study of territory-community-heritage and theoretical and conceptual reflection on the theme of community involvement in heritage processes, we applied a model for enhancing Perafita's cultural heritage. The seven actions developed are based on collaboration between all the heritage agents - academia, guardianship, the community, local organizations, local government - with a view to identifying, enhancing, safeguarding and communicating local heritage (tangible and intangible). The research went beyond its curricular and academic nature through the collaboration and co-creation of the community in all the actions and in their various phases. We saw community members as active agents, aware of their rights and responsibilities, increasing their self-esteem and autonomy.

Key-words: Perafita (Vila Verde – Vila Real); Community; Proximity Heritage; Heritage Laboratoty; DRCN.

Índice de Figuras

FIGURA 1. ESQUEMA - PIRÂMIDE DE RELAÇÕES ENTRE AGENTES NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE PERAFITA 20
FIGURA 2. ESQUEMA - ETAPAS DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA VALORIZAÇÃO E SALVAGUARDA PATRIMONIAL. 23
FIGURA 3. ESQUEMA – ESTADO DA ARTE 30
FIGURA 4. MAPA DA FREGUESIA DE VILA VERDE E CONFRONTAÇÕES. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 41
FIGURA 5. MORFOLOGIA DO TERRENO. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA. 42
FIGURA 6. *MAPPA DE PORTUGAL ANTIGO E MODERNO* (1762). JOÃO BAPTISTA DE CASTRO. COM ADIÇÃO DE ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 48
FIGURA 7. *MAPA DE LA PROVINCIA DE TRAS-LOS-MONTES: CONSTRUIDO SEGUN LAS MAS MODERNAS MEMORIAS* (1762). TOMÁS LÓPEZ DE VARGAS MACHUCA. COM ADIÇÃO DE ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 48
FIGURA 8. PAISAGEM CONSTRUÍDA DE PERAFITA. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 55
FIGURA 9. ESPIGUEIRO. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA. 56
FIGURA 10. EIRA. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 56
FIGURA 11. EXEMPLAR DE ARQUITETURA VERNACULAR. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 57
FIGURA 12. PORTA CARRAL. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 57
FIGURA 13. FONTE DAS HORTAS. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA. 58
FIGURA 14. FACHADA DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO. IMAGEM CEDIDA POR ANTERO SOUSA. 62
FIGURA 15. FONTE SANTA. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 66
FIGURA 16. CAPELA DO SENHOR DO MONTE. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 68
FIGURA 17. IGREJA DO SENHOR DOS MILAGRES, TORRE SINEIRA À DIREITA E CASA DOS MILAGRES A MEIO 69
FIGURA 18. CALVÁRIO. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 71
FIGURA 19. SENHOR DOS MILAGRES. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 74
FIGURA 20. PERCURSO PROCESSIONAL. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 75
FIGURA 21. CARTAZ DE 1955. IMAGEM PARTILHADA PELA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PERAFITA 77
FIGURA 22. CARTAZ DE 2022 AFIXADO NO CAFÉ DOS JUDEUS. ANA CAROLINA CARDOSO CUNHA 77
FIGURA 23. APRESENTAÇÃO DO INQUÉRITO. *GOOGLE FORMS* 133

FIGURA 24. QUESTÃO: IDADE. *GOOGLE FORMS*.....134
FIGURA 25. QUESTÕES: HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSÃO. *GOOGLE FORMS*.....135
FIGURA 26. QUESTÃO: RELAÇÃO COM PERAFITA. *GOOGLE FORMS*.....135
FIGURA 27. QUESTÃO: O QUE É PARA SI MAIS IMPORTANTE EM PERAFITA? *GOOGLE FORMS*..136
FIGURA 28. QUESTÃO: IDENTIFIQUE OS ESPAÇOS QUE MAIS GOSTA. *GOOGLE FORMS*.....136
FIGURA 29. QUESTÃO: IDENTIFIQUE OS ESPAÇOS QUE MENOS GOSTA. *GOOGLE FORMS*.....137
FIGURA 30. QUESTÃO: IDENTIFIQUE AS TRADIÇÕES E COSTUMES QUE MAIS GOSTA. *GOOGLE FORMS*.....137
FIGURA 31. QUESTÃO: IDENTIFIQUE AS TRADIÇÕES E COSTUMES QUE MENOS GOSTA. *GOOGLE FORMS*.....138
FIGURA 32. QUESTÕES: CONSIDERA IMPORTANTE MANTER O PATRIMÓNIO DE PERAFITA? QUAIS AS PRINCIPAIS VANTAGENS? *GOOGLE FORMS*.....138
FIGURA 33. QUESTÕES: RELATIVAMENTE ÀS OBRAS NA CASA DOS MILAGRES, QUAL O GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO RESULTADO FINAL? QUE ASPETOS CONSIDERA MAIS POSITIVOS? *GOOGLE FORMS*.....139
FIGURA 34. QUESTÃO: QUE ASPETOS CONSIDERA MENOS POSITIVOS? *GOOGLE FORMS*.....139
FIGURA 35. QUESTÃO: O QUE CONSIDERA QUE PODE SER MELHORADO NA ABORDAGEM DOS ÓRGÃOS DE PODER? *GOOGLE FORMS*.....139
FIGURA 36. QUESTÃO: SE CONSIDERA QUE O PATRIMÓNIO PODE TRAZER QUALIDADE DE VIDA E UNIR A COMUNIDADE, COMO ACHA QUE ISSO PODE SER ALCANÇADO? *GOOGLE FORMS*..140
FIGURA 37. DIVULGAÇÃO. CAPTURA DE ECRÃ DA PUBLICAÇÃO DE *FACEBOOK* DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO. 141
FIGURA 38. CAPA DO GUIA. 162
FIGURA 39. CICLO DE MANUTENÇÃO 163
FIGURA 40. LISTA DE MANUTENÇÃO 164
FIGURA 41. IMAGEM ILUSTRATIVA DAS ORIENTAÇÕES 165
FIGURA 42. FICHA DE INVENTÁRIO MODELO. 171
FIGURA 43. REGISTO DE UMA CASULA.....174
FIGURA 44. FORMAÇÃO. PREFERÊNCIAS VISUAIS, AFETIVAS E IDENTITÁRIAS.....179
FIGURA 45. FORMAÇÃO. *ISTO É PATRIMÓNIO?* 179
FIGURA 46. PARTICIPANTES DA FORMAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS. NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA CASA DOS MILAGRES. 184
FIGURA 47. CAPTURA DE ECRÃ DE PUBLICAÇÃO NA PÁGINA DE FACEBOOK DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PERAFITA. ANTERO SOUSA. 184
FIGURA 48. INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO: EXEMPLO DE QUESTÃO RELATIVA AO GRAU DE SATISFAÇÃO. 186

FIGURA 49. PLATAFORMA O TERRITÓRIO. DIVULGAÇÃO DA FESTA DE PERAFITA 197
FIGURA 50. PLATAFORMA O TERRITÓRIO. DIVULGAÇÃO DA FESTA DE PERAFITA (CONTINUAÇÃO) 197

Índice de Tabelas

TABELA 1. RECENSEAMENTOS DE VILA VERDE E PERAFITA DE 1706-2021. 51
TABELA 2. CENSOS 2021. VILA VERDE 134
TABELA 3. PROFISSÕES POR GRUPOS 143
TABELA 4. RELAÇÃO IDADE - LOCAL DE RESIDÊNCIA 145
TABELA 5. ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA ALDEIA 145
TABELA 6. ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DE PERAFITA 146
TABELA 7. PATRIMÓNIO MATERIAL QUE *MAIS GOSTA* E *MENOS GOSTA* 147
TABELA 8. PATRIMÓNIO MATERIAL – PREFERÊNCIA POR GRUPOS ETÁRIOS 149
TABELA 9. PATRIMÓNIO IMATERIAL QUE *MAIS GOSTA* E *MENOS GOSTA* 150
TABELA 10. COMPARAÇÃO (%) ENTRE FEIJOCAS E GASTRONOMIA 151
TABELA 11. AMOSTRA QUE NÃO SE IDENTIFICA COM O ENTRUDO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA 151
TABELA 12. PATRIMÓNIO IMATERIAL – PREFERÊNCIA POR GRUPOS ETÁRIOS 152
TABELA 13. PRINCIPAIS VANTAGENS EM SALVAGUARDAR O PATRIMÓNIO LOCAL 153
TABELA 14. INTERVENÇÃO CASA DO MILAGRES - RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE SATISFAÇÃO E COM A CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES 154
TABELA 15. ASPETOS MAIS E MENOS POSITIVOS DA INTERVENÇÃO 155
TABELA 16. O QUE PODE SER MELHORADO NA ABORDAGEM DOS ÓRGÃOS DE PODER. 156
TABELA 17. COMO PODE O PATRIMÓNIO CONTRIBUIR PARA A QUALIDADE DE VIDA E COESÃO COMUNITÁRIA 157
TABELA 18. LEVANTAMENTO DE PEÇAS INVENTARIADAS 172
TABELA 19. PROFISSÕES DOS PARTICIPANTES 185
TABELA 20. FICHA DE INVENTÁRIO PCI 189
TABELA 21. LEVANTAMENTO DO PCI 193

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1. IDADE 142
GRÁFICO 2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS 143
GRÁFICO 3. RELAÇÃO COM PERAFITA 145
GRÁFICO 4. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA FORMAÇÃO COM PERAFITA 186

Lista de abreviaturas e siglas

AAP ..... ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PERAFITA

AHD ..... DISCURSO AUTORIZADO DO PATRIMÓNIO

AHFT ..... APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DE FOZ TUA

DGPC ..... DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

DL ..... DECRETO-LEI

DRCN ..... DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURAL DO NORTE

ICOM..... INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS

ICOMOS ..... INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES

ICCROM ..... INTERNATIONAL CENTRE OF THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY

PCI ..... PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

PREMAC ..... PLANO DE REDUÇÃO E MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

UNESCO ..... ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Introdução

O presente Relatório de Estágio desenvolvido no estágio curricular na Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultural Visual, congrega a valorização do Património Cultural de Perafita (Vila Verde) e da sua comunidade local. Desenvolvido sob a forma de um laboratório patrimonial, permitiu a reflexão, criação e testagem de metodologias, por intermédio da cocriação de ações aplicadas ao património de proximidade.

Apresentação e justificação da abordagem. Crescemos como indivíduos, mas também como parte de uma comunidade, através da nossa relação com os outros. Temos a nossa própria história e identidade, mas também partilhamos de uma identidade coletiva, assente num diverso mosaico de expressão cultural e criativa. Assim, o Património tem um significativo valor estratégico pois, enquanto proporciona uma âncora no tempo longo, também tem potencial para criar mudança, dinamismo e multiplicidade[1].

Neste sentido, o património cultural está cada vez mais articulado com projetos territoriais, integrando dimensões sociais, culturais, económicas e políticas[2]. O estudo dos modos de valorização patrimonial e da sua incidência na valorização e desenvolvimento dos territórios e das comunidades, permite-nos avançar com o potencial contributo do património de proximidade para a coesão e bem-estar das comunidades.

> *Reforçar o sentido de pertença à comunidade* […]*, através da responsabilização de todos pelos* ***patrimónios de proximidade****, enquanto «bem comum» que importa não só conhecer e preservar, mas questionar, refletir, discutir, aprender a reinterpretar e recontextualizar*[3]

O relatório de estágio *Património de Proximidade. O envolvimento da comunidade na valorização do Património Cultural de Perafita (Vila Verde – Vila Real)*, resulta da implementação de um laboratório patrimonial de base social e coesiva na aldeia

[1] MOREIRA *in* PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: [Prefácio]
[2] FOURNIER, *dir. et al*, 2012: 7
[3] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 33

de Perafita (Vila Verde), onde se exploram as potencialidades de uma abordagem de cocriação e colaboração com a comunidade local, no sentido de se apurarem preferências, definirem estratégias e implementarem ações de valorização do património de proximidade. A valorização e salvaguarda patrimonial é uma responsabilidade coletiva, sendo para tal necessário fomentar o diálogo e colaboração entre as partes, potenciando as respetivas valências [esquema 1].

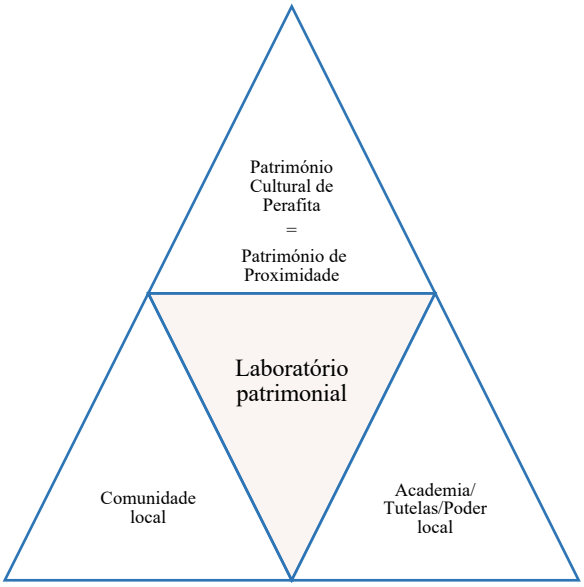


Figura 1. Esquema - Pirâmide de relações entre agentes na valorização do Património Cultural de Perafita

A temática que aqui se apresenta foi sendo definida desde a unidade curricular *Metodologia de Projeto e Investigação I,* onde se testaram as suas potencialidades de investigação. À época, ainda restrita ao Santuário do Senhor Milagres de Perafita e os seus ex-votos, a noção de *património de proximidade* era já central. Propunha-se conhecer, a partir da comunidade, os bens patrimoniais em questão, apurar os atributos que esta reconhece e valoriza como parte significativa da sua identidade e memória coletiva, vertendo, assim, em recursos adequados e desejados pela comunidade.

A manutenção da cultura e das manifestações patrimoniais, simbólicas ou artísticas da uma comunidade só é possível quando, permeável ao processo evolutivo do tempo e da própria comunidade, esta a continua a desejar. Neste sentido, um qualquer modelo de empoderamento da comunidade deve reconhecer-se que esta é a melhor posicionada para

identificar as suas necessidades, respeitando a complexidade da comunidade enquanto uma estrutura social e dos processos culturais e de sociabilização que lhe são inerentes.

Num território sobre o qual a produção científica é escassa, a comunidade revelou-se uma fonte indispensável para conhecer o território e o património de forma mais aprofundada. O estreitar da relação entre a comunidade e o património de proximidade, através da sua «preservação e […] utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida»[4], como salientado pela *Conservação-Quadro de Faro* (2005).

Assim, as ações desenvolvidas vão ao encontro dos *Objetivos de Desenvolvimento* Sustentável (4 e 11), promovendo a valorização da diversidade cultural e através da cultura contribuir para o desenvolvimento sustentável. Visam, ainda, capacitar a comunidade, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem inclusivas e equitativas de qualidade nas diferentes fases da vida.

Um dos aspetos mais característicos da identidade é a pertença a um determinado lugar, já que os locais – *teatros da memória*[5] - têm impacto na vida quotidiana, nomeadamente na sua organização e estruturação. O território de Perafita tem como principais agentes transformadores da paisagem cultural no tempo longo a agricultura e as marcas sacralização.

Desenvolveu-se, assim, um estudo integrado que analisa o território nos seus contextos histórico, cultural, artístico, devocional e comunitário, salientando o lugar do património cultural imaterial, uma vez que este é parte fundamental das vivências comunitárias quotidianas e extraordinárias. Ademais, o património é um processo que nasce da coexistência de práticas imateriais e sítios/objetos, pelo que o pleno conhecimento de uma depende da outra.

As alterações socioeconómicas ocorridas desde a segunda metade do século XX conduziram ao desaparecimento de uma parte significativa das práticas imateriais. O caráter vivo do Património Cultural Imaterial (PCI) resulta na fragilidade do mesmo e na dificuldade da sua conservação, sobretudo quando as suas funções sociais, económicas ou religiosas desapareceram. Atentando para o perfil demográfico de Perafita,

[4] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 1º c)
[5] SAMUEL, 1994 *Apud* SMITH, 2006:46

marcadamente envelhecido no seu grupo residente, é urgente fomentar a transmissão e preservar a memória das manifestações que se encontram em risco com o desaparecimento natural dos seus detentores.

Apresentação da instituição que acolheu o estágio. O artigo 3º da Lei nº 107/2001, que estabelece as bases da política de proteção e valorização do património cultural, entende como dever do Estado: «O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural […]»[6]. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 114/2012 determina como missão das direções regionais, «o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial»[7]. Devendo «Promover a sensibilização e divulgação de boas práticas para a defesa, valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, nomeadamente através de ações educativas e de formação em articulação com a DGPC»[8]. Através do estágio curricular desenvolvido na Direção Regional de Cultural do Norte procuramos dar resposta a estes desígnios, aplicados ao estudo de caso de Perafita.

A instituição que acolheu o estágio, apresenta uma longa relação de conhecimento e intervenção no território em estudo. Primeiramente, foi responsável pelo processo de classificação do Santuário do Senhor dos Milagres de Perafita como Conjunto de Interesse Público. A abertura do procedimento de classificação é feita em 2003, tendo a classificação ocorrido em 2013, com fixação da respetiva Zona Especial de Proteção (ZEP).

Posteriormente, no âmbito das medidas compensatórias do Aproveitamento Hidroelétrico do Foz Tua (AHFT), a DRCN fica responsável pelo projeto de valorização do Santuário, nomeadamente, o acompanhamento das obras, restauro dos ex-votos, a partir do qual nasce o catálogo *Tábuas de Salvação. Os ex-votos do Senhor de Perafita e seu Santuário*, e criação de um projeto museológico. Deste modo, a longa relação entre a tutela e a comunidade permite levantar algumas questões no âmbito da abordagem colaborativa. Qual a impacto destas intervenções na comunidade e qual a perceção? Qual a responsabilidade do instituição que acolhe o estágio?

[6] PORTUGAL. Assembleia da Républica, 2001: art.º 3º
[7] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2012: art.º 2º
[8] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2012: art.º 2º

O estágio permitiu-nos olhar para o mesmo objeto do estudo a partir dos dois extremos do processo patrimonial, quem tem a decisão face à intervenção e quem de forma direta usufruiu e mantem os bens patrimoniais. Neste sentido questionamo-nos: Como podemos contribuir para que futuramente a DRCN tenha uma maior perceção da opinião da comunidade, sem que tal tenha um impacto acrescido na carga de trabalho da tutela? De que forma pode a tutela capacitar as comunidade para que estas tenham maior autonomia, assim como uma atuação mais consciente e responsável?

Não tendo a DRCN responsabilidade de intervir sobre os bens classificados, encargo esse do proprietário - em grande parte dos casos a Igreja Católica –, apenas sobre os bens patrimoniais do Estado que lhe estão afetos, procurou-se desmistificar esta conceção entre a comunidade. De igual forma as ferramentas desenvolvidas podem ser aplicadas a outros locais e difundidas no raio de atuação da Direção Regional, no sentido de catalisar as capacidades de cada agente envolvido e sensibilizar para a responsabilidade coletiva, para o fim comum da valorização patrimonial.

Metodologia de investigação. A investigação foi pensada em quatro etapas: estabelecer relação com a comunidade, identificar, registar/inventariar e comunicar.

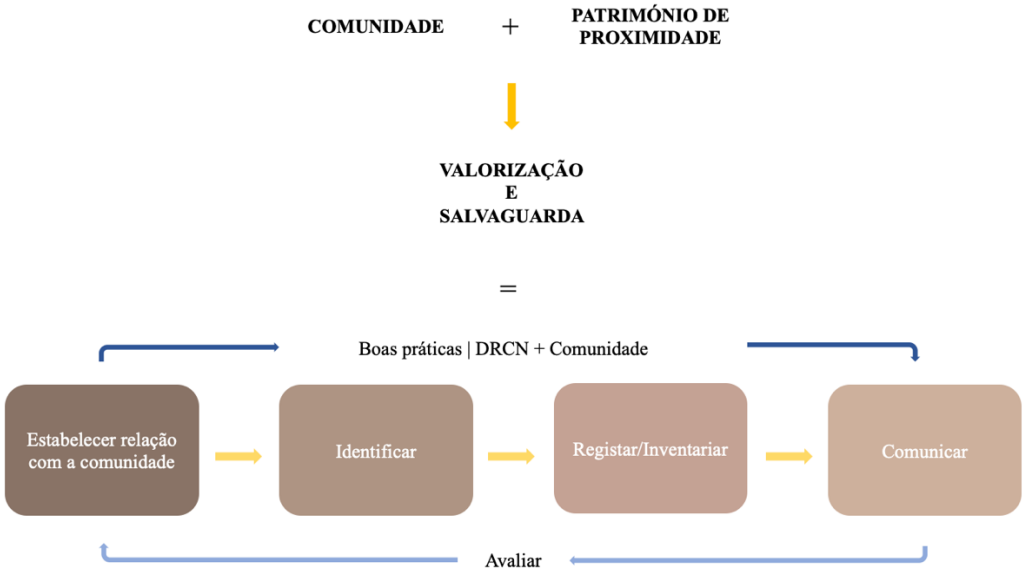


Figura 2. Esquema - Etapas de envolvimento da comunidade na valorização e salvaguarda patrimonial.

Os trabalhos de investigação do primeiro ano de mestrado foram utilizados de forma exploratória, de modo a poder observar a temática e o objeto de estudo de diversos pontos de vista e abordagens. Neste sentido, a unidade curricular *Etnografia urbana e desenvolvimento comunitário*, do Mestrado em Sociologia, enriqueceu esta investigação com ferramentas de pesquisa como a observação exploratória e participante, que permitiram ter uma perspetiva científica da comunidade e observar as suas possibilidades para a História da Arte e os estudos de Património.

A par da observação participante regular através de conversas informais, o que possibilitou estabelecer uma relação de confiança com a comunidade, a participação em eventos comunitários como almoços convívio, duas caminhadas, práticas como o entrudo e a Festa da aldeia, permitiram também observar a comunidade na sua inter-relação e interação com o território e o património. De destacar que o convite de uma família para almoçar e participar com ela nos vários momentos da Festa – missa, procissão, leilão e despedida da banda –, proporcionou uma visão interna das vivências familiares e comunitárias, que de outra forma não poderia ser alcançada.

Em comunidades rurais/interiores, onde as faixas etárias mais avanças geralmente possuem pouca ou nenhuma escolaridade, a oralidade assume-se como o principal mecanismo de transmissão de conhecimentos, memórias e saberes e, por isso, lhe dedicamos uma parte considerável do nosso tempo de trabalho. A oralidade foi, assim, uma das principais fontes deste estudo, estando presente não apenas em fase de pesquisa, como de construção, realização e tratamento dos resultados do inquérito, tal como nos inventários realizados.

Paralelamente ao trabalho de campo, procedeu-se à consulta de fontes e bibliografia que possibilitaram uma visão integrada sobre a temática, assim como a frequência em conferências, das quais se destacam: *I Encontro Nacional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* e O *encontro* (DGPC). Enriqueceu toda a investigação o acompanhamento regular através de reuniões de orientação, as quais permitiram o direcionamento e redireccionamento do trabalho e fomentaram uma abordagem crítica.

Objetivos e problemática. A valorização do Património Cultural de Perafita, em cocriação e colaboração com a comunidade local, visando, por intermédio, contribuir para a sua coesão e bem-estar, correspondem aos grandes objetivos traçados no Plano de

Estágio. Levantou-se, assim, como problemática: *Como é que a valorização do Património Cultural de Perafita pode potenciar a coesão social e o bem-estar da comunidade?*

Crendo inicialmente ser o santuário o polo centralizador do território do tempo longo, a partir do qual se geram múltiplas manifestações imateriais, procuramos conhecer o material e o imaterial na sua estreita relação. A consciencialização para a responsabilidade coletiva na conservação, salvaguarda e transmissão, ficaram também estabelecidos.

Contributos. Entendemos que o relatório desenvolvido, assim como os recursos que derivam das ações realizadas apresentam contributos para os vários agentes.

Comunidade

- O trabalho de colaboração e cocriação resultou numa comunidade mais conhecedora do seu valor, e simultaneamente, que se sente mais valorizada. Portanto, acreditamos ter contribuímos para a qualidade de vida e bem-estar da comunidade;
- Os agentes local têm mais conhecimento sobre o património de proximidade, a importância de o manter e valorizar. A transmissão de boas práticas e a consciencialização da responsabilidade sobre o património, contribuiu na formação de agentes ativos e com maior autonomia;
- Demos voz à comunidade para que identificasse os bens culturais (materiais e imaterial) que mais valoriza (de forma visual, afetiva e identitária); opinasse e definisse estratégias de atuação;
- Entende-se que o trabalho em torno de um propósito comum, a valorização do património de proximidade, reverteu numa comunidade mais coesa.

Academia

- Não existindo estudos monográficos sobre Perafita, contribuímos com a produção de conhecimento sobre o território;

- Demonstramos a possibilidade de conjugar metodologias e áreas de conhecimento diversas, no sentido a uma investigação mais completa e integrada, aberta a incorporar futuras mutações na comunidade e no território;
- Agregamos à teoria a componente prática. Expusemos como a investigação nas áreas de estudo do mestrado não de esgota na recolha de fonte, mas pode e deve resultar do envolvimento dos agentes locais;
- Aplicamos diferentes metodologias de valorização e salvaguarda patrimonial, pelo que a respetiva partilha de resultados pode contribuir para outros estudos;
- Troca de valências: Levamos a academia ao território e à comunidade e vice-versa;
- Reforçamos a pertinência de produzir conhecimento para a sociedade e não apenas para circular entre o nicho especializado. Uma das principais vantagens de um estágio cultural é de permitir que os projetos superem o seu caráter académico e curricular;
- Também os inventários realizados constituem, *per se*, uma fonte de conhecimento ao dispor da academia.

<u>Instituição que acolheu o estágio</u>

- Desenvolvimento e testagem de mecanismos para aferir previamente o interesse das comunidade - que detêm os bens patrimoniais e mais diretamente vão ser impactadas –, como posteriormente o impacto real das intervenções;
- Demonstração dos benefícios da integração de uma perspetiva social nas políticas de atuação institucional;
- Dentro da missão da DRCN, contribuímos com a criação de ferramentas que possibilitam aos zeladores do Património a sua utilização e manutenção de forma consciente e responsável, diminuindo os riscos de danos sobre os edifícios/objetos.

<u>Poder local</u>

- Maior conhecimento do Património Cultural de Perafita e da sua diversidade;

- Demonstração da pertinência de integrar uma perspetiva científica, nomeadamente da História da Arte, do Património e da Cultura Visual, nas políticas públicas e como através desta podem estabelecer uma relação efetiva de proximidade com a comunidade local;
- Conhecimento de boas práticas de manutenção do património cultural móvel e imóvel, para que também este as adote e promova, quer na sua estrutura interna, quer entre um público alargado.

Pessoal

- O contacto com um grupo tão heterogéneo de agentes, desde a instituição que acolheu o estágio, poder local e comunidade, possibilitou:
    - Conhecer e interagir com os vários agentes envolvidos nos processos patrimoniais;
    - A aquisição de competências de adaptação, comunicação, entre outras *soft skills*;
    - Desenvolvimento de capacidade de resposta a desafios impostos pela abordagem centrada na comunidade, uma vez que é necessário adequar ao tempo e funcionamento interno da mesma.

Organização dos capítulo. A presente investigação é composta por três volumes: o primeiro diz respeito ao relatório de estágio, enquanto os volumes II e III correspondem aos apêndices.

O Volume I é dividido em duas partes que correspondem ao estudo do território e reflexão teórica e conceptual e, a segunda, a dimensão prática.

A Parte I divide-se em cinco capítulos. O primeiro apresenta um estudo diacrónico do território de Perafita, identificando e interpretando as diferentes camadas da paisagem, através de dois elementos primordiais: o geográfico e o histórico. Trabalhar o património de proximidade – nas suas diferentes formas – requer *a priori* conhecer o território e como este interfere nas estruturas comunitárias do quotidiano e do sazonal, isto é, lugares e itinerários, assim como manifestações culturais e cultuais. Neste sentido, o estudo verteu em dois subcapítulo: a paisagem rural e a sacralização do território, que não só podemos

entende como principais agentes de transformação da paisagem, como elementos integrantes da identidade local.

Os capítulos seguintes servem de embasamento teórico e conceptual para a componente prática vertida na parte II. Procurou-se primeiro conhecer e refletir sobre o que foi feito e como é feito, para depois aplicar, criar e testar, acreditando que apenas assim se pode criar um laboratório patrimonial sólido. Neste sentido, o capítulo 2: *Património Cultural: âncora de identidades*, aborda o Património, a Identidade e a Comunidade como conceitos intimamente relacionados, no sentido em que todas as comunidades, independentemente da forma que assumam, precisam de âncoras identitárias, encontradas em repertórios patrimoniais que selecionam e ativam, de modo que se possam posicionar no tempo e se afirmar por oposição a outras comunidades. Dentro deste capítulo, reflete-se de forma sumária sobre os desafio que a globalização e o turismo e a sua tendência à homogeneização trazem para a diversidade cultural.

O capítulo 3 versa sobre o *Discurso Autorizado do Património,* enquanto discurso dominante dentro das práticas patrimoniais ocidentais, que assume um forte papel na construção e legitimação do que é património, privilegiando uma série de características e ideais, e definindo quem tem propriedade para falar sobre e pela natureza e significado do património. Neste sentido, faz-se uma análise à doutrina internacional de modo a perceber a evolução do conceito de património e do pensamento em torno da sua preservação, bem como o debate sobre a participação das comunidades nesse processo.

Tendo analisado o que as normas internacionais – com impacto no panorama nacional – estabelecem sobre a participação das comunidades, o capítulo 4 debruça-se sobre: *A importância do envolvimento da comunidade no processo de valorização e salvaguarda do património cultural*. Fazemos, neste sentido, um estado da arte sobre a *Escada de Participação Cidadã*, relativamente aos nível de participação que os diferentes agentes podem assumir no processo decisivo. Através da aplicação da *People-Centred Approach* refletimos sobre os benefícios que o envolvimento das comunidades pode trazer, quer para as próprias, quer para o poder local, a academia e as tutelas e como tal pode ser alcançado.

Por último, o capítulo 5 apresenta o caso concreto do *Património Cultural Imaterial*, abordando a *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003), os desafios à sua salvaguarda e, por fim, o *contexto nacional: regime jurídico, intervenção e salvaguarda*.

A parte II é dividida em sete capítulos, onde se aborda cada uma das ações de valorização do património de proximidade, os quais são compostos pela nota metodológica e apresentação de resultados. A primeira ação corresponde ao inquérito «Conhecer Perafita através da sua comunidade», onde se aferiram as preferências visuais, afetivas e identitárias da comunidade – materiais e imateriais –, bem como se apuraram as abordagens que a comunidade entende que mais eficazmente podem contribuir para a qualidade de vida e coesão. No caso concreto da intervenção da DRCN no território, nomeadamente na Casa dos Milagres, determinou-se o grau de satisfação com o resultado e com as várias componentes envolvidas e como, a partir desta experiência, a abordagem quer da tutela, quer do poder local pode ser melhorada.

Foram então desenvolvidas seis ações, três relativas ao património cultural móvel e imóvel e três focadas no património cultural imaterial. Dialogando entre si, o Guia e a Formação de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel são ferramentas de sensibilização e consciencialização para a adoção de boas práticas na interação quotidiana com o património, conferindo autonomia à comunidade. Encadeado surge o Inventário do Património Cultural Móvel da Paroquia de Perafita, atuando como medida de salvaguarda e valorização, tal como o Inventário do Património Cultural Imaterial de Perafita. No tocante ao imaterial, além do inventário, divulgou-se a Festa de Perafita na plataforma *o Território* da DGPC, tirando partido da ferramenta recentemente criada no âmbito da promoção do imaterial e, por último, desenvolveu-se uma proposta de exposição, no sentido de valorizar o património cultural imaterial e demonstrar à comunidade o papel fulcral dos mesmos na criação, manutenção e transmissão, estimulando a sua autoestima.

Os volumes II e III apresentam as ferramentas criadas. O volume II contém uma tabela onde se organizou sumariamente o trabalho desenvolvido ao longo dos meses, o Guia e a Formação de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel e o Inventário do Património Cultural Imaterial. No volume III, encontra-se o Inventário do Património Cultural Móvel da Paroquia de Perafita. Este último, é de acesso restrito, uma vez que contem informação detalhada das peças e da sua localização dentro do recinto, pelo que a sua partilha pública comprometeria um dos principais propósitos para que foi criado, de salvaguarda contra a criminalidade.

Estado da Arte[9]

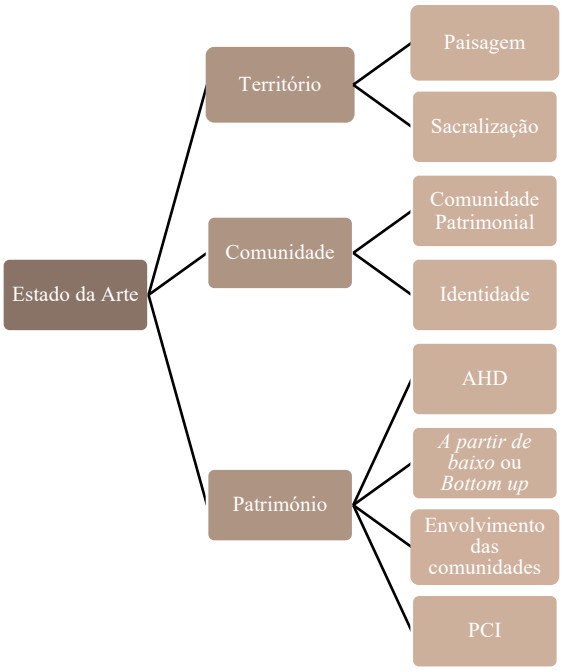


Figura 3. Esquema – Estado da Arte

O enquadramento teórico e conceptual, que em seguida se desenvolve, estrutura-se em torno dos três conceitos centrais que sustentaram o presente relatório: território, comunidade e património. A ordem pela qual se organizam apenas diz respeito à sequência pela qual surgem nos capítulos de reflexão teórica. Não obstante a separação esquemática dos conceitos, estes coexistem e complementam-se ao longo de toda a investigação, sendo imprescindível a sua compreensão integrada, bem ilustrada pela *Convenção-Quadro de Faro* (2005), com a noção: «o património cultural […] inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo»[10]. Contudo, é de salientar que nem sempre se refletiu ou reconheceu esse diálogo. Neste sentido, não se pretende fazer uma análise histórica dos conceitos, mas antes um estado do conhecimento sobre a temática e demonstrar a pertinência e

[9] Quando pertinente, o estado da arte acompanhará o capítulo ou nota metodológica.
[10] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 2º

atualidade da mesma. As obras citadas neste estado da arte decorreram de uma seleção cirúrgica, uma vez que, como é sabido, a produção escrita sobre as questões do território, das comunidades e do património é vastíssima. Selecionamos os autores e as obras que consideramos mais pertinentes para este estudo concreto.

Território. O estudo do território foi, neste trabalho, crucial para contextualizar e enquadrar a comunidade e o património cultural. A consulta das obras que neste parágrafo se citam foi fundamental para a definição da abordagem que fizemos relativamente à criação do lugar, através de uma perspetiva dinâmica, atendendo às significações sociais e culturais. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1981 e 1986) dedica ao território uma abordagem antropológica, do ponto de vista da sua utilização e representações, entendendo o território como o conjugar de espaços que interagem na estruturação da vida pública e privada de uma comunidade, quotidianamente e sazonalmente. De forma complementar, a obra de Gisèle Gantois e Yves Schoonjans, *Narrating the Cultural Landscape. Tracing the actual significances of heritage* (2017), foi um importante instrumento para a análise do território e da paisagem, entendida pelos autores na sua estreita relação com o património, visto como um processo dinâmico. Neste sentido, o método *Spatial Narration,* explora as várias camadas do contexto do património cultural e a interação das comunidades com o mesmo, em constante mutação, sendo o território abordado do ponto de vista das narrativas, ou seja, de uma subtil, mas complexa rede social, cultural e ecológica. De notar, a relevância e atualidade da abordagem proposta por Gantois e Schoonjans, tendo sido basilar não apenas ao capítulo relativo ao território, mas transversal a todo o estudo, considerando-se que uma investigação sustentada só o é se atender a esta complexa rede.

A escassez de bibliografia específica para o estudo de caso, Perafita, conduziu à leitura cruzada de fontes históricas, cartografia, recenseamentos e literatura científica sobre a região no tempo longo, no sentido de colmatar essa lacuna. De destacar o *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)* (2017), promovido no contexto da construção da Barragem do Tua, que nos seus três volumes nos oferece um trabalho exaustivo, resultado da colaboração de vários autores de diferentes áreas disciplinares, a partir do qual nos é possível conhecer a região na sua diacronia, através de diferentes temáticas, tendo sido um importante contributo para este relatório.

De modo a compreender a agricultura como principal fator de transformação da paisagem, enquanto atividade económica, bem como o sistema de organização que dela deriva, destaca-se a consulta da obra *Portugal: Paisagem Rural* (2017), de Henrique Pereira Santos, assim como a *Alfaia Agrícola Portuguesa* de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, entre outras obras de Jorge Dias[11]. Não obstante, e porque estamos perante uma paisagem rural, revelou-se necessário aprofundar o estudo com leituras da área da arqueologia, com obras de Henrique Botelho (1898), Vítor de Oliveira Jorge (1982), Maria de Jesus Sanches (2000), António Carvalho (2003), assim como a informação disponibilizada pelo *Portal do Arqueólogo*, importante ferramenta para localizar geográfica e cronologicamente vestígios arqueológicos.

Do ponto de vista da sacralização do território, importante elemento na estruturação do espaço, destacam-se os estudos de Alphonse Dupront (1978) e Mircea Eliade[12], nomeadamente o *Tratado de História das Religiões* (1948), obra pioneira dentro da temática, com um importante contributo para a conceptualização de fenómenos como a *hierofania.* Dada a abrangência dos conceitos relacionados com o espaço sacro, foi necessário complementar o estudo com a consulta de obras de caráter mais específico, nas quais se destaca, novamente, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1964, 1966, 1979, 1984, 1994). Não obstante a pertinência destas obras, foi transversal o cuidado na sua leitura, devido a termos como *religiosidade popular*, noção que a academia se tem vindo a desprender, uma vez que coloca a religiosidade praticada pela comunidade, como um fenómeno marginalizado da religião doutrinal instituída pela Igreja, à semelhança da diferenciação que se faz de sagrado e profano. Procura-se, dessa forma, compreender ambas as dicotomias como práticas estabelecidas por um denominador partilhado, a devoção, pelo que na aplicação que delas fazemos as encaramos como complementares e não antagónicas.

O espaço sacro foi mais recentemente abordado por Alexei Lidov (2006), do ponto de vista da sua criação. Entende que o espaço, na sua dimensão física e sensorial, é uma criação do homem, em resposta ao desejo de Deus, manifestado através de uma hierofania. Introduz, portanto, o conceito de *Hierotopia*: «Hierotopy is creation of sacred

[11] DIAS, Jorge (1981). *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*. Lisboa: Editorial Presença; DIAS, Jorge (1948). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Edição de 1981.
[12] ELIADE, Mircea (1957). *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Relógio d'Água.

spaces regarded as a special form of creativity, and a field of historical research which reveals and analyses the particular examples of that creativity»[13], basilar à interpretação que se procurou fazer em Perafita. De destacar o trabalho de Natália Marinho Ferreira Alves, *O Santuário do Senhor de Perafita. Aspetos da mentalidade religiosa popular na segunda metade do século XVIII* (1987), pela interpretação que faz da sacralização do território em estudo, pelas fontes compiladas relativas às obras de transformação do santuário e inventário das tábuas votivas.

Comunidade. Como ponto de partida, a leitura de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nomeadamente a obra *Património, o seu entendimento e a sua gestão* (1998), revelou-nos como compreender a comunidade é um elemento indispensável para conhecer o património, pelo significado que o património tem na construção e existência das comunidades. Ajudou-nos, ainda, a perceber que o seu entendimento cruzaria necessariamente o conceito de identidade.

A *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* (2005) consagra o conceito de *Comunidade Patrimonial*:

> *Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras*[14].

Basilar ao presente estudo, revoluciona o paradigma patrimonial, que há muito carecia de tal definição. A partir desta, compreende-se que uma comunidade patrimonial pode ser integrada por qualquer pessoa, desde que valorize, deseje manter e transmitir determinados aspetos do património, sendo, portanto, uma estrutura viva e aberta.

Não sendo objetivo fazer uma análise histórica do construto – Comunidade –, como anteriormente se referiu, até porque esta seria uma tarefa exigente e complexa, não apenas pela abrangência e mutabilidade do conceito, como pelo leque alargado de disciplinas que se dedicam à sua reflexão, é, contudo, crucial aprofundá-lo para, posteriormente, tratar a comunidade patrimonial e as várias abordagens a ter com o património.

---

[13] LIDOV, 2006:32
[14] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 2º. b.

Tendo em conta a pluralidade de abordagens ao conceito, procurou-se, antes de mais, uma definição genérica de Comunidade, encontrada no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, entendendo-se, assim, a comunidade como uma unidade social com um denominador comum, manifestado através de fatores geográficos, históricos, culturais, religiosos, raciais, entre outros.

Refletindo sobre a construção e definição de uma comunidade, conclui-se que esta reside em elementos simbólicos como práticas, hábitos e valores. Se para Michael Billig (1995) estes elementos simbólicos representam o *lugar-comum* e trabalham para *lembrar e identificar inconscientemente*, para Laurajane Smith (2006) estes atuam como um recurso a partir do qual as comunidades se definem e mais concretamente definem, por oposição a outras, quem não são. Na ótica de Talja Blockland (2017), é a partir das experiências partilhadas, sejam elas sociais, culturais, económicas ou políticas que a comunidade constrói uma narrativa de pertença comum e um posicionamento similar.

Bauman (1990) e Blockland (2017), debruçam-se sobre a questão do espaço físico na comunidade. O primeiro autor diferencia a proximidade física da proximidade mental, já a segunda autora reflete sobre a importância da dimensão territorial na noção de comunidade. Ainda que distantes no tempo e na abordagem, as leituras complementaram-se no entendimento de que uma comunidade ainda que tenha uma ligação a um lugar o pode transcender através da capacidade de *experience fellow feeling*[15].

Llorenç Prats (1997) entende a formulação da identidade como apenas uma versão da mesma, podendo existir várias versões, sendo elas complementares, opostas ou ignorando-se. Para o autor, a construção destas versões reside na ativação de repertório patrimoniais, não sendo a identidade uma propriedade intrínseca dos objetos, mas uma construção das comunidades, que necessita de ser aberta e manifestada publicamente. Neste sentido, também Guilherme d'Oliveira Martins entende que «uma identidade viva tem de ser disponível, aberta, rigorosa e apta a receber e a dar»[16].

Jean-Claude Duclos (1997) introduz a ideia de identidade como fator de coesão e como aliada ao património permite a uma comunidade que esta se projete no futuro e negoceie a história. Continuidade que na conceção de Joan Josep Pujada (1993) passa também por *descontinuidades, cruzamentos e mudanças de rumo*. É, ainda, de salientar

[15] BAUMAN, 1990:40
[16] MARTINS, 2020: 13

o contributo de Maria de Fátima Amante (2005) para compreender a afirmação da identidade local e negociação estratégica da mesma. A partir do exemplo disponibilizado pela autora, foi possível alcançar como os não residentes se podem continuar a rever como parte da comunidade. Este conhecimento refletiu-se diretamente na parte prática deste relatório.

Se Elsa Peralta e Marta Anico (2005) entendem o património e a identidade como a *extensão óbvia um do outro*, por oposição, Paulo Peixoto (2005), encara a identidade e o património como realidades antagónicas, considerando que a primeira mata a segunda, isto é, a identidade vivida reside em práticas quotidianas que apenas adquirem o estatuto patrimonial quando a sua função social se perde. Neste sentido, considera que o estatuto patrimonial reconhece a morte de uma identidade. De ressalvar a importância de Paulo Peixoto na reflexão sobre património vivo adjacente ao capítulo relativo ao Património Cultural Imaterial.

Na reflexão sobre os desafios da globalização e do turismo as obras de Moreira (2005), Amante (2005), Miranda (2012), González-Varas (2015), e Oliveira Martins (2020), permitiram uma visão atualizada sobre os fenómenos, assim como foram estruturais para compreender estes fenómenos e a influência que têm nos processos de transformação dos espaços.

Património. Dada a polissemia das noções de Património, não se pretendeu desenvolver o quadro teórico e conceptual, mas traçar uma linha cronológica pelas doutrinas estabelecidas e à luz da temática central – o património de proximidade – compreender as práticas dominantes e o papel legado às comunidades.

Leituras de referência como John Ruskin (1849), Alois Riegl (1903) e Françoise Choay (1992), auxiliam-nos na compreensão das conceções patrimoniais como uma ferramenta para considerar o passado. A ideia de património, nasce no século XIX, como uma reação à destruição e propõe a proteção de bens culturais – nomeadamente monumentos históricos – percecionado como notáveis, aliado à noção de herança. Os Estados-nação e instituições como museus desempenham um importante papel neste contexto. A obra pioneira de Laurajane Smith, *Uses of Heritage* (2006), introduz a noção de *discurso autorizado do património*, a partir do qual a autora atenta para um fio condutor das práticas patrimoniais dominantes no mundo ocidental, das quais os profissionais do património são produtores e simultaneamente recetores – discursos

patrimoniais institucionalizados –, privilegiando determinados valores e conhecimentos, nos quais se destaca a dimensão material – a monumentalidade e a estética – , difundido uma interpretação do passado e pouco centrados em dimensões simbólicas ou afetivas.

A análise atenta das normas internacionais, compreendidas entre a *Convenção de Haia* (1899) e a *Carta de Porto Santo* (2021) permite-nos reconhecer-se os discursos que Smith identifica, não apenas o discurso profissional e como este é difundido através de diretrizes emitidas por instituições como a UNESCO, Conselho da Europa ou ICOMOS, mas também a mudança, como reflexo da gradual afirmação de outros discursos. Por outro lado, procurou perceber-se como estes instrumentos difundem a questão da participação ou envolvimento das comunidades, revelando maioritariamente práticas *top-down*.

A pertinência do estudo de Smith (2006), ao encarar o património como um processo «no e para o presente»[17], leva-nos a pensar que a abordagem ao património enquanto algo exclusivamente do passado, já não corresponde às necessidades da sociedade atual. Em *Patrimoine et valorisation des territoires* (2012), compreende-se que o património está, hoje, cada vez mais associado a projetos territoriais, que integrem dimensões sociais, culturais, económicas e políticas[18]. Se o património do presente se abre ao futuro, a alternativa está no desenvolvimento cultural. A obra foca-se, assim, na valorização patrimonial e como esta incide na valorização dos territórios. Abordagem semelhante adota Ana Rita Albuquerque na sua dissertação de doutoramento *Les attributs et les valeurs du paysage urbain historique. Nouveaux récits et expériences du patrimoine à Porto* (2022), onde se debruça sobre a «construção do valor patrimonial a partir de uma perspetiva social e experimental e no envolvimento com a paisagem»[19]. Retomando a ideia da mudança de paradigma no campo patrimonial, a autora afirma:

> *O longo debate sobre a conservação do património paisagístico e urbano, ocorrido nos últimos dois séculos ao nível nacional e internacional, transformou gradualmente a prática de uma abordagem monodisciplinar para uma abordagem transdisciplinar e integrada, que promove o envolvimento das comunidades locais*[20].

[17] SMITH, 2006:1
[18] FOURNIER; CROZAT; BERNIÉ-BOISSARD; CHASTAGNER, 2012: 7
[19] ALBUQUERQUE, 2022: 25
[20] ALBUQUERQUE, 2022: 25

A noção de património a *partir de baixo*, *from bellow*, ou *bottom up*, refletida por Iain J. M. Robertson (2016) e Hamzah Muzaini e Claudio Minca (2018), baseia a compreensão do que é o património a partir da comunidade, tendo em conta a diversidade de perspetivas sobre o património e os valores e atributos que lhe são reconhecidos, assim, como revela o património como algo entendido, praticado e vivido, independentemente dos discursos institucionalizados. Robertson observa uma íntima relação entre o património *from bellow* e a identidade local, pelo que, no seu entendimento, «the deployment of heritage from below can be a tool of empowerment amongst local communities»[21], no sentido em que alimenta os processos de criação e manutenção do senso de identidade local. O património a *partir de baixo* passa, portanto, pela aceitação do património como uma construção social e cultural, em constante mutação.

Por sua vez, Hamzah Muzaini e Claudio Minca (2018) e Ana Rita Albuquerque (2022) defendem que o património a *partir de baixo* e os *discursos autorizados do património* não devem ser considerados antitéticos, mas complementares[22]. É com base neste entendimento que Albuquerque desenvolve o cubo no qual apoia a sua metodologia de reflexão e ação. A partir dos autores citados apreendemos a multiplicidade de escalas, de atores e das abordagens que o património implica.

A preocupação relativa ao envolvimento da comunidade nos processos patrimoniais revelou, antes de mais, ser necessário compreender os vários níveis de participação, tanto das comunidades, como dos restantes agentes. Neste sentido, atentou-se à *Escada de Participação Cidadã*, apresentada por Sherry Arnstein (1969), bem como à redefinição da mesma por outros autores, como: David Wilcox (1994), Jules Pretty (1995) e Amareswar Galla (2008). Dada a sua relevância, no capítulo 4. desenvolve-se um estado da arte dedicado à *Escada de Participação Cidadã*.

Na reflexão sobre a participação dos cidadãos e comunidades é incontornável a consulta da *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003), *Convenção-quadro de Faro* (2005), *Nara + 20* (2014), da *Carta de Porto Santo* (2021), aos quais se acrescenta a *Convention's Role in Changing Society. Building on a decade of advancement* (2021), de caráter mais prático.

[21] ROBERTSON, 2016
[22] MUZAINI; MINCA, 2018: 3; ALBUQUERQUE, 2022: 138

O estudo do Conselho da Europa, *A Convenção de Faro: património cultural, um caminho para o futuro* (2021), relativamente ao envolvimento da comunidade nos processos patrimoniais, entende:

> *A participação dos cidadãos tornou-se uma obrigação ética e uma necessidade política. Revitaliza a sociedade, fortalece a democracia e promove a convivência para uma melhor qualidade de vida*[23]

Neste sentido, a *People-Centred Approach* revelou-se uma abordagem de extrema pertinência e atualidade quando aplicada ao património, uma vez que subscreve dois princípios basilares, a conservação do património aliada ao bem-estar da comunidade. Tem como princípios subjacentes o esforço e responsabilidade partilhada por todas as partes interessadas e o desenvolvimento sustentável em linha com o envolvimento genuíno das comunidades em assuntos públicos. Neste sentido, a abordagem apresenta potencial para um envolvimento verdadeiramente eficaz, visto que ao demonstrar o significado que o património tem para a comunidade, a probabilidade de repercutir no apoio da comunidade para a sua continuidade e proteção é maior.

O envolvimento das comunidades, enquanto preocupação da maior atualidade, deve, naturalmente, ter em vista o desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável, ao encontro dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da Agenda 2023. Neste sentido, compreender o significado do património para as comunidades, através do *património de proximidade* (termo utilizado por Ana Rita Albuquerque (2022), entre outros autores), subscreve, também, práticas de educação patrimonial e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, que revertem em qualidade de vida para os indivíduos.

Dentro do panorama patrimonial, a atenção dada ao imaterial foi até recentemente diminuta e pontual. Salientam-se a *Convenção Cultural Europeia* (1954), a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* (1989), tendo apenas em 2003 sido redigido um instrumento vinculativo dedicado à salvaguarda do património intangível. A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003) altera os cânones patrimoniais ao quebrar com a hegemonia do material, pelo menos em termos teóricos. Neste sentido, consagra o conceito de património cultural

[23] CONSELHO DA EUROPA, 2021b:6

imaterial, introduz a conceção do imaterial como um património vivo e evolutivo e reconhece o papel das comunidades na identificação do que é o seu património. Valdimar Tr. Hafstein (2007) traz-nos uma reflexão fundamental para a verdadeira aplicabilidade à Convenção:

> *So what is ICH* [Intangible Cultural Heritage]*? It is the practices that communities, groups, and individuals recognize as their heritage. It is…what they say it is. In other words, we simply don't know what it is until we go out and ask them*[24].

Laurajane Smith (2006), defende a redefinição do conceito de património, abandonando a definição separada de património cultural e património cultural imaterial, uma vez que entente que todo o património é inerentemente imaterial. No que respeita à produção científica sobre a temática, esta estabelece-se, sobretudo, em data posterior à Convenção, destacando-se a obra de Clara Cabral (2011), num olhar voltado para a aplicação da Convenção e Luís Marques (2018), olhando para o imaterial do ponto de vista antropológico.

[24] HAFSTEIN, 2007:8

Parte I – Estudo do território e enquadramento teórico e conceptual

1. Perafita: uma paisagem rural, um território sacralizado

«O território […] interfere em todas as estruturas do quotidiano, tanto na vida pessoal como na pública»[25], como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida ao qual acrescentamos as estruturas do que é sazonal, de acordo com a realidade do presente, podendo abordar-se as suas múltiplas utilizações e representações.

O desenvolvimento do património de proximidade requer, *a priori*, o estudo do território, uma vez que este é o conjugar de espaços «produzidos, entendidos, organizados, polissémicos»[26], pela comunidade que o habita. Deste modo, conhecer uma comunidade passa, necessariamente, por conhecer os seus lugares e itinerários, assim como as manifestações culturais e cultuais de que são palco.

Essa interpretação deve sempre de ter em conta dois elementos primordiais: o geográfico e o histórico. A comunidade está forçosamente dependente do meio físico onde desenvolve a sua existência, pelo que a realidade socioeconómica é profundamente condicionada pelo clima, pelo relevo e pelo isolamento em relação a outras comunidades. Estes fatores ditam o tipo de economia e por inerência parte do património cultural material e imaterial que ali se desenvolve, estreio fundamental da memória e identidade coletiva que nos permite conhecer a sua história no tempo longo.

Não obstante estarmos perante uma paisagem rural, esta dista de ser natural – estenda-se natural como intocado –, na medida em que tanto o edificado, como os campos agrícolas são resultado da ação profundamente transformadora do Homem.

[25] ALMEIDA, 1981: 202
[26] ALMEIDA, 1981: 203

As práticas e representações que se mesclam na paisagem e no quotidiano são imprescindíveis para conhecer o território na sua totalidade, uma vez que interrelacionam as necessidades mais vitais com o entendimento da comunidade[27].

1.1. Paisagem Rural

Perafita é uma aldeia da freguesia de Vila Verde, do concelho de Alijó, distrito e bispado de Vila Real. A freguesia de Vila Verde é composta pelos seguintes lugares: Balsa, Freixo, Fundões, Jorjais, Souto de Escarão e Vale de Agodim.

Sendo uma aldeia limítrofe do concelho de Alijó, Perafita extrema a noroeste com a Carva e a norte e nordeste com Asnela e Fiolhoso, localidades do concelho de Murça. A sudoeste e sul, é limitada por Souto de Escarão, Jorjais, Vila Verde e Freixo [Fig. 4].

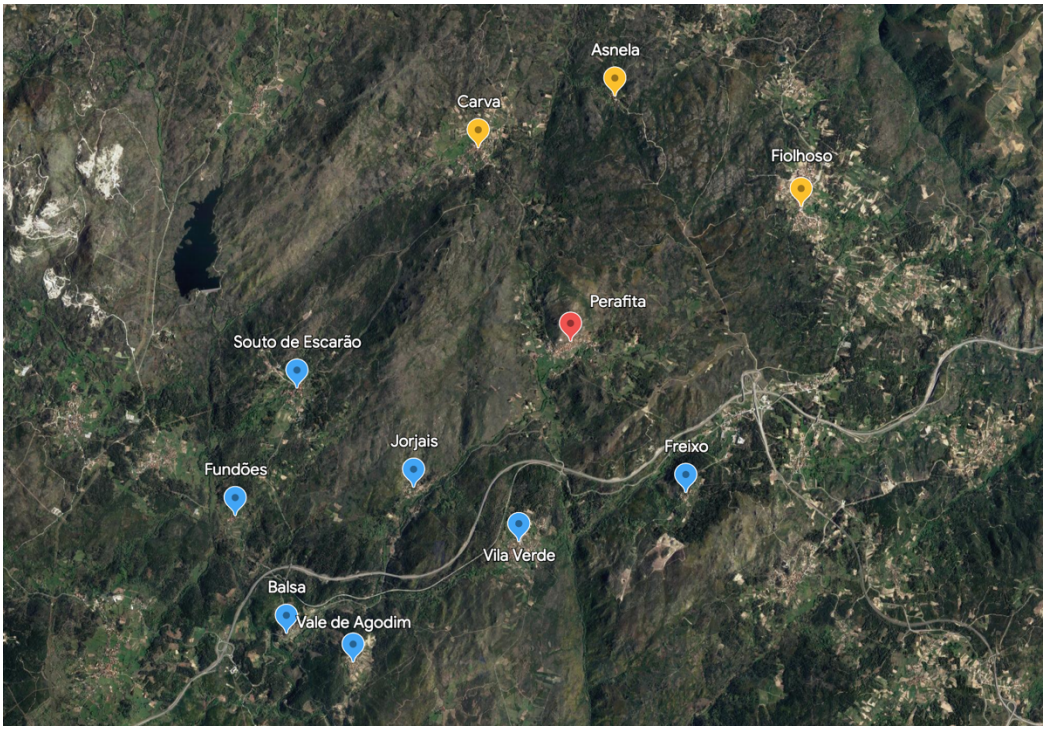


Figura 4. Mapa da Freguesia de Vila Verde e confrontações. Ana Carolina Cardoso Cunha

O valor patrimonial da paisagem de Perafita, de caráter marcadamente rural, é, em parte, resultado da combinação do clima e da geologia. O clima agreste, comum à região de Trás-os-Montes, é marcado pelas grandes amplitudes térmicas, com baixas

[27] ALMEIDA, 1981: 202

temperaturas durante o inverno e, por oposição, elevadas durante os meses de verão. Por sua vez, o relevo é marcadamente montanhoso e o solo caracterizado pelos afloramentos graníticos.

«À humanização dos campos opõe-se o espaço selvagem do monte»[28]. O território é composto por dois perfis morfológicos distintos: o terreno montanhoso e acidentado, predominantemente rochoso e de solo pouco fértil, apresentando apenas alguma vegetação rasteira e pinhal; e o terreno plano, de solos aráveis e de alguma capacidade produtiva, localizado na área do vale e planalto.

O núcleo urbano é implantado a meia encosta, perto de um vale, onde se encontram parte dos terrenos de cultivo, sobretudo destinado a hortícolas e pastoreio. Os restantes campos agrícolas encontram-se sobranceiros à aldeia, na direção da Necrópole Megalítica do Alto das Madorras [Fig. 5]. O espaço agrário encontra-se repartido em parcelas, pertença de diversos proprietários.

O acesso à aldeia é exclusivamente rodoviário. Este faz-se através do Caminho Municipal (CM) 12721, com início na Nacional 15, a partir da qual tem ligação a Jorjais, Vila Verde e à A4 (Bragança – Vila Real – Porto). O seguimento do CM 12721 liga Perafita à Carva e restantes localidades do concelho de Murça.



Figura 5. Morfologia do terreno. Ana Carolina Cardoso Cunha.

[28] ALMEIDA, 1981: 204

1.1.1. Enquadramento histórico

O estudo que de seguida se apresenta oferece uma perspetiva da história de Perafita e permite, a partir da alteração das divisões administrativas e eclesiásticas, a par da interpretação de vestígios arqueológicos, traçar cronologicamente a ocupação e povoamento do território. Embora a escassez de documentação referente a Perafita não permita precisar de forma fina a cronologia, procura-se enquadrar historicamente as alterações na paisagem e no edificado.

Os primeiros vestígios de ocupação do território remontam ao período Neolítico[29], testemunhados pelas Necrópoles Megalíticas do Alto das Madorras e do Monte Cardo. Henrique Botelho[30] (1898), identificou quatro grupos de monumentos megalíticos: o primeiro, no Cabeço de Bique, a um quilometro de Perafita, no caminho vicinal entre Perafita e Jorjais; o segundo, na veiga de Perafita, correspondente às Madorras; o terceiro, num monte a *poente e sul* do anterior; e o quarto, o Monte Cardo. Dos quatro grupos, apenas o segundo e quarto serão abordados, visto que apenas estes estão cronologicamente situados.

A Necrópole do Alto das Madorras, localizada a cerca de quatro quilómetros do atual núcleo urbano da aldeia, é constituída, segundo Vítor Jorge (1982), por quinze mamoas[31], todavia apenas onze são identificadas pelo *Portal do Arqueólogo*, sete em Perafita e quatro no Fiolhoso. Na sua maioria, pertencem ao período Neolítico, com exceção de três, correspondentes ao Neo-Calcolítico e à Idade do Bronze. Para além das mamoas – colinas formadas artificialmente por terra e/ou pedras que cobrem uma estrutura funerária – foram encontrados vestígios de arte rupestre, nomeadamente fossetes e uma cruz representados sobre um afloramento granítico[32]. A Necrópole do Monte Cardo, situada a oeste do Alto das Madorras, ao contrário desta que se implanta numa zona planáltica chã, encontra-se no cabeço e ao longo das encostas.

[29] PORTAL DO ARQUEÓLOGO. Alto das Madorras 2. [Consultado a 18 de Junho de 2023]. Disponível em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56591>
[30] BOTELHO, 1898: 181-192
[31] JORGE, 1982: 458
[32] PORTAL DO ARQUEÓLOGO. Alto das Madorras 12. [Consultado a 18 de Junho de 2023]. Disponível em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2209952>

O Neolítico caracteriza-se como a fase de transição entre as últimas comunidades caçadoras-recolectoras e as primeiras agro-pastoris[33], o que conduz à ocupação permanente e consequentemente à fragmentação da paisagem agrícola[34]. «O agrupamento de monumentos em núcleos e/ou em necrópoles representaria provavelmente uma menor mobilidade dos povoados».[35] Deste modo, identifica-se o início da ocupação do território, assim como as origens da agricultura e pastorícia e a longevidade que as práticas têm em Perafita enquanto economias de subsistência, nomeadamente nestes terrenos.

O período de ocupação romana da Península Ibérica, deixou múltiplas marcas no território, das quais se destaca a rede viária. Pedro Carvalho e Sofia Tereso (2017), apontam a possibilidade de Perafita, «onde se registam troços de calçada»[36], se encontrar na interseção de duas vias. Um dos trajetos, com início na Ponte Velha de Murça, dirigia-se ao Cadaval (Fiolhoso), passava por Perafita e continuava o seu percurso para Vila Real, cruzando pelo percurso Jorjais e Justes. De notar que a Ponte Velha de Murça, com ligação a Chaves e à *via XVII*, era uma importante encruzilhada em Trás-os-Montes, o que possibilitava a comunicação viária de Perafita com a restante região. A outra via, de norte para sul, servia o território mineiro de Tresminas e Jales. Vinda de Alfarela e Moreira de Jales, passaria pela Carva, Perafita, Vila Verde e Vilar de Maçada e prosseguia em direção ao Pinhão, dando acesso ao rio Douro.

A política de povoamento da região de Trás-os-Montes teve como principal dinamizadora a Coroa, sobretudo através da outorga de forais. Contudo, esta não deve ser encarada como uma ação isolada das cartas de povoamento, tendo também na Igreja um importante agente povoador, a quem cabia o povoamento, organização e desenvolvimento da vida interna dos seus coutos[37]. A ação povoadora da região consistiu na elevação de pequenos núcleos populacionais a concelho, com autonomia e privilégios para os povoadores, como medida de atração para quem ali se fixasse, ou seja, através de *contratos enfitêuticos*[38] com pequenos grupos de povoadores, cedendo uma porção de terra onde estes se deveriam fixar e explorar, por meio da agricultura, pastorícia e

[33] CARVALHO, 2003:68
[34] SANCHES, 2000: 126
[35] SANCHES, 2000: 135
[36] CARVALHO; TERESO, 2017: 324
[37] MARQUES, 1998:9
[38] MARQUES, 1998:14

florestação, entre outras atividades fundamentais à vida individual e coletiva[39]. Ao mesmo tempo que se povoava o interior, desenvolvia-se a economia regional. O interesse e esforço régio em povoar os territórios isolados do interior, demostrado pela abundância de forais e pelas múltiplas vantagens concedidas, é exemplificativo da dificuldade de atrair e fixar pessoas nas regiões do interior, contrariando a generalizada tendência de encarar este problema como do presente.

Neste contexto de expansão territorial terá surgido a Terra de Panóias, englobando parte do Vale do Tua, pelo que Perafita permanecerá sob o domínio territorial da Terra de Panóias entre os séculos XII e XVIII. Compreendida entre a serra do Marão e o rio Tua e delimitada a sul pelo rio Douro, a Terra de Panóias era nos séculos XI e XII uma região administrativa, militar e eclesiástica[40].

Durante o século XII a municipalização da região manteve-se, de acordo com Ana Rita Rocha (2017), pouco intensa, voltando a receber interesse régio apenas no final do século[41], com D. Sancho I a outorgar foral a Souto de Escarão, lugar próximo a Perafita, em 1196[42].

Os diplomas mais antigos conhecidos para Perafita são as Inquirições de D. Afonso III, datadas de 1258: «o arcediagoo Don Garcia Mendiz pobrou Pedra Fita que é em termho de Cativelos»[43]. De acordo com as *Memórias Paroquiais* (1758), Cativelos corresponde a Vila Verde: «[…] este lugar de Villa Verde, cabeça de freguezia, há tradição que antigamente se chamava Villa Seca de Cativellos, tem mais o lugar de Perafita de que também há a mesma tradição de se chamava Petraficta»[44].

Don Garcia Mendiz ou Garcia Mendes de Sousa II, «rico-homem e trovador»[45] da corte de D. Sancho I, recebeu do monarca o cargo de alferes de 1138-1141. Como gratificação pelo *auxílio militar*[46]*,* D. Sancho I doa-lhe, em julho de 1198, o reguengo de Vilar de Maçada (Terra de Panóias).

Pertencente a uma das mais influentes famílias do reino, os Sousa, «linhagem de mordomos e de alferes-mores, de tenentes e de conselheiros régios ao longo dos séculos

[39] MARQUES, 1998:14
[40] COSME, 2010: 169
[41] ROCHA, 2017:67
[42] CARVALHO, 2017: 66
[43] *Portugaliae Monumenta Historica… Inquisitiones,* Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977
[44] CAPELA, *coord.*, 2006: 156
[45] OLIVEIRA, 1994: 348-349 *Apud* PIZARRO, 1997: 214
[46] VENTURA, 1992: 159

XII e XIII»[47], encontravam-se no mais elevado degrau da hierarquia nobiliárquica. Revestida de *poder simbólico*[48], serviram-se do Mosteiro de Pombeiro como panteão da linhagem, tendo como segundo panteão o Mosteiro de Alcobaça, panteão régio, prova do enorme prestígio. É neste último que Garcia Mendes se faz sepultar.

Garcia Mendes foi tenente de Castelo Branco no ano de 1223 e Gouveia nesse mesmo ano e no seguinte. Em igual período, surge com a sua mulher, Dona Elvira Gonçalves de Toronho, a fazer doações ao mosteiro de Salzedas[49]. Conforme José Augusto Pizarro (1997), «parece ter herdado de seus pais o núcleo patrimonial que os Sousas tinham [*sic*] junto à bacia do rio Vouga […] muito embora se conheçam outros bens dispersos pelo Entre-Douro-e-Linho e pela Beira»[50]. Ademais, a sua descendência permanece com ligações ao território, nomeadamente o seu primogénito, Mem Garcia de Sousa, tenente de Panóias (1250-1255), bem como o filho deste, Gonçalo Mendes de Sousa III[51] (1256-[52]).

Desconhecendo-se o local exato de povoação indicado nas *Inquirições*, Catarina Tente (2017) levanta a possibilidade de ter existido uma ocupação durante a Época Medieval no Cabeço do Carril, a norte do Alto das Madorras[53].

O território medieval português não se encontrava somente distribuído política e administrativamente, dividia-se, também, em circunscrições eclesiásticas. A região de Trás-os-Montes integrava a vasta estrutura eclesiástica da arquidiocese de Braga, sendo a agregação de Panóias anterior ao século IX[54]. Com origens anteriores à fundação do reino, a diocese deixou no território marcas do seu poder e influência, como veremos posteriormente.

José Marques afirma que a promoção da cristianização da população, dentro dos limites da arquidiocese, «preparava-as para, em momento oportuno, se integrarem noutras dioceses dela desmembradas»[55]. Por carta régia de 14 de Setembro de 1882, o cardeal D. Américo reorganiza os espaços diocesanos, pelo que o concelho de Alijó, a par de outros

[47] PIZARRO, 1997: 203
[48] PIZARRO, 1997: 207
[49] PIZARRO, 1997: 207
[50] PIZARRO, 1997: 215
[51] PIZARRO, 1997: 215-216
[52] VENTURA, 1992: 104
[53] TENTE, 2017:34
[54] ROCHA, 2017:79-80
[55] MARQUES, 2000: 221

a norte do rio Douro, passa a integrar a diocese de Lamego[56]. Em 1922, Vila Real ganha autonomia[57] enquanto diocese, tendo o concelho de Alijó transitado para a mesma.

No século XVIII, mais precisamente em 1706, Perafita era um «curato anexto à reytoria de Tres Minas»[58] e contava com «cento & vinte & cinco vizinhos»[59], conforme indica António Carvalho da Costa (1706). De acordo com as *Memórias Paroquiais*, pertencia em 1758 ao concelho de Vila Real[60], tendo passado, em data incerta, para o concelho de Vilar de Maçada, ao qual pertenceu até 31 de dezembro de 1853[61]. À data da sua extinção, a freguesia passou a integrar o de Alijó, ao qual pertence até hoje.

Em 1748, Perafita encontrava-se no itinerário que atravessava o Vale do Tua, descrito no *Roteiro Terrestre de Portugal*, de João Baptista de Castro. Com início em Vila Real, passava por Perafita e seguia para Cadaval, tendo como destino Moncorvo[62]. À semelhança, também o roteiro Torre de Moncorvo – Vila Real passava por Perafita. No ano de 1762, *Parafita* surge assinalada em dois mapas da província de *Traz os Montes*, demonstrando algum destaque a nível regional [Fig. 6 e 7].

Na centúria seguinte, o britânico John Mason Neale, em *Handbook for travellers in Portugal* (1864), inclui a presença de Perafita na rota 39, entre Bragança e a Régua, descrevendo: «Cadaval. Perafita. Justes. Alvites. A barren, uninteresting roan, and miserable villages»[63].

[56] MOREIRA, 2010: 48
[57] MARQUES, 1998:7
[58] COSTA, 1706; LEAL, 1873: 1089
[59] COSTA, 1706: 521
[60] CAPELA, *coord.*, 2006: 155
[61] BAPTISTA, 1874: 592
[62] CASTRO, 1748: 195 *Apud* COUTO, 2017: 2010
[63] NEALE, 1864: 195



Figura 6. *Mappa de Portugal antigo e moderno* (1762). João Baptista de Castro. Com adição de Ana Carolina Cardoso Cunha



Figura 7. *Mapa de la Provincia de Tras-los-Montes: construido segun las mas modernas memorias* (1762). Tomás López de Vargas Machuca. Com adição de Ana Carolina Cardoso Cunha

1.1.2. Aspeto económico e demográfico

> *O caráter de uma paisagem é sempre profundamente marcado pela sua capacidade de produzir vida; mais tecnicamente, pela sua produtividade primária*[64]

A construção da paisagem integra-se no tempo longo de uma economia assente na agricultura de subsistência e na pastorícia. Em menor escala, a produção cerealífera e os produtos de origem animal eram escoados para os meio urbanos, com destino à indústria. Todavia, a precariedade das vias de comunicação até ao século XX, dificultou a circulação de mercadorias e não favoreceu o desenvolvimento de comércio à escala supra-local e regional[65].

As *Memórias Paroquiais*, de 1758, apontam como produções dominantes os cereais, nomeadamente o centeio e milho, branco e painço, e a castanha. Henrique Pereira dos Santos (2017), chama a atenção para a relação da agricultura de subsistência, com o tipo de cultivos, pelo que alimentos de consumo direto, com bons níveis energéticos e facilmente armazenáveis, como os cereais e as batatas, têm preferência face aos demais.

Produziam também vinho, ainda que em quantidade reduzida, e a produção de azeite era nula, cultivos condicionados pelo clima frio e agreste. É igualmente documentada a dedicação à pastorícia, «há criação de gados desta terra e dos vezinhos que a ella vem pastar»[66], demonstrando a qualidade dos solos para as pastagens. Na fauna autóctone abundavam as perdizes, coelhos, lobos e raposas. Estes últimos, predadores naturais, impunham-se como um desafio à caça e à pastorícia. Na segunda metade da centúria seguinte, de acordo com Pinho Leal (1873), a economia local mantinha uma base muito semelhante, indicando também a caça e a lã, enquanto produto da criação de gado lanígero.

«A produção de milho, em Portugal, depende da disponibilidade de água e de estrume»[67]. Tendo por base a vivência comunitária de partilha e otimização de recursos, a comunidade de Perafita adotou sistemas sustentáveis para fazer face a estas carências,

[64] SANTOS, 2017: 9
[65] SANTOS; RODRIGUES, 1983: 168
[66] CAPELA, *coord.*, 2006: 155-157
[67] SANTOS, 2017: 16

voltados não apenas para a produção de milho, mas também de centeio e hortícolas. Estabeleceu, com este fim, um sistema de partilha de águas, ainda em vigor e que se adequa às características das diferentes épocas. Amplamente abastecida pela água de nascentes em torno da aldeia, até ao São João – final de junho – as águas são de pilha, isto é, numa altura de maior abundância, a água é tirada por ordem de chegada. Após o São João e até oito de setembro, a água passa a ser de partilha, estabelecendo-se o horário em que cada vizinho pode regar. Para tal, a comunidade orientava-se pelo relógio de sol presente num dos cunhais da Casa dos Milagres, encimando a arcada da varanda[68] e/ou pelo toque dos sinos. No que respeita à disponibilidade de fertilizantes orgânicos, a comunidade utilizava estrategicamente os seus dois principais recursos económicos, a agricultura e o gado, em proveito mútuo. A plantação de centeio não era continua, o ano de pousio servia para que o gado se alimentasse do restante e, por consequência, adobasse a terra.

O *Recenseamento Geral da Agricultura* (1999), oferece uma visão mais aprofundada das principais características dos cultivos e produtores na região do Douro e Trás-os-Montes, tendo por referente mais próximos a Perafita os dados do concelho de Alijó. No final do século XX, destacam-se como principais culturas permanentes a vinha, o olival e os frutos secos. Geograficamente, a vinha, enquanto cultura dominante no concelho, a par da oliveira, são mais representativas da parte sul. No território a norte do concelho, onde se encontra Perafita, observa-se apenas a existência de vinha e frutos secos. Como principais culturas temporárias são apontadas a batata e os cereais para grão. No que respeita à exploração animal, o estudo enfatiza o gado ovino, seguido do caprino, e, em menor número, suíno e bovino.

O manuscrito de 1796 transcrito por José Maria Mendes (1981), transporta-nos para a realidade social e laboral do século XVIII e permite apurar a existência de uma economia urbana, ainda que reduzida. Com 100 homens e 111 mulheres, em Perafita habitavam quatro eclesiásticos, trinta e sete lavradores, vinte jornaleiros, dois alfaiates, um sapateiro, cinco criados e três criadas. Por oposição, não existe registo de *pessoas literarias*, cirurgiões, barbeiros, boticários, negociantes, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, ferradores, almocreves, moleiros ou pintores[69]. Todavia, a existência da rua dos Ferreiros,

[68] A prática entrou em desuso com a chegada, a preços acessíveis, dos relógios de posse individual.
[69] MENDES, 1981: 450

é indicativa que em algum período a aldeia terá presenciado esta profissão. Com um perfil semelhante, Vila Verde tinha seis negociantes, dois carpinteiros, um pedreiro e um ferreiro[70]. Catarina Tente (2017) adverte para uma forte regionalização, ou localização na Alta Idade Média, perlongando-se no tempo no caso das aldeias mais isoladas, sendo a larga maioria dos objetos – peças em cerâmica, metal e outros materiais perecíveis – utilizados no quotidiano de produção local[71].

A transformação da paisagem reflete a mudança nos padrões de trabalho e nas vidas domésticas[72]. A sua compreensão assenta, em parte, num estudo comparado da demografia na diacronia. No caso de Perafita este é parcialmente condicionado pelo facto de serem poucos os dados facultados apenas para a aldeia, sendo maioritariamente relativos à totalidade da freguesia. Não obstante, considerando a proximidade do perfil de ambas, Vila Verde é tida como referência.

Tabela 1. Recenseamentos de Vila Verde e Perafita de 1706-2021.

Ano	Vila Verde		Perafita		Fonte
	Fogos	**Habitantes**	**Fogos**	**Habitantes**	
1706	125 - 178	-	-	-	COSTA, 1706 LEAL, 1873
1758	178	526	73	-	*Memórias Paroquiais*, 1758 Apud CAPELA, *coord*., 2006
1796	63[73]	182	73	211	MENDES, 1981 (segundo manuscrito de 1796)
1864	356	1.626	-	-	ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 1868
1873	402	1.690	-	-	LEAL, 1873
1878	397	1.560	-	-	ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 1881
1890	391	1.514	-	-	PORTUGAL – MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDÚSTRIA, 1896
1900	402	1.618	-	-	PORTUGAL – MINISTÉRIO DOS NEGOCIOS DE FAZENDA. DIREÇÃO GERAL DA ESTATISTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES, 1905
1911	402	1.650	93	354	PORTUGAL – MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4ª REPARTIÇÃO, 1913 PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1964

[70] MENDES, 1981: 454
[71] TENTE, 2017: 14
[72] SMITH, 2006:243
[73] Tendo em conta a discrepância, assume-se a possibilidade de o número ser apenas referente à localidade de Vila Verde e não à totalidade da freguesia.

1920	398	1.689	-	-	REPÚBLICA PORTUGUESA. DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1923
1930	384	1.671	-	-	REPÚBLICA PORTUGUESA. DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1933
1940	558	1.719	120	349	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1945 PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1964
1950	471	1.789	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1952
1960	575	1.705	104	311	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1964
1970	-	1.235	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1973
1980	391	1.254	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1983
1990	332	998	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1993
2001	329	884	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2002
2011	268	622	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012
2021	246	541	-	-	PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021

Entre finais do século XIX e princípios do seguinte, Portugal era um país dominantemente rural e agro-pastoril[74]. O aumento populacional, que se regista em Vila Verde entre 1758 e 1864, tendo mais do que duplicado, tem por consequência direta o aumento da mão-de-obra, mas também a necessidade de intensificar a produção. O crescimento demográfico, comum à generalidade do território nacional em igual período, resulta no maior recuo possível das matas na tentativa de maximizar os recursos.

Nos anos 40 e 50 verifica-se uma estagnação populacional em parte do país, à exceção dos grandes centros urbanos. A partir dos anos 50, a tendência dominantemente crescente inverte-se, sendo igualmente sentida em Vila Verde. Registando o número máximo de 1789 habitantes em 1950, entre as décadas de 60 e 70 perde 470 habitantes. A partir de 1980 a baixa densidade populacional acentua-se significativamente, ficando pela primeira vez desde o século XVIII abaixo dos mil habitantes, permanecendo em queda até ao presente, registando-se 541 recenseados em 2021.

A condição periférica da Região não favoreceu, até muito recentemente, a implementação de outras indústrias, pelo que a agricultura enquanto atividade profissional predomina e se estende até ao presente. Os recenseamentos apontam para a

[74] SANTOS, 2017: 12-13

expressividade do mesmo. Em 1890, dos 19 127 indivíduos com atividade profissional no concelho, 16 197 declararam como meio de sustento trabalhos agrícolas[75].

Por sua vez, o *Recenseamento Geral da Agricultura* (1999)[76] caracteriza o produtor agrícola (homem ou mulher) e a população familiar no concelho de Alijó. Dos 2878 indivíduos, 2293 são trabalhadores autónomos e apenas 585 são empresários. Deste universo total, 401 não sabem ler ou escrever, 1516 completaram o 1º ciclo de escolaridade, ou seja, mais de metade da amostra, e 113 possuem estudo superior/politécnico não agrícola. Observa-se uma predominância da faixa etária com mais de 65 anos. Atualmente, o número de produtores é ainda elevado entre a população mais velha, todavia o turismo tem-se estabelecido, sobretudo desde o início do século XXI, como uma forte atividade económica entre os mais jovens.

O êxodo das gerações mais novas para as áreas metropolitanas, em Portugal ou no estrangeiro, em busca de condições de vida mais estáveis, assim como a diminuição da natalidade e o envelhecimento da população residente levou a uma quebra na produção agrícola e à redução significativa do número de cabeças de gado. A produção foi em parte compensada pela mecanização dos processos, sendo a quebra mais expressiva no pastoreio. De acordo com a comunidade, há ainda memória de *quantidades avultadas* de gado bovino na segunda metade do século XX. Por outro lado, o excesso de javalis e a destruição por estes provocada nas plantações de cereais, nomeadamente milho e centeio, levou ao crescimento do cultivo de vinha e batatas, introduzindo novos elementos na paisagem.

O espírito de unidade de grupo e solidariedade vicinal, manifestada em trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos, esteve até recentemente na base da coesão social. Devido à falta de recursos económicos que permitissem contratar um grande número de jornaleiros, e à preponderância da pequena e média propriedade, apelava-se à ajuda dos vizinhos, em troca da mesma ajuda e refeição. Estes trabalhos coletivos eram acompanhados por uma componente lúdica e até de competição, sobretudo nas cegadas e malhadas. Tanto o trabalho como o descanso eram acompanhados pelo canto, juntando-se a comunidade no Largo da igreja no fim do dia de trabalho para conviverem e dançaram.

[75] PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDÚSTRIA, 1896
[76] PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística, 2001

O sistema de organização comunitária, que em tempos configurou o mundo rural em Portugal e na Europa, caminhava para o desaparecimento nos meados do século XX, como testemunha Jorge Dias, em 1948: «devido à força niveladora dos tempos modernos e à economia dos grandes espaços, que tão forte desgaste tem exercido nas culturas locais»[77]. O individualismo que hoje domina a agricultura, consequência da mecanização, e surgimento de adubos que permitiu a cada um manter a sua terra com maior facilidade, assim como a baixa densidade populacional, consequente do êxodo rural, resultou na redução substancial destas manifestações nas quais se apoiava, em parte, a coesão da comunidade.

1.1.3. Aspeto da paisagem construída

O caráter da paisagem construída expressa o contexto socioeconómico dos seus habitantes, nomeadamente no tipo de habitação e materiais construtivos utilizados. De igual modo, reflete-se na criação de estruturas de apoio à agricultura, como as eiras e espigueiros, e nos edifícios de uso comum: tanques, fontes e fornos comunitários.

A região de Trás-os-Montes caracteriza-se pela vastidão das terras, resultando em aldeias isoladas e distantes entre si. A geografia determina o modo como a população dialogou e dialoga com a paisagem. Por conseguinte, o relevo montanhoso característico da região é propicio ao povoamento concentrado[78]. As casas aglomeram-se em núcleos densos em torno da igreja, ou estendem-se pela margem de um rio e ao longo de caminhos. Maioritariamente sem plano urbano, formam ruas de acordo com as necessidades das diferentes épocas e do terreno que cada um dispunha, «devendo os primeiros ter começado a alinhar as casas ao longo do caminho»[79].

[77] DIAS, 1948: 19
[78] DIAS, 1948: 36
[79] DIAS, 1948: 39



Figura 8. Paisagem construída de Perafita. Ana Carolina Cardoso Cunha

Perafita é atravessada por uma rua, de matriz irregular, em torno da qual se desenvolve. A partir da via principal, derivam uma série de caminhos estreitos de formação orgânica. A malha urbana apresenta-se mais densa em torno do Largo da Capela, onde se localizava a Capela de Santo António, demolida durante o século XX. Como abordaremos em seguida, a Capela de Santo António é anterior à construção da Igreja do Senhor dos Milagres, o que justifica que a igreja não esteja no epicentro do núcleo gerador.

«Num extremo, situa-se a eira, […] onde ficam, durante o ano, as medas de palha de todos os vizinhos, para alimento dos respetivos gados»[80]. As eiras e espigueiros[81] [Fig. 9 e 10], marcaram até ao século XX o limite da aldeia [Fig. 8.], altura em que, fruto das políticas educativas do Estado Novo, se constrói no largo de entrada da aldeia a escola primária. Perafita passa, assim, a ter um espaço destinado de raiz ao ensino, tendo, até então, servido o piso superior da Casa dos Milagres como escola.

[80] OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1995: 54
[81] Destinam-se ao armazenamento de milho e cereais





Figura 9. Espigueiro. Ana Carolina Cardoso Cunha.

Figura 10. Eira. Ana Carolina Cardoso Cunha

A partir da segunda metade do século XX, a aldeia expande-se devido ao investimento dos emigrantes e da cada vez maior necessidade de conforto, que se reflete em habitações de maior dimensão, com materiais contemporâneos que permitem um melhor isolamento térmico. Deste modo, nasce o bairro da Cergaceira, em direção ao cemitério, onde antes era um campo onde jogavam futebol. A estrada em direção à Carva – Estrada da Escola -, acolhe de ambos os lados edificações e a parte alta da aldeia expande-se em direção à Capela de Nossa Senhora da Livração. A abertura ou definição de arruamentos na parte alta da aldeia, até então marginalizada, cria no Cruzeiro uma nova centralidade, que se destaca na planta urbana.

«As casas são arruadas e contíguas, as mais das vezes de pedra à vista»[82]. Predominam as construções em granito aparente, sobretudo em torno do núcleo gerador, o qual é pontuado por construções contemporâneas não eruditas (séc. XX e XXI). A pedra é o material estrutural que predomina na construção da região, sendo o granito a rocha mais utilizada, em primeiro lugar pela abundância do mesmo, mas também pela resistência que apresenta.

[82] OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1995: 54

As construções vernaculares [Fig. 11] caracterizam-se como um tipo de casa alta que se organizava, por norma, em dois pisos, o superior destinado à habitação e o térreo vocacionado para a recolha do gado e guarda de alfaias e produtos agrícolas. No exterior ostentam, em alguns casos, uma varanda corrida ao longo da fachada, com guardas em madeira ou ferro. Pontualmente, verifica-se a alteração ou acrescento de elementos contemporâneos, como caixilharias em alumínio e isolamento, acrescentando cor à fachada. A maioria das casas tem contacto direto com a rua, existindo casos excecionais em que surgem pátios entre o edifício e a rua.





Figura 11. Exemplar de arquitetura vernacular. Ana Carolina Cardoso Cunha
Figura 12. Porta Carral. Ana Carolina Cardoso Cunha

Encontram-se, ainda, algumas casas que dialogando com as restantes em termos de materiais, apresentam algum eruditismo, possuindo vãos de maior amplitude e pedra talhada, em oposição à pedra irregular utilizada nas restantes edificações. São exemplos: a Casa do Arco, a Casa dos Marinhas, que apresenta porta carral encimada por um crucifixo e a Casa onde viveu o Padre José Maximiano Monteiro de Veiga e Silva, assim identificada pela comunidade, também com porta carral, esta com brasão eclesiástico [Fig.12].

A aldeia possui, igualmente, espaços de uso comum. A água é retida em tanques de pedra, construídos nas linhas de água ou associados a redes de canais que conduziam a água até estes depósitos. Disso é exemplo a água da Fonte Santa, localizada junto à Capela do Senhor do Monte, que abastece a fonte no adro da Capela e é encaminhada por um estreito canal feito em pedra até à fonte da torre sineira. Ao longo das ruas encontram-

se ainda outras fontes, algumas delas de mergulho, e um lavadouro, ao lado da Fonte do Chafariz, ainda a uso. As fontes de mergulho, construídas ao nível do solo ou abastecidas por uma mina, foram sendo substituídas por fontes de bica, por questões de higiene[83], todavia, em Perafita existem ainda exemplares da tipologia. Para além de permitirem a rega dos terrenos de cultivo, serviam também para consumo dos animais, nomeadamente a Fonte das Hortas [Fig. 13].



Figura 13. Fonte das Hortas. Ana Carolina Cardoso Cunha.

Explorado por particulares, o forno comunitário serviu, até ao século XX, para a cozer o pão consumido na aldeia, visto que era raro a existência de fornos individuais, no interior das habitações. Os habitantes deslocavam-se até aos moinhos no rio Pinhão para moer os cereais, produzindo com a farinha broas de mistura de milho e centeio. Na atualidade, a democratização na compra individual de fornos a lenha levou ao abandono do forno comunitário.

[83] PIRES; BARROS, 2017: 273

Através da atribuição de um nome […] *o homem gere e reconhece o território*[84].

Relativamente à microtoponímia, além da já mencionada, destaca-se a *geotoponímia* e *hidrotoponímia,* com nomes como: Rua da Fraga, Rua da Gricha[85], Rua Fonte das Hortas, Rua do Ribeirinho e Travessa do Chafariz. Salientam-se, ainda, os topónimos descritivos do lugar, ou de elementos característicos, tais como: Rua da Escola, Rua da Igreja, Largo das Alminhas, e a Rua Senhor dos Milagres. Sendo estas últimas uma confluência com a *hagiotoponímia*. Relativamente ao bairro, ou lugar da Cergaceira, não sendo certo a origem do topónimo, este pode derivar de Sargaço, denominação local do rosmaninho.

1.2. A sacralização do território

> *Landscapes are also places of symbolic importance. Landscapes are not only shaped by cultural practices, but are symbolic of cultural and social beliefs* […], *and in turn also shape and structure social encounters and relations* […] [86]

Em Perafita, a par da agricultura, surge outra forma de estruturação da paisagem, a sacralização do território. As dinâmicas em torno do sagrado vão marcar o território de forma permanente e efémera, conferindo a Perafita um caráter vivo e dinâmico.

Enquanto polo centralizador do espaço sacro, o Santuário do Senhor dos Milagres é a materialização máxima da fé e nele congrega manifestações de devoção, situando práticas quotidianas e extraordinárias da comunidade. Neste sentido, tem particular ênfase a tese defendida por Laurajane Smith: o património como inerentemente imaterial, porque o sentido maior está na significação e no uso que as pessoas dão a determinado bem patrimonial. Pelo que, compreender o espaço sacro e as dinâmicas em torno deste requer, antes de mais, atentar para duas noções basilares: *hierofânia* e *hierotopia*.

Para Mircea Eliade (1949), a existência do espaço sacro implica uma *hierofania* «uma irrupção do sagrado que resulta no destaque de um território do meio cósmico circundante

[84] PIRES; BARROS, 2017: 236
[85] Fenda na rocha ou nascente
[86] SMITH, 2006:77-78

e tornando-o qualitativamente diferente»[87]. Sendo a hierofania a aparição mística, a manifestação do sagrado, o espaço sacro é algo que não pode ser criado pelo desejo do Homem, antes, sintetiza a presença de Deus. O aspeto mais significativo da hierofania é, portanto, o papel que desempenha na criação de espaços sagrados, a partir da transfiguração da natureza do lugar onde esta aconteceu, carregando-o de mito[88], o que implica a repetição da hierofania primordial[89].

Em contrapartida, a *hierotopia* é «regarded as a special form of creativity, and a field of historical research which reveals and analyses the particular examples of that creativity»[90]. O conceito trazido por Alexei Lidov (2006), entende o espaço sacro como a «creation by human hands from God's will»[91], agregando à noção de hierofania adotada por Eliade.

Lidov defende que a veneração de relíquias e ícones é transformadora no sentido em que incita à formação de um ambiente espacial, composto por elementos tangíveis, desde a edificação de espaços de culto, aos objetos que asseguram e acompanham a liturgia e, de igual importância, os elementos intangíveis, isto é, a dimensão sensorial trazida pelos gestos, orações, fragrância, tato e efeitos de iluminação.

> *As it seems, the permanent relation and intensive interaction between hierophany (the mystical appearance) and hierotopy (actually created space) determined the specificity of creation of sacred spaces as a form of creativity*[92]

O desafio está, portanto, em olhar para o estudo de caso de Perafita e demonstrar que o espaço sacro não se circunscreve ao domínio físico do Santuário, mas transcende-o e dialoga com o território. É igualmente composto pela dimensão imaterial, sem a qual não pode ser compreendido.

[87] ELIADE, 1957: 35
[88] ELIADE, 1949:455
[89] ELIADE, 1949:456
[90] LIDOV, 2006:32
[91] LIDOV, 2006:33
[92] LIDOV, 2006: 33

1.2.1. Primeiros vestígios de sacralização do território

A religiosidade em Perafita tem a sua origem no período neolítico. O megalítico, enquanto «fenómeno que se integra […] no comportamento simbólico do homem das sociedades arcaicas e, mais particularmente, no comportamento religioso»[93]. A sua compreensão é feita de forma indireta, uma vez que não nos é possível aceder aos sistemas mentais, que se perderam no tempo devido à sua imaterialidade[94].

Datada da Idade Média, a Fonte das Hortas, utilizada como pia para os animais beberem é, de acordo com informação disponibilizada no *Portal do Arqueólogo*, um sarcófago medieval. A sepultura integra o grupo que Alberto del Castillo[95] denomina de sepulturas isoladas. Ainda que não apresente forma antropomórfica, aparenta estar preparado para receber uma tampa[96]. «[…] este tipo de vestígios é estruturante na construção da paisagem humana alto-medieval, e interpreta-se como marcadores de apropriação do território por parte de indivíduos, famílias ou comunidade»[97].

[93] JORGE, 1982: 111
[94] JORGE, 1982: 111
[95] CASTILLO, 1972: 74 *Apud* TENTE, 2017: 40-41
[96] PORTAL DO ARQUEÓLOGO. PERAFITA/FONTE DAS HORTAS. [consultado a 13 de março 2023]. Disponível em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=151461>
[97] TENTE, 2017: 40



Figura 14. Fachada da Capela de Santo António. Imagem cedida por Antero Sousa.

Os vestígios mais significativos de sacralização do território, anteriores ao Santuário do Senhor dos Milagres, são o cruzeiro – abordado posteriormente – e a Capela de Santo António. As *Memórias Paroquiais*, de 1758, dão conta da existência de «huma ermida de Santo António de Pádua e também pertence aos moradores do dito lugar e a fabricam»[98]. Ignorando-se a data de edificação, a Capela foi até meados do século XVIII o local de culto da comunidade de Perafita, não tendo sido completamente abandonado após a edificação da Igreja do Santuário.

Esta localizava-se nas imediações da igreja posteriormente construída, na bifurcação entre a Rua da Igreja e a Rua do Gregório, preenchendo o espaço, hoje vago, do Largo da Capela. Na *Fig. 14*, é possível ver uma das três cruzes dos Passos da Paixão que permanecem no local.

Durante a década de 60 do século XX, a capela foi demolida, segundo a comunidade, em ordem a alargar os estreitos arruamentos, onde apenas passavam carros de bois. As pedras terão servido para construir a capela do cemitério. De acordo com Fabíola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros (2017), a partir de meados do século XX, observa-se no Vale do Tua a repetida ocorrência de demolições de edifícios

[98] CAPELA, *coord.*, 2006: 156

religiosos, dando estes espaços origem a largos ajardinados ou calcetados[99], como se verifica no presente estudo de caso.

Tendo como padroeiro Santo António, este mantem-se até ao presente. A comunidade recorda que na capela se cultuavam também as figuras do Senhor Jesus dos Passos e Nossa Senhora de Lurdes, desconhecendo-se a presença de outras figuras. As três esculturas mencionadas transitaram para a capela do cemitério e ao fim de algum tempo foram colocadas na igreja. De acordo com os habitantes, o Senhor dos Passos não gostou de estar no cemitério e começou a desfazer-se. Esta narrativa configura uma lenda explicativa do estado da imagem, fenómeno recorrente e que deve ser integrado no património cultural imaterial.

1.2.2. Milagre da água

A devoção cristologia em Perafita encontra-se já estabelecida em finais do século XVII, fazendo-se representar pela imagem de Cristo Crucificado que se encontrava no cruzeiro. Contudo, a devoção tem como momento charneira o *milagre da água*. A manifestação do sagrado, é encarada como o primeiro milagre concedido por Cristo na aldeia, precursor de muitos outros que viria a realizar.

A lenda perpetua-se no tempo longo através da oralidade, tendo como suporte vivo a comunidade. Deste modo, observam-se pequenas alterações na narrativa de acordo com o narrador, pelo que se optou por citar a versão transcrita por Natália Marinho Ferreira Alves (1987):

> *Um dia, conta a lenda, encontrando-se no alto do monte com o rebanho, foi atormentado por uma sede abrasadora e, como soubesse que nas proximidades não havia água, pediu com grande fé ao Senhor que lhe acudisse nessa sua tão grande aflição. Temendo cair, já que o terreno tinha um grande declive, apoiou-se com força no cajado, jorrando de imediato água que correu em sua direcção.*

[99] PIRES, BARROS, 2017:266

> *Depois de saciar-se, o pastor notou que o seu padecimento havia desaparecido, recuperando a saúde perdida* [100].

A análise atenta da lenda permite-nos perceber os três grandes fatores que favoreceram a hierofania e a sua legitimação dentro da comunidade: o monte, o pastor e a água.

Os montes enquanto locais elevados e isolados da urbe e envoltos na natureza, aquilo que William Christian denomina de «dramatic sites of the landscape»[101], são locais que «favorecem o numinoso, facilitam a possibilidade de hierofanias e podem predispor para o sagrado»[102]. A montanha, associada à ideia de *axis mundi,* encontra-se entre o Céu e a Terra, conectando-os.

A figura do pastor é fundamental e está na génese de muitos santuários. Tal como as crianças, os pastores estão frequentemente os difusores do *fenómeno sagrado*[103], por serem vistos como figuras puras e inocentes. São, assim, associados a milagres ou ao surgimento de imagens, as quais encontram em grutas, perto de fontes ou árvores. Natália Marinho Ferreira Alves (1987) atenta para proximidade da ação do pastor e Moisés, «Moisés levantou a mão e bateu na rocha duas vezes com a vara: a água jorrou em abundância» (Números 20.11) [104]. A água é, portanto, o elemento-chave na lenda e que conduzirá ao aparecimento do Santuário. Em suma: a água que jorra da nascente, a ação terapêutica da água e a sacralização do território.

> *Vinda do monte, a água correu até ao povoado e ao chegar junto de um cruzeiro que aí existia – e cujo Senhor Crucificado é aquele que hoje se encontra na capela mor da igreja – circundou-o, não deixando mais de fazê-lo*.[105]

O culto das águas, frequentemente associado ao aparecimento miraculoso de uma imagem justo a uma nascente, por meio de relevação celeste, assume em Perafita uma matriz hierofânica semelhante. Entre todos os cultos, o das águas apresenta grande

[100] ALVES, 1987: 21
[101] CHRISTIAN *Apud* ALMEIDA, 1994: 95 [nota de rodapé nº1].
[102] ALMEIDA, 1984:78
[103] ALVES, 1987: 22
[104] BÍBLIA SAGRADA. Números 20. 11.
[105] ALVES, 1987: 21

resistência a qualquer transformação por parte da Igreja que lhe tente pôr fim, uma vez que surge na esfera local e é alimentado pela devoção das comunidades.

A relação cultual é verificada em alguns locais desde o neolítico[106], comprovada pela proximidade entre monumentos megalíticos e fontes com propriedades milagrosas. No presente estudo de caso verifica-se a existência destes dois locais, sem, contudo, ser possível assumir essa relação.

As águas simbolizam, nas palavras de Mircea Eliade (1949), a *totalidade das virtudes*[107], são símbolo da origem da criação. «Na cosmogonia, no mito, no ritual, na iconografia, desempenha a mesma função, qualquer que seja a estrutura dos conjuntos culturais nos quais se encontra: elas precedem qualquer forma e suportam qualquer criação»[108].

A água é um símbolo e fonte de vida. Se por associação ao batismo, a água é um meio de purificação e regeneração, um novo nascimento, no caso particular de Perafita, acresce-lhe o facto de terem adquirido propriedades terapêuticas, de incorporar valor sagrado. A presença da água servirá, assim, à sacralização do território e da própria nascente, transformando-a em Fonte Santa. Um segundo episódio, assente também na tradição oral, reforça a atribuição desta designação. Por volta de 1700, procurando obter mais água, de modo a responder à grande afluência de romeiros que se faria já sentir, os habitantes de Perafita terão escavado o solo, todavia a nascente permanecia inalterável. Conforme Carlos Alberto Ferreira de Almeida, os afloramentos rochosos estão, também, entre os aspetos favorecido pelos romeiros[109].

Sobre a pedra é visível a gravação de cruzes [Fig. 15], como meio a sacralizar, proteger e exorcizar o território. O culto das pedras, sejam elas grandes afloramentos ou penedos de formas ou posições insólitas, dá-se pela sua ambiguidade, podendo ser associadas tanto a coisas boas, como a coisas más. São frequentemente palco de hierofanias, estando mesmo na origem de divindades, o que lhe confere, entre outras, propriedades divinatórias. Por oposição, podem ser associadas a entidades do mal. Por este motivo, necessita de uma especial sacralização, conseguida através da gravação de cruzes, ou outros símbolos amuletiformes nos penedos.

---

[106] ELIADE, 1949:256
[107] ELIADE, 1949:243
[108] ELIADE, 1949:244
[109] ALMEIDA, 1984: 78-79



Figura 15. Fonte Santa. Ana Carolina Cardoso Cunha

De acordo com o que foi relatado pela comunidade a Natália Marinho Ferreira Alves, o milagre original teria ocorrido em 1689. Todavia, sem possibilidade de corroborar tal informação através de fontes documentais, as tábuas votivas assumem-se como uma fonte indispensável à balização temporal. A confirmação do fenómeno salvífico é apenas confirmado a partir de 1758, data da tábua votiva mais antiga, de entre as que chegaram até ao presente com datação[110]. Não existindo referência à devoção nas *Memórias Paroquiais* desse mesmo ano, mencionando apenas a existência da Capela de Santo António, depreende-se que esta não teria ainda uma expressão significativa. A partir da análise das tábuas votivas percebe-se que, em menos de dez anos, a devoção ao Senhor dos Milagres terá assumido uma escala regional, registando-se em 1767 um ex-voto de Ferreirim, de Lamego e outro de Santa Eulália, Fafe. Durante o século XVIII e XIX, o santuário transforma-se num centro de peregrinação regional, contudo durante o século XX esta afluência diminuiu e atualmente assume, sobretudo, uma escala local.

[110] Natália Marinho Ferreira Alves apresenta, no seu estudo sobre o santuário, um levantamento de todas as tábuas votivas. De notar que todas as tábuas contabilizadas em 1987 chegam ao presente.

1.2.3. O Santuário

A sacralização da montanha acompanha o Cristianismo desde a sua origem, como demonstrado pelos sacro-montes bíblicos: o Monte Calvário, «o lugar mais próximo do Céu»[111], os Montes Carmelo, Sinai ou Tabor[112]. Na crença do devoto, este encontra no sacro-monte a aproximação espiritual com Deus[113], entendido como um lugar que devido à sua elevação diminui a distância entre a terra e o céu. Deste modo, a edificação de capelas e ermidas nestes locais atua como um importante marco de sacralização do território. O próprio templo recria esta ligação *axis-mundi*, pois funda-se na base rochosa e eleva-se aos céus, frequentemente enfatizado pela construção de uma cúpula esguia.

> […] *um templo que, apesar de originalmente não ter sido igreja-paroquial, tem uma certa grandeza arquitetónica, onde o concurso de gente devota é grande e a autoridade eclesiástica reconhece uma particular manifestação do sagrado* […] *A atribuição de milagres é pois essencial*[114]

Por sua vez, o santuário é um templo ou lugar sagrado, por norma externo ao núcleo construído, não coexistindo com a função de igreja paroquial. Para tal, são preferidos locais no meio da natureza e de grande alcance paisagístico, de modo que propicie o encontro entre o homem e o sagrado[115]. Por este motivo, a santuário localiza-se com frequência no sacro-monte, uma vez que o santuário no seu todo é a criação de um ambiente que favoreça a hierofânia.

No sacro-monte de Perafita, a Capela do Senhor do Monte vai ser implantada próxima à nascente associada ao primeiro milagre. Contudo, o Santuário recebe um segundo centro, a igreja, edificada no local onde se encontrava o cruzeiro que as águas circundaram. A posição marginal e sobranceira da capela permite que esta proteja todo o território que a vista alcança. Por sua vez, a igreja responde às necessidades da comunidade através da proximidade e funciona com um espaço simbólico na organização do núcleo urbano.

---

[111] ELIADE, 1957:43
[112] ALMEIDA, 1994: 95 [nota de rodapé nº1]).
[113] ALEIXO, 2014: 5
[114] ALMEIDA; 1984: 75
[115] PENTEADO, 2000:168



Figura 16. Capela do Senhor do Monte. Ana Carolina Cardoso Cunha

Inserido no espírito e contexto da Contrarreforma, assiste-se ao proliferar de santuários no meio rural e à sua transformação em centros de peregrinação por toda a Europa Católica. Deste modo, os santuários de dimensão regional e nacional ganham dimensão. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1979) constata, a Contrarreforma em Portugal assenta na «afirmação de práticas e ritos religiosos»[116], como os santuários a Cristo, que carateriza como *sempre dolorosos,* e o culto às Almas do Purgatório, através das alminhas, *ementação ou encomenda das almas*, entre outras.

No último quartel do século XVIII, o santuário é transformado, tendo por comitente D. Gaspar de Bragança, arcebispo primaz de Braga, conhecido pelo mecenato artístico-religioso. Filho de D. João V e Madalena Máxima de Miranda Henriques, uma religiosa[117], o bastardo teve a sua educação confiada ao frei Gaspar da Encarnação, ou como era conhecido, Gaspar de Moscoso. Tendo estudado Teologia nos conventos de Santa Cruz de Coimbra e, posteriormente, em S. Vivente de Fora (Lisboa), foi nomeado por decreto real arcebispo de Braga, a 23 de agosto de 1756, sucedendo ao seu tio D. José de Bragança, já falecido. A nomeação regia é confirmada dois anos mais tarde, a 13 de março de 1758, por bula papal.

[116] ALMEIDA, 1979: 160
[117] MENDONÇA, 2004: 256

Durante o seu ministério, demonstrou um «espírito vocacionado para a difusão de uma religiosidade esclarecida»[118], livre de superstições e práticas sacrílegas. Neste sentido, incrementou o culto a santidades de existência inequívoca, com particular proteção para locais de culto cristológico, tendo como principal exemplo o Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga. Podemos enquadrar dentro deste espírito o interesse do arcebispo por Perafita, destacando-se como um raro exemplar de devoção ao Calvário, numa região onde predomina o culto mariano. O investimento no santuário é também uma prova da extensão da influência da arquidiocese de Braga no território transmontano.

O santuário é composto pela igreja, calvário, capela do Senhor do Monte, Casa dos Milagres e torre sineira. Erigido durante o período áureo do rococó bracarense, o santuário apresenta uma unidade estilística entre todos os seus elementos.



Figura 17. Igreja do Senhor dos Milagres, Torre sineira à direita e Casa dos milagres a meio.

Como apontado anteriormente, a igreja é construída no local onde, de acordo com a tradição oral, se encontrava o cruzeiro implicado no *milagre da água*. Para a sua edificação terão sido demolidas algumas casas que ali se encontravam e o cruzeiro deslocado para uma encruzilhada, na parte alta da aldeia [Fig. 8].

[118] ALVES, 1987: 11

A 2 de dezembro de 1773, a capela-mor estaria já construída, dado que o reverendo José António faz uma petição ao arcebispo para dar continuidades às obras do corpo da igreja «em correspondência com a capela mor»[119]. A obra da nave, fachada e sacristia, viria a ser realizada logo no ano seguinte por Francisco Correia de Matos, tendo a escritura de arrematação sido assinada a 20 de janeiro de 1774. No início de 1775, a obra de pedraria estaria já concluída visto que, a 16 de janeiro, o reverendo faz novo pedido de assistência, desta volta para a realização da carpintaria. Esta seria arrematada a 17 de março por Francisco Correia de Matos e António de Mesquita Pais. Em dezembro de 1777, as obras anteriores deveriam estar já terminadas, tendo sido assinada a escritura para a obra de talha – *retábulo mor, tribuna, retábulos colaterais, púlpito, grades de coro e grades de coro para o púlpito*[120] –, a serem feitas por Francisco Dias de Araújo. Em dezembro do ano seguinte, a obra em curso estaria a cargo de António José da Cunha, mestre entalhador.

A memória do comitente faz-se presente em Perafita através das suas armas, representadas na fachada. De salientar a gramática decorativa da fachada, que se destaca na simplicidade estilística da restante igreja.

Na lateral da igreja, encontram-se a Torre sineira e a Casa dos Milagres, construções independentes e separadas da igreja pela Rua da Igreja. A torre comporta três elementos intimamente relacionados com a vida comunitária e com as vivências religiosas do santuário. Os sinos e o relógio – que vem substituir o relógio de sol – marcam o tempo da aldeia e atuam como uma distinta componente da paisagem sonora.

A Casa dos Milagres vem dar resposta à necessidade de armazenar e expor os ex-votos. A Casa permite materializar uma parte invisível, porém crucial para o espaço sacro, a manifestação do padroeiro, isto é, de Cristo através dos milagres. A função expositiva assume-se, assim, de extrema importância num período de crescimento do santuário, demonstrativa da capacidade salvífica do Senhor dos Milagres para quem o visita, atuando na afirmação do próprio santuário.

Acrescendo outro estrato de significado à Casa dos Milagres, o piso superior serviu funções várias no tempo longo, tendo acolhido peregrinos e posteriormente

[119] ALVES, 1987: 12
[120] ALVES, 1987: 16

famílias locais, assim como a escola primária e atualmente o núcleo museológico, inserindo-se, deste modo, na vida quotidiana da aldeia.

O local onde aconteceu a hierofania primordial é sacralizado pela construção da Capela do Senhor dos Milagres, ponto de chegada da *via-crucis*. O fenómeno das *novas jerusalens* teve larga aceitação durante os séculos XVII e XVIII, principalmente no norte e centro do país[121], impondo-se como uma das *manifestações culturais e cultuais* que melhor contêm a expressão cristã[122]. Lidov (2006) entende este fenómeno como sendo a criatividade hierotópica a materializar num novo lugar a interação do *place-matrix* estético e o *flying space*, ou seja, a reprodução da imagem-ideia do espaço venerado, o calvário.



Figura 18. Calvário. Ana Carolina Cardoso Cunha

Construído ao longo da aldeia, este tira partido da pendente para enquadrar o percurso ascensional. O culto do caminho da cruz em Perafita é assinalado por 14 estações em granito, incorporado inicialmente no núcleo urbano e terminando na encosta

[121] MASSARA, 1988:28; ROCHA, 1992: 65
[122] ROCHA; VECHINA, 2022:322

sobranceira. Com início no Largo da escola, na parte baixa da aldeia, segue pela rua principal, com paragem no Largo da antiga capela e atrás da igreja. A parte final do percurso, correspondente às últimas cinco estações, é antecedida por umas escadas que conduzem ao monte, sendo a partir desse ponto o percurso feito entre os afloramentos graníticos. O calvário termina na capela, onde se faz representar a crucifixão de Cristo. A título de curiosidade, os habitantes de Perafita recebem a alcunha de Judeus devido às figuras que se encontram na capela. Isolado face à aldeia, o sacro-monte propicia à romagem, pelo difícil percurso ascensional que aproxima o cristão da dolorosa subida ao calvário. Tal como apontado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1994), o romeiro favorece sacro-montes que permitem «um peculiar sistema de ações e de itinerários»[123].

A construção de uma fonte no adro da capela, para a qual é encaminhada a água da primitiva nascente, acrescenta elementos rituais e simbólicos à peregrinação, que devemos igualmente atentar, como a componente sonora que acolhe a chegada e o beber da água como um ritual de purificação, o mesmo se aplica à fonte da torre sineira. Sendo a água um elemento fundamental à existência do santuário, esta está presente nos seus dois polos, unindo-os.

1.2.4. Outras formas de sacralização do território

Encontram-se, ainda, outros agentes no processo de sacralização do território para além do santuário, na qual se inserem as alminhas junto aos caminhos, os nichos com imaginária e uma capela de devoção particular.

A Capela de Nossa Senhora da Livração foi construída em 1876 por José Batista, como pagamento do milagre concedido por Nossa Senhora da Livração, sacralizando um ponto alto da aldeia, até então isolado. Antes do desenvolvimento urbano nessa direção, a sacralização desta extremidade da aldeia estava a cargo do cruzeiro. Previamente localizado no local de fundação da Igreja, foi deslocado para uma encruzilhada, comummente associada a más influências: O cruzeiro assumiu uma função apotropaica,

[123] ALMEIDA, 1994:96

para proteger e exorcizar o território e quem por ali passava de *entes maléficos*[124], como o diabo.

1.2.5. Festa de Perafita em honra de Nosso Senhor dos Milagres e Santo António

As romarias «onde encontramos as mais expressivas e notórias vivências de religiosidade»[125], raramente são vividas nas igrejas paroquiais, ou veneram o padroeiro. De forma geral, estas manifestações têm lugar em capelas, ermidas ou santuário, sendo a romagem a estes locais envolta de despertar sensorial. No caso de Perafita, estas vivências concentram-se sobretudo na igreja, inserida no núcleo urbano. Não obstante, a capela assume-se como o principal ponto no percurso processional, como veremos.

Do ponto de vista antropológico, as devoções e festas atingem e alicerçam os espaços físico, humano e social, visto que «[…] o religioso não pode permanecer somente como pura experiência interior»[126]. Desta forma, a festa atua na consagração do território, tendo na procissão o seu centro hierofanico. Simultaneamente, esta manifestação de fé e devoção existe enquanto fenómeno de espiritualidade e purificação. Do ponto de vista social, a igreja, a festa e procissão estão incluídas na organização coletiva da comunidade, pelo que todos os anos são designados mordomos encarregues de organizar estas atividades.

O programa festivo resulta da combinação de momentos religiosos – missas e procissões – e momentos lúdicos – atuações musicais, arruadas, leilão e teatro –, manifestações que se complementam. O momento mais solene de todas as festividades é a procissão, na qual os fiéis participam como «uma forma pública [...] de louvor, súplica, penitência ou agradecimento»[127], a par da notoriedade social que se associa à participação, ao transportar o pálio, o andor, o estandarte, ou a cruz processional.

A *majestosa procissão*[128], faz um percurso centrífugo em torno da aldeia, consagrando o território. O seu percurso mimetiza a primeira hierofania, circundante em torno do cruzeiro.

---

[124] ALMEIDA, 1986: 118
[125] ALMEIDA, 1984:75
[126] ALMEIDA, 1979: 172
[127] GOUVEIA, 2000:67
[128] Tal como consta no cartaz de 2022

A componente sonora acompanha toda a procissão, com especial enfâse para o seu início, pontuado pelo tanger dos sinos, um som vigoroso que se faz ouvir em toda a aldeia e redondezas e serve de aviso, à semelhança das campainhas[129]. A procissão é aberta pela fanfarra, seguida dos estandartes e, atrás destes uma cruz processional, ladeada de duas lanternas. Os andores – Menino Jesus; Nossa Senhora da Guia; Nossa Senhora de Fátima; Sagrado Coração de Jesus; Santo António; Nossa Senhora da Livração; Santa Bárbara; e o Senhor dos Milagres – que até então se encontravam no adro, de modo a existir espaço no interior da igreja para a celebração da missa, saem para a rua. O palio posiciona-se atrás do Senhor dos Milagres, com o pároco a transportar uma cruz de acento, símbolo da devoção cristológica. A procissão é encerrada pela banda filarmónica da Eira Queimada[130]. A presença da cruz com a figura de cristo crucificado, na procissão em honra do Senhor dos Milagres, durante o percurso ascensional ao sacro monte, com paragem na capela onde se encontra a representação da sua crucifixão podem ser percebidas como partes interrelacionadas do mesmo conceito hierotópico.



Figura 19. Senhor dos Milagres. Ana Carolina Cardoso Cunha

[129] ALMEIDA, 1966
[130] A Banda Musical da Eira Queimada participa na festa de Perafita há mais de quarenta anos.

Este apelo aos sentidos – visual, sonoro e olfativo – transporta-se para os andores ornamentados quer por tecidos acetinado de várias cores, na sua maioria vivas e chamativas, quer por flores naturais. Os primeiros possuem um alçado mais elevado, por vezes recriando microarquiteturas, decorado por elementos diversos como fios de pérolas de diferentes cores, franjados, pequenos espelhos que refletem a iluminação natural e criam jogos de luzes e reflexos, aplicação de conjuntos florais, entre outros ornamentos. Simbolicamente, o brilho/ luz é associada ao sagrado, por oposição à escuridão, ligada a coisas más, neste sentido acredita-se que os espelhos têm virtudes apotropaicas, expulsando as más influências[131]. É, ainda, frequente ver dinheiro, nomeadamente notas, afixadas por fiéis nos andores. De salientar o papel das colchas, colocadas nas janelas e varandas, conferindo uma roupagem efémera às ruas.



Figura 20. Percurso processional. Ana Carolina Cardoso Cunha

A procissão tem início na igreja, desce até ao Largo da Capela e contorna a rua abaixo da igreja. Encontrando-se atrás desta última, sobe as escadas na lateral da Casa

[131] ALMEIDA, 1994: 104

dos Milagres. Inicia-se, assim, o percurso ascensional ao sacro monte. Feito pela hora de maior calor, acresce-lhe dureza à já penosa subida de caminho irregular. De notar que alguns dos fiéis fazem o percurso descalços, em pagamento de um voto.

Chegando ao cume, os andores contornam a capela e param na descida. Estes são pousados, voltados para a capela. A paragem na capela é assinada pelo pároco que se dirige à comunidade. Durante este período de descanso, alguns fiéis bebem água da fonte santa, como um ato de purificação e para se refrescarem.

Em seguida, os andores são novamente levantados e o percurso, agora em descida, continua em direção à igreja, passando pelo Largo da Escola. Chegando à igreja, contornam-na, à semelhança da capela e os andores assumem as posições originais. As bandas de música dirigem-se ao centro do adro e fazem a atuação final. Então, os andores começam a ser pousados, não sem antes os que são adornados com espelhos, entre eles o Senhor dos Milagres, serem abanados por quem os carrega.

No tempo alargado das festividades, o centro da aldeia vê alterada a configuração dos seus espaços públicos em resposta às vivências que neles se desenvolvem. Até à chegada de empresas especializadas na montagem de luzes e arcos, a decoração era feita pela comunidade. A preparação da aldeia era encarada pela como um momento de coesão e, simultaneamente, de competição entre a parte alta e a baixa da aldeia (tendo como fronteira a igreja). Os habitantes reuniam-se após o jantar para prepararem a decoração, sempre em papel colorido. Faziam arcos com ramos de pinheiro, tabuleiros onde representavam imagens e *aranhas*, entenda-se redes de fitas coloridas que saiam de um ponto e se estendiam na envolvência, cobrindo as ruas de cor.

A festa de Perafita ocorre entre a segunda e a terceira semana de agosto, realizando-se a procissão no dia 15, dia da Assunção de Nossa Senhora. Pelo que Pinho Leal (1873) descreve: «Ha n'este sanctuario grande festa e romaria no dia 3 de maio»[132], anteriormente a festa tinha lugar no dia em que se celebra a invenção da Santa Cruz. Desconhecendo-se o motivo da alteração, esta terá favorecido a participação de maior número de Perafitenses, sobretudo os que residem no estrangeiro.

O cartaz das festividades de 1955 [Fig. 21], permite acompanhar as transformações num período de quase setenta anos. Dedicada em meados do século XX apenas ao «MILAGREIRO SANTO ANTÓNIO», progressivamente passa a ser também

[132] LEAL, 1873: 1089

em honra de Nosso Senhor dos Milagres. O cartaz de 1955 dá, igualmente, a conhecer as propriedades milagrosas de Santo António.



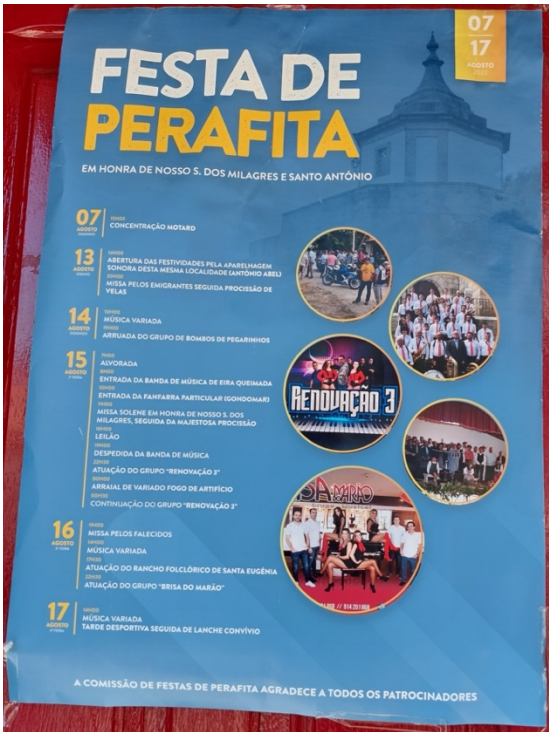


Figura 21. Cartaz de 1955. Imagem partilhada pela Associação dos Amigos de Perafita.

Figura 22. Cartaz de 2022 afixado no Café dos Judeus. Ana Carolina Cardoso Cunha

Os tempos lúdicos são, em geral, acompanhados de música, quer no altifalante, quer com atuações ao vivo. O largo atrás da igreja acolhia a representação de tragédias encenadas por membros da comunidade. Em 1955, subiu a palco durante três dias a tragédia histórica *Viriato*. Atualmente, as principais manifestações lúdicas são o leilão e a despedida da banda, abordadas no Inventário do Património Cultural Imaterial (Vol. II).

2. Património Cultural: âncora de identidades

Del monumento, soporte de la memoria, hemos pasado al patrimonio, soporte de la identidad[133]

Património, Identidade e Comunidade são conceitos intimamente relacionados, que se difundem nos mesmos *canais globais*[134]. A relação entre o património e a identidade transforma-se segundo as variantes tempo e contexto, podendo, assim, ser analisada a partir de diferentes perspetivas teóricas e conceptuais.

Nas palavras de Elsa Peralta e Marta Anico (2005), Património e Identidade são «frequentemente entendidos como uma extensão óbvia um do outro: a identidade como a "essência" de um determinado colectivo humano; o "património" como a sua manifestação "natural"»[135]. Ou seja, os dois primeiros constructos pressupõem a existência de um sujeito. É este sujeito, também entendido na sua forma coletiva como comunidade, que «nomeia, enuncia, classifica, institui um património» e a quem atribuem e simultaneamente reivindica uma determinada identidade[136]. Ambas as noções remetem para uma pertença comum, fruto do cruzar de *demografias, geografias e cronologias*[137].

Todas as comunidades precisam dessas âncoras identitárias, estando elas nas memórias, nos sítios, nos valores ou nos padrões, pois são estas âncoras que no presente as ligam a um passado e lhes permite ter uma perspetiva do futuro.

Não obstante a existência de diferentes formas de identidade, o foco da investigação centra-se na identidade coletiva de caráter local, como forma a perceber a construção de uma comunidade local e o papel do património nesse processo, bem como os desafios à sua continuidade que atualmente se impõem.

---

[133] DESVALLÉES, André (1995). *Émergence et cheminements du mot patrimoine*. Musées et Collectionnes Publiques de France, nº 208. *Apud* PRATS, 1997:8
[134] FARIA; ALMEIDA, 2006:124
[135] PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 1
[136] BRITO *in* PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 44
[137] FARIA; ALMEIDA, 2006:130

2.1. Comunidade

Zygmunt Bauman (2001) diz-nos que *comunidade* é uma daquelas palavras que, para além das definições que lhe possam atribuir, guardam sensações[138]. Ainda que tal se prenda com um ideal imaginado de comunidade, nem sempre verificável, a palavra comunidade remete para uma coisa boa, pertencer a uma comunidade ou estar em comunidade, é por norma sugestivo de um *lugar* familiar e confortável.

Na sua definição mais genérica, uma comunidade é uma unidade social composta por indivíduos unidos por um denominador comum. Se atentarmos à definição de *comunidade* presente no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*[139], percebemos que esta comunhão se pode manifestar em diversas circunstâncias, como resultado de fatores geográfico, históricos, culturais, religiosos, raciais, entre outros.

A comunidade manifesta-se nos detalhes da vida quotidiana, na frequência de práticas e hábitos que, segundo Michael Billig (1995), trabalham para *lembrar e identificar inconscientemente*[140]. Ainda que o autor centre o seu argumento numa ideia de identidade nacional, esses elementos simbólicos do *lugar-comum* também podem ser utilizados por comunidades de outras escalas. Estes elementos simbólicos – práticas, hábitos, valores – permitem não só a construção das próprias comunidades, como são também um recurso para que as mesmas definam quem são e, por oposição a outras, quem não são[141]. É a partir deste leque de experiências sociais, culturais, económicas e políticas partilhadas que se desenvolve um posicionamento similar e se constrói uma narrativa de pertença comum[142].

A partir dos fatores de união anteriormente mencionados, podemos identificar diferentes tipos de comunidade, em várias escalas e inseridas em grupos ou sociedades maiores. Geograficamente uma comunidade pode corresponder à população de um Estado ou de um conjunto deles, de uma região ou município, de um lugar, prédio ou agrupamento populacional. Ainda que estas possam existir para além da sua delimitação territorial, como veremos, existe uma importante dimensão urbana na noção de

[138] BAUMAN, 2001: 7
[139] INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001:1014
[140] BILLIG, 1995 *Apud* SMITH, 2006:49
[141] SMITH, 2006:49
[142] BLOKLAND, 2017:85

comunidade[143]. O território pode ser de proximidade a partir do momento em que transcende a sua existência habitacional e se assume como espaço de sociabilidade.

Bauman (1990) estabelece que a proximidade física dentro de uma comunidade é diferente da proximidade mental, onde um sujeito é capaz de *experience fellow feeling*[144]. Interessa-nos olhar para esta dicotomia através das pequenas comunidades do interior do país. Compostas não apenas pelo reduzido número de habitantes, mas também por um grande número de indivíduos com raízes nestas localidades, mas residentes noutros locais ou países, observa-se nestas comunidades que a distância física não é obstáculo à proximidade mental. Os indivíduos não precisam de viver no mesmo lugar para que exista um sentimento de companheirismo, uma vez que este é ativado pela noção de identidade comum, adiante explorada.

Perante isto, podemos também encontrar comunidades em grupos de indivíduos que partilham um interesse ou crença comum, como os adeptos de um clube, os fiéis de uma igreja ou religião, os praticantes de determinado desporto ou jogo, ou os estudantes de uma academia. A título de exemplo utilizamos os casos do Futebol Clube do Porto e a Igreja Metodista do Mirante, de modo a demostrar algumas considerações relativas à composição das comunidades e à sua relação com o espaço. Estas comunidades são formadas por indivíduos com *backgrounds* variados. Sentados lado a lado durante um jogo, ou durante um culto, podem estar dois indivíduos que residem em diferentes locais, podendo mesmo ter nacionalidades diversas, de estratos económicos e habilitações literárias distintas, mas que se reúnem pelo mesmo interesse, apoiar o seu clube, ou orar pelo mesma crença. Ainda que a visão universalizada de comunidade depreenda homogeneidade, esta pode ser considerada heterogénea pela diversidade dos indivíduos que a compõem e pela gama de vivências diferenciadas de cada um, proporcionadas pela mobilidade do mundo contemporâneo.

Neste sentido, um indivíduo pode pertencer a mais do que uma comunidade, pode simultaneamente pertencer à comunidade portista e à comunidade metodista, sem deixar de pertencer à comunidade da sua aldeia, ou região. De igual forma, conclui-se que no mesmo espaço podem coexistir várias comunidades e que estas se relacionam e comunicam, o que requer a criação de fronteiras figurativas. No caso destas comunidades,

[143] BLOKLAND, 2017:48
[144] BAUMAN, 1990:40

percebemos que ainda que o espaço tenha uma importância simbólica, as comunidades não são dependentes do mesmo. Por exemplo, ainda que tenha uma relação de afinidade com o Estádio do Dragão, a comunidade portista existe para além deste, uma vez que continua a apoiar o clube noutros estádios, ou através da transmissão televisiva dos jogos.

À semelhança do que vimos, a ideia de comunidade é também integrante das preocupações patrimoniais. Por conseguinte, a *Convenção Quadro de Faro* (2005), definiu que uma comunidade patrimonial é «composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras»[145]. Deste modo, qualquer um pode integrar uma comunidade patrimonial, por quanto que comungue do interesse e valores defendidos. Assim, esta comunidade é vista como uma estrutura viva que não se encerra sobre si mesma. Guilherme d'Oliveira Martins, considera que esta comunidade «faz da criação a sua capacidade de ligar o passado e a espera do futuro»[146].

2.2. O Património ao serviço das identidades

> *A identidade exige a compreensão da memória, da vivência, da receção e da entrega.* […] *Uma identidade viva tem de ser disponível, aberta, rigorosa e apta a receber e a dar*[147]

A identidade afirma-se tanto individualmente como coletivamente, isto é, a construção de identidades ocorre tanto na escala local, como regional, nacional, supranacional ou europeia[148], sendo que todas elas coexistem, articulam-se e comunicam. Neste sentido, as identidades podem ser vistas como um *melting pot* de diferentes influências[149].

A noção de identidade coletiva remete para um sentimento de pertença comum/partilhada, «mediante o qual a realidade é definida e interpretada, orientando as

[145] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 2ª. b)
[146] MARTINS *in* CUSTÓDIO, *coord*. 2010: 337
[147] MARTINS, 2020: 13
[148] Amplamente abordada na doutrina internacional e nos estudos de património contemporâneos.
[149] MARTINS, 2020: 25

ações dos que dele participam»[150]. Este sentimento de pertença é fruto do cruzamento de «demografias, geografias e cronologias variáveis»[151].

O senso de comunidade e o senso de identidade são dois constructos com uma relação simbiótica. Ambos resultam de um processo complexo, dinâmico e plástico que acontece no tempo presente, pelo que tomam forma – imaginária no caso da identidade – na prática social[152]. A identidade é para González-Varas (2015), uma «elaboración intelectual y emocional compleja y cambiante»[153]. A adaptação de ambos às dimensões espaço e tempo, por si só em continua renovação, faz com que, por mais estáveis que se encontrem, nunca sejam um produto acabado. Estão, assim, em constante formação e transformação das suas fronteiras simbólicas. No caso da comunidade, este processo de permanente mutação e movimento acontece tanto na estrutura como no conceito[154].

Não obstante, para Llorenç Prats (1997) toda a formulação de identidade é apenas uma versão da mesma, pelo que podem coexistir várias versões da mesma identidade, complementares ou opostas entre si, ou mesmo ignorarem-se[155]. A construção dessas versões parte da ativação de repertórios patrimoniais, isto é, da seleção de determinados bens culturais e da sua conversão em narrativas simbólicas sobre a identidade[156]. Perante isto, a identidade não é uma propriedade intrínseca aos objetos ou indivíduos, mas uma construção voluntária e estratégica das comunidades[157]. Todavia, necessita de ser aberta e manifestada publicamente, visto que é no património que encontra a representação dessas versões[158].

Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1998) ressalva alguns aspetos fundamentais do Património, entre eles o património como valor de identidade e de memória. Para além do significado que tem na construção e existência das comunidades, o património participa de uma tentativa destas se afirmarem e destacarem a sua herança cultural e social. Perante isto, todas as comunidades têm os seus monumentos, obras físicas e

---

[150] TEJERINA; 2003: 24-25 *Apud* FARIA; ALMEIDA, 2006:125.126
[151] FARIA; ALMEIDA, 2006:130
[152] HOLLAND, D., et al (1998). *Identity and Agency in Cultural Worlds*. Cambridge: Harvard University Press. *Apud* MARTÍN-ALBO, *ed*.; GODEO, *ed*., 2017:15; TOPALOVIC *In* MARTÍN-ALBO, *ed*.; GODEO, *ed*., 2017:208; PRATS, 1997:31
[153] GONZÁLEZ-VARAS, 2015:63
[154] BLOKLAND, 2017:49
[155] PRATS, 1997:31
[156] PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 3
[157] PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 2
[158] PRATS, 1997:31

intangíveis, selecionadas em função do que cada época «elege como representativos dos seus lugares de memória»[159], que atuam como:

> *âncoras onde se forma a memória coletiva e a sua prosápia, que são os indicadores da sua identidade e da sua classificação. Eles dão segurança às comunidades, servem-lhe de referência, ajudam a axializar os seus itinerários e incitam a perspetivar o futuro*[160]

A identidade de uma comunidade revela-se na relação que cada indivíduo tem com o grupo, sendo passível de assumirem diferentes graus de identificação. Perante isto, a identidade é construída «de forma dialógica através de um processo de reconhecimento mútuo»[161], aquilo que Hegel identifica como um conceito relacional. Neste processo, a identidade reside no sentido de pertença, obtido através da perceção da diferença e da semelhança, enquanto ato individual e posteriormente coletivo de reconhecimento de si e de si em relação ao outro. A presença do outro e a interação social com grupos externos é fundamental na afirmação da identidade, sobretudo a nível local, uma vez que tira partido da criação de imagens estereotipadas associadas aos nativos de determinado local, de modo que por contraste se afirme e valide a própria identidade[162].

Os indivíduos identificam semelhanças entre si através da seleção de símbolos e representações que sustentam uma categorização pessoal e a partir dos quais se apresentam aos restantes membros. É deste modo que, de acordo com Kath Woodward (2000), nos imaginamos coletivamente, pelo que a construção da identidade é sempre um ato de imaginação[163]. Essa consciência de semelhança reside, para Laurajane Smith (2006), no «senso de história e memória e [ocorre] pela forma como a memória individual e coletiva é compreendida, comemorada e propagada»[164], por outras palavras, o reconhecimento de um passado comum. Este passado coletivo é uma ficção contruída a partir de *trajetórias individuais* em diálogo com *operadores coletivos*, assente em memórias selecionadas, basilares à noção de identidade coletiva[165].

---

[159] FARIA; ALMEIDA, 2006:126
[160] ALMEIDA, 1998:17
[161] FARIA, ALMEIDA, 2006: 118
[162] AMANTE *in* PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 83
[163] PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 2
[164] SMITH, 2006:36
[165] GUILLAUME, 2003 *Apud* FARIA; ALMEIDA, 2006:125.126

De igual modo, a identidade enquanto fator de coesão e o património enquanto representação simbólica da primeira, oferecem às comunidades – aos indivíduos que as compõem e à sua descendência – meios para a sua continuidade, para que esta se projete no futuro, permitindo-lhes negociar a história[166]. O património tem um significativo valor estratégico nesta ideia de continuidade pois, ao mesmo tempo que proporciona uma âncora no tempo longo, também tem o potencial para criar mudança, dinamismo e multiplicidade[167]. À semelhança do que vemos para o património cultural imaterial cuja sua salvaguarda requer que este se mantenha vivo e em evolução, o mesmo se aplica às comunidades. Nas palavras de Joan Josep Pujadas (1993), essa continuidade passa invariavelmente por *descontinuidades, cruzamentos e mudanças de rumo,* num confronto constante entre a *bagagem sociocultural-simbólica* e as «circunstancias globales "objetivas" que enmarcan, constriñen o delimitan la reproducción del proprio grupo»[168].

Numa perspetiva diversa, Paulo Peixoto (2005) encara a identidade e o património como realidades antagónicas. Não negando que possa existir uma *base simbiótica* a unir os dois conceitos, considera que «a identidade mata o património»[169], uma vez que a identidade enquanto vivida e partilhada reside em práticas quotidianas que raramente adquirem um estatuto patrimonial. Assim dizendo, enquanto estas práticas tiverem uma função social ativa dificilmente serão classificadas, o que na opinião do autor se posiciona no sentido contrário ao património, o qual assenta em processos de classificação e proteção. Logo, a atribuição de um estatuto patrimonial reconhece a morte de uma identidade.

2.3. Afirmação da identidade local

Um dos aspetos mais característicos da identidade é a pertença a um determinado lugar, já que os locais têm impacto na vida quotidiana, nomeadamente na sua organização e estruturação[170]. Maria de Fátima Amante (2005) defende que embora o movimento se

[166] DUCLOS [prólogo] *in* PRATS, 1997:7
[167] MOREIRA *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org.*, 2005: [Prefácio]
[168] PUJADAS, 1993: 63 *Apud* PRATS, 1997: 31
[169] PEIXOTO *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org.*, 2005: 64
[170] AMANTE *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org.*, 2005: 83

assuma como uma das características da atualidade, um dos elementos fundamentais na afirmação dessa identidade permanece na capacidade de aliar a afirmação *ser de ...* (determinado lugar) ao sentimento de pertença a que o próprio e os demais reconhecem algumas características particulares[171], aquilo que identificam como a cultura local.

Os parcos recursos económicos no interior de Portugal, sobretudo nas zonas rurais onde a agricultura sempre se destacou como meio de subsistência, levaram ao êxodo rural, isto é, a que muitos se fixassem nos grandes centros urbanos, sobretudo da zona litoral ou no estrangeiro, em busca de melhores oportunidades de vida. Ainda que a literatura aponte que a deslocação para as áreas metropolitanas e consecutivo afastamento do património local tenha conduzido a uma perda de capacidade rememorativa[172], no território do interior este fenómeno não encontra consequência direta no enfraquecimento ou quebra de laços de pertença com os locais de nascimento. Pelo contrário, verifica-se que muitos destes indivíduos regressam pelo menos uma vez ao ano, mormente em agosto e existe uma vontade de voltarem a fixar residência na sua terra natal. Em muitos casos este sentimento é extensível a gerações que já não nasceram nestes locais.

Se a identidade local é produzida a partir da perceção que a comunidade tem sobre determinados acontecimentos, que considera mais significativos e representativos da sua identidade, ou seja, uma identidade histórica produzida, então esta pode ser negociada de forma estratégica[173], pelos membros da comunidade. Isto observa-se particularmente quando os que reclamam essa identidade estiveram ausentes durante um longo período, «razão pela qual ficaram presos a aspectos particulares»[174].

Amante (2005) observou na zona Raiana algumas estratégias de afirmação de identidades locais. Ainda que à primeira vista possam ser confundidas com nostalgia do passado, estas estratégias tiram partido da reativação de elementos desse passado como: a prática de trabalhos comunitários que em tempos fizeram parte do quotidiano, a criação de exposições com imagens e objetos pertencentes a outros períodos, ou a realização de caminhadas através de antigas rotas, com o objetivo de nutrir e (re)afirmar a identidade local[175]. A nível local, estas estratégias são importantes para que os membros da comunidade, em particular que viveram ou há muito vivem fora do território, possam, a

[171] AMANTE *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org.*, 2005: 83
[172] GONZÁLEZ-VARAS, 2015:71
[173] AMANTE *in* PERALTA, *org.;* ANICO, *org.*, 2005: 88-89
[174] AMANTE *in* PERALTA, *org.;* ANICO, *org.*, 2005: 88-89
[175] AMANTE *in* PERALTA, *org.;* ANICO, *org.*, 2005: 86

partir destas representações simbólicas do passado e do reviver da história local, continuar a rever-se como parte da comunidade e a reforçar os laços de pertença, ainda que no caso dos que não habitam no local onde nasceram apenas aconteça durante curtos períodos e de forma por vezes fugaz e artificialmente produzida[176]. Simultaneamente, a cultura local é reforçada através da participação anual em manifestações de matriz identitária e afetiva, destacando-se frequentemente a festa da aldeia/vila ou as procissões em honra do santo padroeiro.

Em suma, o património não pode ser encarado como uma reserva ou como uma recordação do passado congelada no tempo. Este tem de ser *aceite e estimado*[177] como parte do presente, para que se possa assumir como recurso, ativado pela comunidade na manutenção da identidade local.

2.4. Os desafios da globalização e do turismo

Num outro prisma, o património cultural é hoje um agente de proteção de identidades locais face às ameaças da globalização. Esta é o mais, ou um dos mais importantes fenómenos da sociedade contemporânea, com consequências em todas as esferas sociais, uma vez que molda as vivências quotidianas[178]. Deste modo, generalizou-se o receio de que o aumento descontrolado da globalização pudesse levar a uma economia, sociedade e cultura única, com a homogeneização de usos e costumes e consequente diminuição das identidades nacionais e locais. Todavia, alguns autores defendem que contrariando o resultado previsto, em alguns locais verificou-se justamente o efeito oposto, com movimentos identitários de caráter nacional ou local a ressurgirem e/ou a ganharem um *novo protagonismo*[179]. Mais do que tratar-se de uma cultura global, Maria Elisa Miranda (2012) aponta que as culturas locais contribuem para uma *dinâmica global.*

González-Varas (2015) considera que o cruzamento, justaposição, convivência ou fricção entre denominadores de natureza oposta – o universal, internacional, nacional ou local - caraterizam a situação atual como necessariamente complexa e de mudança.

[176] AMANTE *in* PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 87
[177] ROSAS, 2008:54
[178] CARVALHO, 2006: 9 *Apud* MIRANDA, 2012:13
[179] MIRANDA, 2012:13

Invariavelmente, a presença destes denominadores terão repercussão «en el sentido asumido por el patrimonio cultural dentro de cada situación especifica»[180].

A diversidade cultural e o pluralismo que até aqui se têm colocado como definidores de identidades, devem ser abordados com especial cautela face à descaraterização e homogeneização que a globalização acarreta. Um importante contributo para a preservação de culturas minoritárias, passa por encontrar equilíbrio entre a diversidade cultural e defesa de um património comum à humanidade ou à Europa, reconhecendo as diferenças culturais e valorizando a autenticidade. Nesta medida, a aposta na reinvenção e reativação do património de proximidade pode atuar como uma poderosa resposta a esta ameaça, na medida em que «sugere […] a imagem (simplificada) de um futuro desejado e possível e de uma mudança *controlada*»[181].

O receio de homogeneização, aliada da familiarização com outras culturas podem levar a que os grupos e comunidades tentem *sobressair as suas características* e potenciar a *invenção de tradições*[182]. A uniformização ou a folclorização também pode surgir com o turismo[183], através de práticas que tendem a encarar o património e o seu significado de modo superficial e desenquadrado da realidade social à qual ele pertence. Em cenários de extrema globalização, onde os laços identitários têm propensão a se esfumar, as culturas locais tendem a ser substituídas por símbolos mercantis[184]. Nestes casos, o turismo especializado no consumo aspira a transformar o património cultural e os centros históricos em *parques temáticos*. Guilherme d'Oliveira Martins (2020) defende que esta realidade requer diálogo e um «planeamento estratégico, uma articulação de meios e um aproveitamento adequado das sinergias disponíveis»[185], privilegiando-se a compreensão das identidades e das diferenças, no sentido da coesão social[186].

[180] GONZÁLEZ-VARAS, 2015:70-71
[181] MOREIRA *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org*., 2005: [Prefácio]
[182] AMANTE *in* PERALTA, *org.*; ANICO, *org*., 2005: 84
[183] MARTINS, 2020: 71
[184] GONZÁLEZ-VARAS, 2015:72
[185] MARTINS, 2020:71
[186] MARTINS, 2020:72

3. Discurso Autorizado do Património

> *Tendo na sua origem tudo aquilo que a natureza ou a obra humana produzem, o Património como tal só o é após a necessária reflexão que lhe dá conteúdo e mensagem para o tornar indispensável à sociedade que o herda, suporta, recria e usufrui, procurando passá-lo às gerações vindouras em situação dignificante, como fonte material ou imaterial de sabedoria trabalhada por diversos profissionais que lhe acrescentam valores mais íntimos ou mais coletivos*[187]

O *Discurso Autorizado do Património*[188] (AHD) é um conceito introduzido por Laurajane Smith (2006), a partir do qual a autora identifica o discurso que domina as práticas patrimoniais do mundo ocidental.

> *A useful starting point is the idea of discourse 'as a specific ensemble of ideas, concepts, and categorisations that are produced, reproduced, and transformed in a particular set of practices and through which meaning is given to physical and social realities*[189]

Enquanto discurso dominante, assume uma forte posição na construção e legitimação do que é património, assim como na definição de quem tem capacidade e propriedade para falar pela e sobre a natureza e significado do património[190]. Sobretudo, define quem são os legítimos porta-voz do passado – *definindo e revelando o seu significado*[191] – e retira às gerações do presente a possibilidade de atuar ativamente sobre esse património, pois influencia como se *pensa, fala e escreve sobre património*[192]. Condiciona, assim, a alteração de significado e valor de determinado bem patrimonial ou manifestação sem a orientação de um profissional do património com legitimidade para tal.

---

[187] GUIMARÃES *in* SOUSA, *coord.* 2018: 7.
[188] *Authorized Heritage Discourse* (AHD)
[189] HAJER, 1996:44 *Apud* SMITH, 2006: 14
[190] SMITH, 2006: 29
[191] REMELGADO, 2022: 243s
[192] SMITH, 2006:11

> *There is a hegemonic 'authorized heritage discourse', which is reliant on the power/ knowledge claims of technical and aesthetic experts, and institutionalized in state cultural agencies and amenity societies.* […] *The 'authorized heritage discourse' privileges monumentality and grand scale, innate artefact/site significance tied to time depth, scientific/aesthetic expert judgement, social consensus and nation building. It is a self-referential discourse,* […] [193]

O AHD, ou pensado no plural, os discursos hegemónicos sobre o património, consistem em formas ou estratégias que mobilizam o passado «pour atteindre des objectifs socio-économiques et politiques»[194]. Para tal, as comunidades são estrategicamente persuadidas a acolher essas versões do passado como verdadeiras, ainda que estas apenas sejam narrativas selecionadas para o efeito, tal como esclarece Ana Rita Albuquerque (2021).

Este discurso impera entre os profissionais do património, no seio do qual se redigem as normas que regulam o património a nível internacional, tendo, por consequência, impacto na legislação nacional. Enquanto discurso institucionalizado e autorreferencial molda e valida as práticas profissionais de gestão e conservação do património, pelo que a identificação de bens patrimoniais a partir das comunidades - não profissionais – é tida como uma ideia *alternativa*/*subalterna* de património, marginalizando certas interpretações do passado.

O discurso autorizado do património é, portanto, um processo de construção, legitimação, definição e negociação. Este cria e recria relações sociais, valores e significados sobre o passado e o presente. Laurajane Smith considera que o discurso do património é, em si, uma forma de património, na medida em que «[…] legitimizes and defines the identities of a range of social actors and mediates the social relations between them, while also defining and legitimizing values that underpin those relations»[195]. Falar

[193] SMITH, 2006:11
[194] ALBUQUERQUE, 2021:201
[195] SMITH, 2006: 43

de património é, pois, falar de identidade, com o poder de veicular «imagens sociais e politicamente negociadas, bem como histórica e culturalmente construídas sobre um determinado coletivo humano»[196].

Situada na Europa Ocidental do século XIX, a origem do AHD encontra-se afeta ao crescente espírito nacionalista e liberal, intimamente relacionado com o sentimento de cuidado com o passado material[197]. O campo patrimonial nasce, essencialmente, como reação aos riscos de destruição ou vandalismo[198], sentidos com as reformas em Inglaterra e, sobretudo, com a Revolução Francesa, propondo a salvaguarda de bens culturais vistos como notáveis.

A vontade de proteger testemunhos do passado pela sua monumentalidade, qualidade estética e relação com acontecimentos históricos é uma prática diacrónica. Podemo-la ver: com a salvaguarda da Coluna de Trajano, em 1162, por parte dos romanos, como monumento de memória[199]; nas bulas papais emitidas no século XV em defesa das antiguidades romanas, por consideração para com os monumentos do passado; ou na ordem de restituição dos bens roubados pelas invasões napoleónicas (1815) [200]. Em Portugal, encontramos o *Alvará em Forma de Ley* (1721) do Rei D. João V com vista a aprofundar o conhecimento da História nacional[201].

A primeira *Comissão de Monumentos Históricos* criada em França, no ano de 1837, atentava para a salvaguarda dos monumentos históricos, especialmente, vestígios da antiguidade, edifícios religiosos medievais e castelos. Privilegiava, deste modo, valores e conhecimentos especializados sobre o passado[202], atribuindo-lhes um valor cultural ou significado inerente, isto é, dá a entender que o património pode ser facilmente identificado pela antiguidade, monumentalidade e estética agradável, perceção difundida como senso comum.

Como identifica Françoise Choay em *Alegoria do Património* (1992), com a 2ª Guerra Mundial o número de bens inventariados aumentou significativamente, todavia a

[196] PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 3
[197] SMITH, 2006:11
[198] FOURNIER; CROZAT; BERNIÉ-BOISSARD; CHASTAGNER, 2012: 7
[199] MARTINS, 2020: 18-19
[200] TORRICO *in* PERALTA, *org*.; ANICO, *org*., 2005: 23
[201] LOPES, CORREIA, 2014: 14
[202] SMITH, 2021: 4

sua natureza mantém-se essencialmente restrita à arqueologia e *história erudita da arquitetura*[203]. Tendo começado a surgir interesse por outras tipologias, a denominação que lhe é atribuída - arquitetura *menor, vernacular* ou *industrial* – denota a distinção na abordagem relativamente ao *património histórico*. Progressivamente passa a abranger mais do que edifícios individuais, incorporando conjuntos edificados e malha urbana. A partir do alargamento dos eixos cronológicos e geográficos, a definição de património passa a abarcar novas tipologias de bens, que nesses eixos se inscrevem. Neste sentido, desde a década de sessenta da centúria passada, os monumentos históricos passam a ser apenas uma parte da herança, como aponta Choay[204].

O sentido de herança promove o sentimento de dever presente para com o passado e os seus monumentos que nos chegam, onde cabe à geração atual cuidar e proteger para passar à geração futura, «a fim de se criar um sentido de identidade nacional comum com base no passado»[205]. Jean-Claude Duclos, no prólogo de *Antropologia y patrimonio* (1997), recorda que a ideia de legado parece ter-se tornado uma verdadeira necessidade[206]. O autor defende que as sociedades procuram no património um *refúgio compensatório*, fruto do *fantasma da rutura* e desordem provocada pela rápida mudança do mundo contemporâneo[207]. Neste sentido, as práticas deste discurso voltam-se, sobretudo, para a gestão e conservação desses sítios, lugares e objetos, com valor material e estético significativo.

Atentando na *Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno* (1933), o presente é encarado como depositário: «aqueles que as possuem ou que estão encarregues da sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer de tudo o que estiver ao seu alcance para transmitir, intacta, esta nobre herança às gerações futuras»[208], ideal defendido por Ruskin no seu tratado *The Seven Lamps of Architecture* (1849), um século antes.

Organizações como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa, no desenvolvimento teórico e normativo e os Estados-nação e instituições como museus, no

[203] CHOAY, 1992: 12
[204] CHOAY, 1992: 12
[205] REMELGADO, 2022:244
[206] DUCLOS *In* PRATS, 1997:7 [prólogo]
[207] DUCLOS *In* PRATS, 1997:7 [prólogo]
[208] CIAM, 1933:65

campo de ação das práticas patrimoniais, têm assumido um papel importante e regulador do AHD, através da elaboração de cartas, documentos, convenções, entre outros, e por meio de boas práticas e programas políticos que conferem novos usos à cultura.

A *Carta de Porto Santo* (2021) reflete sobre a «democratização da cultura»[209], que pressupõe «uma visão bem-intencionada, mas descendente (*top-down*) e pensada na singular (a Cultura)»[210]. Neste sentido, assume que existe uma visão hierarquizada de cultura: erudita, de massas e popular, sendo a erudita a que possui *qualidade* e por isso merece ser *democratizada* e *difundida para todos*[211]. Reconhece que este paradigma que domina o discurso desvaloriza tanto as práticas culturais que não são compreendidas na cultura entendida como *erudita*, quando os próprios cidadãos, que são entendidos como meros consumidores e *excluídos da função de agentes de cultura*[212].

Focando no caso concreto dos museus, estes são um ativo fundamental no desenvolvimento do AHD, pela forma como posicionam o público/utilizador não especialista, encarado como consumidor acrítico da mensagem construída e transmitida pelos profissionais. Por não encarar o património como um processo ou uma experiência ativa, pressupõe que os visitantes não irão valorizar bens patrimoniais que não se enquadrem na estética dominante. Neste sentido, o AHD estabelece uma relação *top-down* entre especialista, património e visitante, como referido na *Carta de Porto Santo* (2021).

Smith apresenta-nos uma visão de património disruptiva relativamente ao AHD. Compreende o património como um processo cultural e social somatório, de constante significação, «no e para o presente»[213]. Assim, a autora aborda o património não como uma coisa – que os profissionais trabalham – mas como um processo que envolve atos de lembrança entendidos a partir do presente. A ideia de património como um ato de comunicação e construção de sentido - como uma experiência – não encontra sinergia com a visão dominante com base no conhecimento especializado. O problema identificado por Smith é que o património enquanto prática cultural e social é colocado na penumbra, como efeito da forma como o AHD se encontra naturalmente inserido nas

[209] Paradigma estruturado no final da década de 50.
[210] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 2
[211] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 2
[212] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 2
[213] SMITH, 2006:1

práticas patrimoniais. Nas palavras de Bruna Remelgado (2022), o AHD «tolhe a natureza discursiva do património»[214]. O trabalho dos profissionais centra-se, maioritariamente, em identificar bens patrimoniais e, por consequência, gerir valores, significados e a necessidade de conservação. Se o foco dos profissionais reside na gestão e conservação, que espaço fica para a experiência? Para além dos visitantes que Smith aborda, que voz têm as comunidades neste processo de significação e gestão?

3.1. Quem dita o que é património? – A evolução do conceito e do pensamento em torno da sua preservação

Nas palavras de Jean-Claude Duclos (1997), é a sociedade quem exige que as instituições reconheçam, preservem e defendam tudo aquilo que poderia ameaçar as suas identidades e valores[215]. Por sua vez, Jorge Custódio afirma que: «A legislação ou, usando uma expressão mais abrangente, as normas, reflectem o pensamento da sociedade de cada época sobre o que merece ser protegido»[216].

Quem é esta sociedade? Podemos entendê-la como um sujeito coletivo? Llorenç Prats (1997) considera que tal é uma falácia e embora seja um pensamento corrente, é perigoso pensarmos no património como «una selección que hace la sociedad»[217]. O autor questiona-se acerca de *quem faz essa seleção*, *quem pensa e elabora o discurso*. Por conseguinte, considera que uma sociedade pode em consenso aderir a um discurso, mas esse discurso é elaborado e ativado por alguém concreto, ao *serviço de ideias, valores e interesses concretos*[218]. Pelo que, não ativa quem quer, mas quem tem poder para tal, o mesmo é dizer, os poderes constituídos, *o poder político fundamental, os governos locais, regionais, nacionais* [219].

Podemos observar que agências e organizações profissionais internacionais como a UNESCO, o ICOMOS ou o Conselho da Europa autorizam e implicitamente sancionam determinados discursos sobre o património, dado que definem o que é património, como

[214] REMELGADO, 2022:243
[215] DUCLOS *in* PRATS, 1997:7 [Prólogo]
[216] CUSTÓDIO, *coord*., 2010: 243
[217] PRATS, 1997:33
[218] PRATS, 1997:33
[219] PRATS, 1997:33

e porque é significativo e como deve ser conservado, gerido e usado[220]. «Essa autoridade vem em parte da influência que essas organizações têm dentro do processo político»[221], uma vez que quando ratificadas passam a ser reproduzidas nos contextos nacionais e, consequentemente, na legislação que regula a atuação profissional. Como constatam Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, esses consensos internacionais, têm servido de apoio às «estratégias portuguesas de proteção do património cultural, e todo o seu quadro normativo»[222].

> *Heritage management, conservation, preservation and restoration are not just objective technical procedures, they are themselves part of the subjective heritage performance in which meaning is re/created and maintained. The meanings subsequently created speak to the cultural and social needs of the present, but these meanings will be linked to the past so that they in turn are given authority and validity* [223]

Ao tecer uma análise crítica[224] às normas internacionais produzidas entre finais do século XIX e a contemporaneidade bem como aos temas nelas abordados, vemos refletida a evolução da perceção internacional sobre o património cultural, o alargamento do conceito e o desenvolvimento do pensamento sobre a sua preservação, em resposta às rápidas transformações urbanas e globais. Focado inicialmente no monumento histórico isolado, expandiu-se em direção a *aspetos imateriais associados à herança construída*[225]. Constatou-se que entre a *Convenção de Haia*, de 1899, e a *Carta de Porto Santo*, de 2021, a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa são os três organismos que dominam a produção de normas relativas ao património. Destes, apenas a UNESCO e o Conselho da Europa redigem Convenções, documentos com caráter vinculativo, ou seja, uma vez aprovados pelo Estado Parte, obrigam à aplicação dos seus princípios no seu território. Todavia, estes nem sempre se refletem nas práticas adotadas.

---

[220] SMITH, 2006:87
[221] SMITH, 2006: 87
[222] LOPES, CORREIA, 2014:11
[223] SMITH, 2006:88
[224] Foram analisados quase sessenta documentos, entre eles: Apelos, Cartas, Convenções, Declarações, Pactos, Princípios, Recomendações e Resoluções.
[225] CUSTÓDIO, *coord*., 2010: 243

Como visto anteriormente, ao longo do século XX predomina a proteção do património material, sobretudo do edificado de caráter monumental, incluindo-se também o património móvel, nomeadamente obras de arte, ainda que de forma mais contida. Progressivamente, alarga-se a todos os t*estemunhos significativos da cultura humana*[226], passando-se a proteger vestígios arqueológicos, sítios e paisagens, a refletir sobre a cultura, da Europa e Mundial, e a abraçar o património natural.

Não só no que toca ao objeto a doutrina internacional foi expandindo, também o leque cronológico e geográfico cresceu, fruto das inquietações e debates do momento. Do monumento isolado, passou-se a refletir sobre a preservação da sua envolvente, a proteção de conjuntos históricos e do urbanismo. Se inicialmente se focava no monumento histórico, posteriormente abarcou a arquitetura rural, o património arquitetónico do século XX e o vernacular. Escreveu-se sobre a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, sobre património da Europa e património mundial, entre outros.

Próximo do século XXI, o florescer de questões relativas à diversidade cultural e às identidades, leva a que se reconheçam as práticas e manifestações imateriais como património e, já no século XXI, se introduza o pensamento centrado na *Pessoa*. Embora já existisse, o património enquanto discurso torna-se particularmente ativo, não apenas com o desenvolver de discursos profissionais, mas com o crescimento e afirmação de discursos comunitários e de grupos minoritários, por vezes marginalizados pelo discurso dominante, negociando a identidade social e cultural, valor e significado[227]. Este fenómeno que já vinha do final do século XX marcará o rumo e a produção da doutrina internacional com a redação de documentos como a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e cultural* (1989), a *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Intangível* (2003), ou *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2007).

A partir da década de 90 adensa-se o interesse pela forma como as diferentes comunidades forjam, mantêm e negoceiam a suas identidades. As narrativas de herança sobre a nação e identidade nacional, tidas até então como consensuais, foram desafiadas pela diversidade de experiências comunitárias e pela reivindicação de identidade. Em

[226] LOPES, CORREIA, 2014: 25
[227] SMITH, 2006: 5

consequência, o debate e as práticas patrimoniais começaram a incorporar questões de dissonância e uso da memória na formação do património e da identidade.

Tendo em vista a conservação e restauro de monumentos, a *Carta de Atenas* (1931), é pioneira na consciência internacional para o assunto, estabelecendo as diretrizes da prática de restauro, influenciando as intervenções e legislações nacionais no Ocidente. No espírito da anterior, a Carta de Veneza (1964) estabelece princípios ainda presentes nas práticas da maioria dos técnicos de restauro[228], como afirma Flávio Lopes (2014). Entre esses princípios, o restauro «destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos»[229]. Assenta, portanto, nos ideais difundidos pelo AHD. Entre cartas – Atenas e Veneza – vemos o despertar de países não europeus para as questões patrimoniais, com a participação da Tunísia, México e Peru[230], em 1964.

De acordo com Choay (1992), esta expansão dos bens patrimoniais em termos de *tipológicos, cronológicos e geográficos*[231] que sucedeu, conduziu a um crescimento exponencial do público, para a qual muito contribuiu a *Convenção relativa à proteção do Património Mundial Cultural e Natural* (UNESCO, 1972). Com esta observa-se a «mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecuménica das práticas patrimoniais»[232] e funda-se a ideia de pertença comum. O reconhecimento de um *valor universal excecional,* não só pela comunidade, mas por todos os povos, e consequente inscrição na Lista do Património Mundial, privilegia e enfatiza, uma vez mais, valores materiais (culturais e naturais).

Quando analisado o conteúdo destes documentos observamos uma crescente preocupação com os cidadãos e com o papel do património nas suas vidas, acompanhando visões disruptivas. Se por um lado a *Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural nacional* (1972), considera que a preservação dos testemunhos do passado ajuda ao equilíbrio do Homem, numa sociedade em que as condições de vida se transformam rapidamente e, por este motivo, é tão importante atribuir uma função ativa na vida coletiva contemporânea[233]. Por outro a *Declaração de*

[228] LOPES, CORREIA, 2014: 28
[229] ICOMOS, 1964: art. º 9º
[230] CHOAY, 1992:14
[231] CHOAY, 1992:15
[232] CHOAY, 1992: 223
[233] UNESCO, 1972b: III. Preâmbulo

Amesterdão (1975), sobre a proteção do património arquitetónico, determina que o Poder Local, ao aplicar os princípios da conservação integradas deve levar em conta a «continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais. O futuro não pode, nem deve, contruir-se à custa do passado»[234]

Enquanto o AHD, identificado por Laurajane Smith, trabalha em prol de uma identidade nacional, a *Carta internacional sobre o território cultural* (1999), reconhece várias identidades: nacionais, regionais, autóctones e locais[235]. A *Carta sobre o património construído vernáculo* (1999), debruça-se pela primeira vez sobre o edificado vernáculo ou *tradicional*, que entende como uma *criação característica e genuína da sociedade*[236]. O património vernáculo abrange não apenas as formas e materiais, mas também a maneira como esses elementos são «usados e interpretados pelas comunidades e ainda as tradições e expressões intangíveis que lhes estão associadas»[237]. A conservação deve, ao mesmo tempo, reconhecer o caráter inevitável da mudança e do desenvolvimento e, simultaneamente, respeitar a identidade cultural das comunidades[238].

A *Carta de Burra* (1999) atenta na conservação e gestão dos sítios com significado cultural, consagrando as definições de sítio e significado cultural. Todavia, ao aconselhar que as alterações sejam tão poucas quanto necessário, para que o significado cultural fique retido[239], subentende que o significado cultural é exclusivamente inerente à componente material dos sítios[240].

Ainda que partilhando do mesmo espírito da *Carta de Veneza* (1964) quanto à conservação e restauro do património arquitetónico, a *Carta de Cracóvia* (2000) é reflexo da alteração de tom no discurso patrimonial, revestindo-se da necessidade de pensar a diversidade cultural e a pluralidade de valores fundamentais relacionados com o património. A determinação em garantir a herança cultural às gerações futuras continua subjacente, mas com a consciência que os valores se alteram com o tempo e é a partir

[234] CONSELHO DA EUROPA, 1975: 2
[235] ICOMOS, 1999a: O espírito da carta
[236] ICOMOS, 1999b: Introdução
[237] ICOMOS, 1999b: II. 5.
[238] ICOMOS, 1999b: II. 1.
[239] ICOMOS, 1999c: Porquê conservar?
[240] SMITH, 2006: 103

dessa mudança que a comunidade se consciencializa sobre os bens culturais a preservar, enquanto portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns[241].

Se anteriormente se pensava no objeto isolado e no seu legado com a menor intervenção possível do presente, a *Convenção europeia da paisagem* (2000), procura responder à vontade das populações de desempenhar uma parte ativa na transformação da paisagem, permitindo que esta se transforme no tempo presente. Vinte anos depois, Lekakis e Dragouni (2020) escrevem sobre a paisagem como um *sistema de recursos culturais e naturais*, vivida e interpretada pelas pessoas no tempo presente[242].

> *Culture no longer solely inhabits the proud temple that European civilizations had raised up to it: theatres, operas, museums and libraries. Throughout the world, it has moved into cities and countryside, descending into the streets, pervading the forests and fields, endorsing traditions, customs and know-how, encompassing oral tradition as well as the written word in expression of the memory and of creativity, drawing together the functional object and the work of art, and relativizing the distances that used to lie between actual experience and creation.* [243]

O crescente interesse na forma como as diferentes comunidades forjam, mantêm e negoceiam as suas identidades, anteriormente abordado, levou a que o conceito de património se abrisse a expressões e manifestações imateriais. A *Convenção Cultural Europeia*, a primeira assinada pelo Conselho da Europa, em 1954, coloca, pela primeira vez, o pensamento em elementos pertencentes ao domínio do imaterial. A Convenção tem o intuito de debater a salvaguarda e promoção dos ideais e princípios de um património comum da Europa e, através de uma política comum, incrementar o estudo das línguas, da história e da civilização dos outros Estados europeus. O resultado desta Convenção a par de outros esforços, parece refletir-se a nível nacional na natureza cada vez mais

[241] Carta de Cracóvia, 2000: Preâmbulo
[242] LEKAKIS, DRAGOUNI, 2020
[243] UNESCO, 2003: 1

abrangente e europeia dos planos curriculares, onde o estudo das línguas e da história europeia é presença obrigatória.

Um importante passo no sentido da salvaguarda do património imaterial é dado com a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* (1989), onde se entende por *cultura tradicional e popular* as criações com base na tradição que, não apenas emanam da comunidade, como respondem «reconhecidamente às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social»[244]. A *cultura tradicional e popular* é, portanto, uma cultura viva e em permanente evolução. Não obstante a fragilidade destas, vê nas expressões culturais um «poderoso meio de aproximação entre diferentes povos e grupos sociais e de afirmação das suas identidades culturais»[245]. Observamos, portanto, ser reconhecida – pelo menos na teoria – a capacidade do imaterial agir em função da afirmação identitária, anteriormente legado exclusivamente aos grandes monumentos do passado.

A par da produção normativa, a UNESCO lançou duas iniciativas focadas no PCI e naqueles que o criam, recriam e mantêm, como forma de colmatar o facto da Convenção de 1972 não ser aplicável ao imaterial. Assim, em 1993, a UNESCO desenvolveu o *Programa Tesouros Humanos Vivos* (1993-1998), desenhado para identificar e manter uma lista de portadores de habilidades, técnicas e conhecimentos culturais intangíveis, bem como oferecer oportunidades para que esses pratiquem as suas habilidades e conhecimentos e os transmitam às gerações posteriores. Outra iniciativa ao encontro do imaterial foi a *Proclamação de Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* (1999), criada para distinguir as formas mais notáveis de expressão *popular e tradicional* ou espaços culturais.

O reconhecimento efetivo do Património Cultural Imaterial (PCI) chega apenas no século XXI com a *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial* (2003), o primeiro instrumento multilateral com caráter vinculativo destinado a salvaguardar o PCI. A Convenção vem reforçar a natureza mutável do imaterial, bem como a sua importância na sustentação da identidade cultural e a relevância da preservação para reconhecer a diversidade cultural. Entende o PCI como «mola mestra

[244] UNESCO, 1989: Definição de Cultura Tradicional e Popular.
[245] UNESCO, 1989

da diversidade cultural»[246]. Salienta o importante papel desempenhado pelas comunidades na *produção, salvaguarda, manutenção e recriação* deste património[247], um processo que pela natureza das expressões parte do sujeito envolvido com o património e não das tutelas.

A Convenção UNESCO de 2003 abre caminho para que outros documentos se afirmem na proteção e salvaguarda de expressões imateriais, como vemos dois anos depois com a *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005), onde se reconhece «a sabedoria tradicional como fonte de riqueza imaterial e material, em especial dos sistemas de conhecimento dos povos autóctones»[248]. Identifica-as como portadoras de identidade, valores e significados e reconhece o direito fundamental dos indivíduos[249] e povos de nelas participar e delas beneficiar[250]. As manifestações imateriais e as perspetivas das comunidades locais são agora valorizadas e encaradas como uma fonte de conhecimento equivalente a outras produzidas por profissionais, como se verifica na *Declaração de Xi'an* (2005)[251].

Porquê? e *Para quem?* são as questões levantadas pela *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade* (2005), subjacentes a um pensamento voltado para a *Pessoa* e para os valores humanos. A Convenção quebra paradoxalmente com o pensamento centrado no bem patrimonial seja ele material ou imaterial. Salienta, ainda, as potencialidades do património como fonte de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, quando bem gerido. Embora há muito se falasse de Comunidade, *local* ou *interessada*, esta não possuía qualquer definição universal, pelo que a Convenção consagra a definição de *comunidade patrimonial*, anteriormente citada. Por sua vez, a *Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais* (2007), na definição que traz de *comunidade cultural*, pressupõe não apenas a preservação, como o desenvolvimento no tempo presente[252].

---

[246] SMITH, 2006: 108
[247] UNESCO, 2003
[248] UNESCO, 2005
[249] UNESCO, 2005: art. º 1º g)
[250] UNESCO, 2005: art. º 2º
[251] ICOMOS, 2005: 4.
[252] INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE FRIBURGO, 2007: art.º 2º b.

A *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais* (2008), vai dar resposta a algumas das preocupações levantadas por Smith em relação à importância da comunicação com o público e a comunicação do valor dos sítios culturais para diferentes públicos. Na interpretação dos sítios devem constar «informações orais e escritas, os vestígios materiais, as tradições e os significados atribuídos»[253]. Estabelecem-se, assim, os princípios éticos no sentido da valorização dos sítios culturais e de facilitar a sua compreensão. Os testemunhos orais presentes nos programas interpretativos podem ser incorporados de forma indireta, através de equipamentos e serviços de interpretação, ou direitamente, envolvendo ativamente os membros da comunidade como guias[254]. Prevê, deste modo a participação da comunidade e a inclusão social.

Os espaços públicos – lugares ou conjuntos urbanos – são agora entendidos como lugares de interação social[255], onde os elementos tangíveis e intangíveis interagem e se constroem mutuamente, pelo que ambos devem ser tidos em conta tanto na salvaguarda[256], como na compreensão do que a *Declaração de Québec* entende como *espírito do lugar* (2018).

Mais recentemente, a *Carta de Porto Santo: A cultural e a promoção de democracia: para uma cidadania cultural europeia* (2021) compreende que as culturas agregam a tradição herdada e a criação contemporânea, pois «as culturas são uma tarefa infinita: que recebemos em herança e que continuamos a trabalhar (conservando e inovando) para transmitirmos às gerações seguintes (que continuarão esse processo)»[257].

3.2. O debate sobre a participação das comunidades

«Os processos de patrimonialização contemporâneos envolvem atores diversificados em termos sociopolíticos e em escalas, seja local, nacional ou internacional»[258]. Neste sentido, procuramos compreender o papel que as orientações emitidas por organizações como a UNESCO, o ICOMOS ou o Concelho da Europa

[253] ICOMOS, 2008a: Princípios 2.1.
[254] ICOMOS, 2008a: Princípios 2.3.
[255] ICOMOS, 2011: Preâmbulo
[256] ICOMOS, 2011
[257] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 2
[258] ALBUQUERQUE, 2022: 45

atribuem a cada ator envolvido nos processos patrimoniais, nomeadamente as comunidades locais.

No tocante à inclusão das comunidades, embora a doutrina internacional tenha, de forma progressiva e crescente, reconhecido o importante papel que as comunidades podem e devem desempenhar, verifica-se que a inclusão efetiva se revelou substancialmente problemática por não haver um sentido ativo do que a participação da comunidade realmente significa e por não explicar até que ponto os especialistas devem ceder ou se envolver com a participação de não especialistas[259]. Assim, as comunidades, encaradas como passivas e acríticas pelo AHD, viram a sua participação nos processos de salvaguarda e gestão nem sempre assegurada.

A sensibilização através da educação formal e, posteriormente informal, é defendida desde os primórdios da legislação patrimonial. Em linha com as preocupações coetâneas, a sensibilização dirigia-se para a conservação de monumentos. Neste sentido, expande-se a ideia que a melhor garantia dessa conservação reside no respeito, estima e dedicação das próprias populações para com os bens[260]. Por conseguinte, a educação e consciencialização para tal deve ser incluída e estimulada ainda na fase de formação do ser, de modo que se torne um valor de raiz na sociedade. Em consonância, a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios* (1962), defende que a responsabilidade pela aplicação de medidas deve ser confiada a *serviços especializados com poderes alargados*[261], devendo estes ter em conta as necessidades da vida coletiva[262]. Não obstante a difusão teórica, é generalizada a falta de diretrizes para a implementação, o que se reflete diretamente na prática.

A questão da consulta pública encontra-se presente desde a *Carta de Atenas* (1931), todavia se esta a equaciona como forma de *produzir a menor oposição possível*[263], a *Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural e natural* (1972), aconselha a consulta das populações locais, para que se obtenham sugestões e ajuda, relativamente ao respeito e vigilância do património em causa[264]. Os inquéritos

[259] SMITH, 2006: 104
[260] Serviço Internacional de Museus, 1931: Conclusões Gerais. VII. b); Sociedade das Nações, 1932; UNESCO, 1956: Preâmbulo; UNESCO, 1968.
[261] UNESCO, 1962: Introdução
[262] UNESCO, 1962: Preâmbulo
[263] Serviço Internacional de Museus, 1931: Conclusões Gerais, II
[264] UNESCO, 1972b: III. 11.

sociológicos são aqui sugeridos como uma forma de os especialistas poderem determinar com rigor as necessidades socioculturais da população residente, demostrando, assim, uma preocupação em adequar as intervenções a quem delas sofre repercussões. A consulta pública é uma questão desenvolvida pela *Declaração de Amesterdão* (1975), ficando subentendido que a opinião das comunidades deve ser ouvida e integrada nos processos de decisão[265]. O público deve ser informado dessas decisões de forma *aberta e transparente*, recorrendo a uma *linguagem clara e acessível a todos*, para que possa *conhecer, discutir e apreciar os motivos das decisões*, e assim possam participar de forma esclarecida na elaboração de programas. As restantes partes devem assegurar que são fornecidos elementos de apreciação ao público e que lhes é explicado o valor histórico e arquitetónico dos edifícios a conservar[266].

Antes disso, a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios* (1962), traçava como objetivo: «despertar e desenvolver o respeito do público por um património que é seu e para envolver o público na proteção desse património»[267]. Assim, o bem patrimonial a salvaguardar já não *interessa* apenas ao público, é reconhecido como *seu*.

Observamos, portanto, que à medida que o público alcança maior participação, passa a ser imposta uma maior responsabilidade para com o património e a sua salvaguarda. A salvaguarda é, assim, uma obrigação de todos, dos poderes governativos e dos cidadãos. A *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea* (1976), sugere mesmo a elaboração de um plano de salvaguarda com a consulta e participação das *populações interessadas*[268]. Aponta uma série de ferramentas que podem ser utilizadas de modo a estabelecer uma cooperação constante entre as partes: informação e inquéritos adaptados; criação de grupos consultivos com representantes da comunidade (proprietários, moradores, arrendatários), presentes nos organismos de decisão, planeamento, gestão, entre outros.

A importância da participação da comunidade ao longo de todo o processo, ganha destaque na *Resolução 813 (1983) da Assembleia Parlamentar sobre a arquitetura*

[265] CONSELHO DA EUROPA, 1975: 2.
[266] CONSELHO DA EUROPA, 1975: 3.
[267] UNESCO, 1962: Introdução
[268] UNESCO, 1976: IV. 17. c)

contemporânea, estabelecendo o desejo que esta consciência esteja presente na formação de profissionais. «De notar aqui o extraordinário alargamento da noção de património à universalidade das estruturas contruídas e à qualidade de vida das populações»[269].

Deste modo, o indivíduo é progressivamente encarado como um agente ativo que pode atuar sobre o próprio património, quando munido de ferramentas adequadas. A charneira pode ser encontrada na *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* (1989), ao afirmar que a salvaguarda deve ser assegurada pelo grupo que a exprime. Deixa, assim, de participar por iniciativa do Estados Membros ou especialistas, mas a contar com o apoio dos mesmos através da investigação, criação de sistemas de identificação, registo e na *prática das tradições*[270].

A participação ativa das comunidades deve estar prevista e integrada nas políticas de conservação patrimonial, tendo por base a colaboração de todas as partes, desde os serviços públicos, aos investigadores, empresas privadas e público em geral. Como visto previamente, esse envolvimento deve assentar no acesso a informação/conhecimento, um elemento importante da *conservação integrada*[271]. A proteção do património é uma *obrigação moral* de todos e uma *responsabilidade pública coletiva*. A *Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico* (1990), reconhece que pode ser aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones. Ainda que esteja previsto apenas para *certos casos,* não especificando como estes são determinados, vemos em 1990 aberta a possibilidade de ser a comunidade a ter poder de decisão e a ser-lhe reconhecida a capacidade de proteção e gestão e, consequentemente, de decisão, que até então se encerrava em especialistas e autoridades públicas.

O espírito da Carta de 1990, relativo à responsabilidade e gestão por parte da comunidade vai tocar o *Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural* (1994). Este procura questionar o pensamento convencional sobre a conservação do património cultural e alterar definitivamente o paradigma da autoridade e do papel das comunidades: «A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence,

[269] LOPES; CORREIA, 2014: 41
[270] UNESCO, 1989: Preservação da Cultura Tradicional e Popular
[271] ICOMOS, 1990: art.º 2º

em primeiro lugar, à comunidade que o gerou ou àquela que o preserva»[272]. Considera que se deve procurar consenso entre especialistas e a comunidade na identificação de valores e posteriormente que haja respeito pelos valores reconhecidos[273].

Na viragem do século, passa a salientar-se a valorização regional e local do património, em detrimento de uma conceção universal ou nacionalista de património, pois cada comunidade *tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado*[274] passa a ser responsável pelo próprio património. São, assim, múltiplos os significados que se criam, consoante a comunidade. Como vemos na *Carta internacional sobre o turismo cultural* (1999), ainda que o património cultural possua uma dimensão universal, deve ser respeitada a vontade das comunidades quanto ao acesso ao seu património, quer seja imaterial ou material, «de restringir ou administrar diretamente o acesso físico, espiritual ou intelectual a algumas práticas culturais, conhecimentos e crenças, bem como a determinados objetos ou lugares»[275]. De acordo com a *Carta de Cracóvi*a (2000), recai sobre a comunidade a responsabilidade de «adotar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão»[276].

A *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial* (2003) e a *Convenção quadro de Faro* (2005), centram definitivamente as questões patrimonial na comunidade e no caso da segunda na *pessoa*, sendo esta quem reconhece/identifica o que entende como parte do seu património cultural e como «reflexo e expressão dos seus valores, crenças saberes e tradições em permanente evolução»[277]. Já não se encorajam as pessoas apenas a participar no conservação e gestão, mas agora a fazerem parte na reflexão e a participarem em debates públicos sobre as oportunidades e desafios que o património cultural representa[278]. A opinião das pessoas é tida em conta, respeitada e valorizada.

A *Convenção-quadro de Faro* (2005) foi o primeiro instrumento normativo internacional a refletir e descrever a vitalidade de colaboração entre as várias partes

[272] UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994: Diversidade Cultural e Diversidade do Património. 8.
[273] UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994: Anexo I. 3.
[274] Carta de Cracóvia, 2000: Preâmbulo
[275] ICOMOS, 1999a: Princípio 4. 4.2.
[276] Carta de Cracóvia, 2000: Gestão. 12.
[277] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 2º. a)
[278] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 12º. a)

interessadas, isto é: as autoridades públicas, os entendidos, os proprietários, investidores, ramo de negócio, organizações não governamentais e sociedade civil. Procura incluir as partes que à partida são menos favorecidas, sobretudo a partir da promoção da participação democrática, com potencial para influenciar as decisões políticas, apontando também para a sustentabilidade das mesmas.

A abordagem apresentada foi verdadeiramente inovadora, pelo que volvidos dezoito anos, continua relevante e tem impacto em ações desenvolvidas dentro do domínio. Atua como um quadro de referência na ética pública de partilha de responsabilidades entre as diversas partes.

A responsabilidade ganha, assim, um novo foco, fala-se não apenas de responsabilidade de respeitar o próprio património e, em igual medida o dos outros[279], como se argumenta que é um direito, mas também uma responsabilidade de todos, *dar a conhecer as suas opiniões e perspetivas*[280]*,* considerando que estas devem ser associadas ao processo de avaliação. Passa a estimular-se o público para que seja crítico e ativo.

Neste sentido, a *cidadania cultural* no espírito da *Carta de Porto Santo* (2021) entende que devemos articular os dois paradigmas a *democratização da cultura* e a *democracia cultural*, assim «o acesso às grandes obras da humanidade, do passado ou contemporâneas, não se deve opor à participação no ato criativo ou à valorização de diferentes tradições e de novas narrativas» e vice-versa.

> *Reforçar o sentido de pertença à comunidade e a coexistência pacífica entre comunidades distintas, através da responsabilização de todos pelos patrimónios de proximidade, enquanto «bem comum» que importa não só conhecer e preservar mas questionar, refletir, discutir, aprender a reinterpretar e recontextualizar*[281]

Em suma, Flávio Lopes (2014) traz-nos uma visão de proximidade em relação ao património ao afirmar que a rápida evolução da produção intelectual não consegue ser

[279] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 4º. B)
[280] ICOMOS, 2008a: Princípio 6.3.
[281] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 33

acompanhada na alteração das práticas, pois os recursos humanos, técnicos e financeiros não surgem com a mesma velocidade.

> *Um tão vasto alargamento da noção de património só poderá ser enfrentado, na prática, com um correspondente alargamento da participação da sociedade na construção de modelos mais humanos e ecológicos de desenvolvimento*[282]

4. A importância do envolvimento da comunidade no processo de valorização e salvaguarda do património cultural

> *A participação dos cidadãos tornou-se uma obrigação ética e uma necessidade política. Revitaliza a sociedade, fortalece a democracia e promove a convivência para uma melhor qualidade de vida*[283]

Em linha com o espírito da *Convenção-quadro de Faro* (2005), a importância do património não reside nos bens patrimoniais em si mesmo, mas na importância que as comunidades lhes atribuem, na forma como são compreendidos e transmitidos no seio destas e nos valores reconhecidos, possível quando a abordagem se faz acompanhar da noção de *património de proximidade*. Este posicionamento reconhece que o património cultural não se deve tratar a partir de uma abordagem *top-down*, liderada pelos Estados-Parte e instituições com legitimidade na decisão, mas que a garantia de um tratamento resiliente e sustentável do *património comum* deve, necessariamente, passar por integrar as comunidades na definição e gestão do mesmo. O valor atribuído ao património, com o qual se identificam as comunidades patrimoniais deve ser considerado. Para tal, deve encorajar-se a cooperação ativa das comunidades na identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e reflexão sobre os bens patrimoniais.

A participação na vida cultural é um direito[284] que a ninguém – individual ou coletivamente – deve ser negado. Essa ação é composta por três aspetos fundamentais: o

[282] LOPES, CORREIA, 2014: 45
[283] CONSELHO DA EUROPA, 2021b:6
[284] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 1º. a)

acesso, a participação e a contribuição. O acesso a educação e informação de qualidade que lhe permita conhecer e entender a própria cultura e a dos outros. A participação na vida política da sociedade. O direito em contribuir para o desenvolvimento da comunidade à qual pertence, envolvendo-se na criação de expressões da comunidade: materiais, espirituais, emocionais ou intelectuais; contribuindo para a elaboração e implementação de políticas com impacto dos direitos culturais.

Não sendo o debate do envolvimento das comunidades nos processos patrimoniais uma questão exclusivamente do presente, como abordado no capítulo anterior, observa-se uma crescente tomada de consciência face à importância das comunidades locais desempenharem um papel central na vida cultural. Todavia, a passagem do campo conceptual e legislativo para a prática é ainda hoje um verdadeiro desafio. Não obstante a intensão e o reconhecimento, as comunidades acabam por não ser significativamente envolvidas. A generalizada falta de recursos humanos e a morosidade do processo, condiciona o acesso à visão e aspirações das comunidades locais relativas e leva a que as prioridades recaiam sobre necessidades concretas de intervenção no património cultural material.

A participação dos membros de uma comunidade deve, idealmente, ser despoletada pela vontade de «congregar as diferentes vozes e olhares que constituem o universo do nosso quadro de atuação»[285]. Neste sentido, interessa conhecer os diferentes agentes patrimoniais, os vários níveis de participação, os benefícios que a adoção de uma abordagem centrada no envolvimento da comunidade trazem para cada parte interessada e como cada um pode, através dos recursos que lhes estão disponíveis, contribuir para o colocar em prática.

[285] CONSELHO DA EUROPA, 2021a:23

4.1. Escada de participação

A *Escada de Participação Cidadã*[286]*,* apresentada por Sherry Arnstein em 1969, surge como uma das primeiras reflexões sobre os níveis de participação que os cidadãos podem assumir em processos de decisão. Organiza-se em oito graus de participação dispostos em escada, sendo cada degrau correspondente ao poder dos cidadãos decidirem sobre resultados[287].

Os oito degraus podem ser divididos em três grupos: não participação (1 e 2); participação simbólica/concessão mínima de poder (3-5); poder cidadão (6-8). A não participação abarca os processos nos quais as entidades com poder de decisão possam *educar*[288] ou obter o apoio dos cidadãos, sem que estes tenham voz decisiva ou opinativa. Nos níveis 3 a 5, os sujeitos passam a ser informados dos seus direitos, deveres e opções (3), e enceta-se uma via de comunicação, a opinião pública passa a ser ouvida, podendo ou não ser adotada (4). Esse canal de recetividade abre-se, ainda que de forma limitada, com vista à pacificação (5). Já no degrau 6, o controle passa a ser bilateral, sendo o poder cidadão encarado como de igual para igual e, no nível seguinte, como uma opção dos cidadãos de delegar poder às restantes entidades/organismos. Por último, o degrau 8 é representativo do completo poder do cidadão.

A autora centra o seu argumento na participação crescente dos cidadãos, *have-nots* ou grupos marginalizados*,* como algo que lhe é permitido pelas entidades com poder, como refere. Assume, assim, a participação dos cidadãos como dependente do interesse dessas entidades em que tal aconteça. Não é, contudo, equacionado que a não participação pode partir do desinteresse ou falta de conhecimento dos cidadãos. A reflexão apresenta outras limitações, como encarar os *have-nots* e os que têm poder como blocos homogéneos, não tendo em conta que cada um destes se divide em subgrupos, com diversos pontos de vista, interesses e divergências entre si.

David Wilcox (1994) identifica uma tendência crescente nas décadas de 80/90 em envolver a comunidade, de forma individual ou coletiva, na prestação de serviços a nível local. Ao afirmar que essa participação pode constituir um perigo, indica que tanto os

[286] ARNSTEIN, 1969
[287] ARNSTEIN, 1969: 2
[288] ARNSTEIN, 1969: 3

provedores de serviços como as comunidades se deveriam questionar relativamente ao nível de participação desejada, qual a melhor maneira de o fazer e quais podem ser os perigos. Neste sentido, tendo em consideração a escada de Arnstein, assume que existem diferentes níveis de participação para diferentes situações. Interroga *quais os diferentes interesses na comunidade*[289], dado que diferentes interesses conduzem a níveis diversos de envolvimento, podendo esta integrar fases distintas de participação[290]. Ao observar a comunidade como heterogénea, considera, igualmente, que dentro de uma comunidade se podem observar vários interesses.

Indaga-se, ainda, sobre *quem decide os seus níveis na escada*[291], uma vez que a sua conceção se destina a «estimular a reflexão sobre quem tem mais influência»[292]. Neste sentido, reduz os oito degraus de Arnstein a cinco: informação, consulta, decidir em conjunto, atuar em conjunto e apoiar os interesses de comunidades independentes.

Aplicada à agricultura sustentável, Jules Pretty (1995) debruça-se novamente sobre a escala de participação, acompanhada de métodos de participação para sistemas alternativos de aprendizagem e ação. Permite-nos perceber que o pensamento sobre a participação cidadã e o seu poder de decisão em projetos/programas evoluiu em duas escolas distintas. Uma encara a participação como um meio para aumentar a eficácia, ou seja, se estiverem envolvidas é mais provável que concordem e apoiem os decisores. A outra assume a participação como um direito fundamental[293].

Em 2008, Amareswar Galla traz a reflexão sobre a participação para o domínio do património, mais concretamente do património cultural imaterial, desenvolvendo três modelos de participação: *Participation as Consultation* (Modelo I); *Participation as Strategic Partnership* (Modelo II); *Participation as Community Cultural Action* (Modelo III). Neste sentido, cita a *Declaração para os Direitos das Pessoas Indígenas* (2007), uma vez que esta chama a atenção para o significado do PCI e para o direito das pessoas indígenas de poderem decidir sobre o próprio património: «Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio [*sic*] cultural, […]»[294]. A Primeira Voz (*First Voice*) é, de acordo com Galla, a voz dos portadores do PCI, seja

[289] WILCOX, 1994: 3
[290] WILCOX, 1994: 3
[291] WILCOX, 1994: 3
[292] WILCOX, 1994: 5
[293] PRETTY, 1995:1251
[294] NAÇÕES UNIDAS, 2008: art. º 31. 1.

de forma individual ou coletiva, ou daqueles que mais próximo se encontram desses recursos. Considera, portanto, que a Primeira Voz assume uma *posição crítica nos esforços para a salvaguarda* do PCI e da *diversidade cultural*[295].

Deste modo, o autor reconhece que as abordagens a planos de desenvolvimento local são facilitadas quando integram a comunidade. Um modelo de empoderamento da comunidade deve reconhecer que esta é a melhor posicionada para identificar as suas necessidades. Por conseguinte, cabe ao investigador/tutela reconhecer que as prioridades e valores variam de acordo com a comunidade e de lugar para lugar e que, para tal, devem ser disponibilizados recursos às pessoas locais para melhor conhecerem as suas próprias necessidades, maximizar o seu acesso, dar controlo sobre os mesmos e, por fim desenvolver as habilidades de gestão da comunidade local[296].

No campo da reflexão patrimonial e dentro do espírito de Faro, os termos cooperação ou colaboração têm gradualmente vindo a ser preferidos face a participação. Este último conceito tem sido considerado como contraproducente quando tem origem em mecanismos *top-down* e se reveste de pouca ou nenhuma repercussão no nível prático, tendendo a colocar direitos e responsabilidades apenas de um lado[297].

> *Co-operation is the action of working together [towards the] same goal, beginning from the first steps and gradually constructing together. A special distinction is made here between participation and co-operation, as participating in something denotes lesser influence in decision-making and may exclude certain groups [from] taking [an] active role in the processes*[298]

Neste sentido, entende-se que coconstrução ou cocriação, cooperação, colaboração, codeliberação têm mais significado para as comunidades patrimoniais[299]. O prefácio de Marija Pejčinović Burić, Secretária-Geral do Conselho da Europa, em *Convenção de Faro: património cultural, um caminho para o futuro* (2021), ilustra essa mudança, pois defende que a liderança na proteção e transmissão do património cultural deve ser *compartilhada* entre a sociedade civil, cidadãos responsáveis, governos e autoridades locais. Testemunhamos, assim, o progressivo aparecimento de uma

[295] GALLA, 2008:13
[296] GALLA, 2008:19
[297] CONSELHO DA EUROPA, 2021a:8; 13
[298] CONSELHO DA EUROPA, 2021a:14
[299] CONSELHO DA EUROPA, 2021a:13

terminologia que se reveste do desejo de ver as comunidades como parte ativa do processo e não apenas como convidadas quando as autoridades e profissionais assim o entendem.

4.2. *People-Centred Approach*: agentes, benefícios e ações

A plena aceitação do processo participativo ou de colaboração na definição e gestão do património tem ainda de ser alcançado. De forma geral, são os especialistas e profissionais de património que define debates «about the meaning and nature of the past and its heritage»[300]. Como consequência, os debates sobre a importância e o significado que o passado tem para o presente têm sido reduzidos na prática à propriedade do património e à gestão de sítios. Como abordado anteriormente, no âmbito do AHD, as autoridades - nacionais, regionais e locais – e os especialistas posicionam-se continuamente, segundo Laurajane Smith, não como parte interessada, mas como administradores dos debates sobre património e gestão patrimonial, uma posição privilegiada alcançada pelo reivindicar do conhecimento[301].

A convicção difundida e dominante de que o conhecimento especializado, de matriz técnica e científica, deve decidir sobre estas questões, impede que o trabalho desenvolvido por iniciativas locais seja devidamente reconhecido e apoiado. O repto permanece, assim, em reconhecer e conciliar as duas fontes de conhecimento: a que deriva do processo de colaboração e do conhecimento empírico e local e a que deriva dos especialistas. As comunidades locais, mesmo as mais desfavorecidas, possuem aptidões capazes de complementar o conhecimento e as competências especializadas, pelo que devem beneficiar dos seus recursos patrimoniais e contribuir para o próprio desenvolvimento[302]. A solução deve passar, em primeiro lugar, pela criação de diálogo entre todos os participantes (comunidade, representantes eleitos e profissionais), ressalvando que as funções, conhecimentos e responsabilidades não são iguais, mas complementares, desde que propriamente reconhecidas pelos demais, procurando-se,

[300] SMITH, 2006: 51
[301] SMITH, 2006: 51
[302] ICCROM, 2015:4

deste modo, tirar partido e ancorar essas capacidades com o objetivo de assegurar a conservação e gestão a longo termo.

Para que se estabeleça uma iniciativa a nível local é importante que as partes interessadas sejam movidas de abertura e vontade de colaboração. Os representantes eleitos, quando preocupados e solidários, têm a possibilidade de atuar como facilitadores, observadores e participantes ativos dentro do território. Estes têm autoridade e capacidade de redefinir as fronteiras simbólicas entre as comunidades civil e política, relação frequentemente marcada por conflitos ou baixos níveis de confiança. Por vezes, a falta de transparência da atuação dos representantes políticos e das instituições leva a sociedade civil a questionar a competência para defenderem os seus interesses e do património cultural. Esta resistência parte, frequentemente, da abordagem tida pelas autoridades públicas que, pouco seguras das capacidades das comunidades enquanto recursos, encaram como único benefício da participação alcançarem entre os membros da comunidade maior entendimento e aceitação das decisões já tomadas. Neste contexto, em que os projetos de participação têm uma origem unilateral, a comunidade apresenta-se relutante.

O êxito da intervenção política reside, portanto, no serviço público a partir da cooperação e partilha de responsabilidade, estabelecendo vínculos políticos no sentido do desenvolvimento, que não subjuguem a «construção da coesão social a questões político partidárias»[303]. As comunidades encontram-se mais recetivas a adotar algo se integrarem o processo e não algo que lhes seja imposto, pelo que é de igual importância que exista abertura por parte da comunidade. Trata-se, portanto, de estabelecer uma relação *flexível, fluida e recetiva*[304], devendo o poder representativo e as instituições públicas reconhecerem as comunidades como parte da ação pública e auxiliá-las a desenvolverem uma voz ativa. Em contrapartida, as comunidades devem demostrar a sua vontade de agir, contribuindo assim para a criação de um mecanismo participativo para o bem público, pensando e implementando projetos em conjunto. O caminho para esta relação pode passar por *workshops* que auxiliem os membros das comunidades a «think through the practicality of ideas»[305] e negociar o resultado, para que este vá ao encontro das ambições e necessidades da maioria.

[303] CONSELHO DA EUROPA, 2021a: 10
[304] CONSELHO DA EUROPA, 2021a: 10
[305] WILCOX, 1994:5

«Local governments, being the actors most closely connected with the needs of the local community, can become the catalysts for the most relevant transformations»[306], logo a sua decisão de estabelecerem uma abordagem de colaboração, recai no princípio de reciprocidade com a comunidade e no interesse em aprender com esta, e, ao mesmo tempo, reveste-se do interesse que estas escolhas podem ter noutras áreas como a economia e o desenvolvimento urbano[307].

A aplicação da *People-Centred Approach*[308] ao património cultural, tem como pilares estruturais a conservação do património e o bem-estar da comunidade. Quando encarado como parte viva da comunidade e desempenhando um papel ativo, o património pode-lhe trazer benefícios. Consequentemente, ao ser demostrado o significado do património para a comunidade, é mais provável que desencadeie o seu apoio no sentido da continuidade e proteção desse mesmo património[309]. A salvaguarda revela-se, assim, mais simples enquanto esforço de grupo, esforço este que deve ser partilhado por todas as partes interessadas. Neste sentido, quanto maior a sinergia, maior é a possibilidade de um projeto desenvolvido no âmbito desta abordagem se revelar verdadeiramente eficaz. Portanto, o papel genuíno das comunidades em assuntos públicos encontra-se diretamente em linha com o desenvolvimento sustentável.

A contribuição das partes envolvidas na salvaguarda do património cultural pode trazer benefícios para todos. As vantagens podem variar de caso para caso, de acordo com a tipologia abordada, com as estruturas e suporte disponíveis e em correspondência com o tipo e nível de interesse e envolvimento por parte de cada grupo.

Para os decisores políticos, promover oportunidades para o envolvimento das comunidades é vantajoso, pois permite-lhes fazer parte e serem vistos em debates mais abrangentes e mostrarem-se mais transparentes enquanto governo, bem como melhorar a sua governação através de processos democráticos. Em benefício pessoal, no sentido político, ao atenderem às comunidades, os decisores poderão atrair apoio político de um maior número de pessoas. Através do envolvimento desse público, a aprovação de planos poderá ser mais eficiente, poupado tempo e meios financeiros, uma vez que este será, à partida, fruto de um trabalho comum e responde às expectativas e necessidades de todos.

---

[306] CONSELHO DA EUROPA, 2021a: 41
[307] CONSELHO DA EUROPA, 2021a: 13
[308] Presente em *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage* (ICCROM, 2015) e na *Resolução 20GA/19* (ICOMOS, 2019)
[309] ICCROM, 2015:3

Fruto desta sinergia, os proprietários do património poderão ter acesso a mais fundos e outros recursos.

Aos profissionais e especialistas do património, bem como às tutelas, pode ser proveitoso envolver membros da comunidade na gestão e monitorização dos bens patrimoniais, pois estes podem prover com recursos e conhecimento para essa gestão. Em linha com as necessidades de conservação podem, igualmente, beneficiar do acesso a sistemas de conhecimento detido pelos locais, contribuindo para a criação de uma base de apoio.

Esta abordagem contribui para um maior senso de propriedade por parte da comunidade na qual o património se insere, bem com o desenvolvimento de uma identidade cultural mais forte. O investimento do envolvimento ativo, no sentido da coesão da comunidade pode ser profícuo não apenas para os seus membros, como para a sociedade em geral, visto que uma comunidade enquanto rede de apoio pode contribuir para o desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável. O ICCROM (2015) aponta outros benefícios convergentes com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, definidos na Agenda 2030:

> *increased employment opportunities; increased economic returns through heritage 'added value'; contributions to sustainable development; more sustainable communities; increased cultural and social inclusion and intergenerational integration; more life-long learning experiences; more varied leisure opportunities; poverty alleviation and improved intercultural understanding*[310]

Os mesmos atores podem promover a abordagem e desenvolver ações para a colocarem em prática. Os decisores políticos devem ter como objetivo reforçar o sentimento de pertença dos membros das comunidades e promover a responsabilidade partilhada, no âmbito do ambiente comum[311]. Estes têm o poder de revisitar os sistemas de gestão no local e perceber como estes podem ser ajustados de modo a permitir maior envolvimento da comunidade e potenciar o direcionamento de recursos. Desta forma, devem assegurar que fundos para projetos relacionados com o património permitam a

[310] ICCROM, 2015:5
[311] CONSELHO DA EUROPA, 2021b: 9

consulta e envolvimento das comunidades. A nível nacional e internacional, têm a oportunidade de dar voz para os benefícios que o património pode trazer para a sociedade, promovendo o diálogo com agências de desenvolvimento. De notar que os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 ainda não abrangem diretamente o património cultural.

Não ignorando a generalizada escassez de recursos humanos e os prazos apertados que imperam nas tutelas e, de forma geral, entre os profissionais da área, estes devem, também, reunir esforços para ajustar o sistema de gestão, no sentido de facilitar o envolvimento das comunidades na identificação e interpretação do património, na definição de valores e significados e, em conjunto, desenvolverem estrategicamente projetos de gestão e conservação, tendo por base a partilha de recursos. De igual modo, a transmissão de conhecimento técnico e científico para as comunidades dota-as de maior autonomia e minimiza os potenciais danos da sua ação sobre os bens patrimoniais. Uma comunidade consciente de boas práticas de manutenção e conservação poderá, a longo prazo, diminuir a carga de trabalho das tutelas. Esta perceção foi adquirida pelo trabalho que realizei no terreno, com as comunidades.

A academia e as equipas técnicas podem assumir um papel relevante apoiando com os seus recursos científicos e técnicos e pelo campo de influência, que confere visibilidade e legitimidade a projetos da comunidade perante as tutelas. A par disso, deve-se apostar na formação dos profissionais com conhecimento e ferramentas para que estes trabalhem de forma mais eficaz junto das comunidades. A *UK Research and Innovation* sugere algumas metodologias para facilitar um acesso mais aprofundado à sua visão e aspirações, passando sobretudo por abordagens de proximidades, como a aplicação de ferramentas do domínio da etnografia: os encontros cara-a-cara, *workshops* de diálogo – aplicados na parte prática deste relatório – e simpósios; testar técnicas digitais inovadoras como *digital toolkit*; abordagens criativas como exposições ou *workshops* de arte, podendo estes serem voltados para crianças. Em paralelo levanta-se a necessidade de recolha de dados quantitativos e qualitativos relativos às pessoas envolvidas, obtidos, entre outros métodos, através de entrevistas semiestruturadas, questionários abertos e diálogos públicos[312].

[312] LEKAKIS; DRAGOUNI, 2020

Os membros da comunidade devem ser pró-ativos na sugestão e organização de iniciativas. Às comunidades cabe também aproveitar as oportunidades vindas dos órgãos de poder e de especialistas para participarem e se envolverem nas tomadas de decisão, ainda que as mesmas sejam escassas. Esses momentos de interação entre as partes, podem ser oportunos para que as comunidades salientem as suas preocupações e peçam auxílio. As comunidades devem ser agentes ativos na partilha de conhecimento sobre o território e os recursos disponíveis[313], inclusive através da interpretação patrimonial.

De acordo com Guilherme d'Oliveira Martins (2010), a dimensão patrimonial deve ser integrada nas escolas, não como objeto de estudo em si mesmo, mas sobretudo como «meio de acesso a outros campos de conhecimento»[314]. Conhecendo o potencial do património cultural como base ao futuro desenvolvimento destas gerações, as mesmas devem ser envolvidas em todas as etapas. Assim, a educação patrimonial é uma ferramenta crucial para manter vivo o processo de colaboração a longo termo. O envolvimento das gerações mais novas com o património, através de iniciativas de educação formal e informal que promovam um espaço de debate para a identificação de valores, perceção de prioridades comuns e consciência da responsabilidade perante o património, é a maior garantia de que os esforços que as comunidades patrimoniais travam no presente não são futuramente inglórios devido à indiferença das gerações que lhes sucedem.

Em suma, é necessário desenvolver sistemas de gestão patrimonial equilibrados, uma vez que a falta desse equilíbrio pode levar ao afastamento da sociedade desse mesmo património. A salvaguarda futura de muitos bens patrimoniais reside no papel que estes assumem no presente. O património necessita assumir um papel dinâmico e ativo dentro da sociedade – passando pela questão afetiva -, de modo que esta encontre razões para o manter e salvaguardar.

O envolvimento eficaz das comunidades, assente numa abordagem integrada, de diálogo, colaboração e partilha de responsabilidade entre todas as partes, revela o seu potencial para a salvaguarda patrimonial no tempo longo, o bem-estar das comunidades e a mediação de conflito entre as partes.

---

[313] ICCROM, 2015:6
[314] MARTINS *in* CUSTÓDIO, *coord*. 2010: 340

Visto o envolvimento genuíno das comunidades ser ainda um desafio, é fundamental que se implemente mais ações e experiências e, sobretudo, se partilhe metodologias e resultados das mesmas, através de publicações e outras ferramentas, para que possam servir de modelo e incentivo a novas experiências.

No panorama internacional de discussão sobre a sustentabilidade, o património detém uma atenção ainda limitada. É, portanto, urgente que as agendas atentem e percebam como o património cultural têm um papel útil na e para a sociedade, com potencial contributo para a dignidade de uma comunidade, para a inclusão social e mesmo alívio da pobreza[315].

5. Património Cultural Imaterial

> *So what is ICH* [Intangible Cultural Heritage]*? It is the practices that communities, groups, and individuals recognize as their heritage. It is…what they say it is. In other words, we simply don't know what it is until we go out and ask them*[316].

Valdimar Tr. Hafstein (2007), a partir citação anterior, desafia-nos a olhar o Património Cultural Imaterial a partir de uma abordagem fiel ao conceito consagrado pela *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003):

> *Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as* ***comunidades****, grupos e, eventualmente, indivíduos* ***reconhecem*** *como fazendo parte do* ***seu*** *património cultural*[317].

Revestida de um caráter verdadeiramente inovador, a Convenção propõe a alteração dos cânones patrimoniais voltando o seu olhar para a necessidade de envolver as comunidades, grupos e indivíduos na identificação. O PCI não é, portanto, o que os

[315] ICCROM, 2015:4
[316] HAFSTEIN, 2007:8
[317] UNESCO, 2003: art. º 2º 1.

especialistas reconhecem como tal, não é o que as tutelas classificam como sendo, bem como não é o que a academia e os museus definem. O PCI é o que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Neste sentido, qualquer metodologia de intervenção no contexto do imaterial deve alicerçar-se nas comunidades e o sucesso da mesma deve partir de uma abordagem *bottom-up*.

Embora a ideia difundida de património cultural ainda esteja amplamente relacionada com o tangível, o património cultural não se encerra em monumentos e objetos. Uma noção mais *exigente e global*[318], abrange práticas e expressões vivas, de caráter evolutivo e mutável.

Em meados do século XX, a definição de Património ampliou-se e começou a incluir elementos culturais como memória, música, língua, dialetos, história oral, entre outros. Todavia, na doutrina internacional permanece a tendência para definir património e património imaterial, como se duas coisas distintas se tratassem. Laurajane Smith (2006), defende a união os dois conceitos, redefinindo o património, no seu todo, como inerentemente intangível.

> *It is value and meaning that is the real subject of heritage preservation and management processes, and as such all heritage is 'intangible' whether these values or meanings are symbolized by a physical site, place, landscape or other physical representation, or are represented within the performances of languages, dance, oral histories or other forms of 'intangible heritage'*[319].

Ao encarar-mos o Património como imaterial, do ponto de vista do afeto e da identificação, este oferece maior abertura concetual para a ideia de memória e o ato de lembrar[320], tendendo o PCI a dirigir-se a públicos menores, «as intimate performances of cultural continuity and identity creation»[321]

Não obstante, o património cultural pode ser olhado como um processo que nasce da coexistência de práticas imateriais e sítios/objetos, uma vez que o pleno conhecimento de uma depende da outra. Isto é, o intangível confere significado a determinado lugar ou

[318] MARQUES, 2018: 5
[319] SMITH, 2006: 56
[320] SMITH, 2006: 57
[321] SMITH, 2006: 109

objetos, simultaneamente, a prática existe dentro de um contexto e território, associada a lugares e objetos.

Quando abordados individualmente, no património material o foco está nas coisas (objeto ou arquitetura), cuja *morfologia e vocação existencial*[322] mantêm a sua integridade, já no imaterial o importante são as pessoas. Este apenas pode ser conhecido quando executado, de forma indireta através de registos, ou de forma parcial, através de objetos associados e/ou produtos de determinada prática. Deste modo, o PCI implica uma leitura de conjunto, ou seja, o produto e o produtor são indissociáveis e a sua valorização deve ser inseparável. Neste sentido, também a forma de comunicar o património deve ser continuamente desafiada. Os museus, criados para reter o tempo e a erosão da memória, têm de se adaptar e compreender a importância da sociedade criadora e como o próprio museu, não apenas guarda bens patrimoniais, como é parte da sociedade que o produziu. Devem, portanto, ser colocados em foco os processos que estão na origem ao objeto, assim como o seu papel diacrónico na sociedade.

Uma vez que é o Homem quem lhe empresta a voz e o gesto, o PCI está intrinsecamente vivo e em evolução. A incapacidade humana de repetir algo de forma mecanicamente exata faz com que cada ato seja único e irrepetível, logo cada manifestação, bem como o seu simbolismo e valores inerentes, renovam-se e alteram-se de todas as vezes que é praticada e não apenas através da transmissão geracional. A conceção de memória de Young, quando aplicada ao PCI, pode ser entendida como «uma patina de significado»[323] que é acrescentada sempre que este se pratica, é lembrado ou comunicado.

O ato de praticar, qualquer que seja a manifestação, é vital para manter vivos certos valores e significados. Os valores patrimoniais decorrem da manutenção das soluções intersociais, em expressões culturais como música, dança, comida/alimentação, linguagem, teatro, história oral, conhecimento, todo aquilo que durante décadas a literatura identificou como *folclore.*

O PCI é um assunto transversal a toda a sociedade, enquanto membros de comunidades, onde a memória e identidade, «fundada no passado e continuamente recriada, constituí pedra angular do presente»[324]. A salvaguarda do PCI é, portanto, um

[322] MARQUES, 2018:5
[323] YOUNG, 1989: 90 *Apud* SMITH, 2006:64
[324] CABRAL, 2011: 11 [Prefácio de Fernando Andresen Guimarães]

meio a preservar testemunhos da identidade e memória coletivas. As noções de Memória e Identidade, bem como a sua relação com o Património, são reconhecidas na Convenção de 2003, quando no artigo 2º se define PCI pela transmissão geracional, que incute nas comunidades o sentimento de identidade e continuidade[325]. Enquanto «reflexo e instigador identitário»[326], o PCI está em constante recriação, o que conduz a realidades contruídas e plásticas.

5.1. A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003)

Luís Marques (2018) considera preocupante a ignorância acentuada e desvalorização que ainda se sente – em pleno século XXI – relativa à dimensão intangível do património cultural, o que condiciona uma visão integral da cultural. Estará esta discrepância a ser encurtada pela *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003)?

A Convenção (2003) vem dar resposta à insuficiência de um olhar exclusivamente direcionado para o material, que até então imperava na doutrina internacional, bem como à insatisfação perante tal. Desde a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972), alguns povos, em especial da América do Sul, começaram a expressar a necessidade de um instrumento legal que abarcasse o PCI. A Convenção de 1972 colocou em destaque o desequilíbrio sentido entre países ocidentais, nomeadamente europeus, e não ocidentais que, devido a uma realidade socioeconómica e cultural distinta, não são detentores de um património cultural material de caráter monumental equiparável aos restantes. Todavia, são detentores de um vasto e diversificado PCI, que os caracteriza e distingue, até então sem reconhecimento patrimonial e proteção legal. Neste sentido, a inscrição na Lista de Património Mundial da UNESCO era pouco representativa da diversidade mundial.

Após uma longa gestação de 30 anos, a Convenção de 2003 não inclui a noção de *valor universal excecional,* pelo que tudo tem igual valor. O património deixa, assim, de ser mundial e passa a ser representativo. Em 2008, cinco anos após a redação da

[325] CABRAL, 2011: 31
[326] CABRAL, 2011: 31

Convenção (2003), são criadas a *Lista Representativa do Património Cultural Intangível da Humanidade* e a *Lista do Património Cultural Imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda*. Pretende-se com a primeira dar a conhecer o PCI, consciencializar para a sua importância e «promover o diálogo no respeito da diversidade cultural»[327] e através da segunda, tomar medidas urgentes e apropriadas de salvaguarda para PCI em risco de se perder.

A aceitação e ratificação da Convenção (2003), pelos vários países, aproxima, em termos de igualdade, o património cultural tangível e intangível. De ressalvar que a Convenção não foi desde logo assinada e ratificada por alguns dos países ocidentais, fruto de uma forte valorização, ainda enraizada, de um conceito de património assente na materialidade e na monumentalidade, como anteriormente ressalvado na abordagem ao AHD.

A Convenção teve como principais contributos diretos: a inventariação, o registo e a documentação. A nível local, as comunidades têm na Convenção um instrumento de desenvolvimento, dando-lhes voz, mecanismos e instrumentos. A reflexão sobre pontos como o papel dos intervenientes, as práticas e a sustentabilidade, deve ser continua e constante. No capítulo VI das *Diretrizes Operativas* da Convenção, sobre o desenvolvimento sustentável, percebemos que a salvaguarda do PCI pode ser um motor de desenvolvimento económico e ambiental sustentável e da paz. Para as comunidades, a Convenção pode ser um instrumento de alavanca, na medida em que lhe oferece um conceito, a ideia de salvaguarda e salvaguarda pela comunidade; instrumentos de ação, como: inventários, listas e assistências internacionais; e o reconhecimento jurídico através da ratificação da Convenção pelo Estado-parte. Neste sentido, é expectável que a aplicação da Convenção tenha impacto na autoestima das comunidades, na atitude pró-ativa na salvaguarda e na ativação patrimonial.

> […], *tendo em atenção que os detentores do património passaram a ser os agentes de patrimonialização e os principais mentores e beneficiários desse processo, o desafio consiste em criar e implementar políticas de salvaguarda integradas e sustentáveis que permitam que os grupos e as comunidades tirem o maior benefício possível dos seus conhecimentos e práticas tradicionais*[328]

[327] UNESCO, 2003: art.º. º 16º. 1.
[328] CABRAL, 2011:170

De acordo com Clara Cabral (2011), a avaliação da aplicação prática em Espanha sugere alguns aspetos menos positivos, para os quais se deve atentar e considerar a sua existência no caso português. Verifica-se a descoordenação entre as entidades no terreno, devido à falta de diálogo e reconhecimento mútuo; a diminuta valorização do trabalho realizado por investigadores/técnicos/profissionais do património e organizações não governamentais locais; assim como a desvinculação das práticas escolares face à cultura dos antepassados, predispondo à desvalorização das culturas locais face a culturas importadas, com efeitos negativos.

5.2. Os desafios à salvaguarda

O fenómeno da globalização tem-se colocado como um desafio à continuidade dos modos de vida locais e ao enraizamento de novas gerações. A emigração e a mudança do estilo de vida são fatores que, no caso de Perafita, bem como nas restantes comunidades do interior, conduziram ao abandono de práticas. O caráter vivo, logo evolutivo, do PCI resulta na fragilidade do mesmo e na dificuldade da sua conservação, sobretudo quando as suas funções sociais, económicas ou religiosas desapareceram.

A salvaguarda do PCI, a partir da sua identificação, valorização e promoção, deve partir dos próprios detentores e da vontade de preservar a sua identidade e memória coletiva, a pensar no presente e nas gerações futuras, fundando-se numa abordagem *bottom-up*. A presença comprometida da comunidade é crucial, pois apenas esta pode garantir que as manifestações em foco não estão já em desuso, não deixaram de ser funcionais e, sobretudo, fazem sentido para aqueles que as detêm. Apenas a comunidade pode descobrir «o que é importante, o que desejam recordar, que identidade desejam construir, manter e transmitir ao exterior»[329].

A transmissão assume, no caso do PCI, uma função vital, uma vez que as manifestações só existem se forem praticadas, não se devendo cingir à transmissão oral, pelo que também a prática corporal é um elemento primordial da perpetuação. Tendo presente a mudança dos estilos de vida, os modos de transmissão do saber-fazer mudaram

[329] CABRAL, 2011:208

e essa transformação será continua e proporcional à crescente globalização. A transmissão deve ser fomentada, mesmo quando não é orgânica, já que pode ser feita através de fóruns destinados. O futuro do Património é uma *responsabilidade moral partilhada*[330] e passa pelo envolvimento comprometido de todas as gerações, incluindo os jovens.

Numa era marcada pelo digital, os grupos folclóricos e outras estruturas semelhantes são importantes agentes na transmissão cara-a-cara. Contudo, o olhar para os grupos folclóricos permanece envolto em preconceito, muitas vezes associados ao Estado Novo, ou a uma ideia por ele difundida. De modo a dar resposta à necessidade de transmissão, nas diferentes escalas devem ser promovidas ações de educação formal, não-formal e informal, com vista à sensibilização sobre a relevância e valor do PCI. Estas devem ser implementadas junto de todos os agentes e em todas as fases da vida, não apenas das comunidades, mas também daqueles com poder decisivo.

As potencialidades endógenas das comunidades são cada vez mais escassas devido à globalização, pelo que é preciso reunir esforços e apoiá-las. Neste sentido, o sucesso dos planos/ações de salvaguarda deverá passar pela participação de todos os agentes, uma vez que o contributo de cada um é distinto e necessário. O desafio que se impõe está em trabalhar concomitantemente com todos os agentes e criar sinergias capazes de reunir conhecimento multidisciplinar, onde idealmente não se sobrepõem, mas complementam. A distribuição de responsabilidades deve conduzir a novas formas de colaboração e ao «maior poder interventivo da sociedade civil»[331].

Medidas de salvaguarda como a documentação e pesquisa podem tirar proveito da consulta de outros estudos que lhes permita aceder a metodologias diversas e contextualizar a manifestação, todavia o contacto direto e de proximidade, através do trabalho de campo, com os detentores não pode ser dispensado. A observação participante, ferramenta da etnografia, que combina a observação e o diálogo com as pessoas, as entrevistas e os inquéritos permitem desenhar um plano de ação/salvaguarda baseado no que as comunidades reconhecem como sendo o seu património cultural. Esta metodologia de investigação, aplicada também ao inventário, permite resultados que refletem prioridades reais.

---

[330] MARTINS, 2020:56
[331] CABRAL, 2011: 9 [Prefácio de Fernando Andresen Guimarães]

> *It is also the basis for successful safeguarding operations: there is no use in urging people to dance dances that they're not interested in dancing; no point in creating incentives for people to sing songs that don't speak to them; or enabling people to perform rituals that they don't care about because they no longer serve a purpose*[332].

Refletindo sobre a interdependência entre o património intangível e tangível, a sua conservação deve, igualmente, ser alvo de atenção. Mesmo quando determinada prática se encontra associada a um local ou objetos, a simples existência destes não consegue assegurar a vitalidade da prática. É desejável a articulação na preservação de ambas, por exemplo, o local onde determinada prática se desenrola, os instrumentos musicais, sem os quais não se pode tocar, ou mesmo a preservação dos ecossistemas associados aos conhecimentos relacionados com a natureza e o universo.

Neste sentido, as perguntas de partida devem ser: Que práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências as pessoas reconhecem como parte do seu património cultural? Para quem determinada manifestação é significante? Quem a valoriza como forma de ligar o passado ao presente?[333]

A inventariação, enquanto transcrição para um suporte corpóreo e preservação de determinada manifestação num dado momento, não deve constituir um entreve à sua transformação, como determina a Convenção (2003) ao entender que o PCI deve ser *constantemente recriado pelas comunidades*. Enquanto manifestação viva, esta é permeável às alterações do contexto onde os seus detentores se inserem, seja ambiental, social ou económico, pelo que responde à inovação, bem como à criatividade. O momento de inventariação é também significativo, pois viabiliza estabelecer uma relação de confiança entre os detentores e quem faz esse registo, permite sensibilizar para a salvaguarda e para a importância das comunidades se envolverem nesta e, sobretudo, possibilita que as comunidades se sintam agentes ativos na construção do inventário e não apenas sujeitos passivos num produto que lhes é estranho ou imposto[334]. Apenas o PCI reconhecido e para o qual é obtido consentimento deve ser inventariado.

[332] HAFSTEIN, 2007:9
[333] HAFSTEIN, 2007:9
[334] CABRAL, 2011: 124

Retomando o conceito de *património vivo*, levanta-se a questão quanto à patrimonialização do PCI, através da inscrição da Lista Representativa da UNESCO, ou no Inventário Nacional: Podem estes instrumentos conduzir à fossilização das práticas e expressões?

> […] *the registration of these events as 'heritage' would instigate management practices laden with the burden of preservation and thus cultural expression would be stifled* […]. *What is revealed here is a tension between the idea of 'heritage' and the idea of current and mutable cultural practices*[335].

Debate-se, portanto, sobre a paragem no tempo do PCI e a consequente perda de sentido, de um património que se pretende vivo. As candidaturas e inventários podem ser ambíguos, tendo como finalidade a salvaguarda, estes deveriam revestir-se de valorização do PCI e dos seus praticantes, bem como de estímulo ao orgulho local. Contudo, receia-se que a excessiva patrimonialização do PCI, tenda a conduzir à banalização das candidaturas e inventários, usadas como forma de auto-glorificação e turistificação, sobrepondo-se à essência primitiva destes instrumentos, a patrimonialização como um ato de reconhecer, acompanhado da responsabilização que as mesmas devem assegurar. A inscrição na Lista de Salvaguarda Urgente, como é exemplo o Fabrico de Chocalhos, deve ter lida como a urgência de trabalhar para a sua salvaguarda e não com vista à uma promoção da marca UNESCO.

A salvaguarda, sempre que desenvolvida de forma sustentável, «poderá constituir simultaneamente fonte de autoestima, de coesão social e de rendimento económico»[336]. Os planos de salvaguarda devem compreender as potencialidades do bem imaterial e prever a criação de valor a longo prazo, a título de exemplo, através da dignificação das condições de trabalho daqueles que mantêm uma *técnica artesanal tradicional*[337].

Neste sentido, consideramos que pode ser mais proveitoso reunir esforços no sentido de promover mais práticas de valorização sustentáveis e menos de patrimonialização. O panorama interventivo deve apoiar a valorização das práticas para que estas permaneçam vivas e não apenas intervir quando estas estão na iminência de se perderem. De igual modo, deve ter-se em conta que quando se inscreve um determinado

---

[335] SMITH, 2006: 56
[336] CABRAL, 2011: 10 [Prefácio de Fernando Andresen Guimarães]
[337] MARTINS, 2020:59; GONZÁLEZ-VARAS, 2015:221

bem patrimonial na Lista Representativa, alguns semelhantes ficam de fora e não têm a mesma visibilidade e, por isso, podem correr maior risco de desaparecerem. Um exemplo disso são os Caretos de Podence, apenas uma entre muitas festas de inverno dos rapazes.

Em suma, a patrimonialização não deve tirar o foco do papel que o PCI tem para as comunidades e o seu desenvolvimento.

5.3. O contexto nacional: Regime jurídico, intervenção e salvaguarda

A 21 de agosto de 2008 entrou em vigor em Portugal a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Por consequência, o Estado passou a ser responsável pela sua aplicação no território nacional, através da implementação de ações.

O Decreto-Lei (DL) nº 139/2009, de 15 de julho, relativo ao regime jurídico para a salvaguarda do PCI, estabelece a criação de dois instrumentos, um de proteção legal, o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, e a Comissão para o Património Cultural Imaterial, com funções consultivas e deliberativas. Esta última extinta com o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), decretado pelo DL nº126-A/2011, de 29 de dezembro, sucedendo-lhe a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Neste sentido, verifica-se a necessidade de atualizar o DL nº 139/2009, na atribuição das *competências instrutórias e decisóri*as[338] à DGPC. De acordo com o artigo 4º do DL nº 149/2015, de 4 de agosto, a DGPC tem a responsabilidade de coordenar iniciativas no âmbito da salvaguarda do PCI, decidir sobre pedidos de registo no Inventário, de inventariação ou salvaguarda urgente. Às direções regionais de cultura cabe prestar apoio às comunidades na inventariação, «respeitando as normas, metodologias e procedimentos de salvaguarda estabelecidas pela Direção-Geral do Património Cultural»[339]. Em conjunto, as tutelas devem desenvolver estratégias e ações com vista à salvaguarda, envolvendo as comunidades. Deste modo, as direções regionais beneficiam da posição de proximidade relativamente ao território, favorecendo o contacto com a comunidade e o conhecimento real das manifestações.

[338] PORTUGAL. Ministério da Cultural, 2009
[339] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2015: art.º 4. 4.

Este último decreto salienta os princípios fundamenteis do regime jurídico de salvaguarda do PCI, entre eles: o papel fundamental do PCI na preservação da identidade e memória coletivas e a importância do poder local na «promoção e apoio ao conhecimento, defesa e valorização das manifestações […] das respetivas comunidades»[340]

Em Portugal, a principal estratégia passa pelo *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (*MatrizPCI*). Implementado em 2009, apenas foi operacionalizado em 2011. O DL n.º 149/2015 realça que o inventário, enquanto iniciativa de proteção legal de determinada manifestação, deve ser um processo participativo, com consentimento e, *preferencialmente*[341], com o «envolvimento ativo das comunidades, grupos e dos indivíduos que se constituem como os respetivos detentores»[342]. O Inventário não só permite um enquadramento técnico e metodológico, na identificação, estudo e registo de uma qualquer manifestação, como se compromete a promover a salvaguarda integrada do património material que lhe esteja associado.

Não obstante a sua relevância, a inventariação não pode ser a única medida, nem um fim em si mesma. Ainda que seja importante para a revitalização do PCI, se as comunidades a considerarem, não basta uma política centrada no inventário, como indica a Convenção. Uma política de valorização patrimonial deve ter um impacto real na preservação, o que o inventário não consegue assegurar, uma vez que não garante a sua transmissão. Tendo em vista o contributo do PCI para a identidade, para coesão e reforço dos laços sociais, sendo também este uma mais-valia socioeconómica[343], que outras formas de atuação apresenta a tutela?

A DGPC divide a sua atuação no PCI em quatro eixos[344]: a identificação; o reconhecimento e revitalização; o registo/documentação, promoção e divulgação; e as redes e parcerias. A identificação tem por objetivo conhecer o território nacional. Este desafio proposto às câmaras municipal, atua de forma estratégica para que também estas últimas se foquem na questão, envolvam os praticantes e identifiquem problemas. É, igualmente, missão da Direção-Geral a promoção da Convenção e do *Kit de Recolha do*

[340] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2015
[341] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, art.º 6º. 2.
[342] PORTUGAL. Ministério da Cultural, 2009
[343] MARQUES, 2018:7
[344] Tal como exposto no *Encontro*

PCI[345] junto das escolas. Por último, destaca-se a parceria em estudos, programas de formação e o acompanhamento na criação de planos de salvaguarda e monitorização dos mesmos.

No presente ano de 2023, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Convenção, a DGPC lançou ao programa *PORTUGAL IMATERIAL: Convenção UNESCO 2003 – 2023,* iniciativa composta por três ações. A primeira, o *Encontro*, realizado a 3 de abril, estabeleceu o ponto de situação da aplicação da Convenção, bem como das iniciativas promovidas para este fim, resultando num importante momento de reflexão e debate sobre a salvaguarda do PCI. Durante o *Encontro*, a DGPC lançou, ainda, a *Rede Nacional do Património Cultural Imaterial*, que pretende ser uma rede informal de partilha de experiências e boas práticas, destinada a pessoas e entidades da área.

A segunda, o *Território*, a decorrer de maio a dezembro, disponibiliza a todos, uma plataforma para a divulgação de iniciativas e atividades que celebrem o PCI, tais como: *exposições, festividades, seminários, workshops, visitas temáticas*[346]. A última iniciativa, denominada a *Festa*, com data marcada para 17 a 22 de outubro, terá lugar em Lisboa e contará com várias iniciativas no domínio do imaterial. Sendo este um evento aberto ao público, espera-se que este momento possa assumir, para além da componente lúdica, uma vertente de sensibilização e dê a conhecer a diversidade do PCI em Portugal.

«As políticas públicas de cultura devem, assim, começar pelo cuidado da herança e da memória»[347]. Neste sentido, deseja-se que as presentes iniciativas sejam indicativas de uma mudança de paradigma no panorama patrimonial português, visto que participar do processo de salvaguarda, como apontado por Fernando Andresen Guimarães (2011), «mais do que um dever, constitui um ato de cidadania que nos permite intervir ativamente na construção do futuro»[348], para o qual o PCI é indispensável.

[345] [Consultado a 16 de julho de 2023] Disponível em: < www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/AreaJovens/Kit>
[346] Exemplos presentes no sítio-em-linha da DGPC.
[347] MARTINS, 2020:35
[348] CABRAL, 2011: 11 [Prefácio de Fernando Andresen Guimarães]

Parte II – Laboratório patrimonial. Ações de valorização do Património de Proximidade

6. Inquérito «Conhecer Perafita através da sua comunidade»

A *Convenção-quadro de Faro* (Conselho da Europa, 2005) reconhece a «necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural»[349], apontando duas questões que alicerçam todo o projeto e se encontram diretamente vertidas nesta ação: *para quem?* e *porquê?*
Refletindo sobre a salvaguarda do património cultural e a sua utilização com fim ao desenvolvimento humano, consagra a definição de *património cultural*, que entende como:

> […]*um conjunto de recursos herdados do passado que* ***as pessoas identificam,*** […] *como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução*[350]

Todavia, não saberemos o que *as pessoas identificam* como fazendo parte do seu património cultural até lhe perguntarmos, como identifica Valdimar Hafstein[351], relativamente ao património cultural imaterial.

A *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana* (UNESCO, 2011), tece princípios e orientações que se destinam a apoiar não apenas os Estados Membros, mas também às comunidade locais. A abordagem depreende a aplicação de múltiplos instrumentos adaptados ao contexto local, como instrumentos de participação cívica «os quais devem envolver uma amostra diversificada das partes interessadas e habilitá-las para que identifiquem os valores essenciais das suas áreas […] e encontrem consensos sobre as medidas de salvaguarda do seu património». Aponta a via do diálogo intercultural «aprendendo com as comunidades acerca das suas histórias, tradições,

[349] CONSELHO DA EUROPA, 2005: [Preâmbulo]
[350] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 2º
[351] HAFSTEIN, 2007:8

valores, necessidades e aspirações»[352]. Recomenda, assim, «a realização de inquéritos e mapeamentos abrangentes dos recursos naturais, culturais e humanos das cidades históricas»[353].

A adoção da abordagem da Paisagem Histórica Urbana em Ballarat (Austrália), pelo governo local, onde foi implementada sob a forma de pesquisa-ação e permite-nos compreender como os desenvolvimentos teóricos dos estudos do património podem ser trazidos e interagir com as práticas patrimoniais, incluindo «the role of emotion in our understanding of the connections between people and place»[354]. Enfatiza-se a função da perceção e compreensão, a partir de uma abordagem mais centrada na comunidade.

Neste sentido, foi desenvolvido o inquérito «Conhecer Perafita através da sua comunidade», com o objetivo de apurar as preferências visuais, afetivas e identitárias da comunidade de Perafita em relação ao seu património de proximidade, material e imaterial. Pretende-se, ainda, aferir se os membros da comunidade consideram relevante salvaguardar o património de proximidade e quais as principais vantagens; tendo em vista contribuir para a qualidade de vida e coesão, pretende-se que seja a comunidade a identificar estratégias que considerem mais eficazes para atingir os resultados esperados.

A Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT) (2009), nos termos da condicionante nº5 e da medida de compensação nº5 e conforme o Parecer da Comissão de Avaliação ao Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução de Agosto de 2010, estipula-se a implementação de um projeto de valorização patrimonial nos concelhos abrangidos pelo AHFT. Neste sentido, a 24 de maio de 2014 é assinado o protocolo entre a DRCN, a Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Perafita e a Câmara Municipal de Alijó para a «reabilitação, restauro e valorização do Santuário do Senhor dos Milagres de Perafita e a criação de condições para poder ser usufruído pelo público em geral»[355]. É responsabilidade da DRCN «Elaborar o "Projeto de Reabilitação do Santuário do Senhor de Perafita", incluindo o restauro dos ex-votos; […] realizar o acompanhamento técnico da empreitada […] Divulgar o Santuário do Senhor de Perafita nos documentos promocionais considerados pertinentes, elaborados pela DRCN ou em parceria com outras entidades»[356].

---

[352] UNESCO, 2011: IV a)
[353] UNESCO, 2011: 3 a).
[354] BUCKLEY, COOKE, FAYAD, 2015:95
[355] DRCN, *et al,* 2014: cláusula primeira
[356] DRCN, *et al,* 2014: cláusula segunda

A elevada carga de trabalho das tutelas impossibilita que, na maioria das vezes, se faça a avaliação do impacto que as suas intervenções têm junto das comunidades, pelo que no plano de estágio estabelece-se como objetivo apurar esse impacto junto da comunidade. Neste sentido esta foi questionada relativamente à satisfação com a intervenção, os aspetos que considera mais e menos positivos e, ainda, num âmbito construtivo, quais os aspetos que considera que os órgãos de poder decisivo, nos quais podemos também enquadrar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, podem melhorar na sua abordagem às comunidades.

Pensado como parte do laboratório patrimonial, procurou-se testar metodologias interdisciplinares, como o *Método das Preferências Visuais*. O método de Carl Steinitz aplicado em projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Doutoral em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana[357] e do *MasterPlan* do Corredor do Rio Leça, consiste da recolha fotográfica, que o público-alvo classifica de acordo com uma escala numérica. A partir desta são apuradas as preferências visuais da comunidade local, sendo ordenadas de acordo com a seguinte estrutura: as que gosta menos, as que gosta pouco, com preferência média, as que gosta e gosta mais. A aplicação do método no *Corredor do Leça*, conduziu a conclusões, nomeadamente que as preferências da comunidade e particularidades que o público aprecia nem sempre coincidem com o que é valorizado pelos especialistas. Estas devem ser tidas em consideração nos projetos, de modo que o impacto na comunidade seja positivo, respondendo aos seus desejos e necessidades, uma vez é esta quem realmente vai usufruir dos espaços[358], ou no âmbito do presente estudo de caso, do património cultural no seu todo.

[357] CASTEL-BRANCO *et al*, 2011
[358] PEREIRA, 2020:2

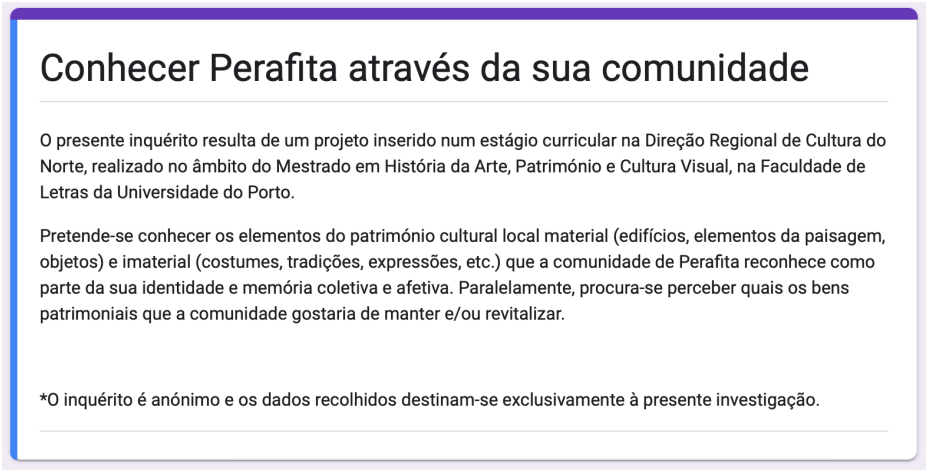


Figura 23. Apresentação do Inquérito. *Google Forms*

O inquérito destina-se, tal como o título indica, à comunidade da aldeia de Perafita, a qual podemos dividir em dois grandes grupos: residentes e não residentes. O segundo grupo, pessoas naturais ou com raízes em Perafita que vivem noutros locais, divide-se em três subgrupos: os que voltam com frequência, os que voltam uma a duas vezes por ano e os que residem no Estrangeiro e regressam uma a duas vezes por ano. A caracterização da público-alvo através da identificação de local de residência e outros parâmetros, como: idade, profissão e habilitações literárias, encontra-se na base da análise de dados.

A amostra permite-nos, ainda que condicionada às respostas obtidas, conhecer a diversidade demográfica da comunidade, visto que tal não é possível através dos Censos. O recenseamento destina-se exclusivamente à população residente e, no caso de Vila Verde, correspondentes ao total da freguesia. Desconhemos, portanto, quantos dos 541 indivíduos recenseados em 2021, habitam em Perafita. Embora os dados fornecidos pelos CENSOS não sirvam de referência de forma direta ao inquérito, observemos como se caracteriza a população da freguesia:

- As crianças correspondem a 6,8% da população total e os jovens a 8,5%. Com mais do dobro de crianças e jovens, 38,8% da população tem 65 ou mais anos. Estamos, portanto, perante uma freguesia envelhecida.
- A taxa de pouca ou nenhuma alfabetização revela-se alta com 14,2% sem nenhuma instrução e 44% tendo completado apenas o 1º ciclo. Estes dados devem ser lidos à luz de realidade do interior rural que, até meados do século XX, tinha como principal indústria a primária. Note-se que no

espaço de dez anos o número de analfabetos caiu para praticamente metade.

Tabela 2. Censos 2021. Vila Verde

Grupo Etário		Total da população recenseada em Vila Verde (2021) 541	Nível de Ensino	
0-14	37		Nenhum	77
15-24	46		1º ciclo	238
24-64	254		2º ciclo	54
65 e mais	210		3º ciclo	60
			Secundário e pós-secundário	79
			Superior	39

Relativamente à idade, embora a generalidade dos inquéritos termine em *mais de 65,* tendo em conta a realidade do estudo de caso, consideramos pertinente estende as faixas etárias até *mais de 85*.

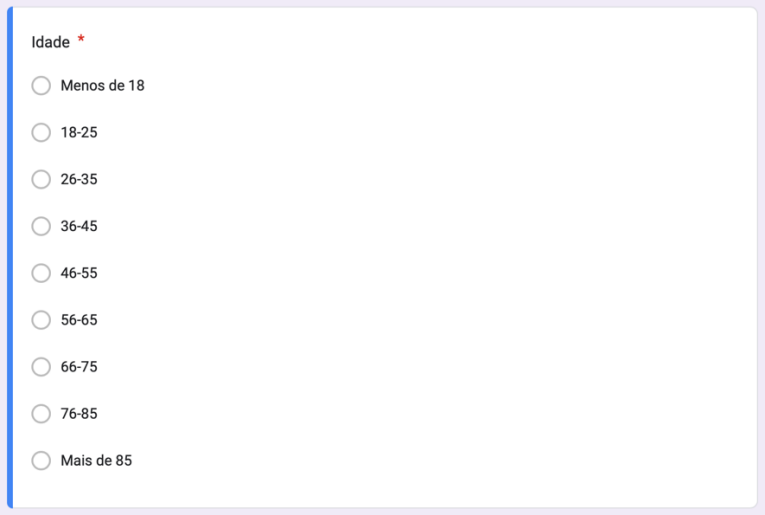


Figura 24. Questão: Idade. *Google Forms*

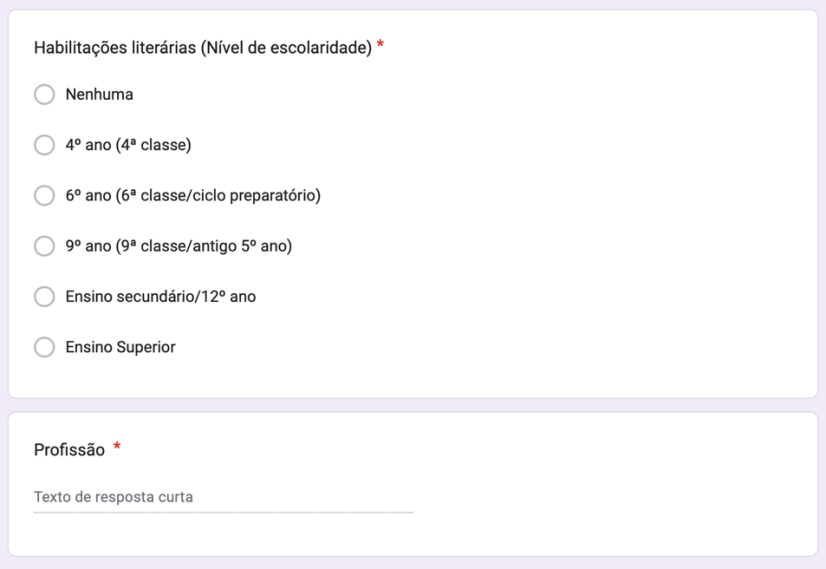


Figura 25. Questões: Habilitações literárias e Profissão. *Google Forms*

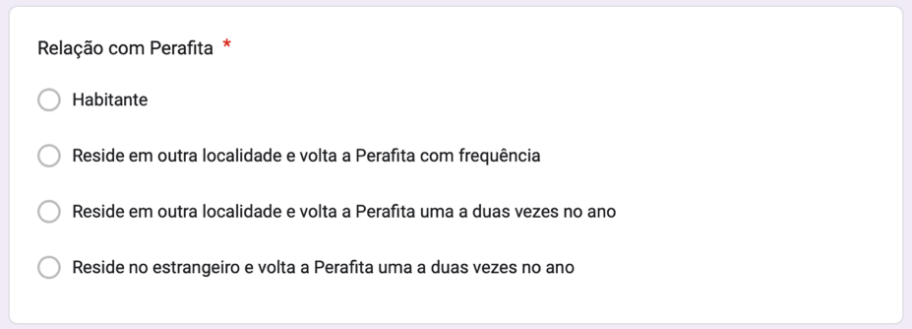


Figura 26. Questão: Relação com Perafita. *Google Forms*

As questões voltadas para as preferências visuais, afetivas e identitárias são de resposta opcional. Pretendemos, assim, perceber o à-vontade da comunidade em ser um agente ativo e crítico. Levantou-se a questão: qual a abertura da comunidade para apontar os bens culturais que menos se identifica? De notar que a seleção dos bens culturais a constarem no inquérito foi realizada no decurso do trabalho de campo, imprescindível para que algumas opções fossem consideradas, como o caso da Feijocas à Judeus. Esta prende-se com um episódio que teve lugar numa caminhada onde, por questões de logística, foram confecionadas feijocas em Vila Verde, sem o conhecimento dos membros de Perafita que se encontravam nesse evento, tendo estes demonstrado descontentamento argumentando que as feijocas eram de Perafita e que Vila Verde tinha outros pratos característicos. Neste sentido, procurou-se através do inquérito perceber se a identificação demonstrada pelo grupo é transversal à comunidade.

Destinando-se a uma comunidade heterógena e sabendo *a priori* que parte da população residente, sobretudo a mais velha com a qual já havíamos contactado, tinha poucas ou nenhumas habilitações literárias, procurou-se adotar uma linguagem acessível.

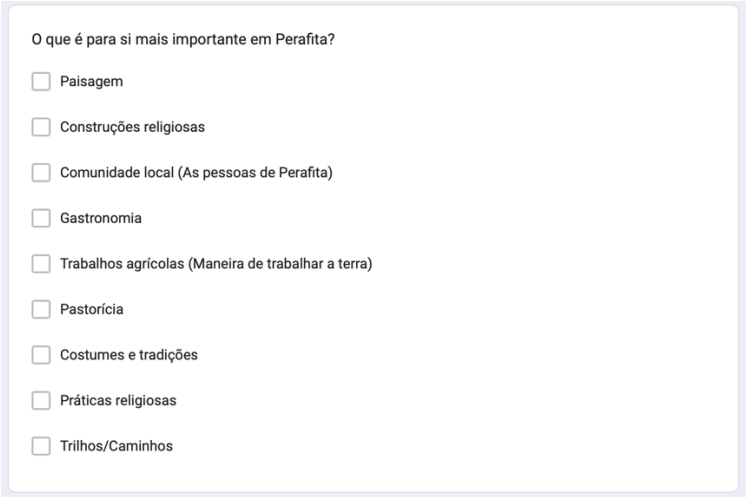


Figura 27. Questão: O que é para si mais importante em Perafita? *Google Forms*

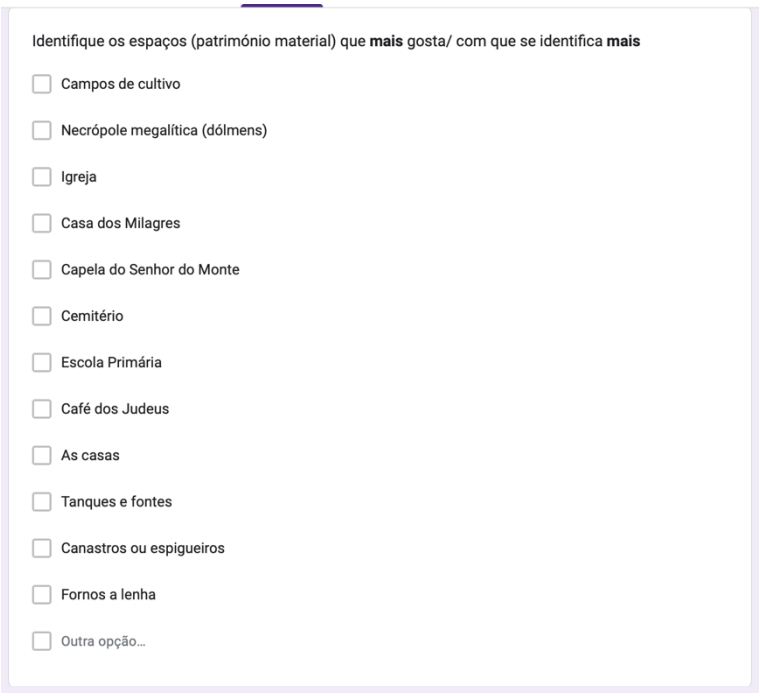


Figura 28. Questão: Identifique os espaços que mais gosta. *Google Forms*

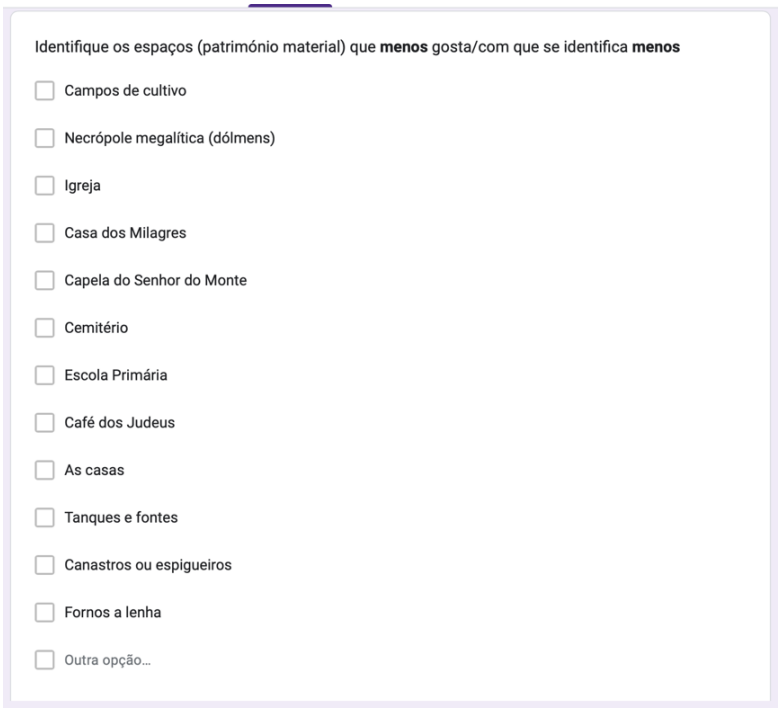


Figura 29. Questão: Identifique os espaços que menos gosta. *Google Forms*

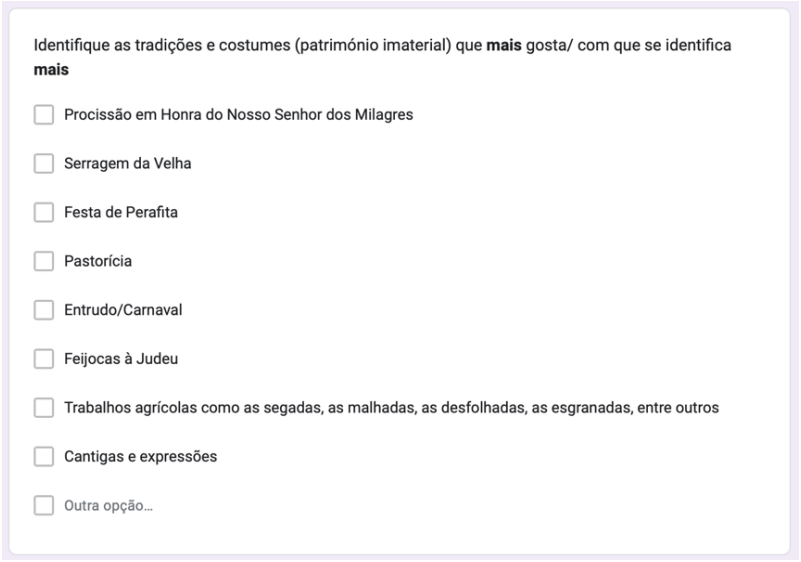


Figura 30. Questão: Identifique as tradições e costumes que mais gosta. *Google Forms*

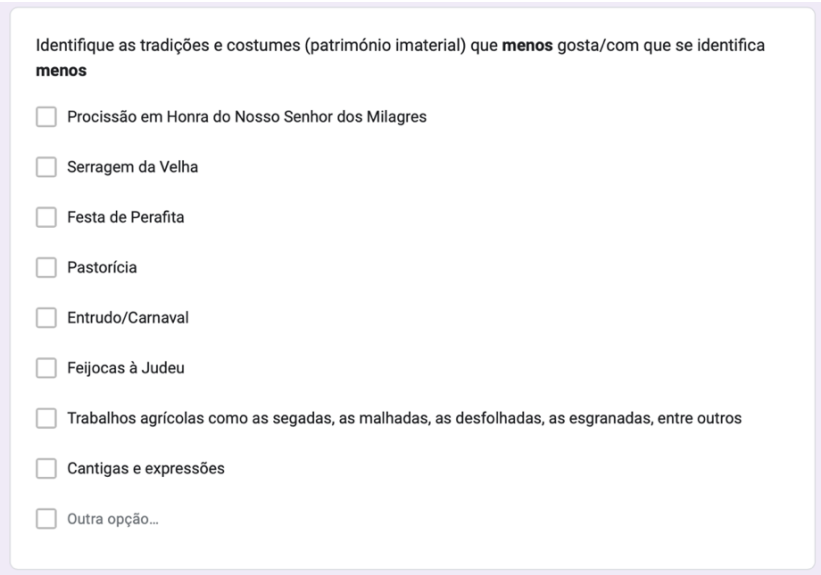


Figura 31. Questão: Identifique as tradições e costumes que menos gosta. *Google Forms*

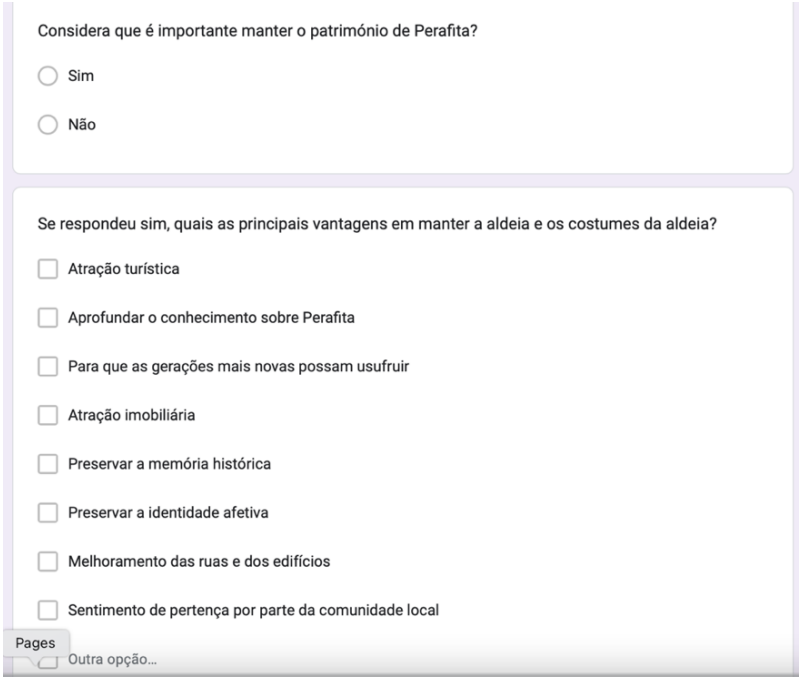


Figura 32. Questões: Considera importante manter o património de Perafita? Quais as principais vantagens? *Google Forms*

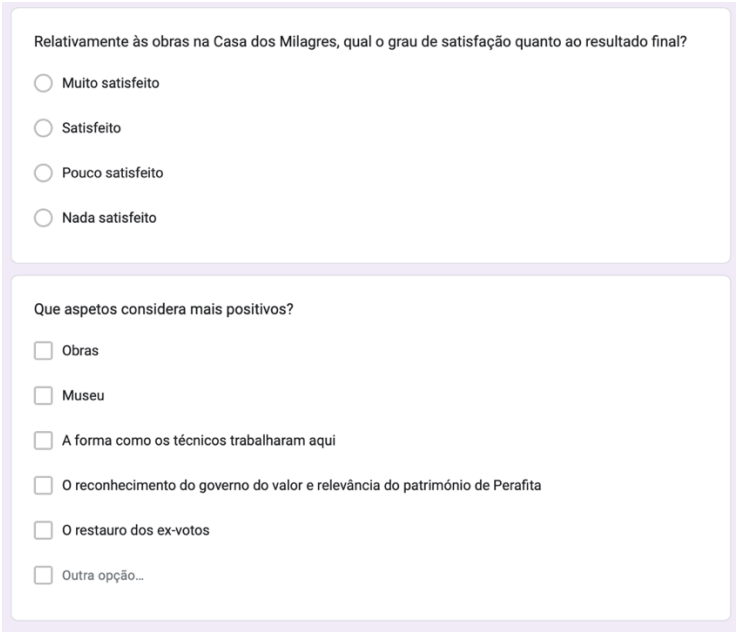


Figura 33. Questões: Relativamente às obras na Casa dos Milagres, qual o grau de satisfação quanto ao resultado final? Que aspetos considera mais positivos? *Google Forms*

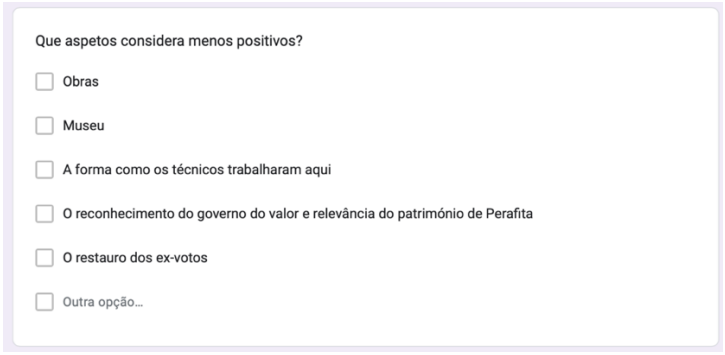


Figura 34. Questão: Que aspetos considera menos positivos? *Google Forms*

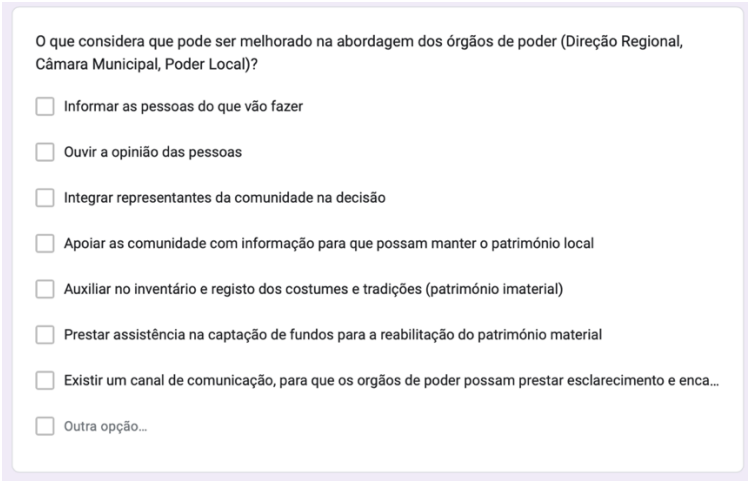


Figura 35. Questão: O que considera que pode ser melhorado na abordagem dos órgãos de poder? *Google Forms*

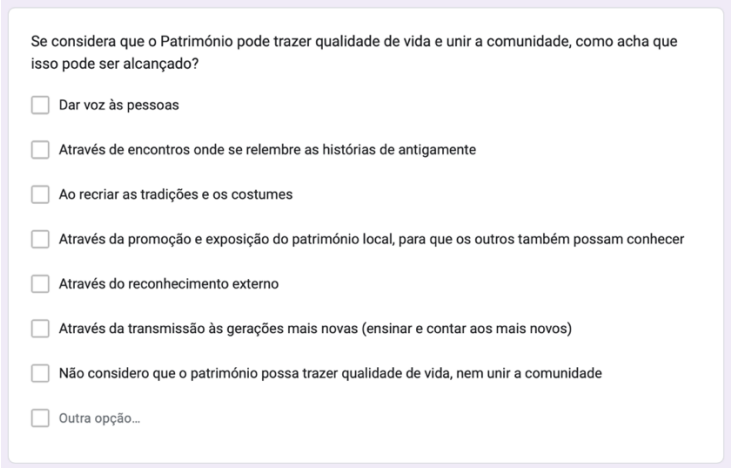


Figura 36. Questão: Se considera que o Património pode trazer qualidade de vida e unir a comunidade, como acha que isso pode ser alcançado? *Google Forms*

> *O digital é* […] *uma ferramenta que facilita processo de colaboração dentro das instituições e entre estas e os cidadãos, compreendidos como colaboradores. As ferramentas digitais são úteis para escutar as pessoas e as comunidades, e até para as envolver na definição das políticas culturais*[359].

O *GoogleForms* revelou-se a melhor plataforma para desenvolver o inquérito, tendo pesado na escolha de um suporte digital o facto de com este podermos chegar aos membros da comunidade que habitam em outros locais. No caso das pessoas que não têm acesso a um dispositivo eletrónico compatível com o *GoogleForms*, foi disponibilizado o inquérito impresso e posteriormente inserido na plataforma.

[359] CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2021: Ponto 4



Figura 37. Divulgação. Captura de Ecrã da publicação de *Facebook* do Núcleo Museológico.

Relativamente à divulgação, salienta-se a colaboração do Núcleo Museológico da Casa dos Milagres e da Associação dos Amigos de Perafita, que permitiram a partilha nas suas redes sociais, com o objetivo de alcançar o maior número de pessoas possível. Sublinha-se, por outro lado, a divulgação durante o contacto com os habitantes.

O inquérito realizou-se entre abril e agosto e registaram-se três picos de resposta. O primeiro entre 9 e 28 de abril, aquando da divulgação inicial, resultando em 42 respostas, as quais permitiram tirar conclusões preliminares a aplicar nas restantes ações. O segundo pico aconteceu a 11 de junho, dia da caminhada organizada pela Associação dos Amigos de Perafita, na qual divulgamos o inquérito, tendo resultado em 14 respostas válidas. Por último, a 12 de agosto foi novamente divulgado nas redes sociais, tendo apenas obtido 4 respostas. No tocante ao preenchimento este adotou uma modalidade mista, sendo maioritariamente auto preenchidos. Todavia, tendo em consideração as limitações de uma franja da comunidade, prestou-se auxílio na leitura e preenchimento dos mesmos.

No total contabilizaram-se 60 respostas, com representação de todas as faixas etárias, todas o níveis de escolaridade e de todos os tipos de relação com a aldeia. Considera-se, desde já, o sucesso do inquérito pela diversidade da amostra. Neste sentido, foi possível aferir as preferências visuais, afetivas e identitárias de todos os grupos e, ainda que os inquiridos não correspondam à totalidade da comunidade, consideram-se representativos da mesma.

Resultados

Idade. Dos 60 inquiridos: 8,3% são jovens, 2 com menos de 18 e 3 entre os 18 e 25 anos; 68,4% são indivíduos em idade adulta, 7 dos quais entre os 26-35, 16 entre 36-45, 10 entre 46-55 e 8 entre 56-65; os restantes 23,4% correspondem aos idosos, com 4 entre os 66-75, 6 entre os 76-85 e 4 com mais de 85 anos. Assim, a faixa etárias com maior número de respostas é dos 36-45 e com menor número os menores de 18.

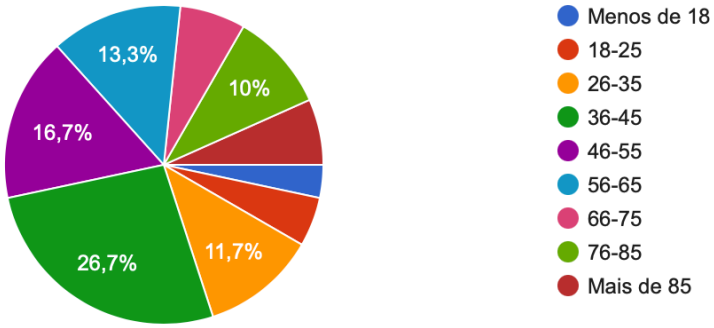


Gráfico 1. Idade

Habilitações literárias. Relativamente às habilitações literárias, da amostra total: o grupo com maior índice de resposta são os que completaram o ensino secundário (26,7%) e o ensino superior (26,7%). Por oposição, o que apresentou menor número não completou nenhum nível de ensino (6,7%).

Se assumirmos uma relação entre as habilitações literárias e a literacia digital, o alcance dos grupos pode estar relacionado com o formato digital. Quando analisada a faixa etária de cada nível de escolaridade, percebemos que das quatro pessoas não possuem habilitações literárias, estão todos acima dos 66 anos, entre eles 2 com mais de 85.

É de destacar que dos 32 inquiridos com ensino secundário ou superior, isto é 53,4% da amostra, apenas um de cada grupo reside em Perafita. Dos restantes 15 com ensino superior, estes encontram-se uniformemente distribuídos: 6 voltam com frequência, 5 voltam uma a duas vezes ao ano e 4 residem no estrangeiro. Relativamente ao ensino secundário, 7 voltam com frequência, 4 voltam uma a duas vezes ao ano e 4 residem no estrangeiro. Na perspetiva inversa, das quatro pessoas que não têm habilitações, três residem em Perafita. O mesmo verifica-se naqueles que apenas concluíram o 4º ano, dos 11, apenas dois não são residentes.

Concluímos, portanto, que existe uma relação entre o local onde habitam e o nível de escolaridade, o mesmo pode partir da falta de oportunidade de fixação na aldeia para pessoas com mais habilitações literárias, encontrando-se afastada das universidades e isolada face às atividade económicas que não as do setor primário.

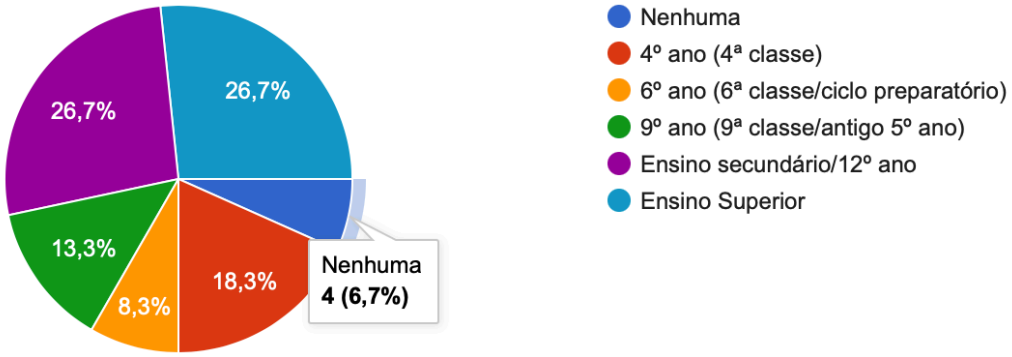


Gráfico 2. Habilitações literárias

Profissão. A terceira questão, de resposta aberta, destina-se a conhecer a atuação profissional dos inquiridos. Aponta-se a ineficácia da resposta aberta, uma vez que algumas das profissões apontadas (trabalhador ou desempregado) não nos permitem qualquer conclusão. Não obstante, as respostas forma agrupadas por áreas de atuação profissional: não qualificada, técnica sem formação superior; técnica superior (com habilitações académicas); não determinada, estudantes e reformados. Verifica-se um maior número de profissionais não qualificados (33,3%), seguido dos profissionais com formação superior (11,7%) e de forma menos expressiva os técnicos não superiores (11,7%). Destaca-se, ainda, o peso percentual dos profissionais cuja área profissional não foi determinada (16,7%). Os reformados correspondem a 16,7% da amostra e em menos número os estudantes, representando apenas 6,7% das respostas.

Tabela 3. Profissões por grupos

Profissão não qualificada 20 – 33,3%	• Agricultor (3) • Assistente dentária • Assistente operacional • Auxiliar (2) • Bombeira • Camionista • Carpinteiro/pedreiro	• Encarregado de armazém (2) • Distribuição/logística • Marmorista • Motorista • Pastor • Secretária • Trolha

	• Empregada de limpeza (2)	
Profissão técnica não superior 7 – 11,7%	• Militares (3) • Técnica administrativa • Técnico AVAC • Técnico de faturação • Técnico financeiro	
Com formação superior 9 – 15%	• Advogado • Arquiteto • Bancária • Contabilista • Gestor de Contas	• Gestora administrativa financeira • Industrial farmacêutica • Manager • Oficial de Justiça
Não determinados 10 – 16,7%	• Atleta • Desempregado (2) • Funcionário públicos (2) • Trabalhador	• Empresário • Chefe de equipa • Doméstica • Pensionista
Estudantes (4) 6,7%		
Reformados (10) 16,7%		

Relação com Perafita. Quanto à relação que os inquiridos têm com a aldeia, o grupos com maior percentagem de resposta são os que residem em outra localidade e voltam a Perafita com frequência, com 36,7% (22 pessoas), seguida dos habitantes (18) que correspondem a 30%. Uma vez que mais de 60% dos inquiridos têm contacto permanente ou frequente com a aldeia, depreende-se familiaridade com os bens culturais referenciados ao longo do inquérito. Contudo, não podemos assumir que por existir uma relação de familiaridade se vão identificar com os mesmos. Pelo contrário, muitas vezes os elementos que pertencem ao quotidiano, como a pastorícia ou a arquitetura vernacular, a título de exemplo, tendem a não ser reconhecidos por quem deles usufrui.



Gráfico 3. Relação com Perafita

Quando comparamos os parâmetros idade e local de residência concluímos que apenas um jovem reside em Perafita. Por oposição, 71,4% das pessoas mais velhas reside na aldeia. Regista-se, ainda, uma maior diversidade entre os que regressam com frequência.

Tabela 4. Relação idade - local de residência

	<18	18-25	26-35	36-45	46-55	56-65	66-75	76-85	> 85
Habitante	1	-	-	4	1	2	2	4	4
V.F	1	2	3	7	3	5	1	2	
V.1/2x	-	-	1	2	3	1	1	-	-
Estrangeiro	-	1	3	3	3	-	-	-	-

Quando questionados «O que é para si mais importante em Perafita?», 78,3% da comunidade, elegeu a *Comunidade local (As pessoas de Perafita)*, seguindo-se a *Paisagem* e os *Costumes e tradições*, selecionados ambos por 44 indivíduos e, portanto, reconhecidas e valorizadas por 73,3% da amostra.

Tabela 5. Elementos característicos da aldeia

Elementos característicos da aldeia (ordem decrescente)	Número	Percentagem
Comunidade local (As pessoas de Perafita)	47	78,3%
Paisagem	44	73,3%

Costumes e tradições	44	73,3%
Construções religiosas	43	71,7%
Trilhos/Caminhos	31	51,7%
Práticas religiosas	29	48,3%
Gastronomia	25	41,7%
Trabalhos agrícolas (Maneiras de trabalhar a terra)	23	38,3%
Pastorícia	21	35%

Uma vez que a maioria considera a *Comunidade Local* como o elemento mais característico da aldeia, procurou-se perceber a caracterização da amostra com uma opinião divergente. Observou-se que dos treze participantes, 53,85% são habitantes.

Tendo em conta o parâmetro idade, foram analisadas as preferências visuais, afetivas e identitárias dos jovens, adultos e idosos. Neste sentido, definimos como jovens as faixas etárias: menos de 18 e 18-25, como adultos: 26-35 a 56-65 e como idosos: 66-75 a mais do 85. Embora a OMS considere como idoso todos os indivíduos a partir dos 60, definimos como idoso – para efeitos estatísticos – a partir dos 66.

- Os jovens elegeram por unanimidade a comunidade local, a paisagem, os costumes e tradições, as construções religiosas e a gastronomia como os elementos que consideram mais importantes em Perafita.
- Ao contrário dos outros dois grupos, os mais velhos não selecionam a comunidade (78,6%) como o que mais valorizam, mas as construções religiosas (92,6%), seguida da paisagem (85,7%). Por oposição, o elemento que menos afetividade demonstram são os trilhos/caminhos, selecionados por apenas 50%.
- A pastorícia é o elemento característico de Perafita que reúne menor reconhecimento por parte dos jovens (60%), todavia esta posição revela-se mais expressiva nos adultos, onde a pastorícia e os trabalhos agrícolas apenas são selecionados por 24,4% da amostra.

Tabela 6. Elementos característicos de Perafita

Elementos caraterísticos de Perafita	Total dos inquéritos 60		Amostra dos Jovens 5		Amostra dos Adultos 41		Amostra dos Idosos 14	
Comunidade local (As pessoas de Perafita)	47	78,3%	5	100%	30	73,2%	11	78,6%
Paisagem	44	73,3%	5	100%	27	65,9%	12	85,7%
Costumes e tradições	44	73,3%	5	100%	28	68,3%	11	78,6%

Construções religiosas	43	71,7%	5	100%	26	63,4%	13	92,6%
Trilhos/Caminhos	31	51,7%	4	80%	20	48,8%	7	50%
Práticas religiosas	29	48,3%	4	80%	14	34,1%	11	78,6%
Gastronomia	25	41,7%	5	100%	13	31,7%	8	57,1%
Trabalhos agrícolas (Maneiras de trabalhar a terra)	23	38,3%	4	80%	10	24,4%	9	64,3%
Pastorícia	21	35%	3	60%	10	24,4%	8	57,1%

Tabela 7. Património material que *mais gosta* e *menos gosta*

Património Material (espaços) de Perafita que a comunidade:					
Mais gosta/se identifica mais Total de respostas: 60 (por ordem decrescente)			**Menos gosta/se identifica menos** Total de resposta:47 (por ordem decrescente)		
Capela do Senhor do Monte	53	88,3%	Cemitério	20	42,6%
Casa dos Milagres	45	75%	Escola Primária	12	25,5%
Igreja	41	68,3%	Necrópole megalítica	11	23,4%
Café dos Judeus	41	68,3%	Campos de cultivo	8	17%
Tanques e fontes	38	63,3%	Café dos Judeus	5	10,6%
As casas	31	51,7%	Canastros ou espigueiros	5	10,6%
Canastros/espigueiros	30	50%	Casa dos Milagres	4	8,5%
Campos de cultivo	27	45%	As casas	4	8,5%
Fornos a lenha	26	43,3%	Igreja	3	6,4%
Necrópole megalítica	23	38,3%	Fornos a lenha	3	6,4%
Escola primária	20	33,3%	Capela do Senhor do Monte	1	2,1%
Cemitério	13	21,7%	Tanques e Fontes	1	2,1%
Outro: «Família»	2	3,3%	-	-	-

Relativamente aos espaços (património material) que a comunidade valoriza, os resultados demonstram a predominância da Capela do Senhor do Monte, selecionada por 88,3% dos inquiridos, seguida da Casa dos Milagres com 75% e a igreja e o Café dos Judeus com 68,3%. De notar que em *outra opção* dois indivíduos colocaram a família. Não obstante não podermos considerar a família como património material, as mesmas devem ser lidas à luz da eleição da comunidade como o que consideram *mais importante*. As pessoas são, portanto, entendidas pela própria comunidade como o elemento central quando se fala de património.

Ao colocar a Capela do Senhor do Monte no topo das suas preferências, a comunidade desafia aquilo que, à partida, seria a seleção dos especialistas, a Igreja – por

se tratar de um notável exemplar arquitetónico numa aldeia isolada –, tal como comprovado anteriormente no Corredor do Rio Leça. A partir do trabalho de campo foi possível perceber que esta é, não apenas uma preferência afetiva e identitária, pela associação com o *milagre da água* e a Procissão, como uma preferência visual, relacionada com a paisagem, considerada como o mais importante por 73,3% dos inquiridos.

Relativamente ao Café dos Judeus, o facto de este estar entre os espaços com os quais a comunidade mais se identifica apresenta relação com a Comunidade Local como o *mais importante* em Perafita, uma vez que este é o espaço de encontro e coesão da comunidade por excelência.

Quanto aos espaços que *menos gostam/com que se identificam menos*, a taxa de resposta revelou-se menor, como colocado em hipótese anteriormente. Das 60 pessoas que participam no inquérito, apenas 47 respondem a esta questão e destas 34 apenas selecionaram uma das opções. Entre aqueles que não responderam, 46,2% são habitantes. Podemos, portanto, apontar que a proximidade com a aldeia se reflete na dificuldade em identificar ou demonstrar aquilo que menos valorizam.

Os espaços que reúnem menor preferência visual, afetiva e identitária entre os inquiridos são: o cemitério (42,6%), a escola (25,55%) e da Necrópole Megalítica (23,45%), sendo, portanto, concordantes com os espaços que surgem nos últimos três lugares da tabela oposta.

Quando analisados os espaços/edifícios que os grupos etários valorizam, destaca-se:

- Entre os jovens, é unanime a valorização do Café dos Judeus. Por oposição, o mesmo espaço está entre os menos valorizados pelos mais velhos, embora apenas corresponda a 21,4%.
- O Cemitério é apontado pelos jovens e adultos como o espaço que *menos gostam*, contudo está entre as preferências de 50% dos idosos.
- Entre o grupo mais velho, os Canastros ou Espigueiros são tão valorizados (85,75%) quanto a Capela do Senhor dos Monte, ou a Casa dos Milagres.

Tabela 8. Património material – Preferência por grupos etários

	Total dos inquéritos 60				Amostra dos Jovens 5				Amostra dos Adultos 41				Amostra dos Idosos 14			
	+		-		+		-		+		-		+		-	
Capela do Senhor do Monte	53	88,3%	1	2,1%	4	80%	-	0%	36	87,8%	-	0%	12	85,7%	2	14,3%
Casa dos Milagres	45	75%	4	8,5%	3	60%	-	0%	31	75,6%	1	2,4%	12	85,7%	2	14,3%
Igreja	41	68,3%	3	6,4%	1	20%	1	20%	23	56,1%	1	2,4%	13	92.9%	2	14,3%
Café dos Judeus	41	68,3%	5	10,6%	5	100%	-	0%	28	68,3%	1	2,4%	9	64,3%	3	21,4%
Tanques e fontes	38	63,3%	1	2,1%	2	40%	-	0%	25	61%	-	0%	10	71,4%	2	14,3%
As casas	31	51,7%	4	8,5%	3	60%	-	0%	17	41,5%	-	0%	10	71,4%	1	7,1%
Canastros/espigueiros	30	50%	5	10,6%	1	20%	-	0%	15	36,6%	4	9,8%	12	85,7%	2	14,3%
Campos de cultivo	27	45%	8	17%	2	40%	-	0%	14	34,1%	7	17,1%	10	71,4%	2	14,3%
Fornos a lenha	26	43,3%	3	6,4%	3	60%	-	0%	13	31,7%	3	7,3%	9	64,3%	1	7,1%
Necrópole megalítica	23	38,3%	11	23,4%	-	0%	1	20%	17	41,5%	6	14,6%	7	50%	3	21,4%
Escola primária	20	33,3%	12	25,5%	-	0%	2	40%	14	34,1%	8	19,5%	7	50%	1	7,1%
Cemitério	13	21,7%	20	42,6%	1	20%	3	60%	4	9,8%	15	36,6%	7	50%	3	21,4%

No tocante ao PCI a *Festa de Perafita* é valorizada por 91,5%, seguida da *Procissão em Honra do Senhor dos Milagres*, com menos uma resposta, concordante com a percentagem obtida pelos *costumes/práticas* na questão 5. Após os principais eventos festivos de Perafita, surgem as *Feijocas à Judeu*, valorizadas por 66,1% dos inquiridos.

Tabela 9. Património imaterial que *mais gosta* e *menos gosta*

Património Imaterial (tradições e costumes) de Perafita que a comunidade:					
Mais gosta/se identifica mais Total de respostas: 59 (por ordem decrescente)			**Menos gosta/ se identifica menos** Total de respostas: 43 (por ordem decrescente)		
Festa de Perafita	54	91,5%	Entrudo/Carnaval	21	48,8%
Procissão em Honra do Senhor dos Milagres	53	89,8%	Pastorícia	18	41,9%
Feijocas à Judeu	39	66,1%	Serragem da Velha	9	20,9%
Cantigas e expressões	32	54,2%	Trabalhos agrícolas	7	16,3%
Trabalhos agrícolas	30	50,8%	Cantigas e expressões	5	11,6%
Entrudo/Carnaval	22	37,3%	Feijocas à Judeu	4	9,3%
Serragem da Velha	21	35,6%	Festa de Perafita	2	4,7%
Pastorícia	18	30,5%	Procissão em Honra dos Senhor dos Milagres	1	2,3%
Outro: Convívio entre as pessoas	1	1,7%	-	-	-

Quando questionado anteriormente se as feijocas são reconhecidas pela restante comunidade, consideramos ser possível afirmar que o seu reconhecimento e valorização é transversal. Quando comparado com a Gastronomia observamos que embora a gastronomia não se destaque entre os elementos que a comunidade considera mais importante, as Feijocas à Judeu recebem uma valorização superior, sobretudo dos que voltam com frequência, exceção feita para aqueles que residem noutros local e apenas regressam uma a duas vezes no ano, correspondendo a 7,7% das respostas.

Tabela 10. Comparação (%) entre Feijocas e Gastronomia

	Total de respostas	Habitante		Voltam c/ frequência		1 a 2 X ano		Estrangeiro	
Feijocas	39	12	66,7%	18	86,4%	3	33,3%	6	54,5%
Gastronomia	25	10	55,6%	8	36,4%	2	22,2%	5	45,6%

As manifestações que a comunidade demonstra valorizar menos encontram-se, igualmente, no fundo da tabela onde se regista o PCI que a comunidade *mais gosta*, contudo assume uma ordem distinta. O Entrudo é a manifestação com a qual a comunidade menos se identifica (48,8%), seguida da Pastorícia (41,9%) e a Serragem da Velha (20,9%). Entre aqueles que se identificam menos com o Entrudo destacam-se os que não habitam em Perafita e voltam uma a duas vezes ao ano [Tabela 11]. Relativamente à Pastorícia, das 18 pessoas que *gostam menos* da prática, apenas 2 são duas habitantes. Quanto aos trabalhos agrícolas foram identificadas mais habilitações literárias entre quem valoriza menos: 42,9% concluíram ensino superior e os restantes 57,1% dividem-se de forma igual entre quem concluiu o ensino secundário e o 9º ano.

Tabela 11. Amostra que não se identifica com o Entrudo por local de residência

Habitante			Volta c/ frequência			1 a 2 X ano			Estrangeiro		
Total	Amostra		Total	Amostra		Total	Amostra		Total	Amostra	
18	6	33%	22	9	40%	9	5	55,6%	11	1	9,1%

Da análise do património cultural imaterial que os grupos etários valorizam, salienta-se:

- É unanime, entre os mais novos, a valorização da Festa de Perafita, já a Procissão (60%) que nos restante grupos se encontra no topo das preferências, no caso dos jovens é ultrapassada pelas Feijocas à Judeu (80%).
- Ainda entre os jovens são de salientar as cantigas e expressões como a manifestação menos valorizada (60%). Por sua vez, esta encontra-se entre as preferências dos mais velhos (92,2%) a par da Festa e da Procissão.
- O *Entrudo* destaca-se entre os adultos (34,1%) e idosos (35,7) como a manifestação menos valorizada. No caso dos adultos, acompanha-o no topo da tabela a *Pastorícia*, curiosamente menos valorizada por apenas 20% dos jovens.

Tabela 12. Património imaterial – Preferência por grupos etários

	+		-		+		-		+		-		+		-	
Festa de Perafita	54	91,5%	2	4,7%	5	100%	-	0%	36	87,8%	1	2,4%	13	92,9%	1	7,1%
Procissão em Honra do Senhor dos Milagres	53	89,8%	1	2,3%	3	60%	-	0%	37	90,2%	-	0%	13	92,9%	1	7,1%
Feijocas à Judeu	39	66,1%	4	9,3%	4	80%	-	0%	25	61%	1	2,4%	10	71,4%	3	21,4%
Cantigas e expressões	32	54,2%	5	11,6%	1	20%	3	60%	18	43,9%	1	2,4%	13	92,9%	1	7,1%
Trabalhos agrícolas	30	50,8%	7	16,3%	3	60%	-	0%	15	36,6%	7	17,1%	12	85,7%	-	0%
Entrudo/Carnaval	22	37,3%	21	48,8%	1	20%	2	40%	11	26,8%	14	34,1%	9	64,3%	5	35,7%
Serragem da Velha	21	35,6%	9	20,9%	1	20%	2	40%	11	26,8%	4	9,8%	9	64,3%	3	21,4%
Pastorícia	18	30,5%	18	41,9%	2	40%	1	20%	7	17,1%	14	34,1%	9	64,3%	3	21,4%

É unanime entre a comunidade a importância de preservar o património local (100%). Neste sentido, 81,4% consideram que a salvaguarda patrimonial tem como principal vantagem permitir que as gerações mais novas possam usufruir. Todos os jovens, assim como as faixas 66-75 e <85 selecionaram esta opção. Relativamente às habilitações literárias os que não possuem habilitações (100%) e os que completaram o ensino superior (93,75%) apresentam maior peso percentual. Contrariamente, entre os 11 membros da comunidade que não consideraram o uso fruto dos jovens e das gerações futuras, é de salientar que 45,5% são habitantes.

Dos 78% que identificam como principal vantagem preservar a memória histórica, a escolha é unanime entre a totalidade dos que não têm estudo e os que têm ensino superior.

Tabela 13. Principais vantagens em salvaguardar o património local

Principais vantagens	Número	Percentagem
Para que as gerações mais novas possam usufruir	48	81,4%
Preservar a memória histórica	46	78%
Atração turística	39	66,1%
Aprofundar o conhecimento sobre Perafita	36	61%
Preservar a identidade afetiva	31	52,5%
Melhoramento das ruas e dos edifícios	31	52,5%
Sentimento de pertença por parte da comunidade local	31	52,5%
Atração imobiliária	13	22%

Relativamente ao grau de satisfação quanto ao resultado das intervenções na Casa dos Milagres, 69,5% dos participantes no inquérito demonstram estar *muito satisfeitos* e os restantes 30,5% *satisfeitos*. Os que se encontram *muito satisfeitos* predominam em todos os parâmetros, exceção feita à faixa etária 36-45 com maior número de *satisfeitos* e aos grupos que concluiu o 9º ano, que se divide (50%) entre *muito satisfeito* e *satisfeito*. A faixa etária 66-75 demonstra de forma unanime estar *muito satisfeita*. Os que voltam com frequência apresentam maior percentagem de satisfação e os que completaram o ensino superior. Quando questionados sobre os aspetos menos positivo, um indivíduo reforça a sua satisfação respondendo «nenhum motivo».

Tabela 14. Intervenção Casa do Milagres - Relação percentual entre satisfação e com a caracterização dos participantes

			Muito Satisfeito		Satisfeito	
Total de respostas: 59	60		41	69,5%	18	30,5%
Habitante	18	66,7%	12	29,3%	5	27,8%
Volta com frequência	22	68,2%	15	36,6%	7	38,9%
Volta 1 a 2 X ano	9	66,7%	6	14,6%	3	16,7%
Reside no Estrangeiro	11	54,5%	6	14,6%	3	16,7%
Menos de 18	2	50%	1	2,4%	1	5,5%
18-25	3	66,7%	2	4,9%	1	5,5%
26-35	7	85,7%	6	14,6%	1	5,5%
36-45	16	43,8%	7	17,1%	9	50%
46-55	10	80%	8	19,5%	2	11,1%
56-65	8	75%	6	14,6%	2	11,1%
66-75	4	100%	4	9,8%	-	0%
76-85	6	66,7%	4	9,8%	1	5,5%
Mais de 85	4	75%	3	7,3%	1	5,5%
Nenhuma	4	75%	3	7,3%	1	5,5%
4º ano	11	72,7%	8	19,5%	2	11,1%
6º ano	5	60%	3	7,3%	2	11,1%
9º ano	8	50%	4	9,8%	4	22,2%
Ensino Secundário	16	62,5%	10	24,4%	6	33,3%
Ensino Superior	16	81,3%	13	31,7%	3	16,7%

Quando questionados sobre os aspetos que consideram mais positivos na intervenção, 76,35% considera ser o Museu (Núcleo Museológico da Casa dos Milagres), 64,4% entende ser o restauro dos ex-votos e 61% as obras. O museu foi considerado o aspeto mais positivo por 100% dos jovens entre 18-25. Já a totalidade dos participantes entre 66-75 consideram o museu, o restauro dos ex-votos e as obras como os aspetos mais positivos. Os idosos com mais de 85 destacam-se pela unanimidade na escolha dos ex-votos. 81,8% dos membros da comunidade que residem no estrangeiro identificam o museu. Relativamente às habilitações literárias salienta-se a seleção do museu por 87,5% dos que concluíram o Ensino Superior. Já 100% dos que não têm habilitação reconhecem o restauro dos ex-votos como positivo.

Tabela 15. Aspetos mais e menos positivos da intervenção

	Mais positivos 45 respostas		Menos positivos 34 respostas	
Museu	45	76,35%	2	28,8%
O restauro dos ex-votos	38	64,4%	5	52,5%
Obras	36	61%	6	61%
O reconhecimento do governo do valor e relevância do património de Perafita	31	52,5%	14	64,4%
A forma como os técnicos trabalharam aqui	17	28,8%	16	76,35%

Note-se que os *aspetos que consideram menos positivo*s nas intervenções é a questão que contabiliza menos respostas (34). Verifica-se que 61% dos habitantes se absteve.

A *forma como os técnicos trabalharam em Perafita* foi considerado por 76,35% como o aspeto menos positivo, correspondendo à resposta de 16 indivíduos. Destes 43,8% concluíram o ensino superior. O *reconhecimento do governo do valor e relevância do património de Perafita* foi identificado como um aspeto menos positivo por 64,4% dos participantes, nos quais se inserem 77,8% dos indivíduos com ensino secundário.

Em vista a contribuir para que os órgãos de poder possam ter uma perceção real das necessidades da comunidade, esta foi questionada relativamente ao que pode ser melhorado na abordagem das entidades. 71,9% da comunidade sente que pode ser mais apoiada com informação para que possam manter o património local. Esta opção foi considera por unanimidade pelas faixas etárias 66-75 e mais de 85, pelo grupo de não residentes que volta de 1 a 2 vez ao ano, assim como por aqueles que não têm habilitações literárias. É de salientar que, entre os 70,2% que consideram que podem ser mais ouvidos, encontram-se representados 100% dos jovens (<18 e 18-25).

A *assistência na captação de fundos para a reabilitação do património material* é apontada por 64,9% dos participantes. De notar que este é o aspeto com maior peso percentual entre os habitantes (81,25%).

Tabela 16. O que pode ser melhorado na abordagem dos órgãos de poder.

Apoiar as comunidades com informação para que possam manter o património local	41	71,9%
Ouvir a opinião das pessoas	40	70,2%
Prestar assistência na captação de fundos para a reabilitação do património material	37	64,9%
Existir um canal de comunicação para que os órgãos de poder possam prestar encarecimento e encaminhamento	28	49,1%
Integrar representantes da comunidade na decisão	27	47,4%
Auxiliar no inventário e registo dos costumes e tradições (património imaterial)	27	47,4%
Informar as pessoas do que vão fazer	25	43,9%
Outra: Não deixarem pinta a igreja por dentro		

As potencialidades do património enquanto catalisador da qualidade de vida e coesão das comunidades encontram-se sobejamente exploradas ao longo do relatório, assim como a sua discussão no meio académico têm ganhado dimensão, contudo, a sua aplicação efetiva nem sempre é alcançada. De modo a contribuir para esse processo, levantamos a questão: «Se considera que o Património pode trazer qualidade de vida e unir a comunidade, como acha que isso pode ser alcançado?» Com base nas repostas obtidas, 75,9% dos membros da comunidade reconhecem essas potencialidades do património e que tais podem ser alcançadas *dando voz às pessoas.* É de salientar a predominância das faixas etárias 26-35 e 36-45, 81% dos que vivem no estrangeiro e 90,9% dos que concluíram o 4º ano. Encontros onde se aborde a memória histórica e coletiva (histórias de antigamente) são apontados por 70,7% dos participantes. Note-se que 100% dos jovens com menos de 18 anos reconhecem potencial neste tipo de ação, acompanham os de 56-65, também por unanimidade. Os membros da comunidade que regressam com frequência identificam nos encontros em torno do património a melhor opção para alcançar qualidade de vida e coesão. Por último salienta-se que 72,9% dos idosos consideram que a abordagem deve passar por todas as opções.

Tabela 17. Como pode o Património contribuir para a qualidade de vida e coesão comunitária

Dar voz às pessoas	44	75,9%
Através de encontros onde se relembre as histórias de antigamente	41	70,7%
Ao recriar as tradições e os costumes	36	62,1%
Através da transmissão às gerações mais novas	35	60,3%
Através do reconhecimento externo	26	44,8%
Não considero que o património possa trazer qualidade de vida, nem unir a comunidade	3	5,2%
Outra: sim, se houver convívio	1	1,7%

A partir do que a comunidade identificou como elementos característicos do território e o património material e imaterial que mais valoriza, pode-se estabelecer uma base para a salvaguarda do património de proximidade em conformidade com o que os seus detentores reconhecem e valorizam. Serviu, assim, de suporte às ações desenvolvidas na âmbito do presente projeto.

A análise das preferências visuais, afetivas e identitárias por grupos - etários, por local de residência e nível de escolaridade – possibilita que as restantes agentes envolvidos possam desenvolver ações para a comunidade no seu todo, tendo presente as suas vontade e necessidades. De igual forma, possibilita traçar estratégias de atuação específicas para cada grupo, de acordo com a idade, nível de escolaridade, ou local de residência, com base nas suas preferências. Ainda, conhecendo o que cada grupo menos valoriza, isso pode ser trabalhado estrategicamente, de modo que, por exemplo, continuem a salvaguardar mesmo que não valorizem tanto.

7. Guia de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel

> *A conservação é uma parte integral da gestão dos sítios com significado cultural e é uma responsabilidade permanente*[360]

O *Guia de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel* foi desenvolvido para ser um instrumento de auxílio à comunidade de Perafita na sua interação quotidiana com o património cultural tangível.

> *Entende-se por preservar, não apenas a manutenção dos objectos em boas condições de utilização, mas também, num sentido mais lato, a necessidade de assegurar a sua fruição futura, evitando o aparecimento de problemas e garantindo a manutenção dos seus valores históricos e identidade artística*[361].

A *Manutenção*, à semelhança da *Conservação Preventiva* – entendida como uma ação preventiva especializada –, deve passar pelo planeamento pró-ativo de esforços *cuidados, conscientes e controlados*[362], que se destinam a manter os objetos/edifícios, assim como o ambiente onde estes se encontram, que inevitavelmente os afeta, através de práticas que não incidem diretamente sobre eles. O objetivo é, portanto, atuar continuamente através da inspeção e limpeza regular – conforme o artigo 1.5 da Carta de Burra (1999) – de modo a evitar, ou adiar a deterioração e consequentes trabalhos de restauro, por norma complexos e dispendiosos.

Uma grande parcela dos bens culturais de Perafita é de caráter religioso, maioritariamente pertencentes à Igreja Católica. Ao dotar a comunidade de conhecimento sobre boas práticas de manutenção, pretende-se que tais ferramentas possam salvaguardar os bens patrimoniais, não apenas como objetos com valor artístico e económico, mas também a sua componente intangível. Estes foram transmitidos ao presente como manifestação da fé das gerações passadas, que os adquiriram e, sucessivamente, mantiveram e salvaguardaram, pelo *significado cultural* que lhes foi sendo atribuído, bem

[360] ICOMOS, 1999c: [Preâmbulo]
[361] ROMÃO, *coord.*; SALDANHA, *coord.*, 2020: 10
[362] ROMÃO, *coord.*; SALDANHA, *coord.*, 2020: 9

como pelo uso na liturgia e na catequização dos fiéis[363]. Deste modo, o Guia compromete-se em enfatizar a vulnerabilidade das peças, sem que isso implique o abandono da sua função primordial, litúrgica ou fruição cultural, pelo contrário, incentivando o seu *uso compatível*[364].

Um dos principais fatores de degradação decorre da ação do Homem, resultando, na sua maioria[365] de ações bem-intencionadas. Contudo, a falta de conhecimento e/ou consciência do valor dos bens culturais[366], derivada da ausência de sensibilização para tal, bem como a sua incompreensão ou negligência, leva a que os zeladores incorrem em práticas desadequadas ou descuidadas no manuseamento, limpeza, utilização, armazenamento e transporte, por vezes irreversíveis ou fatais para o bem patrimonial. É, portanto, necessário apostar na sensibilização e formação dos zeladores, para que estes possam adequar as suas práticas. Fala-se, deste modo, não em introduzir novas práticas, mas em adequar hábitos existentes e apelar ao bom senso. O Guia pretende tirar partido da proximidade agente-património para a adoção efetiva e comprometida destas práticas.

O Guia destina-se aos cuidadores do património tangível de Perafita, numa primeira fase concentrado nos zeladores do Santuário do Senhor dos Milagres, mas que se espera, através da difusão do Guia e da Formação – abordada capítulo 9 – alcançar a restante comunidade, uma vez que é dever de todos zelar pelo património comum. De igual forma, a ferramenta, bem como o modelo da sua implementação ficam disponíveis para serem aplicados pela tutela noutros locais.

Em consonância com o objetivo 4 de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, «Ensure inclusive and equitable quality education and promote **lifelong** learning opportunities for all», ao dotar a comunidade de conhecimento e autonomia, pretende-se que estes se sintam capazes e conscientes do seu valor e importância enquanto agentes do património. A efetivação destes fatores reverterá em qualidade de vida.

---

[363] ROMÃO, *coord.*; SALDANHA, *coord.*, 2020: 9
[364] ICOMOS, 1999c: art.º 1.10
[365] Verifica-se também a ação danosa de forma consciente e intencional, como o furto e vandalismo. No sentido da sua prevenção, o Guia apela – na *segurança* – à atenção dos vizinhos para tal, devendo reportar qualquer destes atos às autoridades.
[366] Mesmo quando estes já se encontram em mau estado de conservação.

A ideia de criar um guia e não um manual, advém da intensão de produzir um conteúdo cientificamente válido, todavia sumário e objetivo e sem grande complexidade na leitura, que permita uma consulta fácil e rápida de base quotidiana. Diacronicamente, as produções de caráter científico, tendem a adotar uma linguagem técnica, essencialmente destinada a profissionais e técnicos da área e dificilmente acessível às maiorias que diretamente cuidam dos bens patrimoniais. Pensado para preencher esta lacuna, espera-se que o Guia venha a atender outros estudos de caso e que os resultados da sua aplicação em Perafita possam auxiliar nesse processo.

Não sendo este um relatório de estágio no domínio da Conservação e Restauro, o conteúdo disponibilizado resulta da leitura e interpretação de obras de caráter geral e de teor mais específico, voltado para a segurança, têxteis, papel ou madeira.

O *Manual de Boas Práticas de Conservação Preventiva de Bens Culturais da Igreja* (2020), do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, com coordenação de Laura Portugal Romão e Sandra Costa Saldanha, faz um percurso pormenorizado e ilustrado pelos principais fatores de risco, boas práticas de segurança e recomendações de manutenção para o edifício e património móvel e integrado. Pela sua abrangência e atualidade, a obra permitiu complementar outras leituras, que em seguida se apresentam. As coordenadoras apontam como pretensão que o Manual possa servir de *referencial para a formação de coletivos*, ambição sustentada por elementos como a ilustração contínua e o glossário, onde procuram clarificar patologias e orientações descritas textualmente. À luz do presente estudo de caso, tal desejo é concretizado, ainda que de forma indireta, através de um olhar treinado que filtrou a espessura da informação e tornou-a, assim, acessível ao coletivo. A obra *Vade Mecum. Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas* (2006), do Instituto Português de Conservação e Restauro, apresenta uma abordagem semelhante, explorando, de forma sucinta, os principais fatores de risco, destacando-se o ênfase dado ao incêndio, água e sismos.

O *Guia de Boas Práticas de Conservação Preventiva* (2019), desenvolvido no âmbito do projeto *HeritageCare*, foca-se na manutenção do edificado e do património integrado e móvel. Tendo por objetivo facilitar as tarefas do dia-a-dia, procura servir a todos, desde entidades, proprietários, gestores, até ao público em geral. Desta forma, implementa uma estrutura de sugestões práticas e diretas para problemas comuns, que serviram de

referência ao presente Guia, nomeadamente na esquematização do ciclo de manutenção, bem como na sugestão da calendarização de tarefas de manutenção, que aqui se concretiza em forma de lista.

O *Manual Básico de Segurança* (2004), do *Projeto Igreja Segura*, resulta de uma iniciativa do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais com o apoio da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja, o Instituto Português da Conservação e Restauro, entre outros parceiros, no sentido da sensibilização para a segurança do património móvel religioso. O Manual apresenta-se como um instrumento simples e prático, mas não simplista, tanto no seu conteúdo, como na forma como se estrutura, com vista ao encaminhamento de indivíduos não especializados no planeamento e implementação de medidas de segurança contra a criminalidade, incêndios e outros acidentes. Deste modo, assume-se como principal referência nesta temática, assim como pela abordagem prática.

De âmbito específico, destacam-se a consulta das seguintes obras, a partir das quais se retirou informações pontuais e, sobretudo, permitiu uma visão fundamentada sobre os objetos. Consultou-se a tese de mestrado de Lorena dos Santos (2022), voltada para a conservação de têxteis; as obras de Diná Araújo (2010), Fernanda Brito (2010), Camilla Dias (2020), Maria Solange Rodrigues (2007) e Diana Silva (2018), relativas ao manuseamento, limpeza e armazenamento de livros e documentos em papel e uma obra sem referência de data ou autor, dedicada ao tratamento de madeira, manuseamento e limpeza de mobiliário de sacristia e cuidados de manutenção de talha dourada.

Tendo em conta o público-alvo, na sua maioria com poucas habilitações literárias, procurou-se adequar a linguagem, de modo que o conteúdo seja o mais claro possível e não resulte no abandono do guia. Alguns exemplos disso foram a adoção do termo escultura para designar, entre outras, a imaginária, ou a preferência de lixívia e afastamento de aves, face a cloro e anti nidificação.

Na parte gráfica, feita com recurso ao programa *Canva*, procurou-se um resultado atrativo, mantendo a sobriedade, sobretudo no que toca à utilização de cores, de modo que os custos de impressão sejam o mais contidos possível.

a) O Guia: estruturação e conteúdo

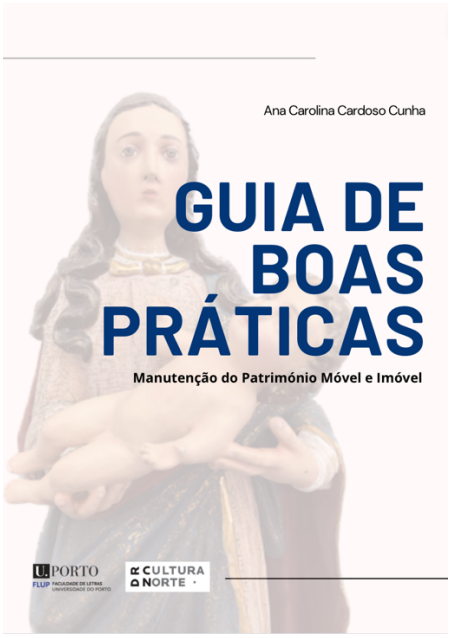


Figura 38. Capa do Guia.

O Guia inicia-se por um texto introdutório: *A IMPORTÂNCIA DESTE GUIA*, onde se explica de forma sinóptica a finalidade do mesmo e se identifica o público-alvo, salientando, desde logo, a noção de responsabilidade coletiva e partilhada. Introduz-se, assim, o desejo que este instrumento passe a nortear as práticas quotidianas de manuseamento do património tangível, frisando a importância de ações adequadas, no sentido de atenuar e retardar a degradação.

Ainda na mesma página, invoca-se o Decreto-Lei nº 63/85, de 14 de março, que assegura a proteção dos direitos de autor. Ainda que se pretenda a difusão do guia, a propriedade intelectual do mesmo deve ser respeitada, bem como o seu conteúdo e o contexto em que este se aplica.

De seguida, o índice encontra-se graficamente dividido em duas partes, à semelhança do próprio Guia. Do lado esquerdo coloca-se a *Manutenção,* subdividido em *ciclo de manutenção* e *calendário de manutenção*. À direita surge a *Preservação*, destacando-se a *bold* os três capítulos: *Cuidados de limpeza e manuseamento*, *Segurança* e *Incêndio*, que se desenvolvem em vários pontos. O primeiro, fornece orientações relativas ao contacto com as peças, os principais fatores de degradação, cuidados a ter na limpeza dos

compartimentos, pavimento e janelas/vitrinas e cuidados na limpeza e manuseamento de objetos de diversas tipologias como a madeira, talha dourada, peças de ourivesaria, têxteis, pintura e escultura e, por último, livros. No segundo capítulo, desenvolve-se a questão da segurança, com orientações quanto à gestão de chaves, vigilância, os cuidados a ter durante intervenções nos edifícios e como atuar em caso de furto. Por fim, o último ponto aborda a prevenção de incêndios.

Considerando que um edifício bem mantido resulta da manutenção constante, da identificação precoce de potenciais danos e da avaliação periódica, a primeira parte, a *Manutenção*, dedica-se sobretudo ao património imóvel. De salientar que de forma indireta estas medidas têm impacto sobre os bens móveis, uma vez que estes existem, na sua maioria, dentro de edifícios, pelo que as condições ambientais serão partilhadas.

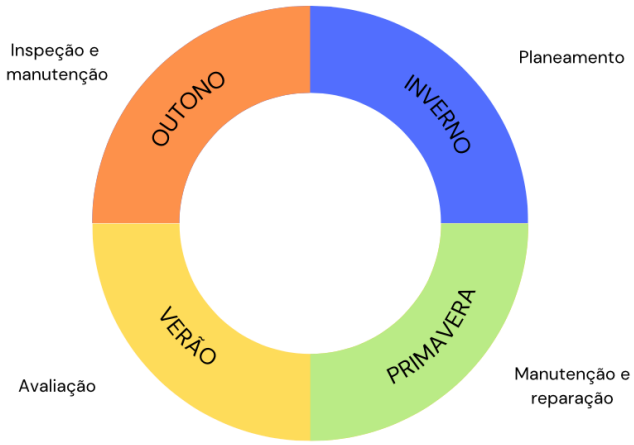


Figura 39. Ciclo de Manutenção

O *Ciclo de Manutenção*, sintetiza num gráfico, de forma visual e intuitiva, a partir da associação de cores a cada estação, as principais tarefas[367] que se devem fazer durante esse período, posteriormente desenvolvidas para cada mês. A manutenção deve assentar na inspeção de potenciais riscos e, para tal, deve ser criada uma rotina que facilite este processo. Deste modo, os meses de outono devem-se focar na inspeção e manutenção do edifício. No inverno, não abandonando as tarefas anteriores, é introduzido o planeamento da manutenção e reparação que deveram acontecer durante a primavera, tirando partido

[367] Conforme apresentadas no *Guia de Boas Práticas de Conservação Preventiva* (2019).

do tempo ameno e, no verão, deve-se avaliar o estado do edifício e dos equipamentos de segurança.

Desenvolve-se uma lista do que fazer regularmente e uma vez ao ano, ou de 6 em 6 meses. A colocação de caixas de verificação em frente a cada tarefa destina-se a ser preenchida após a sua concretização, dotando o guia de uma utilidade acrescida.

Segue-se uma compilação de pontos a ter em conta depois de uma chuva/tempestade e nevão. Ainda que estes pontos possam ser novamente mencionados nos meses de inverno, procura-se que os zeladores possam ter acesso rápidos a estes. Apresenta-se, então, o calendário dividido por trimestres e dentro deste, por meses. Neles encontram-se orientações, fáceis de adotar, do que devem fazer ou verificar em cada altura do ano. No calendário de manutenção, para além das caixas de verificação é reservado um espaço ao registo da data de realização e informações que considerem relevantes.

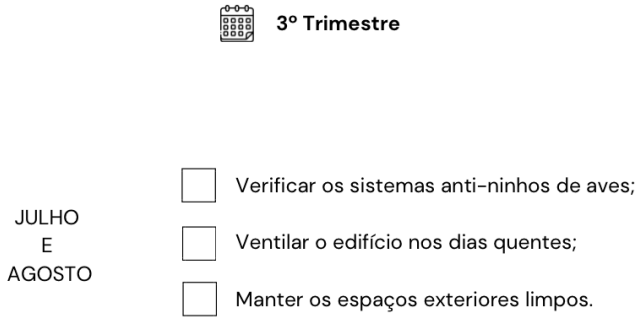


Figura 40. Lista de manutenção

A *Preservação* inicia-se por indicar os principais fatores de degradação, conhecimento basilar às restantes recomendações. Os zeladores devem atentar para condições ambientais desadequadas, ataques biológicos e a própria intervenção. Estes fatores são, por norma, comuns às diferentes matérias de seguida abordadas, agindo de forma recorrente e geralmente em simultâneo. Um aspeto crucial da prevenção assenta na identificação, isto é, os zeladores devem ser capazes de identificar o que está a causar

determinado problema, para que possam atuar de forma rápida e adequada. Estando estes fatores estabilizados, os esforços passam a ser para manter esta condição.

Procura-se, em seguida, responder a um amplo leque de diferentes objetos/matérias. Uma vez mais, tendo por objetivo manter o Guia sumário, foram incluídas as tipologias mais representadas no contexto português, como o mobiliário e peças em madeira, talha dourada, ourivesaria, pintura, escultura e têxteis. Atendendo às características do estudo de caso, não se incluiu a azulejaria e, por oposição, deu-se especial destaque aos cuidados a ter com os livros, visto a igreja possuir uma coleção expressiva de missais, com alguns exemplares do século XVIII e XIX.

Os vários objetos são acompanhados por ícones ou imagens, permitindo uma leitura visual imediata. No caso dos bens móveis, as imagens utilizadas são fotografias de objetos inventariados[368], permitindo que os zeladores relacionem as recomendações com objetos que os mesmos conhecem e identifiquem, facilitando a aplicação. Recorre-se, ainda, a sinalética para salientar informação de maior relevância e que pode ser aplicada de forma generalizada, nomeadamente o uso de luvas, os cuidados a ter no transporte de peças e no armazenamento, a vulnerabilidade do edifício e os extintores indicados para cada origem de incêndio.

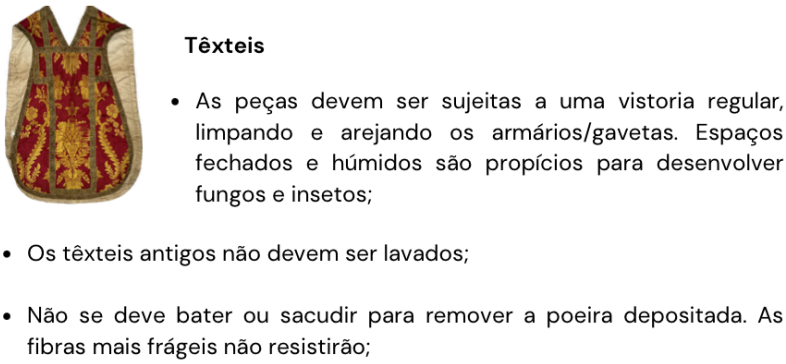


Figura 41. Imagem ilustrativa das orientações

Na segurança, atenta-se para a importância de existir uma lista de todos os que têm acesso às chaves, bem como de sensibilizar os vizinhos a vigiarem os espaços e

[368] Veja-se o Inventário do Património Cultural Móvel, presente no volume III.

atentarem para comportamentos estranhos. São, ainda, apontados três passos a seguir em caso de furto. Enfatiza-se a relevância de existir um inventário das peças que se encontram no interior da igreja, tendo em conta que são estas as mais aliciadas por ladrões, permitindo fornecer às autoridades informações direcionadas à identificação das peças, bem como atestar a sua proveniência. De destacar que os contactos úteis das principais autoridades se encontram na contracapa, de visualização imediata.

Por último, apresentam-se algumas orientações direcionadas para a prevenção de incêndios. Antes de mais, reforça-se a importância da formação para uma correta atuação em caso de incêndio. Detetada a inexistência de extintores na igreja de Perafita, alerta-se para a urgência da sua aquisição e, futuramente, a sua verificação regular. Introduzem-se, ainda, alguns comportamentos que os zeladores devem adotar antes de fechar a igreja e a sensibilização dos vizinhos para o auxílio em caso de incêndio, alertando as autoridades e dando conhecimento da localização das chaves e peças dentro do recinto.

No fim, encontram-se algumas páginas destinadas a notas, uma vez que o Guia vem encadeado de uma formação de boas práticas.

8. Inventário do Património Cultural Móvel da Paróquia de Perafita

> *Inventariar é criar uma identidade. O acto do inventário dá nomes às coisas, divulga os objectos quando os regista, preserva-lhes a memória material e conceptual, arruma-os, disponibilizando essa memória num sistema de catalogação*[369].

A intenção de inventariar o Património Cultural Móvel da Paróquia de Perafita, nomeadamente o religioso, surge no decurso do Guia de Boas-Práticas, enquanto medida de segurança contra a criminalidade. Salientando a relevância da *Recomendação sobre a proteção dos bens culturais móveis* (UNESCO, 1978) e da *Carta de Vila Vigoni sobre a proteção dos bens culturais da Igreja* (Secretariado da Conferência Episcopal Alemã,

[369] CARVALHO, Maria João Vilhena de; DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO, *coord.*; INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, *coord.*, 2004: 13

Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994), estas apontam que «O inventário proporciona a base científica indispensável à proteção e à valorização eficazes desses bens culturais»[370], uma vez que «A documentação recolhida, constante dos inventários, permite que as autoridades nacionais ou internacionais responsáveis pelo combate ao roubo, tráfico ilícito […] possam dispor, com a prudência exigida, das informações necessárias ao seu trabalho»[371]

No âmbito geral do relatório, o inventário da arte sacra reconhece que a importância destes objetos transcende a sua materialidade, isto é, a sua função no culto e, no domínio da História da Arte, o seu valor artístico. Em termos culturais, estas peças estão cobertas por uma dimensão imaterial, dado que acompanham a existência e as dinâmicas de religiosidade das comunidades no tempo longo, a «fé de quem as desejou, as produziu, as utilizou com enlevo e as guardou com estima»[372].

Neste sentido, procedeu-se ao levantamento e inventário da imaginária, ilustrações, objetos devocionais, alfaias litúrgicas, mobiliário e paramentaria da Igreja do Santuário do Senhor dos Milagres.

Como referido anteriormente, esta tarefa teve como primeira finalidade ser uma medida de segurança contra a criminalidade. A solução para este problema passa, em primeiro lugar, por identificar e conhecer, facilitando o reconhecimento e recuperação das peças em caso de furto. Existindo um histórico de tentativas de assalto à Igreja do Santuário do Senhor dos Milagres, esta medida ganha um propósito acrescido. Simultaneamente, traçou-se como objetivos: tomar conhecimento do universo do património cultural móvel existente, constituindo-se uma fonte para futuras investigações relativas a Perafita e/ou aos objetos em causa; incitar o interesse da comunidade e reforçar o conteúdo do Guia de Boas-Práticas, tendo por base a consciencialização.

O inventário que se apresenta na integra no Volume III é resultado da implementação de uma metodologia rigorosa, discriminada nas tarefas que se seguem: Criação da ficha de inventário; levantamento de todas as peças; limpeza superficial,

---

[370] Secretariado da Conferência Episcopal Alemã, Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994: 6
[371] UNESCO, 1978: III. 12. a)
[372] CLETO *in* INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS; SÁ, Leonor, *coord*.; DIRETORIA DE COIMBRA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, *colab*., *et al.,* 2004: 9

registo fotográfico, pesagem e medição; preenchimento das fichas e criação de plantas e alçados.

Em concordância com as práticas patrimoniais defendidas, de envolvimento e consciencialização da comunidade, o inventário foi realizado em conjunto com alguns membros da comunidade, tendo estes auxiliado na limpeza, transporte e registo das peças. Coetaneamente, os mesmos tiveram contacto com a ficha de inventário, conheceram boas práticas de manuseamento, bem como fazer um registo completo. Deste modo, procurou-se capacitar os membros envolvidos para que possam continuar a utilizar as fichas de inventário, registando novas peças ou atualizando informação referente às peças já inventariadas. Almejando essa continuidade, procurou-se que a mesma fosse de fácil entendimento e preenchimento sem, no entanto, perder o rigor necessário à sua validade científica.

Por no inventário constar informação pormenorizada relativamente às peças e à sua localização dentro do recinto, o mesmo encontra-se num volume de acesso restrito, sendo a difusão integral do seu conteúdo uma preocupação igualmente partilhada pela Comissão da Fábrica da Igreja, uma vez que este seria diretamente discordante do propósito do inventário. De modo que o a ficha possa servir de referência a estudos futuros, coloca-se uma ficha modelo, demonstrativa do trabalho realizado.

Durante o processo de inventariação, a Comissão da Fábrica da Igreja, tendo tomado consciência dos perigos de roubos, sobretudo a peças de dimensões reduzidas, tomaram a decisão de guardar, em local com alarme de segurança, algumas das alfaias litúrgicas de maior valor económico, das quais o culto semanal não está dependente.

Ficha de inventário. A ficha criada, com as alterações que em seguida se apresentam, teve como modelo a ficha de pré-inventário presente no *Manual Básico de Segurança*, do *Projeto Igreja Segura*[373], indo, igualmente, ao encontro das *Normas de inventário. Normas Gerais*[374].

[373] INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS; SÁ, Leonor, *coord*.; DIRETORIA DE COIMBRA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, *colab*., *et al.,* 2004: Anexo I.
[374] INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2000

De modo a abranger todos os elementos essenciais à identificação do objeto, a ficha apresenta diversos campos de informação, designadamente, as secções contextual, documental e técnica.

Encabeçado por *Ficha de Inventário nº*, procura-se, desde logo, criar um método de organização e arquivo dos vários documentos, compreendendo que o inventário abarca numerosas peças. A opção de colocar a paróquia e diocese de forma fixa, e não como um dado a preencher, prende-se com o facto de a ficha ter sido desenvolvida para o presente caso de estudo, subscrito apenas a Perafita.

O campo destinado às fotografias da peça – frente e verso e, sempre que se aplique, de pormenor – surgem, à semelhança da ficha do *Projeto Igreja Segura*, em destaque. O mesmo permite uma visão imediata do objeto inventariado, facilitando, assim, a consulta.

A primeira tabela, a *Identificação da Peça*, foca-se em aspetos de tipologia, localização e contextualização. Neste modo, inicia-se pela denominação. Embora em *Normas de inventário. Escultura. Artes Plásticas e Artes Decorativas,* se indique que devem existir campos para a denominação, título – no caso de o mesmo constar na peça, ou existir uma clara indicação do autor – e outras denominações, optou-se por colocar apenas a denominação, existindo, contudo, indicação que, caso existam, serem registados.

A categoria, subcategoria e objeto tem por finalidade organizar todos os bens de acordo com a sua tipologia, bem como enquadrá-los na globalidade do inventário, como veremos na tabela correspondente ao levantamento das peças inventariadas. Sucede-se a localização geográfica e interna, dentro do recinto onde se encontra. Nesta tabela existe, ainda, um campo para o proprietário e, por último, a forma de incorporação.

A tabela correspondente à *Informação Técnica*, convém a dados obtidos a partir da observação, manuseamento e análise, que permitem catalogar e, como medida de segurança, identificar a peça. Isto é: materiais; técnicas; dimensões e peso; autoria e atribuições; marcas na peça, sejam elas assinaturas, inscrições ou semelhantes; cronologia; estado de conservação e usos, na atualidade e, sempre que possível, outros que se lhe conheçam. Na existência de inscrições, a imagem das mesmas deve constar no espaço destinado a fotografias de *pormenor*.

Na descrição, à qual se concede uma tabela destacada, pretende-se uma descrição das características formais e análise iconográfica. Abaixo, existe um campo reservado a

observações. Tendo em conta o presente caso de estudo, não se considerou pertinente incluir uma secção documental, destinada a registos de exposição, movimentos, avaliações, entre outros. Caso se verifique a necessidade de registar tal informação a mesma constará das observações.

Reserva-se um campo destinado ao inventariante, data de realização e intervenção na ficha. Tendo em conta a fragilidade das peças e a inevitável alteração do estado de conservação das mesmas, as fichas de inventário não são fechadas. Prevendo a sua atualização, foi reservado um espaço destinado à data de intervenção na ficha.

Por último, destinou-se um espaço a fotografias. O registo do maior número de ângulos e pormenores, permite um melhor conhecimento da peça e do seu estado de conservação no momento da captura, aumentando, assim, o seu potencial enquanto fonte.

Ficha de inventário nº **IG.IM.01**	**Inventário do Património Móvel de Perafita** Paróquia: Perafita, Vila Verde Diocese: Vila Real

FRENTE



Fig. 01 – Nª Sra. da Guia. Frente. Ana Carolina Cunha

VERSO | PORMENOR



Fig. 02 – Nª Sra. da Guia. Verso. Ana Carolina Cunha

Identificação da Peça	
Denominação[1]	Virgem da Guia; Nossa Senhora da Guia
Categoria e Subcategoria	Escultura Escultura de Vulto
Objeto	Imaginária: Imagem processional

[1] Sempre que se aplicar, deve ser indicado o título e outras denominações.

Local/Edifício onde se encontra	Igreja do Santuário do Senhor dos Milagres
Localização dentro do recinto	Lado do Evangelho, à esquerda da porta lateral.
Proprietário	Igreja Católica
Forma de incorporação	Doada por uma paroquiana

Informação Técnica			
Materiais	Madeira		
Técnicas	Escultura: Entalhada Acabamento: Policromado; Dourado		
Dimensões	Altura max.	51cm	Peso
	Largura max.	18cm	3kg
	Profundidade max.	13cm	
Autoria/atribuições	Autoria/atribuições desconhecidas		
Assinaturas, inscrições e outras indicações semelhantes	Não possui assinaturas, inscrições ou outras indicações semelhantes.		
Data ou período	Não determinada		
Estado de conservação	Muito Bom. Restaurada há cerca de cinco anos. Perdas pontuais de policromia na base.		
Usos	Imagem devocional. Afeta ao culto, saiu em procissão em 2022.		



Fig. 03 – Andor de Nª Sra. da Guia a contornar a Capela do Senhor do Monte. Ana Carolina Cunha

Descrição
Nossa Senhora da Guia em pé e frontal, a olhar em frente com a cabeça ligeiramente inclinada para a esquerda. Possui os braços soerguidos segurando o Menino, deitado na diagonal. A Virgem mostra um rosto ovalado, de expressão contida, com olhos destacados e boca pequena e arredondada. O cabelo, de tonalidade castanha, cai ondulado sobre os ombros e costas, com cinco madeixas nas costas, uma em cada lateral e uma sobre o ombro direito. O Menino, em carnação, encontra-se de mãos postas e olhar voltado para o céu. Apresenta uma cabeleira encaracolada, de castanho-claro e as maçãs do rosto rosadas. Composição escultórica estática. O drapeado dos panejamentos confere volumetria e dinamismo às vestes, sobretudo na parte frontal do manto. O movimento e volumetria dos cabelos é alcançada através de uma tonalidade mais clara. Indumentária: A figura enverga uma túnica rosa, de mangas compridas e punho branco. Possui uma gola redonda com um laço dourado e, sobre o pescoço, um ornamento branco rendado. Sobre esta, um manto azul de interior carmesim, que a envolve desde as costas passando sobre o seu braço esquerdo e sob o Menino, no lado oposto. Recebe douramento sobre a policromia da indumentária, presente na túnica, com efeito semelhante a *craquelé*, e no manto, com um motivo vermiculado. Remata toda a extensão do manto uma barra de dourado. Iconografia: O Menino Jesus identifica a figura que o carrega como sendo a Virgem. Esta não se faz acompanhar por uma estrela, atributo que, caracteristicamente, esta invocação segura na mão. Não obstante, é cultuada pelos paroquianos como sendo Nossa Senhora da Guia, padroeira dos viajantes/navegantes. Base: Retangular com os cantos truncados, de coloração preta com as arestas superiores douradas. Possui na superfície inferior três orifícios, cuja funcionalidade pode ser de segurar a imagem num altar ou andor.
Observações
A figura apresenta um orifício na cabeça (Fig. 07) destinado à aplicação de uma coroa ou resplendor.

Inventariante (s)	Ana Carolina Cardoso Cunha
Data de inventário	março de 2023
Data(s) de intervenção na ficha	

Imagens da Peça – Diversos pontos de vista





Fig. 04 – Nª Sra. da Guia. Lado direito. Ana Carolina Cunha
Fig. 05 – Nª Sra. da Guia. Lado esquerdo. Ana Carolina Cunha
Fig. 06 – Nª Sra. da Guia. Pormenor do torso. Ana Carolina Cunha
Fig. 07 – Nª Sra. da Guia. Vista superior. Ana Carolina Cunha
Fig. 08 – Nª Sra. da Guia. Base. Ana Carolina Cunha

Figura 42. Ficha de inventário modelo.

Levantamento. O levantamento permitiu conhecer o universo dos bens a inventariar (149) e delinear uma estratégia de trabalho. Tendo em consideração que o acesso à igreja estava dependente da disponibilidade de um membro da Comissão da Fábrica da Igreja, definiram-se três fases de registo: 1ª Imaginária e Ilustração; 2ª a Objetos Devocionais, Alfaias Litúrgicas e Mobiliário; 3ª Paramentaria. Posteriormente, o registo foi desenvolvido entre março e maio.

Tabela 18. Levantamento de peças inventariadas

			Localização
			Igreja do Santuário do Senhor dos Milagres
	● Alfaia Litúrgica	Bacia	1
		Caldeira	1
		Cálice	2
		Candelabro	1
		Castiçal	18
		Chave do Sacrário	1
		Círio	2
		Cruz de Estandarte	5
		Estante de Missal	1
		Galhetas	8
		Hissope	2
		Lanterna processional	4
		Missal	11
		Naveta c/colher	2
		Patena	1
		Píxide	2
		Sineta de altar	1
		Sineta	1
		Travessas de galhetas	4

Tipologia		Travessa e saco	1
		Turíbulo	2
	● Ilustração		17
	● Imaginária		18
	● Mobiliário	Ambão /Estante de leitura	1
		Jarra	4
	● Objetos Devocionais	Cruz de acento	3
		Coroa de imagem	1
		Cruz Processional	4
		Custódia	1
	● Paramentaria	Casula	10
		Estandarte	5
		Estola	10
		Gremial	2
		Pano de Estante de Leitura	1
		Véu de ombros	1
Total de Peças inventariadas			149

Limpeza superficial, registo fotográfico, medição e pesagem. O processo de registo foi antecedido pela limpeza superficial de poeiras e teias depositadas nas peças. Para tal, utilizou-se um pincel de cerdas suaves, de modo a não agredir a superfície. Durante todo o processo foram utilizadas luvas de algodão, como recomendado no Guia de Boas-Práticas.

Para o registo fotográfico utilizou-se um iPhone 14 Pro (iOS 16.1.2). A escolha do dispositivo, face a uma máquina fotográfica, recaiu na mobilidade que o mesmo proporciona, na qualidade de imagem e, sobretudo, no recurso disponibilizado pelo equipamento de remoção do fundo. Esta ferramenta permitiu ter fichas menos poluídas visualmente, melhorando a leitura do objeto. Não sendo possível aplicar a ferramenta de remoção de fundo a todos os objetos, sobretudo de maior dimensão, utilizou-se um pano branco em objetos planos, como os estandartes. Quanto tal não foi possível, os objetos encontram-se com o fundo original.

A pesagem e medição foram conseguidos com recurso a uma balança convencional e uma fita métrica. Registaram-se constrangimentos no acesso às peças de maior dimensão e mais altas, não sendo possível aferir as suas dimensões. É exemplo disso o pálio, pelo que, devido à sua dimensão, não foi possível garantir que o seu desdobramento não resultaria em marcas de sujidade.

Pela morosidade do processo de registo, optou-se por não inventariar peças de uso quotidiano como: jarros de flores em cerâmica; missais recentes; alvas e outra paramentaria branca.

De salientar que, inicialmente o registo foi acompanhado na integra por um membro da Comissão da Fábrica da Igreja. Posteriormente, de modo a conciliar a vida pessoal deste com o inventário, passaram a existir momentos de trabalho a solo, sendo igualmente representativo da confiança alcançada dentro da comunidade.



Figura 43. Registo de uma casula

a) Preenchimento das fichas e criação de plantas

O preenchimento, nomeadamente, no que respeita a terminologia técnica, suportou-se na consulta de obras e plataformas focadas em cada temática. A descrição das peças teve como modelo as fichas de inventário disponíveis em *Bens Culturais da Igreja*[375], sobretudo as da Diocese do Porto e Arquidiocese de Évora. Pela abrangência de temas abordados dentro das Artes Decorativas e Aplicadas, a consulta da coleção *Normas de Inventário*[376], do Instituto Português de Museus, foi transversal a todas as fichas. A imaginária contou com a consulta, entre outras obras, de *Encyclopedia of Catholic*

[375] BENS CULTURAIS DA IGREJA. [Consultada a 6 de junho de 2023]. Disponível em: <https://bensculturais.inwebonline.net>
[376] Normas Gerais (2000); Têxteis (2000); Escultura (2004); Mobiliário (2004); Pintura (2007); Ourivesaria (2011).

devotions and practices[377], *Iconografia Cristiana*[378] e *Iconografia de los Santos*[379]. No campo dos metais destaca-se a tese de mestrado: *Ourivesaria estampada e lavrada: uma técnica milenar numa oficina de Gondomar*[380], para compreender técnicas e motivos ornamentais e, para identificar marcas de contraste e ourives, as obras: *Inventário de Marcas de Pratas Portuguesas e Brasileiras (Século XV e 1887)*[381] e *Dicionário dos Ourives do Ouro, Cravadores e Lapidários do Porto e de Gondomar (1700-1850)*[382]. Por último, a compreensão da paramentaria passou pela leitura da tese de mestrado: *Vestuário Litúrgico e Paramentos de Altar do Tesouro da Catedral do Porto – Materiais, Técnicas e Formas*[383].

O número de inventário é composto por três campos: o primeiro destinado ao local, isto é, IG (Igreja); o segundo à tipologia, IM (Imaginária), IL (Ilustração), OD (Objeto Devocional), AL (Alfaia Litúrgica), M (Mobiliário) e PA (Paramentaria); e o terceiro equivalente ao número da peça dentro da temática.

A criação de plantas e alçados tem por objetivo permitir de forma rápida localizar um objeto dentro do recinto, através do nº de inventário, sendo complementar à descrição presente na ficha. Por sua vez, foi atribuída uma cor a cada temática. Este método, permitirá futuramente perceber de forma gráfica a viagem dos objetos.

No preenchimento das fichas optou-se por criar uma para cada estação dos Passos da Paixão. Embora se trate de um conjunto, a atribuição de números independentes, permite localizá-las dentro da nave da igreja. Por oposição, no caso da paramentaria, optou-se por criar uma ficha para o conjunto (casula e estola), uma vez que facilita a sua leitura.

Embora o inventário vise diretamente o património cultural móvel, os tetos da capela-mor e nave – património integrado – foram igualmente registados, por serem também eles representativos da religiosidade e devoção da comunidade e pela estreita relação com o conjunto dos restantes objetos.

---

[377] BALL, 2003
[378] MUELA, 1998
[379] MUELA, 2003
[380] SOUSA, 1997
[381] ALMEIDA, 1995
[382] SOUSA, 2005
[383] SANTOS, 2022

Através de registos fotográficos da procissão do ano transato e de registos mais antigos disponibilizados pelo SIPA, a par de informação recolhida em trabalho de campo, através de conversas informais, foi possível traçar, para algumas das peças inventariadas, a sua viagem no tempo e no espaço/território. Neste sentido, o presente inventário transcendeu o seu propósito inicial, sendo possível compreender o contexto de alguns dos objetos e como estes integram e contam a história de Perafita na diacronia. Atendendo aos direitos de imagem, todos os rostos presentes nestas imagens foram desfocados.

9. Formação de Boas Práticas de Manutenção do Património Móvel e Imóvel

> […] *a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida*[384]

A *Formação de Boas Práticas de Manutenção do Património Cultural Móvel e Imóvel,* surge como consequência do *Guia de Boas Práticas de Manutenção do Património Cultural Móvel e Imóvel* e consiste de uma apresentação em ambiente organizado e estruturado, pensada não apenas para transmitir o conteúdo presente no Guia, mas também para sensibilizar para a sua utilização.

Partindo do princípio que só cuidamos do que conhecemos, revela-se importante que os indivíduos saibam identificar, para que sejam capazes de comunicar, manter e preservar os bens patrimoniais existentes no seu território. Tal como promovido na alínea d) do art.º 12º da Convenção-Quadro de Faro (Conselho da Europa, 2005), a presente investigação comprometeu-se a: «adotar medidas para melhorar o acesso ao património, […], a fim de aumentar a sensibilização sobre o seu valor, sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados», pelo que a Formação enquanto medida de sensibilização e consciencialização não é um fim em si mesma, mas um meio à capacitação de comunidades patrimoniais.

[384] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 1º c)

Reveste-se de especial importância invocar, novamente, a noção de *comunidade patrimonial*, uma vez que esta é composta por todos os que valorizam e desejam manter e transmitir determinados aspetos do património cultural. Assim, a Formação procurou envolver nas diferentes fases os diversos agentes – tutela, academia, poder local e comunidade local – e paralelamente reforçar a coesão dessa mesma comunidade patrimonial, resultando numa cocriação, tendo presente «[…] uma maior sinergia de competências entre todos os agentes públicos, institucionais e privados interessados»[385].

> *A conservação e a valorização já não se verificam hoje somente na intervenção física nos edifícios e objetos, nem é uma obrigação exclusiva dos Estados ou dos técnicos do património. Ela tornou-se um processo de responsabilidade coletiva, que ganha dimensão à medida que as comunidades e os cidadãos em geral se apropriam dos bens culturais e patrimoniais como reflexo de um passado e de uma identidade coletiva através de novos processos de apropriação*[386].

Deste modo, o envolvimento da comunidade local revela-se crucial, por ser esta que mais diretamente lida com o património, tendo impacto quer para os bens, quer para a própria comunidade, tornando-a mais *apta, interventiva e autossustentada*[387]. Paralelamente, a responsabilização face ao património de proximidade pretende desenvolver e estreitar uma relação de compromisso com a aplicação do Guia e restante projeto. A formação destina-se, portanto, a todos os zeladores do Património Cultural de Perafita, com especial incidência nos zeladores do Santuário do Senhor dos Milagres. De salientar a cláusula terceira do Protocolo para a valorização do Santuário, onde a Comissão Fabriqueira assume a responsabilidade de «Garantir a limpeza e manutenção regular dos edifícios»[388].

Neste sentido, revela-se profícuo para todos os envolvidos na gestão patrimonial promover sessões de consciencialização sobre os vários tipos de património e a sua

---

[385] CONSELHO DA EUROPA, 2005: art.º 1º d)
[386] PONTE, 2020: 4
[387] CABRAL, 2011: 172
[388] DRCN, *et al,* 2014: cláusula terceira c)

salvaguarda através da reeducação de hábitos e simples práticas quotidianas. A formação coaduna-se com a *People-centred approach* – abordado no capítulo 4. – a partir da qual se estabelece a reflecção sobre o significado do património para a comunidade, defendendo que este ao ser demonstrado à comunidade potencia o seu apoio no sentido da continuidade e proteção desse mesmo património.

A formação procura promover oportunidades de aprendizagem de qualidade, através da educação não formal. Esta forma de educação acontece fora do sistema de ensino regular, contudo implica ações de aprendizagem *organizadas, estruturadas e intencionais*[389]. Segundo Maria Raquel Patrício (2019), a educação não formal «envolve os indivíduos e as suas relações e surge dos seus interesses e necessidades»[390]. Neste sentido, a formação foi pensada para ser equitativa e inclusiva, através da mediação do conteúdo e da linguagem adaptada ao público-alvo – parcialmente com poucas habilitações literárias – facilitando a compreensão de terminologia técnica.

Foram estabelecidos como principais objetivos:

- Familiarizar os zeladores com conceitos, valores e práticas;
- Dotar os formandos de ferramentas para identificarem os diferentes bens patrimoniais que existem no território;
- Consciencializar os zeladores para a importância de salvaguardar e valorizar o património de proximidade, através de boas práticas de manutenção, preservação e segurança, que podem ser aplicadas no dia-a-dia, em substituição de outras práticas;
- Responsabilizar a comunidade face ao seu património, potenciando a relação de compromisso com o Guia e a sua aplicação;
- Reforçar a capacidade da comunidade comunicar problemas.

A nível metodológico a formação pode, ainda, ser aplicada na formação de outros coletivos e servir de referência a outras ações semelhantes que tratam boas práticas.

[389] PATRÍCIO, 2019:105
[390] PATRÍCIO, 2019:106

Por fim, destacam-se como modelos de referência duas formações desenvolvidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): *A Fé em Manutenção*, promovida pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em colaboração com a DRCN, com o objetivo de transmitir boas-práticas de manutenção do património religioso a zeladores das igrejas; e a formação *Envolvimento das Comunidades na valorização do Património Local (freguesias de São Pedro da Afurada e de São João Batista da Foz)* – da qual participamos –atentando, entre outros assuntos, para a identificação e boas práticas de manutenção, destinando-se às comunidades locais.

a) Estrutura

A apresentação estruturou-se em três partes. A primeira destinada a identificar o que é o Património, pensada também para ser um momento de *ice-break*, reflexão e interação entre os participantes. A segunda e terceira partes focadas na transmissão de informação relativa à manutenção e preservação de bens patrimoniais.

Património. Após ser apresentada a estrutura e objetivos da ação, o público é desafiado a refletir sobre o que gosta e não gosta em Perafita e o porquê do mesmo. Desta forma, a comunidade começa por identificar as suas preferências visuais, afetivas e identitárias, permitindo dar continuidade ao levantamento feito no inquérito.

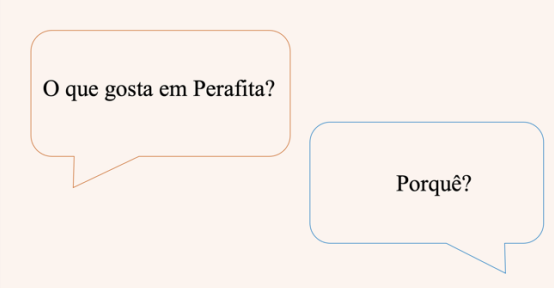




Figura 44. Formação. Preferências visuais, afetivas e identitárias

Figura 45. Formação. *Isto é património?*

Em seguida, a audiência é confrontada com nove exemplos de bens culturais, questionado – *isto é património?* – se considera que os mesmos são património. A

colocação de exemplos presentes na aldeia, não apenas ajuda na identificação do património do território, como aproxima o público do conteúdo e mensagem passada pela formação, fazendo com que estes se sintam atores dentro da formação e não apenas recetores.

Deste modo, é desconstruído o conceito de Património. Em primeiro lugar, apresenta-se de forma esquematizada os diferentes domínios do Património Cultural e, posteriormente, abordam-se os conceitos de património e de significado cultural, demonstrando o papel tanto das comunidades na definição do que é património através da atribuição de valores, como a importância dos bens patrimoniais para as comunidades enquanto parcelas estruturantes de identidade e memória coletiva. Neste sentido, conduz-se à noção de salvaguarda e responsabilidade coletiva, sensibilizando para a importância da atuação consciente das comunidades, sendo estas o agente de maior proximidade com o património. Deixando, igualmente, claro que a responsabilidade de atuar financeiramente sobre determinado bem patrimonial é, em primeiro lugar, do seu proprietário e no caso concreto do Santuário do Senhor dos Milagres, a Igreja Católica. É neste âmbito que se apresenta o Guia, como ferramenta ao dispor da comunidade para que esta possa cuidar e usufruir dos bens patrimoniais de forma mais adequada. Esclarece-se de forma sumário a estrutura do mesmo – correspondente às partes II e III da formação – a sua finalidade e público-alvo.

Manutenção. A Manutenção, à semelhança da Preservação, segue a estrutura do Guia e tem por objetivo esclarecer esse conteúdo e alertar para a manutenção como forma de adiar a necessidade de intervenções profundas nos edifícios e/ou objetos, passando essencialmente pela vigilância e antecipação de problemas. As tarefas propostas para cada período servem de orientação para os zeladores, tirando partido da sua divisão por meses para que estes se organizem. Relativamente às ações de manutenção/inspeção facilita o planeamento de quem tem disponibilidade para o fazer, quando e que outros recursos são necessários e, no caso da vigilância, incentiva a que todos o façam.

Preservação. A Preservação atenta para cuidados a ter com a limpeza de espaços/ objetos e manuseamento e acondicionamento dos últimos, começando por alertar para os principais fatores de degradação. Saber identificar as principais causas e agentes de degradação possibilita uma atuação mais rápida e adequada, retardando a degradação das peças. De salientar que um dos principais fatores de risco para o património parte de quem dele cuida. Neste sentido, são partilhadas recomendações relativas ao que fazer e o que evitar na limpeza periódica dos compartimentos, das janelas e do pavimento e na limpeza e manuseamento de peças de madeira, talha dourada, ourivesaria, têxteis, pintura e escultura e livros. Ao longo da exposição focou-se na importância de utilizar luvas e em soluções acessíveis para o acondicionamento, como o tecido de algodão e o papel de aguarela. Estes são materiais estáveis, cumprindo uma função semelhante a outros disponíveis no mercado específico, contudo mais acessíveis e fáceis de encontrar.

Alerta-se, ainda, para questões de segurança contra a criminalidade e contra incêndio, sendo a sensibilização catalisadora destas ações. Em primeiro lugar, é importante existir uma gestão das chaves – lista de todos os que têm acesso às mesmas – e sensibilizar os vizinhos para que estes sejam agentes ativos na vigilância de comportamentos suspeitos e na implementação de rondas noturnas sem rotina. Atentou-se, ainda, para momentos de vulnerabilidade nos edifícios, nomeadamente as obras de melhoramento e as procissões. No estudo de caso – Perafita – a procissão é um momento de grande vulnerabilidade, visto que a igreja fica desprotegida e sem vigilância durante um longo período. No caso da prevenção não ser suficiente, apresentam-se os principais passos a realizar após um furto. Destaca-se a importância de existir um inventário e de este estar atualizado, pelo que se apresenta uma ficha de inventário e explica-se como esta deve ser preenchida.

Por último, reforça-se a importância da prevenção contra incêndios através da verificação regular e antes do fecho dos edifícios, assim como a formação de zeladores e vizinhos para saberem como atuar em caso de incêndio. De notar a inexistência de extintores na igreja – assim como na maioria das igrejas – e do alerta feito no sentido da aquisição dos mesmos.

b) Divulgação da Formação

A divulgação da formação foi feita através das redes sociais do Núcleo Museológico da Casa dos Milagres. Esta foi também partilhada no grupo da Associação dos Amigos de Perafita, grupo fechado no qual a comunidade interage regularmente.

No comunicado procurou-se transmitir de forma sucinta o objetivo da formação e informações úteis como: data e hora; a quem se destina; local; duração aproximada; entrada gratuita e forma de inscrição. A inscrição tinha como objetivo a organização logística, a partir do conhecimento prévio da adesão. Todavia, apesar das diferentes modalidades disponibilizadas para a inscrição, este método não teve o sucesso pretendido, tendo apenas recebido uma inscrição. Paralelamente, realizou-se a divulgação durante o trabalho de campo.

Procedeu-se, ainda, ao convite dos representantes dos órgãos de poder local, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia, para que também os representantes do poder local tomassem conhecimento de boas práticas e da responsabilidade coletiva perante o património, apostando na colaboração dos diferentes agentes.

c) Preparação

Com o objetivo de dinamizar o Núcleo Museológico da Casa dos Milagres este foi escolhido como local para a realização da formação, exclusivamente aberto para a ação. No decurso das intervenções realizadas pela DRCN, uma das salas foi adaptada num espaço destinado a comunicação/visualização de conteúdos.

Inicialmente, selecionou-se o dia 7 de agosto para a realização da formação, uma vez que por nesta altura já teriam chegado à aldeia um maior número de pessoas e por ser dia de atendimento da Junta de Freguesia em Perafita[391]. Esperava-se tirar partido da deslocação de maior número de indivíduos até ao local, para otimizar a audiência. Todavia, surgiu a oportunidade de alterar para dia 9 de agosto, conciliando com um

[391] A Junta de Freguesia disponibiliza todas as segundas-feiras, no período da tarde, auxílio aos habitantes nos mais variados domínios, dos quais se destaca o pagamento de contas/serviços, uma vez que estamos perante uma aldeia isolada, o que dificulta o acesso da população, sobretudo idosa e/ou sem meio de transporte próprio, a serviços.

almoço-convívio organizado no Café dos Judeus, vizinho ao Núcleo Museológico. Neste sentido, definiu-se o horário de início, 14h, com o objetivo de alcançar o maior público possível.

De destacar, ainda, o teste feito ao projetor no dia 31 de julho, de modo a conhecer o equipamento e acautelar eventuais constrangimentos técnicos.

d) Realização

A formação realizou-se no dia 9 de agosto, como planeado, tendo início pelas 14h30, com a duração aproximada de duas horas, resultado do tempo de apresentação em conjunto com o debate então promovido.

Estiveram presentes onze pessoas entre elas: representantes do poder local – presidente, vice-presidente e vereadoras da cultura e educação da Câmara Municipal e presidente da Junta de Freguesia – membros da comunidade, representantes da Comissão da Fábrica da Igreja e da Associação dos Amigos de Perafita e público externo, nomeadamente a autora de um estudo sobre Perafita publicado na *Revista da Memória Rural*.

Destaca-se como ponto positivo o alcance dos representantes do poder local, demonstrativo da crescente atenção dada ao património e da consciência face à importância que ações como a presente têm para a valorização do património de proximidade. Espera-se que as boas práticas apresentadas tenham repercussão na atuação dos mesmos. Salientam-se os vários momentos de debate entre os participantes, dos quais se enfatiza a sugestão de segmentar a formação e disponibilizá-la no período correspondente à sua implementação – calendário de manutenção – e a pertinência de esta ser aplicada a outros territórios em colaboração com o poder local e a Igreja.

A atração na comunidade em grande escala, nomeadamente dos zeladores da igreja, revelou-se infrutífera devido à simultaneidade da ação com o convívio anteriormente mencionado. Embora a data tenha sido selecionada em função do convívio, como estratégia de atração, esta não foi eficaz e teve o efeito oposto, nomeadamente

devido a grande parte dos zeladores da igreja estarem envolvidos na organização e parte logística do convívio.





Figura 46. Participantes da Formação de Boas Práticas. Núcleo Museológico da Casa dos Milagres.

Figura 47. Captura de Ecrã de Publicação na Página de Facebook da Associação dos Amigos de Perafita. Antero Sousa.

e) Avaliação

Como forma de avaliar o sucesso da formação foi realizado um inquérito de satisfação aos participantes, utilizando a plataforma *Google Forms*. As primeiras quatro questões destinam-se a caracterizar os participantes e as restantes oito a avaliar diferentes parâmetros da formação. As questões são de resposta obrigatória, à exceção da última. Sendo esta de reposta aberta, oferece um espaço para os participantes deixarem sugestões quanto ao que pode ser melhorado na formação.

O inquérito foi respondido pela totalidade dos participantes (11). Apresenta-se em seguida a caracterização da amostra:

Idade. Com idades compreendidas entre os 26 e os 65, quase metade os participantes (45,5%) tem entre 56-65, seguido dos 36-35 (27,3%). Em menor percentagem (18,2%) surgem os 36-45 e por último, correspondendo a 9,1%, um participante entre os 26-35 anos.

Habilitações literárias. Relativamente ao nível de escolaridade, 90,9% completou o Ensino Superior, tendo apenas um formando com o 12º ano.

Profissão. Sendo esta uma questão aberta, agruparam-se as respostas por grupos. 54,5% apresenta uma profissão que com formação superior, entre elas ensino; 27,3% ocupa um cargo público ou é funcionário público.

Tabela 19. Profissões dos participantes

Profissão com formação superior	• Engenheiro • Técnica Superior • Agrónomo • Arquiteto • Professora Ensino secundário • Professora universitários	6 = 54,5%
Função Pública – Cargo público	• Vereadora • Vereadora Cultura • Funcionário público	3 = 27,3%
Outro/ Não determinado	• Empresário • Desempregada	2 = 18,2%

Relação com Perafita. Entre os participantes, 45,5% reside noutra localidade e volta com frequência, 36,4% reside noutra localidade e volta uma a duas vezes ao ano. Os habitantes e os que vivem no estrangeiro são representados por uma pessoa cada (9,1%).

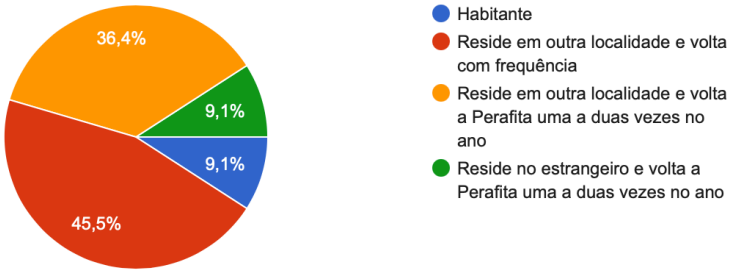


Gráfico 4. Relação dos participantes na formação com Perafita

Relativamente à satisfação com a formação, foi pedido aos participantes que selecionassem o grau de satisfação em relação aos seguintes aspetos: informação apresentada, pertinência/utilidade; comunicação e tempo de apresentação. Utilizou-se, para tal, a *Escala de Thurstone:* muito bom, bom, razoável, mau e muito mau.

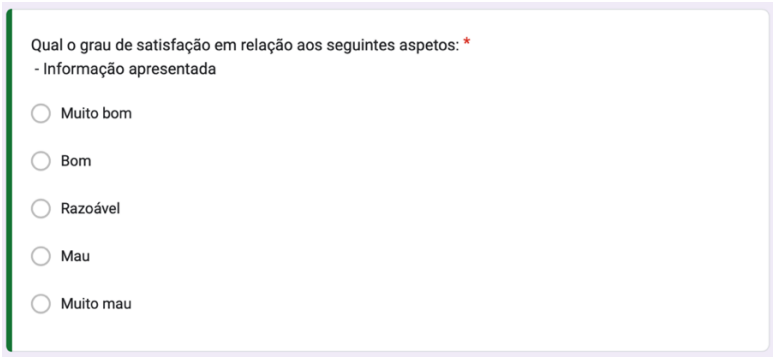


Figura 48. Inquérito de satisfação: exemplo de questão relativa ao grau de satisfação.

- **Informação apresentada**: 100% considera *muito bom*.
- **Pertinência/utilidade**: 90,9% considera *muito bom,* 9,1% classifica como *bom*.
- **Comunicação**: A maioria (90,9%) avalia como *muito bom* e 9,1% como *bom.*
- **Tempo de apresentação:** 63,6% classificou como *muito bom* e 36,4% como *bom*.

Como forma de determinar o cumprimento dos objetivos, surgem as seguintes perguntas:

- *Acredita que vai utilizar o Guia?* A maioria dos participantes (81,8%) acredita que vai utilizar às vezes. Já 18,2% indica que o vai fazer sempre. Entre os que indicam que vão utilizar sempre, têm como denominador comum voltar com frequência.
- Quando questionados: *Considera que após a formação conhece mais sobre o património e como mantê-lo?* e *Sente que tem maior responsabilidade sobre o Património?* Sim foi a resposta eleita por unanimidade.
- Em resposta à questão: *O que pode ser melhorado na formação?*, foram deixadas duas respostas, sugerindo a ampliação da audiência e a segmentação da informação, sendo distribuída por mais sessões.

10. Inventário do Património Cultural Imaterial de Perafita

O ponto 3 do artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, entende por salvaguarda:

> *as medidas que visam assegurar a **viabilidade** do património cultural imaterial, incluindo a **identificação, documentação, investigação, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão** - essencialmente pela **educação formal e não formal** – e revitalização dos diversos aspectos deste património*[392].

Neste sentido, o inventário do Património Cultural Imaterial de Perafita surge como uma medida de identificação, documentação e investigação, mas sobretudo preservação, visto estarmos perante um território que sofreu transformações socioeconómica no último século, com impacto direto no património cultural imaterial. Devido ao êxodo de um grande número de habitantes para os grandes núcleos urbanos em Portugal e no estrangeiro e consequente declínio do setor primário, uma parte

[392] UNESCO, 2003: art.º 2º 3.

significativa das manifestações culturais que dependia dos jovens, assim como as que se encontravam intrinsecamente relacionadas com o contexto social e económico de base agro-pastoril, deixaram de ser praticadas, ou encontram-se em declínio.

O presente inventário tem como objetivo documentar práticas sociais que se encontram em risco, ou que já desapareceram e com as quais podemos ainda contactar através da memória dos mais velhos. O desaparecimento da população idosa, que em Perafita é a expressiva maioria, pode levar ao esquecimento e desaparecimento definitivo de *práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências*[393]. Simultaneamente, o inventário pretende ser uma forma de promoção e valorização de manifestações que a comunidade local identifica e valoriza como parte importante da sua identidade cultural – nomeadamente as práticas sociais identificadas pelos indivíduos que responderam ao inquérito.

A presente ação teve como principais referências: o projeto de museologia social e coesiva desenvolvido pelo Museu da Memória Rural, tanto no espaço físico do museu, como através de ações (projetos de memória; projetos de território; fotomemória, etc.) divulgadas no sítio-em-linha; a coletânea de contos, lendas e mitos do Douro, da autoria de Alexandre Parafita (2010); e o Arquivo da Memória, enquanto projeto social e patrimonial, uma vez que nasce como forma de atenuar a solidão dos mais velhos, através de ações que dão valor às suas memórias e modos de vida.

Estrutura. A estrutura da ficha de inventário tem como modelo as fichas apresentadas pelo Museu da Memória Rural e pela DGPC «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial».

Procurou-se abarcar não apenas o bem patrimonial em questão, mas o(s) seu(s) praticante(s) e contexto em que se insere, compreendidos como fundamentais à sua compreensão. Neste sentido, o Museu da Memória Rural surge como modelo de referência pela forma como aborda e regista as manifestações patrimoniais, tirando partido dos vários meios de captação - registo fotográfico, vídeo e áudio –, que

[393] UNESCO, 2003: art.º 2º 1.

posteriormente aplica em outros projetos. É transversal a abordagem participacionista no património, estando sempre em destaque a comunidade, na qual vive o conhecimento e da qual depende a sua continuidade/transmissão.

O *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, apresenta um formulário eletrónico disponibilizado pela DGPC, cuja ficha se encontra repartida nos seguintes campos: identificação; contexto de produção; caraterização; contexto de transmissão; origem/historial; direitos associados; documentação; e património associado. No campo da identificação, o utilizador deve preencher os subcampos do domínio, categoria e denominação, sendo que nos dois primeiros compete ao utilizador selecionar um domínio a partir da tabela de valores disponibilizada, definidos no nº2 do art.º 1º do Decreto-Lei nº139/2009, de 15 de julho. O mesmo se aplica para as categorias definidas no §2, do Anexo III à Portaria nº 196/2010, de 9 de abril. Tais parâmetros foram integrados na ficha que se segue. Outros subcampos foram tidos em conta, como as entidades que desempenham um papel ativo na transmissão; o contexto territorial, com a identificação do local ou edifício onde a mesma se realiza; a caracterização da prática; o contexto da sua transmissão; origem/historial.

A ficha encontra-se dividida em seis campos: 1. Dados de inventariação; 2. Domínio e Categoria do Bem; 3. Resumo e palavras-chave; 4. Praticante(s) e contexto; 5. Continuidade; e 6. Recursos.

Tabela 20. Ficha de Inventário PCI

Nº		
1. Dados de inventariação		
1.1. IMAGEM REPRESENTATIVA	1.2. Denominação	
	1.3. Ligações/ documentos associados a esta ficha	
	1.4. Local	
	1.5. Data e hora	

	1.6. Tipo de registo	ex. Registo em áudio
2. Domínio e Categoria do bem		
2.1. Tipo de ficha/ Domínio do PCI	Tradições e expressões orais	
	Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo	
	Práticas sociais, rituais e eventos festivos	
	Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo	
	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	

2.2. Categoria			
Organização social		Atividades transformadoras	
Norma e regulação social		Atividades extratoras	
Arquitetura e construção		Transporte, comércio e comunicação	
Habitação e espaço doméstico		Festividades cíclicas	
Cozinha, alimentação e estimulantes		Rituais coletivos	
Corpo, vestuário e adornos		Rituais de passagem	
Higiene e conforto		Atividades lúdicas	
Medicina e saúde		Espetáculo e divertimento	
Gestão de recursos energéticos		Manifestações artísticas e correlacionadas	
Gestão de recursos hídricos		Manifestações musicais e correlacionadas	
Gestão de biótipos		Manifestações teatrais e performativas	
Coleta e caça		Manifestações literárias, orais e escritas	
Pesca e aquicultura		Conceções míticas e lendárias	
Criação e utilização de animais		Conceções e práticas mágico-religiosas	
Agricultura e silvicultura			

3. Resumo e palavras-chave	
3.1. Resumo	
3.2. Palavras-chave	
4. Praticante(s) e contexto	

<table>
<tr><td rowspan="4">4.1. IMAGEM DO "NARRADOR DA MEMÓRIA"</td><td colspan="3">4.2. Nome do entrevistado/a ou nome(s) do(s) detentor(s) e/ou participante(s)</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td>4.3. Idade</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td>4.4. Espaço(s) utilizado(s) na prática</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td></td><td>4.5. Edifício(s) utilizado(s) na prática</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">4.6. Objeto ou objetos utilizados na prática</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
<tr><td colspan="4">4.7. Periodicidade</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
<tr><td colspan="4">4.8. Descrição</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
<tr><td colspan="4">4.9. Origem/Historial</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
<tr><td colspan="4">5. Continuidade</td></tr>
<tr><td colspan="4">5.1. Estado de transmissão</td></tr>
<tr><td>Ativo</td><td></td><td>Inativo</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">5.2. Modo de aprendizagem</td></tr>
<tr><td>Oral</td><td></td><td>Escrita</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">5.3. Agente(s) de transmissão</td></tr>
<tr><td colspan="4">ex. a transmissão da técnica é exclusivamente feminina</td></tr>
<tr><td colspan="4">5.4. Riscos e Ameaças</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
<tr><td colspan="4">6. Recursos</td></tr>
<tr><td colspan="4">6.1. Fotogaleria</td></tr>
<tr><td colspan="4"></td></tr>
</table>

6.2. Outros documentos

Os dados de inventariação reúnem informação que permite identificar de imediato a manifestação – denominação, imagem representativa e quando acontece –, bem como aceder a ligações/documentos associados à ficha.

No domínio e categoria, apresentam os cinco domínios e as vinte e nove categorias tal como no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. De modo a facilitar o preenchimento foram colocadas todas os opções.

O ponto 4 começa por dar destaque a quem pratica ou praticou, os *Narradores da Memória*, termo adotado por Alexandre Parafita em *Património Imaterial do Douro - Narrações Orais (Contos. Lendas. Mitos)*. Apresenta um campo para a imagem do(s) praticante(s), o seu nome e idade. Entra-se, então, na informação especifica relativa à prática espaço e/ou edifícios onde esta ocorre, objetos associados, periodicidade, descrição e origem/historial.

Em seguida, atenta-se para a continuidade da manifestação, noção presente sempre que se aborda o PCI. A manifestação está ativa ou inativa? Qual é o modo de aprendizagem? Apresenta-se, ainda, um espaço destinado a registar o agente(s) de transmissão e os riscos/ameaças que corre.

Por último, surge um espaço destinado a recursos: fotogaleria e outros documentos que nos permitam ter uma maior compreensão do PCI.

Levantamento e Recolha. A partir do contacto informal com a comunidade, fez-se um levantamento do património cultural imóvel, que os vários membros da comunidade foram identificando.

Tabela 21. Levantamento do PCI

Práticas sociais, rituais e eventos festivos	Procissão em honra do Senhor de Perafita
	Via Sacra
	Festa de Perafita
	Entrudo/Carnaval/Mascaretos
	Casamentos de Carnaval
	Jogo: Polícia-Ladrão
	Jogo: Ro-ro
	Jogo: Estoque
	Jogo: Fito
	São João
	Serragem da Velha
	Encomenda das Almas
Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo	Cantiga do Cigano
	Cantiga do Pinheiro
	Cantiga de Perafita
Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo	Pastorícia
	Segadas
	Malhadas
	Desfolhada
	Esgranadas
	Milho alvo piado
	Águas de Partilha/Águas de Pilha
	Reza de Santa Cecília

Tradições e expressões orais	Reza a Santa Helena
	Lenda Senhor dos Paços

Um projeto também é feito de seleções e neste sentido, de todas as manifestações identificadas, selecionaram-se a Festa e Procissão, inventariadas em conjunto, cuja ficha incorporou também a receção e despedida da banda e o leilão, elementos que a comunidade demonstrou maior preferência afetiva e identitária[394] e se apresentam como práticas vivas. A seleção da Serragem da Velha e o Entrudo prende-se com o facto destas serem atualmente uma recriação, focando, assim, no processo de revitalização. A Música de Perafita é representativa das manifestações em risco e, por sua vez, as Travessuras de São João e os Casamentos de Carnaval são duas práticas inativas, cuja memória se pretende preservar. Neste sentido, o PCI inventariado procurou ser representativo destas quatro realidades. Não obstante as restantes manifestações identificadas não terem sido inventariadas, o seu levantamento é *per se* uma fonte de estudo e divulgação, esperando ser um incentivo à transmissão e inventário futuro.

Disponibilização os recursos. Tendo por objetivo disponibilizar os recursos audiovisuais recolhidos e cujo formato não é compatível com o presente relatório, foi criada uma pasta *GoogleDrive*, acessível a partir do seguinte link: <drive.google.com/drive/u/0/folders/1pFB1fVxEkjshtGZX3iBllaL9phFy5gnu>

Não sendo objetivo deste estágio criar uma plataforma digital, partilhando do desejo que esta seja futuramente criada no sentido de valorizar e promover o património cultural local, procurou-se disponibilizar os registos e recursos recolhidos.

[394] A Festa e a Procissão resultam das preferências apuradas a partir do inquérito. As restantes foram identificadas posteriormente no decorrer do trabalho de campo.

11. *O Território* (DGPC) – Divulgação da Festa de Perafita

O Território[395], tal como indicado no capítulo 5, é uma plataforma criada pela DGPC no âmbito dos vinte anos da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003). A iniciativa reveste-se «num espírito de partilha e participação em todo País»[396] e, nesse sentido, *o território* é uma plataforma aberta a todos os interessados em divulgar atividades ou iniciativas que celebrem o PCI existente em Portugal. Assim, podem ser inscritas, entre outras[397], visitas, seminários, exposições, feiras, rotas patrimoniais e itinerários culturais.

Sendo escassas as ferramentas disponibilizadas destinadas ao PCI, consideramos que é um dever dos agentes patrimoniais dar-lhes um uso adequado e divulgá-las. Deparamo-nos, também com a possibilidade de, a partir do trabalho realizado com a comunidade, promover o património cultural de Perafita para outros públicos, transmitindo o conhecimento e valorizando a manifestação cultural selecionada. Levantou-se a questão: Que manifestação inscrever? Tendo sido dada a conhecer a plataforma à comunidade, esta compartilhou do interesse de inscrever a festa, com espacial ênfase para a procissão. A seleção desta manifestação recaiu em múltiplos fatores: a preferência afetiva e identitária da comunidade com a festa e com a procissão, demonstradas no Inquérito; ser uma prática ativa; não ser ainda acontecido, permitindo a sua divulgação previa; e ter data e hora fixa, havendo a possibilidade de partilhar essas informações com antecedência.

A inscrição teve como objetivo a divulgação do PCI de Perafita, dando a conhecer a prática cultural a outros públicos, valorizando-a e possibilitando que estas se relacionem. O trabalho da mediação cultural, enquanto ação que aproxima os indivíduos

---

[395] O Território [Consultado a 27 de julho 2023]. Disponível em: < https://w3.patrimoniocultural.pt/pci2023/digital/index.php>

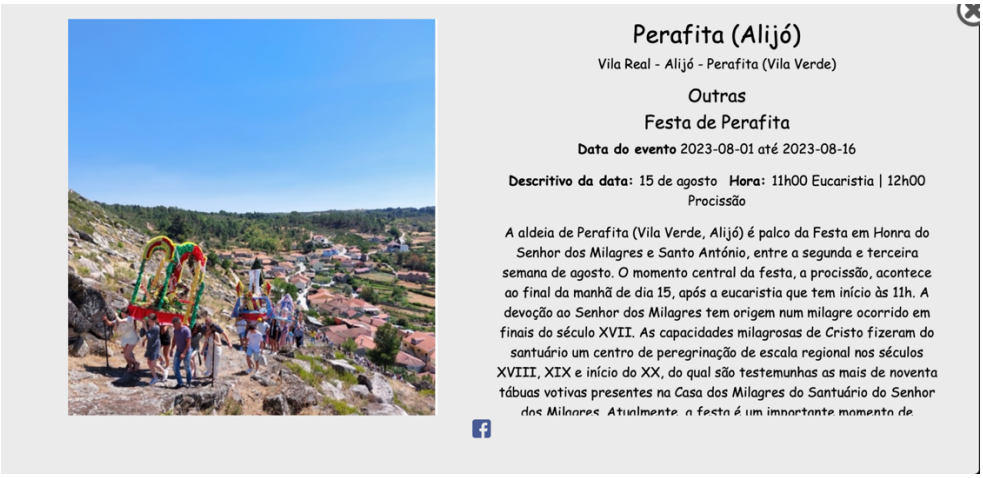
[396] PORTUGAL IMATERIAL: Convenção UNESCO 2003 – 2023 | O TERRITÓRIO [Consultado a 27 de julho 2023]. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/agenda/atividades-diversas/portugal-imaterial-convencao-unesco-2003-2023-o-territorio/»

[397] Podem, igualmente, ser inscritas visitas e exposições virtuais, apresentações, animações de rua, visitas guias/percursos orientados, ateliers lúdicos/oficinas pedagógicas/*workshops*, concursos, documentário/filmes, encontros/conferências, espetáculos, festivais, jogos tradicionais, lançamentos de publicações, *peddy papers*/ *rally papers*, recriações e encenações históricas, sessões de leitura e outras.

dos bens patrimoniais e facilita a compreensão destes, transcende hoje o espaço físico. O digital assume-se, cada vez mais, como um espaço onde o público entra em contacto com o património, ou melhor, tem o primeiro contacto com os bens patrimoniais. É, portanto, necessário comunicar os bens culturais através de conteúdo de qualidade, e capaz de captar o público e incentivá-lo a experienciar. Neste sentido, procurou-se aproximar o público através da descrição sensorial, permitindo ao leitor imaginar o caminho, as cores e as luzes.

O principal campo, a descrição, foi realizada a partir da informação reconhecida para o Capítulo 1. *Perafita: Uma paisagem rural, um território sacralizado.* De igual modo, a observação exploratória realizada na procissão de 2022, permitiu adentrar na descrição da experiência sensorial que os visitantes poderão ter. A imagem colocada foi capturada nesse contexto, pelo que a sua seleção se prende com o facto de congregar alguns dos aspetos fundamentais da procissão – que se procuraram transmitir no texto –o percurso ascensional ao sacro monte, os afloramentos graníticos e os andores coloridos. A escolha da imagem aliada ao texto consistiu de uma ação de *storytelling*. Optamos por dividir a descrição em quatro partes: a primeira informativa, a segunda de enquadramento histórico, a terceira descritiva do percurso da procissão e a última, uma referência aos restantes momentos da festa.

Foram, ainda, preenchidos os campos informativos, disponibilizando o contacto e redes sociais do Núcleo Museológico da Casa dos Milagres, a partir dos quais os visitantes poderão obter mais informações.



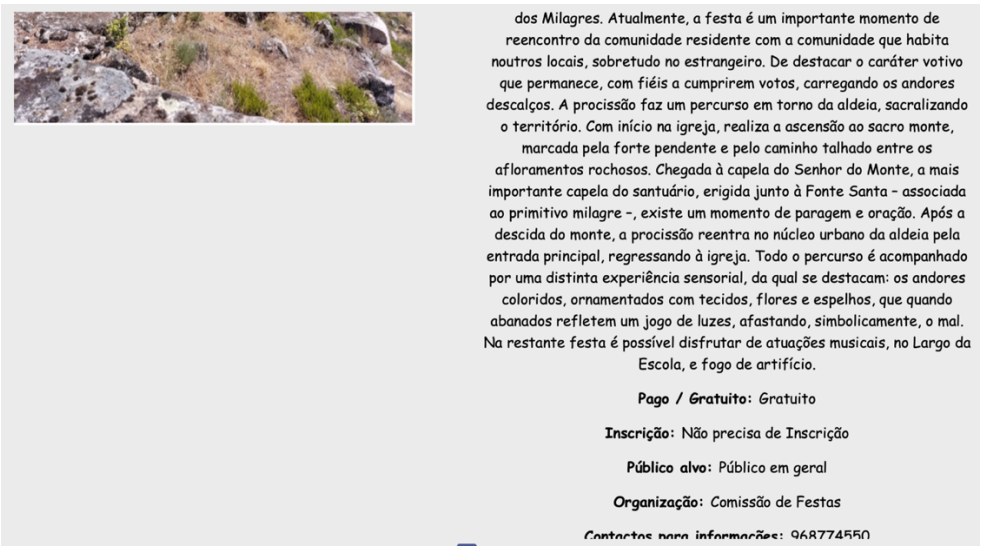


Figura 49. Plataforma o Território. Divulgação da Festa de Perafita

Figura 50. Plataforma o Território. Divulgação da Festa de Perafita (continuação)

12. Exposição – Proposta de ação

Após a identificação e interpretação do património de proximidade, a última ação do presente estágio corresponde à sua comunicação, através de uma exposição sobre o Património Cultural de Perafita, com especial destaque para o imaterial. Pretendia-se, entre os objetivos que em seguida abordaremos, dinamizar o Núcleo Museológico da Casa dos Milagres. Todavia, por motivos alheios ao presente estágio, o núcleo deixou de estar aberto em permanência, impossibilitando que a ação se concretizasse.

O quê? Para quê? Para quem? Pensar uma qualquer ação, sobretudo de comunicação, requer um questionamento inicial, relativamente ao objeto, ao propósito e ao destinatário, de modo que se possam definir estratégias.

A ação partilha objetivos com a *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais* (ICOMOS, 2008), entre eles: *preservar os valores tangíveis e intangíveis* e incentivar a *participação e inclusão social na interpretação dos sítios culturais*, tal como facilitar a participação ativa das comunidades.

Neste sentido, a exposição foi pensada enquanto ação de curadoria social e coesiva, em cocriação com a comunidade - desde a fase da investigação até à ação – com a finalidade de valorizar o património cultural da aldeia e a própria comunidade, demonstrando a vitalidade do seu papel na criação, recriação, manutenção e transmissão do PCI. Pretende-se dar maior visibilidade ao PCI, uma vez que em termos de comunicação este se encontra na sombra do material, nomeadamente o Santuário do Senhor dos Milagres e os ex-votos expostos na Casa dos Milagres.

Levantou-se a questão: Como expor algo que é intangível? A *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais* indica que:

> *nos sítios culturais, onde as tradições orais* […] *fornecem importante fonte de informação sobre a sua importância, os programas interpretativos devem incorporar estes testemunhos, quer de forma indireta, através de equipamentos e serviços de interpretação, quer diretamente através da participação ativa dos membros da comunidade como guias*[398]

Para oferecer um conteúdo de qualidade ao público, é importante conhecer o contexto territorial, social e histórico onde o bem cultural se insere. Neste sentido, esta foi pensada para ser a última ação, de modo a tirar o máximo proveito do contacto direto e prolongado com a comunidade e o território. Assim, a exposição dedica-se não apenas às manifestação inventariadas, mas também a outras que tenham sido identificadas.

A exposição seria composta por objetos associados às práticas como:

[398] ICOMOS, 2008: Princípio 2. 3)

- peças de vestuário, alfaias agrícolas, alfaias litúrgicas, ou, por exemplo, os libretos com as peças que se representavam durante a festa;
- fotografias, vídeos e áudio (ex. o som dos chocalhos no Entrudo, ou das latas na Serragem da Velha); entre outros.

Tendo como referência a Casa da Memória (Guimarães), pretende-se uma exposição interativa e sensorial, a qual pode ser contemplada a partir dos sons acima mencionados, através do toque e cheiro dos materiais. A título de exemplo foi pensado mostrar a quanto equivale o peso do andor do Senhor dos Milagres, ou a posição e movimento que um agricultor assume por horas quando está a ceifar ou a malhar. Pode, assim, o visitante externo ter contacto com uma aproximação ou recriação da realidade local. De notar, que o mesmo se aplica às gerações mais novas, que já não são tão próximas destas práticas, pelo que a ação atenta, igualmente, para a importância da transmissão.

À semelhança do que vemos ao longo de todo o projeto, o património cultural e a sua valorização partilham o foco com a comunidade local, pelo que à mesma se destina um espaço privilegiado na exposição. A par de cada manifestação, pretende-se destacar os seus detentores, ou aqueles que partilharam as suas memórias, então denominados de *narradores da memória*.

Ação não realizada. Justificação e contributo.

Como apontado anteriormente, o facto do Núcleo Museológico da Casa dos Milagres já não se encontrar aberto em permanência inviabilizou a concretização da exposição. Embora existam referências de sucesso na concretização de exposições virtuais, como o *Memoriamedia*, um e-Museu do Património Cultural Imaterial, ou o Museu da Memória Rural, a ação deixaria cair o seu objetivo inicial, agregar à valorização patrimonial a valorização da comunidade, trabalhando aspetos como a coesão comunitária na construção da exposição e a autoestima, por verem o seu papel e a sua voz reconhecida. Tendo em consideração a caracterização da maioria dos detentores destas manifestações ou memórias, de uma faixa etária mais avançada, estes não teriam acesso à exposição. Se anteriormente o digital nos permitiu levar o inquérito mais longe, aqui a sua estrutura incorpórea não apresentou a mesma capacidade de resposta.

O Núcleo Museológico da Casa dos Milagres de Perafita foi criado no âmbito do projeto de valorização do Santuário do Senhor dos Milagres de Perafita, como medida de compensação determinada pela Declaração de Impacte Ambiental do AHFT. No protocolo assinado entre a DRCN, a Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Perafita e a Câmara Municipal de Alijó, é a primeira entidade responsável por criar condições para que o Santuário possa ser usufruído pelo público em geral, o qual foi cumprido através reabilitação do espaço da Casa dos Milagres, restauro dos ex-votos e criação de um projeto museológico. Ao abrigo desse mesmo protocolo, é responsabilidade da Comissão Fabriqueira «Assegurar condições de visita ao Santuário pelo público»[399] e «Divulgar ao público o horário e as condições de visita, nomeadamente através da fixação de uma placa informativa no exterior da "Casa dos Milagres"»[400]. Não obstante as responsabilidade estarem a ser cumpridas, o facto da entidade não ter capacidade de assegurar a remuneração de um funcionário a tempo integrar, condiciona as visitas a uma tarde por semana.

Tendo em conta a definição de museu apresentada pelo ICOM, *Internacional Council of Museums*, este é uma instituição «ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento [...] conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite». Neste sentido, um espaço museológico que não se encontre aberto deixa de responder ao propósito para o qual foi criado. Pretendendo contribuir para uma comunidade mais ativa na valorização do património de proximidade, desafiaram-se os zeladores, nomeadamente aqueles que residem na aldeia e têm maior disponibilidade, a receberem os visitantes. Para tal propôs-se que o contacto telefónico destes fosse afixado no exterior da Casa dos Milagres, para que no espaço de alguns minutos se possam deslocar até à Casa dos Milagres e iniciar a visita.

De destacar que ao abrigo do protocolo supramencionado, é responsabilidade da Câmara Municipal «Dar formação às pessoas responsáveis pelo acompanhamento das visitas ao Santuário do Senhor de Perafita»[401].

---

[399] DRCN, *et al,* 2014: cláusula terceira. a)
[400] DRCN, *et al,* 2014: cláusula terceira. b)
[401] DRCN, *et al,* 2014: cláusula quarta. c)

Desta forma, o Núcleo Museológico continua a comunicar a memória histórica e o património cultural de Perafita e os membros da comunidade tornam-se agentes patrimoniais ativos autossuficientes e, no caso dos mais velhos, combatem o isolamento e encontram uma nova forma de contribuir para a sociedade, revertendo em qualidade de vida.

Conclusão

Património de Proximidade. O envolvimento da comunidade na valorização do Património Cultural de Perafita (Vila Verde – Vila Real), não se encerra neste relatório de estágio. Se por um lado a reflexão e ferramentas não são um fim em si mesmas, mas um recurso para continuar a valorizar o património de proximidade e a sua comunidade, por outro a abordagem apenas tocou uma parte do vasto e diverso património cultural de Perafita. Este é, portanto, um ponto de partida, para que se desenhem caminhos a seguir futuramente.

Colaboração, o futuro do património. À luz da definição de *comunidade patrimonial*, pessoas que valorizam e desejam manter e transmitir determinado bem patrimonial, consideramos ter contribuído para o despertar de uma comunidade patrimonial em Perafita, mais consciente do seu património. Ao colocarmos todas as partes interessadas a colaborarem para o mesmo propósito, esperamos ter dado um passo na direção de uma comunidade patrimonial verdadeiramente abrangente e coesa.

Nesse sentido, a nossa participação reside na abertura de diálogo e colaboração entre as partes, de uma forma direta ou indireta, através das ações desenvolvidas, quer durante o processo conceptual, quer na realização ou aplicação. A academia reúne, portanto, potencial para ser o elo entre todos os agentes, devendo esta função ser fomentada noutros projetos. Reconhecemos nos estágios curriculares um canal de excelência, pois permitem ao estudante, além do desenvolvimento teórico, também ele necessário, ter contacto com o mundo real e as práticas no seu contexto. O estágio possibilitou-nos o acesso a uma rede de contactos e conhecimentos, acessos esses que potenciaram esta investigação. Esperamos, também, ter contribuído para enriquecer a forma como a instituição olha para a temática.

O futuro do conteúdo que aqui disponibilizamos, bem como de qualquer iniciativa que promova uma abordagem colaborativa, reside em pensar e atuar em rede. Embora o relatório dê especial ênfase à importância de envolver a comunidade, não podemos deixar de reforçar que o sucesso passa pela colaboração de todos os agentes, visto que cada um apresenta um conhecimento/valência distinta, mas complementar para o propósito comum, enriquecer, valorizar e salvaguardar o património. Mais do que

pensar em abordagens *top-down* ou *bottom-up*, o momento é de encontrar um equilíbrio, o qual acreditamos estar presente na colaboração.

Após concluído este relatório, as ferramentas criadas ficam ao dispor dos diferentes agentes para que possam continuar a ser aplicadas pelos agentes locais, pela entidade que acolheu o estágio e pelo poder local, nesta ou em outras comunidades. Não obstante a futura extinção da DRCN, e como as instituições são feitas de pessoas e o interesse maior continua a ser a valorização e salvaguarda do património, cremos que as ferramentas que apresentamos têm potencial para transitarem com os técnicos, permitindo ultrapassar procedimentos formais.

Entendemos como contributo expectável que estes recursos superem o estudo de caso e sejam colocados ao dispor da sociedade e do seu desenvolvimento. No caso do Guia e da Formação de Boas Práticas que estes sejam usados não apenas como medida de sensibilização, como, em conformidade com *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, promovam e assegurem oportunidades de aprendizagem de qualidade para todos ao longo da vida, através da sua estrutura inclusiva e equitativa.

A utilização de ferramentas da Etnografia ao longo do estudo enriqueceu a investigação, tirando o maior partido do trabalho de campo e demonstrando os benefícios da interdisciplinaridade, sem que tal nos fizesse desviar do âmbito das áreas da História da Arte, Património e Cultural Visual. Acresce referir que acreditamos ter desenvolvido conhecimento nas três áreas disciplinares que estruturam este mestrado, presentes no estudo do território e nas diversas ações.

Cremos ter trazido novos contributos para o estudo do território, através de uma leitura diacrónica inédita, que atenta para o património e o papel que assume na criação do lugar. Entendemos que o património tangível, arquitetónico ou arqueológico, deve ser lido através de uma perspetiva mais dinâmica, sendo para tal necessário revelar, ler, mapear e atentar para as significações sociais e culturais. Reforçamos, portanto, a estrita relação histórica, paisagística e devocional entre o santuário e a restante aldeia. Visto o santuário integrar um percurso circular em torno do núcleo central da povoação, não podemos olhar cada um destes elementos de forma isolada, mas revelar e enfatizar a unidade paisagística e morfológica, bem como a sua valia patrimonial.

O estudo do território só é alcançado em pleno através de uma abordagem integrada e multidisciplinar e uma leitura das várias camadas de significado implícito, assente na observação participante. Num território onde a produção científica é reduzida, já que a bibliografia existente é sobretudo voltada para o santuário e para a sacralização do território, revelou-se crucial cruzar a bibliografia, com fontes e o conhecimento da comunidade. A questão identitária, a qual se eleva pela imaterialidade/oralidade, foi, assim, amplamente abordada ao longo deste relatório. A investigação que desenvolvemos avança com novos dados sobre as vivências culturais da aldeia.

Neste sentido, produziu-se um estudo inédito sobre Perafita, que analisa o território nos seus contextos histórico, cultural, comunitário, devocional e artístico, relacionando-os. Apenas este conhecimento nos permitiu planear e desenvolver ações contextualizadas, na sua maioria direcionadas para a comunidade.

Quando inicialmente levantamos a problemática: *Como é que a valorização do Património Cultural de Perafita pode potenciar a coesão social e o bem-estar da comunidade?* tínhamos consciência que não existiria uma só resposta. Após um ano de investigação podemos concluir, com alguma certeza, que essa é uma resposta em aberto, em constante debate e restruturação, de acordo com o estudo de caso, os seus contextos e agentes. O *como* é, na verdade, um processo que não se conclui e é aí que reside, talvez, a maior pertinência deste relatório. Entendemos, contudo, que qualquer aproximação à resposta reside na colaboração com a comunidade, sendo esta a melhor posicionada não apenas para reconhecer o que entende como sendo o seu património cultural, como para identificar as suas necessidades enquanto comunidade. Visto a comunidade ser uma realidade heterogénea, em constante mutação e o património cultural possuir uma enorme diversidade, entendemos que as possibilidades de investigação/ação são renováveis, conforme Heraclito de Éfaso, «A única constante é a mudança», pelo que temos de nos adaptar.

Face à generalizada heterogeneidade da comunidade de Perafita, observamos no grupo residente um perfil oposto, onde predomina a homogeneidade, assente numa faixa etária avançada. Logo, torna-se cada vez mais pertinente a discussão que nos propusemos debater, os benefícios do envolvimento das comunidade na valorização como um processo vantajoso quer para o património, assim como para que o sentido de pertença

possa ser trabalhado. Julgamos ter contribuído para que a comunidade conheça melhor o seu património de proximidade, valorizando-o e assumindo a responsabilidade face a este, o qual podemos observar como um exercício de cidadania individual e coletiva, uma relação de compromisso que esperamos, e confiamos, que se manterá *a posteriori*.

Laboratório patrimonial. A implementação de ações de diferentes modelos possibilitou testar metodologias, provocar o espírito crítico da comunidade e recolher indicadores de êxito ou melhoria.

A oralidade revelou-se uma fonte indispensável ao sucesso deste relatório. No tocante ao património material, o contacto com a comunidade ofereceu uma visão holística e integrada. Exemplo disso foi o Inventário do Património Móvel, sem a qual não teria sido possível conhecer a viagem das peças no tempo e no território/espaço, os motivos, a criação de lendas em torno do mesmo, ou a devoção envolvida.

O estudo dos objetos da Igreja do Santuário do Senhor dos Milagres transcendeu o seu propósito inicial. Não estando previsto no plano de estágio, este foi desencadeado pela consciencialização sobre Boas Práticas. Entendemos que dado a formação em História da Arte, o nosso contributo podia ser maior que apenas alertar para a necessidade de um inventário. Durante o processo compreendemos que ao contexto isolado de cada objeto, podíamos agregar novas camadas de leitura, como: litúrgica, devocional e comunitária. Uma vez mais, fica presente como o trabalho historiográfico e as narrativas dos objetivos podem ser enriquecidas. Destacamos o entusiasmo com que a comunidade acompanhou todo o processo de inventariação, reconhecimento a sua necessidade e urgência, elemento não mensurável, porem gratificante. A ação teve repercussões diretas na salvaguarda patrimonial, pelo que consideramos que os inventários são a materialização do estudo e do seu propósito. Ao tomar conhecimento da vulnerabilidade da igreja, bem como do valor histórico, artístico e económico de algumas peças, a Comissão Fabriqueira reuniu e decidiu guardar as peças que não se encontram a uso na liturgia num local com maior segurança. Esta apresentou-se como a melhor solução até serem reunidas condições de segurança na igreja.

Se o trabalho se focou maioritariamente na escala local, *O Território* (DGPC) permitiu-nos comunicar Perafita a nível nacional – às várias escalas – possibilitando que

o restante *território* tivesse contacto com a essência da comunidade local e das suas manifestações.

Desafios encontrados. Tínhamos consciência desde o início dos desafios que trabalhar com uma comunidade poderia levantar. Se a estrutura viva e heterogénea se agrega ao propósito do trabalho, apresenta-se, igualmente, como um desafio por múltiplos fatores, como: a idade, a profissão e o local de residência. Neste sentido, foi necessário ponderar diferentes estratégias para alcançar todos os grupos, revelando-se inevitável concentrar o trabalho de campo no grupo residente e no que volta com frequência.

Impôs-se, ainda, a gestão do interesse e do tempo da própria comunidade. Esperando com isto contribuir para outros estudos/projetos, é importante ter presente que a comunidade pode não ter interesse no projeto, ou em determinada ação e que esse interesse depende, também, do momento. No caso específico da Formação de Boas Práticas, deveria ter sido ponderado a disponibilidade dos participantes tendo em consideração o evento que estava a decorrer. Não obstante, a comunidade demonstrou interesse em que a formação se voltasse a realizar.

Ao longo dos meses, necessitamos de nos adaptar ao tempo da própria comunidade e perceber que num projeto que envolva pessoas é necessário fazer cedências e colocar as necessidade da comunidade, como as exigências da agricultura em determinados momentos, ou mesmo as condicionantes climatéricas, em primeiro lugar. Para tal, foi necessário apostar na planificação a montante, do modo que os objetivos estabelecidos não ficassem comprometidos.

Tendo em conta que estamos perante um laboratório, os desafios encontrados não foram encarados como negativos, mas como aprendizagem, permitindo perceber as abordagens que resultam e como podemos encontrar soluções para as que não tem o sucesso desejado.

Linhas de investigação/ação. Se o património não é estanque, menos é a necessidade de continuarmos a trabalhar no sentido da sua reflexão, preservação e valorização. De igual modo, a necessidade de nutrir e potenciar a relação entre a comunidade e o

património de proximidade não se extinguiu. São múltiplas as abordagem que a partir daqui se podem desenvolver.

Passará o futuro do património pelos jovens que residem nos grandes centros urbanos? Muito embora seja desejo das gerações mais novas voltarem para o interior, este não consegue competir com os grande centros urbanos, sendo as oportunidades profissionais diminutas, nomeadamente qualificadas. A realidade é que os que saíram em busca de melhores condições de vida só regressam numa fase avançada da vida, apenas auxiliando na manutenção de uma comunidade envelhecida.

Não podemos encerrar este relatório sem antes levantar um questionamento que se impõe não apenas em Perafita, mas se reflete em todo o interior do país: Qual é o futuro do património numa comunidade residente maioritariamente envelhecida? Se ao longo da investigação refletimos e testamos o património enquanto catalisador da coesão comunitária, enquanto potenciador do bem-estar e da qualidade de vida, o que acontecerá a esse mesmo património se não existirem mais pessoas para unir, para proporcional bem-estar, para melhorar a qualidade de vida?

Tendo em conta as questões da coesão territorial e da descentralização, o investimento no estudo e dinamização do interior revela-se cada vez mais necessário. O envolvimento das comunidades em ações de valorização do património de proximidade, pode ajudar em questões como o isolamento, permite gerar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e, até, perspetivar o desenvolvimento económico. Neste sentido, o património demonstra ser distintamente vantajoso e relevante enquanto recurso nas estratégias de desenvolvimento territorial e social.

Ademais, é urgente dar continuidade ao inventário do património cultural imaterial, através da recolha exaustiva dos testemunhos orais. Esta fonte indispensável e por vezes única pode-se perder em breve com o desaparecimento natural dos portadores de conhecimento, saberes e memórias. O facto de podermos ser a última geração a ter contacto com muitas destas práticas e manifestações deve ser imperativo no acelerar do processo de registo, não descorando do incentivo para a transmissão.

Face à informação levantada e o conhecimento produzido, seria de extrema pertinência criar uma plataforma em-linha de comunicação e divulgação do Património Cultural de Perafita.

Em suma, consideramos que os dois fatores que favoreceram e permitiram que também a comunidade beneficiasse das ações desenvolvidas, foram o património de proximidade e a abordagem colaborativa. Através do património de proximidade e do senso afetivo e identitário, foi possível estabelecer um vínculo com os agentes locais e criar uma relação de confiança que nos permitiu conhecer as estruturas e vivências internas da comunidade. Por sua vez, a cocriação das ações permitiu que a comunidade não fosse apenas recetora, mas agente com voz ativa e crítica, como podemos observar no inquérito. Mobilizar a comunidade em torno de um objetivo partilhado, valorizar o Seu património, permitiu fortalecer a relação com o património local, reconhecendo que esta relação não é igual para todos os membros. Possibilitou, ainda, incrementar a autoestima e o autoconhecimento os seus membros e proporcionar-lhes, através deste propósito comum, bem-estar e qualidade de vida. Compreendemos, portanto, que o envolvimento real da comunidade resulta num contributo cíclico.

Cada vez mais se coloca a necessidade de produzir conhecimento em benefício da sociedade, para que esta possa usufruir de forma direta e no tempo presente. Não basta gerar conhecimento para que este fique parado numa biblioteca ou apenas circule entre um nicho especializado. Impera levar a academia para a sociedade e trazer a comunidade para a academia e para as tutelas. O conhecimento empírico e do lugar não pode ser encontrado nos livros, da mesma maneira que através do contacto com as comunidade lhe podemos transmitir algum conhecimento científico, como no caso das boas práticas, ou com base nesse conhecimento sensibilizar para questões pouco desenvolvidas no seio local, como a valorização, a comunicação, ou a responsabilidade. Esta relação de troca de conhecimento, saberes e valências revelou-se, no presente estudo de caso, profícua para todas as partes.

A aplicação deste projeto numa aldeia do interior do país, não apenas nos permitiu trazer para a academia a imagem de uma realidade transversal às várias regiões do interior, como, contrariando a tendência generalizada de implementar investigações nos, para e sobre os grandes centros urbanos, a escolha deste território envolve-se com os

valores da descentralização e da coesão territorial. Acreditamos ter mostrado as potencialidades destes territórios, pelo que incentivamos a uma distribuição igualitária e equitativa da investigação e produção de conhecimento.

Não é suficiente falar de comunidades e de saberes locais sem nunca ter entrado em contacto com estes. Como nos deparamos ao longo da investigação, devido à transformação constante das comunidade, a realidade expressa na bibliografia das últimas décadas já não é a mesma da atualidade. Enquanto pessoa, logo enquanto investigadores, estamos condicionados pelo nosso conhecimento, vivências e leituras, pelo que estamos sujeitos a fazer conceções ora generalizadas, ora enviesadas que necessitam de ser quebradas *in loco*. No caso concreto da Festa de Perafita, a procissão foi identificada desde uma fase inicial com um dos elementos que a comunidade mais valoriza, pelo que foi incluída no inquérito e lhe dedicamos maior atenção nas conversas com a comunidade. Quando experienciamos a festa diretamente percebemos que, embora a procissão seja de facto um elemento valorizado, a despedida da banda se assume atualmente como uma das grandes âncoras identitárias e coesivas da comunidade de forma transversal. É, talvez, o único momento em que toda a comunidade presente na aldeia – os residentes, os que voltam com frequência, os que voltam uma a duas vezes ao ano e os que residem no estrangeiro – de todas as faixas etárias e níveis de escolaridade se reúne. Foram as pessoas quem nos permitiram conhecer uma aldeia transformada e em transformação.

O desaparecimento de manifestações agro-pastoris de cariz comunitário amplamente apoiadas nas relações vicinais tiveram um claro impacto na coesão social. Se sazonalmente as dinâmicas socioculturais são restabelecidas por momentos como a despedida da banda, como é que a comunidade estabelece essas relações numa base quotidiana/regular? Nos resultados do inquérito vimos destacados, entre os elementos características da aldeia e que a comunidade mais valoriza o Café dos Judeus e as Feijocas, também à Judeu, ambas relacionadas através dos almoços-convívio organizados pela Comissão de Festas, que reúnem com alguma regularidade grande parte da comunidade. Isto leva-nos a questionar se não estarão nestes elementos, aparentemente ordinários, mas capazes de unir a comunidade, um novo e verdadeiro património de proximidade?

Por via das dúvidas, perguntemos à comunidade.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Ana Rita (2022). *Les attributs et les valeurs du paysage urbain historique. Nouveaux récits et expériences du patrimoine à Porto.* Porto; Montpellier: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Université Paul-Valéry Montpellier III. Tese de doutoramento.

ALEIXO, João Romero Chagas (2014). *O Culto a Nossa Senhora da Piedade, Mãe Soberana dos Louletanos, em Loulé (1806-2013).* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1964). *Senhora da Abadia.* «Revista de Etnografia» vol.2. Tomo 2. Porto: Museu de Etnografia e História. 303-308.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1966). *Carácter Mágico do Toque das Campainhas. Apotropaicidade do som.* MUSEU DE ETNOGRAFIA E HISTÓRIA. «Revista de Etnografia» Vol. VI. Tomo 2.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1979). *O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna. Perspectiva Antropológica*. 159-173.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981). *Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização*. «Nova Renascença. Revista Trimestral de Cultural». Porto: Associação Cultural «Nova Renascença». Vol. I

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1984). *Religiosidade Popular e Ermidas*. «Religiosidade Popular» n.º6. Porto: Centro de estudos humanísticos, Estudos contemporâneos.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986). *A Paróquia e seu território*. Cadernos do Norte/ sociedade, espaço, cultura. Minho terra e gente. Braga: Universidade do Minho.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1994). *Penha e a Senhora da Lapinha. Elementos para a compreensão da religiosidade popular. Santuário de N. ª S.ª da Penha*. Simpósio Mariológico, Braga, Universidade Católica Portuguesa. Irmandade de Nª Sª do Carmo da Penha.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998). *Património, o seu entendimento e a sua gestão*. 2ª ed. Porto: Edições ETNOS.

ALMEIDA, Fernando Moitinho de (1995). *Marcas de Pratas Portuguesas e Brasileiras (Século XV e 1887)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. vol. I.

ALVES, Natália Marinho Ferreira (1987). *O Santuário do senhor de Perafita. Aspetos da mentalidade religiosa popular na segunda metade do século XVIII*. Vila Real: Biblioteca Pública Distrital de Vila Real; Instituto Português do Património Cultural. Memórias do Tempo, 3.

ARAÚJO, Diná (2010). *Introdução às técnicas de acondicionamento e higienização de livros raros e especiais: atividades da Oficina de Conservação da Divisão de Coleções Especiais.* Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais.

ARNSTEIN, Sherry (1969). *Uma Escada de Participação Cidadã*. «Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação». Vol. 2, n.º 2.. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação. 4-13.

BALL, Ann (2003). *Encyclopedia of Catholic devotions and practices*. Huntington: Our Sunday Visitor.

BAUMAN, Zygmunt (1990). *Thinking sociologically*. Oxford: Basil Blackwell.

BAUMAN, Zygmunt (2001). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BILLIG, Michael. (1995) *Banal Nationalism*. London: Sage Publications.

BLOKLAND, Talja (2017). *Community as urban practice*. Malden: Polity Press.

BOTELHO, Henrique (1898). *Antas do concelho de Alijó*. «O Arqueólogo Português» Lisboa. 1ª série: 4. 180-192.

BRITO, Fernanda (2010). *Oficina como fazer: Confecção de embalagens para acondicionamento de documentos.* São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo.

BUCKLEY, Kristal; COOKE, Steven; FAYAD, Susan (2015). *Using the Historic Urban Landscape to re-imagine Ballarat. The local context.* Abingdon: Routledge

CABRAL, Clara Bertrand (2011). *Património cultural imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.

CAPELA, José Viriato, *coord.* (2006). *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*. [Edição do Autor]

CARVALHO, António Faustino (2003). *A emergência do Neolítico no atual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica*. «O Arqueólogo Português». Série IV, 21, 2003. 65-150.

CARVALHO, Maria João Vilhena de; DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO, *coord.*; INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, *coord.* (2004). *Normas de inventário. Escultura. Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Instituto Português de Museus. 1ª ed.

CARVALHO, Gabriela, *coord*. (2006). *Vade Mecum. Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas.* Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro.

CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. (2017). *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento.

CARVALHO, Pedro; TERESO, Sofia (2017). *Os principais eixos de comunicação: a rede viária e o Douro.* In CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento. Vol. I

CASTEL-BRANCO, Cristina, *et al* (2011). Método *das Preferências Visuais*. «Revista de Arquitetura, Urbanismo, Interiores e Design» n.º 1.

CHOAY, Françoise (1992). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CONSELHO DA EUROPA (2021a). *The Faro Convention's Role in a Changing Society. Building on a decade of advancement.* Estrasbusgo: Conselho da Europa.

CONSELHO DA EUROPA (2021b). *A Convenção de Faro: património cultural, um caminho para o futuro*. [Tradução: Manuel Lacerda]

COSTA, Paulo Ferreira da; DGPC; DBC; DPIMI (2014). *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 1º ed. [Consult. 13 set. 2023]. Disponível

em: < http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownLoadFile?idFicheiro=6480>

COSTA, Luís Filipe Rodrigues da (2015). *Caretos de Podence: História, Património e Turismo.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.

COUTO, Manuel António Pereira (2017). *Organização e território. Quinhentos anos de vida em redor do Tua: poderes, (a)agente e maneiras de viver.* In CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento. Vol. II.

COSME, Susana Rodrigues (2010). *Formas de Povoamento, Continuidades e Rupturas da Idade do Ferro à Época Medieval na Região de Vila Real*. In *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM. 163-178.

CUSTÓDIO, Jorge, *coord*. (2010). *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010.* Lisboa: Instituto de gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

DIAS, Jorge (1948). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Edição de 1981.

DIAS, Jorge (1981). *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril.* Lisboa: Editorial Presença.

DIAS, Camilla Ottati Motta Spinola (2020). *As Cartas Patentes da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto: Caracterização dos Materiais Componentes e Metodologia de Tratamento.* Porto: Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Tese de Mestrado.

DUPRONT, Alphonse (1978). *La religion populaire dans l'histoire de l'Europe occidentale.* In *Revue d'histoire de l'Église de France*, 64, n°173. 185-202.

ELIADE, Mircea (1949). *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Edições Asa. 1ª ed.

ELIADE, Mircea (1957). *O Sagrado e o Profano.* Lisboa: Relógio D'Água.

FARIA, Margarida Lima de; ALMEIDA, Renata (2006). *A problemática da "identidade" e o lugar do "património" num mundo crescentemente cosmopolita*. In COMUNICAÇÃO & CULTURA. *A cor dos media*. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; Quimera. N.º 1. 117-133.

FOURNIER, Laurent Sébastien, *dir. et al* (2012). *Patrimoine et valorisation des territoires*. Paris: L'Harmattan.

GALLA, Amareswar (2008). *The First Voice in Heritage Conservation*. International Journal of Intangible Heritage. Vol.3. 10-25.

GANTOIS, Gisèle; SCHOONJANS, Yves (2017). *Narrating the Cultural Landscape. Tracing the actual significances of heritage* «Territorio».

GODINHO, Paula (2010). *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal, Património, mercantilização e aporias da "cultura popular".* Castro Verde: 100LUZ.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2015). *Patrimonio Cultural. Conceptos, debates y problemas*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra.

GOUVEIA, António Camões (2000). *Procissões*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir. Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

HAFSTEIN, Valdimar (2007). *Recognizing Intangible Cultural Heritage*. In UNESCO. *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*. Talin, Estónia, 14-15 maio 2007. Talin: UNESCO.

ICCROM (2015). *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*. Rome: ICCROM.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (2007). *Normas de inventário. Pintura*. 1ª ed.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (2011). *Normas de inventário. Ourivesaria.* 1ª ed.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (2000). *Normas de inventário. Normas Gerais*. 2ª ed.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (2000). *Normas de inventário. Têxteis*. 2ª ed.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (2004). *Normas de inventário. Escultura*. 1ª ed.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (2004). *Normas de inventário. Mobiliário*. 1ª ed.

INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS; SÁ, Leonor, *coord*.; DIRETORIA DE COIMBRA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, *colab*., *et al.* (2004). *Projecto Igreja Segura. Manual Básico de Segurança*. Coimbra: Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PUBLIC PARTICIPATION (2018). *IAP2 Spectrum of Public Participation*.

JORGE, Vítor de Oliveira (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal: Distrito do Porto Os Monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto: Universidade do Porto, Vol. 1. 111.

LEKAKIS, Stelios; DRAGOUNI, Mina (2020). *Heritage in the making: Rural heritage and its mnemeiosis at Naxos Island, Greece*. «Journal of Rural Studies» Vol. 77. 84-92.

LIDOV, Alexei (2006). *Hierotopy. The creation of sacred spaces as a form of creativity and subject of cultural history*. In LIDOV, Alexei. *Hierotopy. The Creation of Sacred Spaces in Byzantium and Medieval Russia*. Moscovo: Progress-tradition

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (2014). *Património Cultural. Critérios e normas internacionais de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MARQUES, José (1998). *Os municípios transmontanos nos séculos XII-XIV. Alguns aspectos*. In *O Município no mundo português*. Seminário internacional. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

MARQUES, Luís (2018). *Património Cultural Imaterial – O Olhar Antropológico*. Porto: Luís Marques; Edições Afrontamento.

MARQUES, José (2000). *Arquidiocese de Braga*. In AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 221-253.

MARTÍN-ALBO, Ángel Mateos-Aparicio, *ed*.; GODEO, Eduardo de Gregorio, *ed*. (2017). *Identity and identification. Proceedings of The 14th International*

"Culture and Power" Conference. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2020). *Património Cultural – Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MASSARA, Mónica (1988). *Santuário do Bom Jesus do Monte - Fenómeno Tardo Barroco em Portugal*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte.

MENDES, José Maria Amado Mendes (1981). *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII. Segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho (2004). *As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga (um desenho inédito de Carlos Amarante)*. «Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património». Série I vol. III. 255-270.

BESSA, Maria Elisa (2012). O Papel do Património na Era da Globalização. Análise ao Caso da Cidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos (2010). *O Bispado de Lamego na I República – «Os efeitos da Lei de Separação do Estado das Igrejas»*. Edição de Autor.

MUELA, Juan Carmona (1998). *Iconografía Cristiana.* 3ª ed. Madrid: Akal.

MUELA, Juan Carmona (2003). *Iconografía de los Santos.* 2ª ed. Madrid: Akal.

MUZAINI, Hamzah; MINCA, Claudio (2018). *Rethinking heritage, but "from bellow"*. Cheltenham; Northhampton: Edwar Elgar Publishing. 1-21.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1995). *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1995). *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press.

PARAFITA, Alexandre (2010). *Património Imaterial do Douro – Narrações orais (Contos. Lendas. Mitos).* Lisboa: Âncora editora; Museu do Douro. Vol. I, II e III.

PATRÍCIO, Maria Raquel (2019). *Educação Formal, Não Formal e Informal*. In BRITES, Maria José; AMARAL Inês; SILVA, Marisa Torres da, *ed*. *Literacias Cívicas e Críticas: Refletir e Praticar.* Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

PENTEADO, (2000). Santuários. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir. Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PERALTA, Elsa, *org*., ANICO, Marta, *org.* (2005). *Património e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

PEREIRA, Matilde do Carmo (2020). *A aplicação da participação pública na avaliação da paisagem: O caso do MasterPlan do Vale do Leça*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

PIRES, Fabíola Franco Pires; BARROS, Fernando Cerqueira Barros (2017). *O Vale do Tua nas Épocas Moderna e Contemporânea. Povoamento, Património Arquitetónico e técnicas construtivas tradicional* In CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento. Vol. III.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1997). *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

PONTE, António, *dir*.; SEBASTIAN, Luís, *coord. ed*. (2020). *Mediação Cultural: objetos, modelos e públicos* Património a Norte nº 5. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.

PRATS, Llorenç (1997). *Antropología y patrimonio*. 1ª ed. Barcelona: Ariel Antropología.

PRETTY, Jules N. (1995). *Participatory Learning For Sustainable Agriculture*. World Development, vol. 23, nº 8. 1247-1263.

REMELGADO, Bruna (2022). *EUROPALIA 1991 PORTUGAL. Identidade nacional e diplomacia cultural – estudo de caso da coleção do Museu Nacional Machado de Castro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

RIEGL, Alois (1903). *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70.

ROBERTSON, Iain (2016). *Exploring the concept of Heritage from Below*. Não publicado. [Consult. 13 set. 2023] Disponível em:

<//pure.uhi.ac.uk/en/publications/exploring-the-concept-of-heritage-from-below>

ROCHA, Ana Rita (2017). *O Vale do Tua desde a formação da nacionalidade ao fim da Idade Média.* In CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento. Vol. II.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1992). *Construção de Capelas pela Irmandade do Senhor dos Passos – uma Via Crucis no espaço urbano.* In POLIGRAFIA. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.

ROCHA; Manuel Joaquim Moreira da; VECHINA, Sofia Nunes (2022). *Imagens da Via Crucis: cenários de ritualização, sacralização e devoção, no norte e centro de Portugal*. CEM n.º 14.

RODRIGUES, Maria Solange (2007). *Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos*. *In* IX Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

ROMÃO, Laura Portugal, *coord*.; SALDANHA, Sandra Costa, *coord*. (2020). *Manual de Boas Práticas de Conservação Preventiva de Bens Culturais da Igreja*. Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.

RUFINO, Maria de Lurdes, coord. (2018). *Tábuas de Salvação: os Ex-votos do Senhor de Perafita e seu Santuário*. Direção Regional de Cultura do Norte.

ROSAS, Lúcia (2008). *A valorização do Património Regional*. *O Património Cultural da Região de Bragança/Zamora.* Bragança/Zamora: Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero.

RUSKIN, John (1849). *The Seven Lamps of Architecture*. London: Everyman's Library.

SANCHES, Maria de Jesus (2000). *As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V.º - II.º MIL. AC). Uma primeira aproximação ao problema*. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular.

SANTOS, Maria da Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa Ferreira (1983). *As Alfândegas de Trás-os-Montes: anos de 1791 e 1801*. Vila Real: Separata da Revista de ESTUDOS TRANSMONTANOS.

SANTOS, Henrique Pereira dos (2017). *Portugal: Paisagem Rural*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SANTOS, Lorena (2022). *Vestuário Litúrgico e Paramentos de Altar do Tesouro da Catedral do Porto – Materiais, Técnicas e Formas***.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

SCHAAP, L; EDWARDS, A. (2007). *Participatory Democracy*. In BEVIR, Mark *Encyclopedia of governance*. 659-667. [s.l]: Sage.

SILVA, Diana Soares Sousa da (2018). *Contributos para a Conservação Preventiva dos Livros da Biblioteca da Casa Museu de José Régio, em Vila do Cond*e. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

SMITH, Laurajane (2006). *Uses of Heritage*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

SMITH, Laurajane (2021). *Desafiando o Discurso Autorizado de Património*. Caderno Virtual de Turismo, vol. 21, nº2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUSA, Ana Cristina Correia (1997). *Ourivesaria estampada e lavrada: uma técnica milenar numa oficina de Gondomar.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

SOUSA, Ana Cristina Correia (2005). *Dicionário dos Ourives do Ouro, Cravadores e Lapidários do Porto e de Gondomar (1700-1850).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord.* (2018). *Património Cultural de Gaia. Património Humano – Personalidades Gaienses.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana.

TENTE, Catarina (2017). *Alta Idade Média no Vale do Tua: Continuidade e mudanças entre o fim do Império Romano e o início da nacionalidade*. In CARVALHO, Pedro, *coord.*; GOMES, Luís Filipe Coutinho, *coord*.; MARQUES, João Nuno, *coord*. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: EDP; Edições Afrontamento. Vol. II.

UK Research and Innovation. *Co-creating heritage: bottom-up planning for heritage management in rural areas.* [Consult. 27 set. 2022]. Disponível em: <https://gtr.ukri.org/projects?ref=AH%2FP014453%2F1>

UNESCO (2003a). Culture(s): diversity and alliance.

UNIVERSIDADE DO MINHO, *et al*. (2019). *Guia de Boas Práticas de Conservação Preventiva.* HERITAGE CARE.

VENTURA, Leontina (1992). *A Nobreza de Corte de Afonso III.* Coimbra: Faculdade de Letras.

WILCOX, David (1994). *The Guide to Effective Participation*. Brighton: The Joseph Rowntree Foundation. [Consult. 13 set. 2023] Disponível em: <http://ourmuseum.org.uk/wp-content/uploads/The-Guide-to-Effective-Participation.pdf>

Legislação nacional e normas internacionais

Carta de Cracóvia 2000 Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia, 26 de outubro de 2000.

CIAM (1933). *Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno*. Atenas, 2 a 9 de agosto de 1933.

CONSELHO DA EUROPA (1954). *Convenção Cultural Europeia*. Paris, 19 de dezembro de 1954.

CONSELHO DA EUROPA (1975). *Declaração de Amesterdão*. Amesterdão, 21 a 25 de outubro de 1975.

CONSELHO DA EUROPA (1983). *Resolução 813 (1983) da Assembleia Parlamentar sobre a arquitetura contemporânea.* Estrasburgo, 23 de novembro de 1983.

CONSELHO DA EUROPA (2000). *Carta europeia da paisagem*. Florença, 20 de outubro de 2000.

CONSELHO DA EUROPA (2005). *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro, 27 de outubro de 2005.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2021). *Carta de Porto Santo: A cultural e a promoção de democracia: para uma cidadania cultural europeia.* Porto Santo, 27 e 28 de abril de 2021.

Convenção (II) Relativa às leis e costumes das guerras terrestres (1899). Haia, 29 de julho de 1899.

ICOMOS (1964). *Carta de Veneza sobre a Convenção e o Restauro de Monumentos e Sítios.* Veneza, 25 a 31 de maio de 1964.

ICOMOS (1990). A *Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico.* Lausanne, 6 a 11 de outubro de 1990.

ICOMOS (1999a). *Carta Internacional sobre o turismo cultural*. Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999.

ICOMOS (1999b). *Carta sobre o património construído vernáculo*. Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999.

ICOMOS (1999c). *Carta de Burra*. Burra, 26 de novembro de 1999.

ICOMOS (2005). *Declaração de Xi'an sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural*. Xi'an, 21 de outubro de 2005.

ICOMOS (2008a). *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais*. Québec, 4 de outubro de 2008.

ICOMOS (2008b). *Declaração de Québec sobre o espírito do lugar*. Québec, 4 de outubro de 2008.

ICOMOS (2011). *Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos*. La Valetta, 28 de novembro de 2011.

ICOMOS (2019). *Resolução 20GA/19. People-Centred Approaches to Cultural Heritage*.

INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE FRIBURGO (2007). *Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais*. Friburgo, 7 de maio de 2007.

NAÇÕES UNIDAS (2008). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2007.

«Nara + 20: On Heritage Practices, Cultural Values, and the Concept of Authenticity». Nara (Japão), 22 a 24 de outubro de 2014

PORTUGAL, Ministério da Cultura (1985). *Decreto-Lei no 63/85*. «Diário da República Série I». 61 (1985-03-14) 662-689.

PORTUGAL, Assembleia da República (2001). *Lei-Base do Património Cultural no107/2001*. «Diário da República Série I». 209 (2001-09-08) 5808-5829.

PORTUGAL. Ministério da Cultura (2010) Portaria no 196/2010 «Diário da República Série I». 69 (2010-04-09) 1163-1167.

PORTUGAL, Ministério da Cultura (2009). *Decreto-Lei no 139/2009*. «Diário da República Série I». 113 (2009-07-15) 3647-3653.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros (2011). *Decreto-Lei no 126-A/2011*. . «Diário da República Série I». 249 (2011-12-29) 2-14.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros (2012). *Decreto-Lei no 114/2012.* «Diário da Républica Série I». 102 (2012-05-25) 2768 – 2772.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (2013). *Portaria no 171/2013*. «Diário da República Série II». 67 (2013-04-05) 11300.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros (2015). *Decreto-Lei no 149/2015*. «Diário da República Série I». 150 (2015-08-04) 5361-5371.

SECRETARIADO DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ, COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA (1994). *Carta de Villa Vigoni sobre a proteção dos bens culturais da igreja*. Villa Vigoni, 1 de março de 1994.

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS (1931). *Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos*. Atenas, 21 a 30 de outubro de 1931.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES (1932). *Resolução sobre a Convenção de Monumentos Históricos e de Obras de Arte*. Genebra, 10 de outubro de 1932.

UNESCO (1956). *Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas*. Nova Deli, 5 de dezembro de 1956.

UNESCO (1962). *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios*. Paris, 11 de dezembro de 1962.

UNESCO (1968). *Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas*. Paris, 10 de novembro de 1968.

UNESCO (1972a). *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*. Paris, 16 de novembro de 1972.

UNESCO (1972b). *Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural e natural*. Paris, 16 de novembro de 1972.

UNESCO (1976). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea.* Nairobi, 26 de novembro de 1976.

UNESCO (1978). *Recomendação sobre a proteção dos bens culturais móveis.* Paris, 28 de novembro de 1978.

UNESCO (1989). *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris, 15 de novembro de 1989.

UNESCO, ICCROM, ICOMOS (1994). *Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural*. Nara, 1 a 6 de novembro de 1994.

UNESCO (2003b). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003.

UNESCO (2005). *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris, 20 de outubro de 2005.

UNESCO (2011). *Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas.* Paris, 10 de novembro de 2011.

Fontes

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, et al (2010). *"Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua". Relatório de conformidade ambiental do projecto de execução. Parecer da comissão de avaliação.*

BAPTISTA, João Maria (1874). *Chorographia moderna do reino de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. Vol. I. 592.

BÍBLIA. (2017). [trad. do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço]. Lisboa: Quetzal.

CASTRO, João Baptista de (1762*). Mappa de Portugal antigo e moderno*. Tomo I. Parte I. [Consult. 13 set. 2023]. Disponível em: < //purl.pt/22133/4/ca-611-p/ca-611-p_item4/ca-611-p_PDF/ca-611-p_PDF_24-C-R0150/ca-611-p_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf>.

COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza,*

edificios, & outras curiosas observaçoens. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso. Tomo I. 521.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA (2001). Lisboa: Temas e Debates.

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE, COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PERAFITA, CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ (2014). Protocolo para a Valorização do Santuário do Senhor de Perafita.

ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1868). *Censo no 1º de Janeiro de 1864. População*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1881). *População no 1º de Janeiro de 1878.* Lisboa: Imprensa Nacional.

HERCULANO, Alexandre (1961). *Portvgaliae monvmenta historica: a saecvlo octavo post Christvm vsque ad qvintvmdecimvm. Inqvisitiones*/ iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Lisboa: Ex Typographia Nacionalis Vol. I. Parte II. Fasciculo VIII.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1873). *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal* […]. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

MACHUCA, Tomás López de Vargas (1762). *Mapa de la Provincia de Tras-los-Montes: construido segun las mas modernas memorias. Madrid*. [Consult. 13 set. 2023]. Disponível em: < https://almamater.uc.pt/item/44905>.

NEALE, John Mason; MURRAY, John (1864). A *Handbook for travellers in Portugal*: *A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, the British battle-fields, Alcobaça, Batalha, Oporto, &etc*. London: John Murray.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1945). *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. Vol. I.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1952). *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*. Lisboa: Tipografia Portuguesa. Tomo I.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1964). *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes (Às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960)*. Lisboa: Sociedade Tipografica. Tomo I. Vol. I.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. Serviços Centrais (1973). *11º Recenseamento da População. Continente e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Sociedade Tipográfica. Vol. I.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1983). *XII Recenseamento Geral da População – Resultados Definitivos. 1981 – Vila Real.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1993). *Censos 1991 Resultados definitivos – Região Norte.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2001). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999. Trás-os-Montes.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001 Resultados definitivos – Região Norte.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 Resultados definitivos – Região Norte.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2021). *Censos 2021 Resultados definitivos.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direção Geral de Estatística – 4ª Repartição (1913). *Censos da População do Reino de Portugal*. *No 1º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.

PORTUGAL. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Indústria. Direcção de Estatística Geral e Commercio. Repartição de Estatística Geral (1896). *Censos da População do Reino de Portugal*. *No 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente (2009). *Declaração de Impacte Ambiental – Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT).*

PORTUGAL. Ministério dos Negocios de Fazenda. Direção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes (1905). *Censos da População do Reino de Portugal*. *No 1º de Dezembro de 1900 (Quarto Recenseamento Geral da População)*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Direção Geral de Estatística (1923). *Censos da População de Portugal*. *Dezembro de 1920 (6º Recenseamento Geral da População)*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Direção Geral de Estatística (1933). *Censos da População de Portugal*. *Dezembro de 1930 (7º Recenseamento Geral da População)*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.